DIÁRIO OFICIAL

Brasília, quarta-feira, 28 de junho de 1995 **DO DISTRITO FEDERAL** ANO XIX Nº 123

SUMÁRIO

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO..... 1
SECRETARIA DE GOVERNO..... 22
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO..... 25
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO..... 25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO..... 28
SECRETARIA DE SAÚDE..... 35
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA..... 37
SECRETARIA DE OBRAS..... 37
SECRETARIA DE TRANSPORTES..... 37
SECRETARIA DE AGRICULTURA..... 38
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL..... 38
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL..... 39
SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES..... 40
SECRETARIA DE TRABALHO..... 41
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE,CIÊNCIA E TECNOLOGIA 41
PROCURADORIA GERAL..... 43

TRIBUNAL DE CONTAS..... 44

AVULSOS

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS..... 67

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES..... 71

ESTA EDIÇÃO 76 PÁGINAS

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 16.578 DE 27 DE junho DE 1995.

Altera dispositivos do Decreto nº 10.522, de 07 de jul 87, na forma que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o que consta no Processo nº 053.000.713/95

D E C R E T A :

Art. 1º - Os artigos 2º, 3º, 7º, 14,16 e 17, do Decreto 10.522 de 07 de julho de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

.....

"Art. 2º - A entrega da Medalha será feita anualmente em solenidade, por ocasião da data comemorativa do aniversário da Corporação.

Art. 3º - A concessão da Medalha Imperador D. Pedro II será feita por ato do Comandante Geral do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

Art. 7º - Ao Presidente do Conselho compete:

I - presidir as sessões do Conselho; e

II - decidir "ad referendun" do Conselho, em caso de urgência, sobre assuntos concernentes à medalha.

Art. 14 - A Medalha será cassada por ato do Comandante Geral da Corporação, mediante proposta do Conselho da Medalha, quando o seu detentor:

I - nos termos da Constituição Federal, tenha perdido a nacionalidade brasileira;

II - tenha cometido ato contrário à dignidade e à honra militar, a moralidade da Corporação ou da Sociedade Civil, desde que apurada em investigação, sindicância ou inquérito;

III - tenha sido condenado pelo justiça civil ou militar, por crime contra a integridade e soberania nacional, ou atentado contra o erário público, as instituições e a sociedade.

Art. 16 - O ato de concessão será publicado em Boletim Especial da Corporação, onde o Comandante Geral mandará expedir o competente Diploma.

Art. 17 - Compete à 3º Seção do Estado Maior Geral, o planejamento e à Ajudância Geral, o preparo dos atos, com vistas à solenidade de entrega da medalha."

.....

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 27 de junho de 1995.
107º da República e 35º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

DECRETO N.º 16.579 DE 27 DE junho DE 1995

Aprova o Manual Técnico de Orçamento do Governo do Distrito Federal para a elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 1996.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o Manual Técnico de Orçamento do Governo do Distrito Federal - MTO, para uso das Unidades Orçamentárias na elaboração de suas propostas referentes ao exercício de 1996.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 1995
107º da República e 36º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO DO DECRETO Nº 16.579 de 27 de junho de 1995.

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO GERAL DE ORÇAMENTO

INSTRUÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA 1996

MANUAL TÉCNICO DE ORÇAMENTO

ÍNDICE

PARTE A - A Proposta Orçamentária

CAPÍTULO 1 - Introdução

1.1 - Considerações Preliminares .....

1.2 - Prazo para Elaboração da Proposta .....

CAPÍTULO 2 - Disposições Gerais

2.1 - Fundamentos Básicos

2.1.1 - Introdução.....

2.1.2 - Instruções.....

2.2 - As Classificações Orçamentárias.....

CAPÍTULO 3 - Preenchimento dos Formulários

3.1 - Formulário "Cadastramento das Receitas".....

3.2 - Formulário "Receitas das Estatais" .....

3.3 - Formulário "Metodologia da Receita" .....

3.4 - Formulário "Cadastramento de Projetos/Atividades e SubProjetos/Subatividades.....

3.5 - Formulário "Cadastramento da Aplicações".....

3.6 - Formulário "Despesas das Estatais".....

PARTE B - Tabelas de Apoio

Tabela I - Classificação Institucional.....

Tabela II - Classificação Funcional-Programática.....

Tabela III - Classificação das Despesas Quanto à sua Natureza.....

Tabela III-A - Codificação das Naturezas da Despesa .....

Tabela IV - Codificação das Naturezas da Receita .....

Tabela V - Codificação das Metas/Unidades de Medida

A - Ordem Numérica.....

B - Ordem Alfabética.....

Tabela VI - Codificação das Fontes de Recursos.....

Tabela VII - Codificação da Regionalização .....

PARTE A - A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este manual tem por objetivo instruir os tecnicos e dirigentes das unidades integrantes da estrutura do Governo do Distrito Federal, envolvidos na elaboração da proposta orçamentária para 1996, quanto aos procedimentos à serem adotados, preenchimento de formulários e, sobretudo, no tocante às alterações metodologicas decorrentes da introdução do Orçamento Participativo.

O presente processo de elaboração da proposta orçamentária introduz um novo componente na definição das ações governamentais: a participação da sociedade. Através de reuniões consultivas a se realizarem no periodo compreendido entre os meses de maio e julho do corrente ano, a comunidade opinará quanto aos projetos prioritários a serem implementados nas Regiões Administrativas pelos diversos órgãos que compõem o Governo do Distrito Federal.

A atual proposta orçamentária, além de atender aos preceitos constitucionais e da Lei Orgânica do Distrito Federal, de vez que a Lei Orçamentaria Anual passou a conter os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento (das Empresas Estatais), deverá observar as prescrições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que estabelece as metas, as prioridades e os limites para a Administração Pública.

1.2 - PRAZO PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

As Propostas Orçamentárias Parciais, devidamente revisadas e consolidadas pelos órgãos, devem dar entrada no Departamento Geral de Orçamento da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal, 10° andar, Anexo do Palácio do Buriti, em data a ser fixada e divulgada oportunamente.

As propostas orçamentárias das empresas estatais nas quais o Distrito Federal, direta *ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto* serão constituídas pelo orçamento de investimento e os demais subprojetos e subatividades que integrarão o programa de trabalho da empresa para 1996, para fins de análise e aprovação em ato pelo Senhor Governador.

CAPÍTULO 2 - DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1 - FUNDAMENTOS BÁSICOS

2.1.1 - INTRODUÇÃO

A proposta orçamentária para o exercício financeiro de 1996 será elaborada em duas etapas distintas. Em um primeiro momento, paralelamente às consultas que estarão sendo levadas a efeito junto aos diversos segmentos da sociedade, as Unidades Orçamentárias deverão preencher os formulários encaminhados pelo DGO somente no que se refere às ATIVIDADES, PROJETOS EM EXECUÇÃO e PROJETOS INSTITUCIONAIS.

As **Atividades**, de acordo com a definição do item 2.2 deste manual, compreendem aquelas ações que se realizam de modo continuo como, por exemplo, a manutenção e o funcionamento dos órgãos/entidades; os **Projetos em Execução** compreendem aqueles investimentos que, já se encontrando em fase adiantada de execução, não devem sofrer solução de continuidade, sob pena de gerar prejuizos irrecuperaveis para a administração pública, finalmente, os **Projetos Institucionais** referem-se às ações que, por sua natureza e ou abrangência, transcendem necessidades regionalmente localizadas, bem como aqueles que, sendo vinculados a operações de crédito, convênios ou transferências intergovernamentais, têm seus recursos previamente compromissados.

A segunda etapa de elaboração da proposta orçamentária dar-se-á quando da conclusão do processo de consulta popular. Definidas e regionalizadas as prioridades de investimento, as Unidades Orçamentárias responsáveis por sua implementação deverão dar seqüência ao preenchimento dos formulários anexos à *este manual*, visando adequá-los ao formato exigido para a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

2.1.2 - INSTRUÇÕES

Na primeira etapa, as Unidades Orçamentárias deverão elaborar suas propostas orçamentárias considerando, rigorosamente, as politicas definidas pelo Plano Plurianual 1996/1999, inclusive no que concerne à seus subprogramas, os quais deverão ser desdobrados em projetos/atividades e seus respectivos subtítulos, bem como as disposições estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1996, além das instruções deste manual.

As entidades da administração indireta, os fundos, bem como as empresas estatais em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devem ser consideradas como Unidades Orçamentárias para efeito de tratamento e exposição dos dados orçamentários.

Os valores da receita e da despesa serão indicados em unidade de real, a preços constantes de abril de 1995.

A proposta da Lei Orçamentária compreenderá os três tipos distintos de orçamentos do Distrito Federal, identificados nas propostas setoriais por "esfera":

Orçamento Fiscal: previsto no art. 149, § 4°, inciso I, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compreende os Poderes do Distrito Federal, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações públicas e, também, as empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Distrito federal, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto, que recebam deste quaisquer recursos que não sejam provenientes de participação acionaria, de pagamento pelo fornecimento de bens e pela prestação de serviços e, também, de pagamento de empréstimos e financiamentos concedidos.

Orçamento da Seguridade Social: previsto no art. 149, § 4°, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, compreende todos os órgãos e entidades a quem compete executar ações de saúde, previdência e assistência social, quer sejam da administração direta ou indireta, bem como seus fundos e fundações públicas; compreende ainda os demais subprojetos e subatividades não integrantes do programa de trabalho dos órgãos e entidades acima relacionados, que também se destinem às referidas ações, tendo em vista o disposto no art. 194 da Constituição Federal e no art. 203 da Lei Orgânica do Distrito Federal, e

Orçamento de Investimento das Empresas Estatais: previsto no art. 165, § 5°, inciso II, da Constituição Federal e no art. 149, § 4°, inciso II, da Lei Orgânica do Distrito Federal, é composto pelas empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Distrito Federal, direta ou indiretamente, detenha maioria do capital social com direito a voto.

A proposta orçamentária será constituída dos seguintes documentos:

a) *Orçamento Fiscal e da Seguridade Social*: "Cadastramento das Receitas - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social", "Metodologia da Receita", "Cadastramento de Projetos/Atividades e Subprojetos/Subatividades" e "Cadastramento das Aplicações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social"; e

b) *Orçamento de Investimento*: "Cadastramento das Receitas - Orçamento de Investimento e Dispêndios", "Metodologia da Receita", "Cadastramento de Projetos/Atividades e Subprojetos/Subatividades" e "Cadstramento das Aplicações - Orçamento de Investimento e Dispêndios".

Os órgãos setoriais deverão encaminhar ao Departamento Geral de Orçamento da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para cadastramento prévio:

a) formulário "Cadastramento de Projetos/Atividades e Subprojetos/Subatividades" novos;

b) formulário "Cadastramento de Projetos/Atividades e Subprojetos/Subatividades" já constantes dos orçamentos vigentes e que necessitem ser alterados, seja no que se refere à sua classificação, seja no que diz respeito à descrição de seus objetivos; e

c) nome das metas pendentes de cadastramento e suas respectivas unidades de medida.

Para a elaboração da proposta orçamentária de 1996 não é necessário proceder à inclusão de P/A ou SUBTÍTULO já constantes dos orçamentos vigentes e que não necessitem ser alterados.

2.2 - AS CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As classificações orçamentárias têm a finalidade de propiciar informações para a administração, a gerência e a tomada de decisão.

As receitas são classificadas quanto à natureza e quanto às fontes de recursos. As despesas compreendem as classificações funcional-programática e quanto à sua natureza.

a) A **CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL** compreende a identificação dos Órgãos e suas respectivas Unidades Orçamentárias. Seu código compõe-se de 5 (cinco) algarismos, sendo os dois primeiros reservados ao órgão e os demais ao seqüencial das unidades orçamentárias.

Um órgão ou uma unidade orçamentária pode, eventualmente, não corresponder à uma estrutura administrativa como, por exemplo, "ENCARGOS FINANCEIROS DO DISTRITO FEDERAL", "RESERVA DE CONTINGÊNCIA", etc.

b) **CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA**

Para efeito de programação, elaboração e execução orçamentárias, assim como para o acompanhamento da execução de planos, as ações diretas ou indiretas do Governo são agrupadas em FUNÇÕES, que representam o maior nível de agregação.

As funções são desdobradas, consecutivamente, em PROGRAMAS, através dos quais se efetiva a integração entre os planos e os orçamentos, e SUBPROGRAMAS, constituídos por PROJETOS e ATIVIDADES, aos quais se atribui as seguintes definições:

PROJETO: conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resultam produtos finais que concorrem para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação governamental.

ATIVIDADE: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, necessárias à manutenção da ação do Governo.

Os projetos e as atividades se desdobram, por seu turno, em SUBPROJETOS e SUBATIVIDADES, chamados genericamente de SUBTÍTULOS, aos quais devem ser atribuídas metas fisicas, quando couber, e recursos financeiros, representando, estes últimos, o menor nível de programação.

Cabe observar, na codificação dos Projetos/Atividades, a flexibilidade permitida pela classificação funcional-programática, visando identificá-los da forma mais apropriada possivel. Ou seja, não é obrigatório ou mesmo recomendável que os programas/subprogramas a serem executados se vinculem, necessariamente, às funções às quais estejam formalmente relacionados.

À título de ilustração, a atividade de manutenção da Fundação Hospitalar, por exemplo, deve ser classificada na *Função* 13 - Saúde e Saneamento, *Programa* 007 - Administração, *Subprograma* 0021 - Administração Geral.

A atividade de conservação de prédios e próprios do poder público, por sua vez, deve ser classificada na *Função* 03 - Administração e Planejamento, *Programa* 007 - Administração, *Subprograma* 0025 - Edificações Públicas, qualquer que seja a unidade executora.

Do mesmo modo, projetos atinentes à área de educação devem ser classificados na *Função* 08 - Educação e Cultura, independentemente dos objetivos especificos e finalisticos da unidade orçamentária responsável por sua execução.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
DIVISÃO DE DIVULGAÇÃO
DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL
Diretor Responsável
CLEMENTE LUZ
Redação e Administração
Anexo do Palácio do Buriti

Telefones
Redação direto 225-7803 / 316-413 e 213-6312

EXEMPLAR AVULSO:	**R$ 0,66**
ASSINATURAS:	**R$ 18,29**
PORTE ECT:	**R$ 19,13**

Compete alertar que os pagamentos a serem efetuados com inativos e pensionistas devem ser classificados na *Função* 15 - Assistência e Previdência, *Programa* 082 - Previdência, *Subprograma* 0495 - Previdência Social a Inativos e Pensionistas, bem como devem integrar o Orçamento da Seguridade Social, independentemente da unidade orçamentária responsável pela realização de tais despesas.

c) CLASSIFICAÇÃO QUANTO À NATUREZA DA DESPESA

Para se classificar uma despesa quanto à sua natureza devem ser identificadas a) a "categoria econômica" e o "grupo de despesa" a que pertence; b) a forma de sua realização ou a "modalidade de aplicação" dos recursos à ela consignados, isto é, se será realizada diretamente pela unidade orçamentaria de cuja programação faz parte, ou indiretamente, mediante transferência a outro organismo ou entidade integrante ou não do orçamento, e c) o seu "objeto de gasto" ou "elemento de despesa".

O código de classificação da natureza da despesa é constituido por 4 (quatro) algarismos, onde:

1°: indica a categoria econômica da despesa;
2°: indica o grupo de despesa;
3°/4°: indicam a modalidade da aplicação, e
5°/6°: indicam o elemento de despesa (objeto de gasto).

Cumpre ressaltar as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias com relação a "Investimentos em Regime de Execução Especial", código 4.5.90.99. Nesse caso, o "subelemento de despesa" deverá ser obrigatoriamente identificado quando da aprovação do Plano de Aplicação correspondente.

CAPÍTULO 3 - PREENCHIMENTO DOS FORMULÁRIOS

3.1 Formulário "CADASTRAMENTO DAS RECEITAS - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL"

Finalidade

Este formulário refere-se à consolidação dos formulários de Metodologia da Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, de forma a dar uma visão global do montante de recursos geridos pela Unidade Orçamentária.

Modelo

Descrição dos campos do Formulário "Cadastramento das Receitas - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social"

Bloco **"IDENTIFICAÇÃO"**

ESFERA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o tipo e o nome do orçamento, de acordo com a relação abaixo:

1 - Para Orçamento Fiscal
2 - Para Orçamento da Seguridade Social

ÓRGÃO

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do órgão ao qual está vinculada a Unidade Orçamentária, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

UNIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Unidade Orçamentária, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

Bloco **"DETALHAMENTO"**

NATUREZA

Campo numérico de 8 (oito) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da Natureza da Receita, de acordo com a Tabela IV - Codificação das Naturezas da Receita.

FONTE

Campo numérico de 3 (três) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da Fonte de Recursos, de acordo com a Tabela VI -Codificação das Fontes de Recursos.

ARRECADADA (T-2)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor apurado no balanço de 1994, em R$ 1,00 (um real).

REESTIMATIVA (T-1)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor reestimado da receita de 1995, em R$ 1,00 (um real).

ESTIMATIVA (T)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercicio de 1996 com base em abril de 1995, em R$ 1,00 (um real).

TOTAIS

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o total do valor arrecadado, do reestimado e do estimado, em R$ 1,00 (um real).

3.2 Formulário "CADASTRAMENTO DAS RECEITAS - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIOS"

Finalidade

Este formulário refere-se à consolidação dos formulários de metodologia da Receita do Orçamento das Estatais, de forma a dar uma visão global do montante de recursos geridos pela Empresa Estatal.

Modelo

Descrição dos campos do formulário "Cadastramento das Receitas - Orçamento de Investimento e Dispêndios"

Bloco **"IDENTIFICAÇÃO"**

ESFERA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o tipo e o nome do orçamento, de acordo com a relação abaixo:

3 - Para Orçamento de Investimento
4 - Para Dispêndios das Estatais

ÓRGÃO

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do órgão ao qual esta vinculada a Unidade Orçamentária, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

UNIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Unidade Orçamentária, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

Bloco **"DETALHAMENTO"**

FONTE DE FINANCIAMENTO

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o código da fonte de financiamento, de acordo com a relação abaixo:

1 - Geração Própria
2 - Participação Acionária do Distrito Federal
3 - Operações de Crédito Externas
4 - Operações de Crédito Internas
5 - Outras Fontes

ARRECADADA (T-2)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor apurado no balanço de 1994, em R$ 1,00 (um real).

REESTIMATIVA (T-1)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor reestimado da receita de 1995, em R$ 1,00 (um real).

ESTIMATIVA (T)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercício de 1996 com base em abril de 1995, em R$ 1,00 (um real).

TOTAIS

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o total do valor arrecadado, do reestimado e do estimado, em R$ 1,00 (um real).

3.3 Formulário "METODOLOGIA DA RECEITA"

Finalidade

Este formulário refere-se à descrição detalhada de cada receita constante do Orçamento, de modo a permitir a análise da origem, método de previsão e parâmetros adotados, além da legislação que instituiu a receita.

Modelo

Descrição dos campos do formulário "Metodologia da Receita"

Bloco **"IDENTIFICAÇÃO"**

ESFERA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o tipo e o nome do orçamento, de acordo com a relação abaixo:

1 - Para Orçamento Fiscal
2 - Para Orçamento da Seguridade Social
3 - Para Orçamento de Investimento
4 - Para Dispêndios das Estatais

ÓRGÃO

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do órgão ao qual está vinculada a Unidade Orçamentária, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

UNIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Unidade Orçamentária, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

NATUREZA

Campo numérico de 8 (oito) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Natureza da Receita, de acordo com a Tabela IV - Codificação das Naturezas da Receita.

FONTE

Campo numérico de 3 (três) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Fonte de Recursos, de acordo com a Tabela VI -Codificação das Fontes de Recursos.

ESTIMATIVA (T)

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercicio de 1996 com base em abril de 1995, em R$ 1,00 (um real).

Bloco **"FATO GERADOR E LEGISLAÇÃO"**

Este bloco é destinado à descrição da origem, ou seja, o que está originando o ingresso de tais recursos ao orçamento da Unidade. Informar também a Lei, Decreto ou Portaria que criou a receita.

Bloco **"METODOLOGIA"**

Este bloco é destinado a descrição da fórmula de cálculo utilizada para previsão da receita.

3.4 Formulário "CADASTRAMENTO DE PROJETOS/ATIVIDADES E SUBPROJETOS/SUBATIVIDADES"

Finalidade

Este formulario é utilizado para o cadastramento de novos Projetos/Atividades e Subprojetos/Subatividades dos Orgãos do Governo do Distrito Federal, bem como daqueles já constantes dos orçamentos vigentes e que necessitem ser corrigidos, seja no que se refere à sua classificação, seja no que diz respeito a descrição de seus objetivos

Modelo

Descrição dos campos do Formulário "Cadastramento de Projeto/Atividades e Subprojetos Subatividades"

Bloco **"CLASSIFICAÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE"**

P/A

Campo numérico de 4 (quatro) posições, que deverá ser deixado em branco para preenchimento posterior. Neste campo será informado o código do projeto ou atividade, pelo Departamento Geral de Orçamento

ESFERA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o tipo do orçamento, de acordo com a relação abaixo:

1 - Para Orçamento Fiscal
2 - Para Orçamento da Seguridade Social
3 - Para Orçamento de Investimento
4 - Para Dispêndios das Estatais

UNIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da Unidade Orçamentária à qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

FUNÇÃO

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da função à qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática:

PROGRAMA

Campo numérico de 3 (três) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código do programa ao qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

SUBPROGRAMA

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código do Subprograma ao qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

NOME

Este campo é destinado à descrição do nome do Projeto ou da Atividade.

OBJETIVOS

Este campo é destinado à descrição dos objetivos do Projeto ou da Atividade, isto é, o que se pretende realizar, alcançar, atingir em termos de produtos/serviços, beneficios sócio-econômicos e tecnológicos.

Bloco **"CLASSIFICAÇÃO DO SUBPROJETO/SUBATIVIDADE"**

SUBTÍTULO

Campo numérico de 4 (quatro) posições que deverá ser deixado em branco para preenchimento posterior. Neste campo será informado o código do subprojeto ou subatividade, pelo Departamento Geral de Orçamento

NOME

Este campo é destinado à descrição ou nome do subprojeto ou da subatividade.

3.5 Formulário "CADASTRAMENTO DAS APLICAÇÕES - ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL"

Finalidade

Este formulario é utilizado para o cadastramento das aplicações dos Orgãos do Distrito Federal

Modelo

Descrição dos campos do formulário "Cadastramento das Aplicações - Orçamento Fiscal e da Seguridade Social"

Bloco **"IDENTIFICAÇÃO"**

ESFERA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o tipo e o nome do orçamento, de acordo com a relação abaixo:

1 - Para Orçamento Fiscal
2 - Para Orçamento da Seguridade Social

UNIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Unidade Orçamentária à qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

FUNÇÃO

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da função à qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

PROGRAMA

Campo numérico de 3 (três) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do programa ao qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

SUBPROGRAMA

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do subprograma ao qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

P/A

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do Projeto/Atividade ao qual está vinculado o Subtítulo.

SUBTÍTULO

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do Subprojeto/Subatividade ao qual está vinculada a despesa.

Bloco **"DETALHAMENTO"**

NATUREZA

Campo numérico de 6 (seis) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da Natureza da Despesa, de acordo com a Tabela III-A - Codificação das Naturezas da Despesa.

FONTE

Campo numérico de 3 (três) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da Fonte de Recursos, de acordo com a Tabela VI -Codificação das Fontes de Recursos.

PROPOSTA

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercício de 1996, em R$ 1,00 (um real).

TOTAL

Campo de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o total do valor proposto para o exercicio de 1996, em R$ 1,00 (um real).

Bloco **"REGIONALIZAÇÃO"**

LOCAL

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da regionalização, de acordo com a Tabela VII - Codificação da Regionalização.

GRUPO DE NATUREZA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o código do Grupo de Despesa, de acordo com a Tabela III -Classificação da Despesa quanto à sua Natureza.

GRUPO DE FONTE

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o código do Grupo da Fonte de Recursos da despesa, de acordo com a relação abaixo:

1 - Para recursos do Tesouro
2 - Para outras fontes

PROPOSTA

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercicio de 1996, em R$ 1,00 (um real).

TOTAL

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor para o exercicio de 1996, em R$ 1,00 (um real).

Bloco **"METAS"**

Este bloco é destinado à descrição das metas, que representam produtos ou resultados devidamente quantificados a serem alcançados no exercicio projetado.

CÓDIGO

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da meta, de acordo com a Tabela V - Codificação das Metas/Unidades

QUANTIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar a quantidade de unidade de medida a ser realizada na meta.

DESCRIÇÃO

Campo numérico de 60 (sessenta) posições, de preenchimento obrigatório. Preencher com a descrição da meta e a unidade de medida utilizada.

3.6 Formulário "CADASTRAMENTO DAS APLICAÇÕES - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIOS"

Finalidade

Este formulário é utilizado para o cadastramento das despesas das Estatais do Governo do Distrito Federal.

Modelo

Descrição dos campos do formulário "Cadastramento das Aplicações - Orçamento de Investimento e Dispêndios"

Bloco **"IDENTIFICAÇÃO"**

ESFERA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o tipo e o nome do orçamento da empresa, de acordo com a relação abaixo:

3 - Para Orçamento de Investimento
4 - Para Dispêndios das Estatais

UNIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da Unidade Orçamentária à qual está vinculado o P/A,, de acordo com a Tabela I - Classificação Institucional.

FUNÇÃO

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome da função à qual está vinculado o Projeto/Atividade, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

PROGRAMA

Campo numérico de 3 (três) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do programa ao qual está vinculado o Projeto/Atividade, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

SUBPROGRAMA

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do subprograma ao qual está vinculado o P/A, de acordo com a Tabela II - Classificação Funcional-Programática.

P/A

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do Projeto/Atividade ao qual está vinculado o Subtítulo.

SUBTÍTULO

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código e o nome do Subprojeto/Subatividade ao qual está vinculada a despesa.

Bloco **"DETALHAMENTO"**

GRUPO DE NATUREZA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o código do Grupo de Despesa, de acordo com a Tabela III -Classificação da Despesa quanto à sua Natureza.

FONTE DE FINANCIAMENTO

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o código da fonte de financiamento, de acordo com a relação abaixo:

1 - Geração Própria
2 - Participação Acionária do Distrito Federal
3 - Operações de Crédito Externas
4 - Operações de Crédito Internas
5 - Outras Fontes

PROPOSTA

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercício de 1996, em R$ 1,00 (um real).

TOTAL

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor para o exercício de 1996, em R$ 1,00 (um real).

Bloco **"REGIONALIZAÇÃO"**

LOCAL

Campo numérico de 2 (duas) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da regionalização, de acordo com a Tabela VII - Codificação da Regionalização.

GRUPO DE NATUREZA

Campo numérico de 1 (uma) posição, de preenchimento obrigatório. Informar o código do Grupo de Despesa, de acordo com a Tabela III -Classificação da Despesa quanto à sua Natureza.

PROPOSTA

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor proposto para o exercício de 1996, em R$ 1,00 (um real).

TOTAL

Campo numérico de 12 (doze) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o valor para o exercício de 1996, em R$ 1,00 (um real).

Bloco **"METAS"**

Este bloco é destinado à descrição das metas, que representam produtos ou resultados devidamente quantificados, a serem alcançados no exercício projetado.

CÓDIGO

Campo numérico de 4 (quatro) posições, de preenchimento obrigatório. Informar o código da meta, de acordo com a Tabela V - Codificação das Metas/Unidades.

QUANTIDADE

Campo numérico de 5 (cinco) posições, de preenchimento obrigatório. Informar a quantidade de unidade de medida a ser realizada na meta.

DESCRIÇÃO

Campo numérico de 60 (sessenta) posições, de preenchimento obrigatório. Preencher com a descrição da meta e a unidade de medida utilizada.

PARTE B - TABELAS DE APOIO

TABELA I

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

CODIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
01.101	CÂMARA LEGISLATIVA
01.901	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
02.101	TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
10.101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
11.101	SECRETARIA DE GOVERNO
11.103	REGIÃO ADMINISTRATIVA I - BRASÍLIA
11.104	REGIÃO ADMINISTRATIVA II - GAMA
11.105	REGIÃO ADMINISTRATIVA III - TAGUATINGA
11.106	REGIÃO ADMINISTRATIVA IV - BRAZLÂNDIA
11.107	REGIÃO ADMINISTRATIVA V - SOBRADINHO
11.108	REGIÃO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA
11.109	REGIÃO ADMINISTRATIVA VII - PARANOÁ
11.110	REGIÃO ADMINISTRATIVA VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE
11.111	REGIÃO ADMINISTRATIVA IX - CEILÂNDIA
11.112	REGIÃO ADMINISTRATIVA X - GUARÁ
11.113	REGIÃO ADMINISTRATIVA XI - CRUZEIRO
11.114	REGIÃO ADMINISTRATIVA XII - SAMAMBAIA
11.115	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIII - SANTA MARIA
11.116	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIV - SÃO SEBASTIÃO
11.117	REGIÃO ADMINISTRATIVA XV - RECANTO DAS EMAS
11.118	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVI - LAGO SUL
11.119	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVII - RIACHO FUNDO
11.120	REGIÃO ADMINISTRATIVA XVIII - LAGO NORTE
11.121	REGIÃO ADMINISTRATIVA XIX - CANDANGOLÂNDIA
11.901	FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
12.101	PROCURADORIA GERAL
13.101	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
13.103	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
13.901	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
14.101	SECRETARIA DE AGRICULTURA
14.192	SECRETARIA DE AGRICULTURA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
14.201	FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
14.202	CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
14.203	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
14.204	SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA S.A.
15.101	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16.101	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE
16.103	ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL
16.104	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO
16.192	SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
16.201	FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL
16.901	FUNDO DE APOIO A ARTE E A CULTURA
16.902	FUNDO DE PROMOÇÃO AO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER
17.101	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA
17.192	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
17.201	FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL
17.203	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DF
17.901	FUNDO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
18.101	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
18.192	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
18.201	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
19.101	SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
19.192	SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
19.201	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
19.202	BANCO DE BRASÍLIA S.A
19.901	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
19.902	FUNDO DE FINANCIAMENTO PARA AGUA E ESGOTO DO D.F.
19.903	FUNDO DE FINANCIAMENTO DE HABITAÇÃO POPULAR
20.101	SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
21.101	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
21.104	INSTITUTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL
21.106	JARDIM BOTÂNICO DE BRASÍLIA
21.107	JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA
21.192	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
21.201	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA DO DISTRITO FEDERAL
21.202	INSTITUTO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
21.203	SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA
21.901	FUNDO ÚNICO DE MEIO AMBIENTE DO DISTRITO FEDERAL
22.101	SECRETARIA DE OBRAS
22.192	SECRETARIA DE OBRAS - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
22.201	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL
22.202	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA
22.203	COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA
22.204	COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
22.205	INSTITUTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL E URBANO DO DISTRITO FEDERAL
23.101	SECRETARIA DE SAÚDE
23.103	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
23.192	SECRETARIA DE SAÚDE - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
23.201	FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
23.202	FUNDAÇÃO HEMOCENTRO
24.101	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
24.102	POLICIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
24.103	POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
24.104	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
24.192	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
24.201	DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
24.202	FUNDAÇÃO DE AMPARO AO TRABALHADOR PRESO
24.901	FUNDO DE SAÚDE DA POLICIA MILITAR
24.902	FUNDO DE SAÚDE DO CORPO DE BOMBEIROS
25.101	SECRETARIA DE TRABALHO
25.103	DEPARTAMENTO DE EMPREGO DO DISTRITO FEDERAL
26.101	SECRETARIA DE TRANSPORTES
26.192	SECRETARIA DE TRANSPORTES - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
26.201	SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA
26.202	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
26.203	DEPARTAMENTO METROPOLITANO DE TRANSPORTES URBANOS
26.204	COMPANHIA DO METROPOLITANO DO DISTRITO FEDERAL
26.901	FUNDO DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO DO DF
27.101	SECRETARIA DE TURISMO
70.101	RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
90.101	RESERVA DE CONTIGÊNCIA

TABELA II

CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA

CODIFICAÇÃO DAS FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS

CÓDIGO			ESPECIFICAÇÃO
01			LEGISLATIVA
	001		PROCESSO LEGISLATIVO
		0001	AÇÃO LEGISLATIVA
	002		FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA EXTERNA
		0002	CONTROLE EXTERNO
02			JUDICIÁRIA
	004		PROCESSO JURÍDICO
		0013	AÇÃO JUDICIÁRIA
		0014	DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO
		0015	CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL
03			ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
	007		ADMINISTRAÇÃO
		0020	SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR
		0021	ADMINISTRAÇÃO GERAL
		0022	DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOGRAFIA
		0023	DIVULGAÇÃO OFICIAL
		0024	INFORMÁTICA
		0025	EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
	008		ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
		0030	ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS
		0031	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA
		0032	CONTROLE INTERNO
		0033	DÍVIDA INTERNA
		0034	DÍVIDA EXTERNA
		0035	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
	009		PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
		0040	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTAÇÃO
		0042	ORDENAMENTO ECONÔMICO-FINANCEIRO
		0043	ORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
		0044	INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS
		0045	ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICO-SOCIAIS
	010		CIÊNCIA E TECNOLOGIA
		0054	PESQUISA FUNDAMENTAL
		0055	PESQUISA APLICADA
		0056	DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL
		0057	INFORMAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLOGICA
		0058	TESTE E ANALISE DE QUALIDADE
		0059	LEVANTAMENTO DO MEIO-AMBIENTE
04			AGRICULTURA
	013		ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
		0066	REFORMA AGRÁRIA
		0067	COLONIZAÇÃO
	014		PRODUÇÃO VEGETAL
		0075	DEFESA SANITÁRIA VEGETAL
		0076	CORRETIVOS E FERTILIZANTES
		0077	IRRIGAÇÃO
		0078	MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA
		0080	SEMENTES E MUDAS
	015		PRODUÇÃO ANIMAL
		0087	DEFESA SANITÁRIA ANIMAL
		0088	DESENVOLVIMENTO ANIMAL
		0089	DESENVOLVIMENTO DA PESCA
	016		ABASTECIMENTO
		0094	ESTOQUES REGULADORES
		0095	ARMAZENAMENTO E SILAGEM
		0096	SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
		0097	INSPEÇÃO, PADRONIZAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS
		0098	EXECUÇÃO DA POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS
	017		PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
		0103	PROTEÇÃO À FLORA E À FAUNA
		0104	REFLORESTAMENTO
		0105	CONSERVAÇÃO DO SOLO
		0106	JARDINS BOTÂNICOS E ZOOLÓGICOS
	018		PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL
		0110	COOPERATIVISMO
		0111	EXTENSÃO RURAL
		0112	PROMOÇÃO AGRÁRIA
05			COMUNICAÇÕES
	021		COMUNICAÇÕES POSTAIS
		0127	SERVIÇOS POSTAIS CONVENCIONAIS
		0128	SERVIÇOS POSTAIS ESPECIAIS
	022		TELECOMUNICAÇÕES
		0134	TELEFONIA
		0135	TELEGRAFIA
		0136	SERVIÇOS ESPECIAIS DE TELECOMUNICAÇÕES
		0137	RADIODIFUSÃO
		0138	CABODIFUSÃO
06			DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA
	026		DEFESA AÉREA
		0160	OPERAÇÕES AÉREAS
	027		DEFESA NAVAL
		0163	OPERAÇÕES NAVAIS
	028		DEFESA TERRESTRE
		0166	OPERAÇÕES TERRESTRES
	029		SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES

0169 SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES E CONTRA-INFORMAÇÃO
030 SEGURANÇA PÚBLICA
0174 POLICIAMENTO CIVIL
0177 POLICIAMENTO MILITAR
0178 DEFESA CONTRA SINISTROS
0179 SERVIÇOS ESPECIAIS DE SEGURANÇA

07 DESENVOLVIMENTO REGIONAL
034 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN
035 PROTERRA
038 PROGRAMAÇÃO À CARGO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS
0181 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ESTADOS E MUNICÍPIOS
039 DESENVOLVIMENTO DE MICRO-REGIÕES
040 PROGRAMAS INTEGRADOS
0183 PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

08 EDUCAÇÃO E CULTURA
041 EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DE 0 A 6 ANOS
0185 CRECHE
0190 EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
042 ENSINO FUNDAMENTAL
0187 ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
0188 ENSINO REGULAR
043 ENSINO MÉDIO
0196 FORMAÇÃO PARA O SETOR PRIMÁRIO
0197 FORMAÇÃO PARA O SETOR SECUNDÁRIO
0198 FORMAÇÃO PARA O SETOR TERCIÁRIO
0199 ENSINO POLIVALENTE
044 ENSINO SUPERIOR
0205 ENSINO DE GRADUAÇÃO
0206 ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
0207 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
0208 CAMPUS UNIVERSITÁRIO
0209 ENSINO DE CURTA DURAÇÃO
045 ENSINO SUPLETIVO
0213 CURSO DE SUPLÊNCIA
0214 CURSOS DE SUPRIMENTO
0215 CURSOS DE QUALIFICAÇÃO
0216 CURSOS DE APRENDIZAGEM
0217 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
046 EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS
0223 EDUCAÇÃO FÍSICA
0224 DESPORTO AMADOR
0227 DESPORTO PROFISSIONAL
0228 PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS
047 ASSISTÊNCIA À EDUCANDOS
0234 ASSOCIATIVISMO ESTUDANTIL
0235 BOLSAS DE ESTUDOS
0236 LIVRO DIDÁTICO
0237 MATERIAL DE APOIO PEDAGÓGICO
0238 RESIDÊNCIA PARA EDUCANDOS
0239 TRANSPORTE ESCOLAR
0240 RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO
048 CULTURA
0246 PATRIMÔNIO HISTÓRICO. ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO
0247 DIFUSÃO CULTURAL
049 EDUCAÇÃO ESPECIAL
0252 EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA
0253 EDUCAÇÃO PRECOCE

09 ENERGIA E RECURSOS MINERAIS
051 ENERGIA ELÉTRICA
0263 GERAÇÃO DE ENERGIA HIDRELÉTRICA
0264 GERAÇÃO DE ENERGIA TERMELÉTRICA
0265 GERAÇÃO DE ENERGIA TERMONUCLEAR
0266 GERAÇÃO DE ENERGIA NÃO CONVENCIONAL
0267 TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
0268 DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
0269 ELETRIFICAÇÃO RURAL
0270 GERAÇÃO DE ENERGIA NUCLEOELÉTRICA
052 PETRÓLEO
053 RECURSOS MINERAIS
0289 PROSPECÇÃO E AVALIAÇÃO DE JAZIDAS
0290 EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO
0292 LEVANTAMENTOS GEOLÓGICOS
054 RECURSOS HÍDRICOS
0296 ESTUDOS E PESQUISAS HIDROLÓGICAS
0297 REGULARIZAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA
055 CARVÃO MINERAL
056 XISTO

10 HABITAÇÃO E URBANISMO
057 HABITAÇÃO
0316 HABITAÇÕES URBANAS
0317 HABITAÇÕES RURAIS
058 URBANISMO
0323 PLANEJAMENTO URBANO
059 REGIÕES METROPOLITANAS
060 SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA
0325 LIMPEZA PÚBLICA
0326 SERVIÇOS FUNERÁRIOS
0327 ILUMINAÇÃO PÚBLICA
0328 PARQUES E JARDINS

11 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
062 INDÚSTRIA
0346 PROMOÇÃO INDUSTRIAL
0347 PRODUÇÃO INDUSTRIAL
0348 IMPORTAÇÃO DE INSUMOS INDUSTRIAIS
063 COMÉRCIO
0353 COMERCIALIZAÇÃO
0354 PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO
0355 PROMOÇÃO EXTERNA DO COMÉRCIO
064 SERVIÇOS FINANCEIROS
0361 SEGUROS E CAPITALIZAÇÃO
0362 SERVIÇOS BANCÁRIOS E FINANCEIROS
065 TURISMO
0363 PROMOÇÃO DO TURISMO
0364 EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS
066 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL
0374 MARCAS E PATENTES
0375 METROLOGIA
0376 REGISTRO DE EMPRESAS

12 RELAÇÕES EXTERIORES
072 POLÍTICA EXTERIOR
0410 RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS
0411 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

13 SAÚDE E SANEAMENTO
075 SAÚDE
0427 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO
0428 ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA
0429 CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS
0430 VIGILÂNCIA SANITÁRIA
0431 PRODUTOS PROFILÁTICOS E TERAPÊUTICOS
0432 SAÚDE MATERNO-INFANTIL
076 SANEAMENTO
0447 ABASTECIMENTO D'ÁGUA
0448 SANEAMENTO GERAL
0449 SISTEMAS DE ESGOTOS

077 PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE
0455 DEFESA CONTRA A EROSÃO
0456 CONTROLE DA POLUIÇÃO
0457 DEFESA CONTRA AS SECAS
0458 DEFESA CONTRA AS INUNDAÇÕES
0459 RECUPERAÇÃO DE TERRAS

14 TRABALHO
078 PROTEÇÃO AO TRABALHADOR
0470 SEGURO DESEMPREGO
0471 AUXÍLIO REFEIÇÃO
0472 VALE TRANSPORTE
079 SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO
0479 NORMATIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO NO TRABALHO
0480 PREVENÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO
080 RELAÇÕES DO TRABALHO
0473 ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO
0474 FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL
0475 FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
0477 ORDENAMENTO DO EMPREGO E DO SALÁRIO
0478 SERVIÇO SOCIAL

15 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA
081 ASSISTÊNCIA
0483 ASSISTÊNCIA AO MENOR
0484 ASSISTÊNCIA AO SILVÍCOLA
0485 ASSISTÊNCIA À VELHICE
0486 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL
0487 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
082 PREVIDÊNCIA
0492 PREVIDÊNCIA SOCIAL À SEGURADOS
0493 PREVIDÊNCIA SOCIAL À NÃO SEGURADOS
0495 PREVIDÊNCIA SOCIAL À INATIVOS E PENSIONISTAS
083 PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL
084 FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

16 TRANSPORTE
087 TRANSPORTE AÉREO
0523 INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
0524 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO AÉREO
0525 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO
088 TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0532 TERMINAIS RODOVIÁRIOS
0534 ESTRADAS VICINAIS
0535 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO
0536 SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
0537 CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS
0538 CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS
0539 RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS
089 TRANSPORTE FERROVIÁRIO
0542 FERROVIAS
0543 TERMINAIS FERROVIÁRIOS
0544 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO FERROVIÁRIO
0545 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO
090 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO
0562 PORTOS E TERMINAIS FLUVIAIS E LACUSTRES
0563 PORTOS E TERMINAIS MARÍTIMOS
0564 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO HIDROVIÁRIO
0565 SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO
0566 SERVIÇOS DE TRANSPORTE FLUVIAL E LACUSTRE
0567 HIDROVIAS
091 TRANSPORTE URBANO
0571 SERVIÇOS DE TRANSPORTE URBANO
0572 TRANSPORTE METROPOLITANO
0573 CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO URBANO
0574 VIAS EXPRESSAS
0575 VIAS URBANAS
0576 TERMINAIS INTERMODAIS
092 CORREDORES DE TRANSPORTE
093 TRANSPORTES ESPECIAIS
0580 DUTOS

99 RESERVA DE CONTIGÊNCIA
999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA
9999 RESERVA DE CONTIGÊNCIA

TABELA III

CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS QUANTO A SUA NATUREZA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO

A - CATEGORIA ECONÔMICA

3 DESPESAS CORRENTES
4 DESPESAS DE CAPITAL

B - GRUPO DE DESPESAS

1 PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
2 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA
3 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA EXTERNA
4 OUTRAS DESPESAS CORRENTES
5 INVESTIMENTOS
6 INVERSÕES FINANCEIRAS
7 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA
8 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA
9 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL

C - MODALIDADE DE APLICAÇÃO

11 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS À AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES
12 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS À FUNDOS
13 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS À EMPRESAS INDUSTRIAIS OU AGRÍCOLAS
14 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS À EMPRESAS COMERCIAIS OU FINANCEIRAS

19	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS À OUTRAS ENTIDADES
20	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO
30	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL
40	TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS
50	TRANSFERÊNCIAS À INSTITUIÇÕES PRIVADAS
60	TRANSFERÊNCIAS À INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS
71	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR - GOVERNOS
72	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR - ORGANISMOS INTERNACIONAIS
73	TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR - FUNDOS INTERNACIONAIS
90	APLICAÇÕES DIRETAS

D - ELEMENTOS DE DESPESAS

01	APOSENTADORIAS E REFORMAS
03	PENSÕES
04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO - PESSOAL CIVIL
05	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS
06	BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO
07	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
09	SALÁRIO FAMÍLIA
10	OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL
11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR
13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL
15	DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR
16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
17	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR
18	AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES
19	AUXÍLIO - FARDAMENTO
21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
23	JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
24	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA
25	ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA
30	MATERIAL DE CONSUMO
32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
37	LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA
38	ARRENDAMENTO MERCANTIL
39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
41	CONTRIBUIÇÕES
42	AUXÍLIOS
43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
45	EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS
51	OBRAS E INSTALAÇÕES
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
62	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA
63	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO
64	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO
65	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS
66	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS
67	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
71	PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO
72	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
73	CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL DA DÍVIDA POR CONTRATO
74	CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
75	CORREÇÃO MONETÁRIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA
91	SENTENÇAS JUDICIAIS
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
99	REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL

TABELA III-A

CODIFICAÇÃO DAS NATUREZAS DA DESPESA

CÓDIGOS	ESPECIFICAÇÃO
31.11.41	CONTRIBUIÇÕES
31.12.41	CONTRIBUIÇÕES
31.13.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
31.14.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
31.19.41	CONTRIBUIÇÕES
31.19.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
31.30.41	CONTRIBUIÇÕES
31.90.01	APOSENTADORIAS E REFORMAS
31.90.03	PENSÕES
31.90.04	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
31.90.08	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS
31.90.09	SALÁRIO FAMÍLIA
31.90.11	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL
31.90.12	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR
31.90.13	OBRIGAÇÕES PATRONAIS
31.90.14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL
31.90.15	DIÁRIAS - PESSOAL MILITAR
31.90.16	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL
31.90.17	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL MILITAR
31.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
31.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
32.11.41	CONTRIBUIÇÕES
32.12.41	CONTRIBUIÇÕES
32.13.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
32.14.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
32.19.41	CONTRIBUIÇÕES
32.19.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
32.20.41	CONTRIBUIÇÕES
32.30.41	CONTRIBUIÇÕES
32.40.41	CONTRIBUIÇÕES
32.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
32.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
32.90.23	JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
32.90.24	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA
32.90.25	ENCARGOS SOBRE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA
32.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
32.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
33.11.41	CONTRIBUIÇÕES
33.12.41	CONTRIBUIÇÕES
33.13.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
33.14.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
33.19.41	CONTRIBUIÇÕES
33.19.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
33.20.41	CONTRIBUIÇÕES
33.30.41	CONTRIBUIÇÕES
33.40.41	CONTRIBUIÇÕES
33.90.21	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
33.90.22	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO
33.90.23	JUROS, DESÁGIOS E DESCONTOS DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
33.90.24	OUTROS ENCARGOS SOBRE A DÍVIDA MOBILIÁRIA
33.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
33.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
34.11.41	CONTRIBUIÇÕES
34.12.41	CONTRIBUIÇÕES
34.13.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
34.14.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
34.19.41	CONTRIBUIÇÕES
34.19.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
34.19.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
34.20.41	CONTRIBUIÇÕES
34.30.41	CONTRIBUIÇÕES
34.40.41	CONTRIBUIÇÕES
34.50.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
34.50.41	CONTRIBUIÇÕES
34.50.42	AUXÍLIOS
34.50.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
34.50.44	SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
34.60.41	CONTRIBUIÇÕES
34.71.41	CONTRIBUIÇÕES
34.72.41	CONTRIBUIÇÕES
34.73.41	CONTRIBUIÇÕES
34.90.06	BENEFÍCIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO
34.90.07	CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA
34.90.10	OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA SOCIAL
34.90.18	AUXÍLIO FINANCEIRO À ESTUDANTE
34.90.19	AUXÍLIO - FARDAMENTO
34.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
34.90.32	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
34.90.33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO
34.90.35	SERVIÇOS DE CONSULTORIA
34.90.36	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
34.90.37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA
34.90.38	ARRENDAMENTO MERCANTIL
34.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
34.90.41	CONTRIBUIÇÕES
34.90.43	SUBVENÇÕES SOCIAIS
34.90.45	EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS
34.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
34.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
34.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
45.11.41	CONTRIBUIÇÕES
45.11.42	AUXÍLIOS
45.11.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
45.12.41	CONTRIBUIÇÕES
45.13.41	CONTRIBUIÇÕES
45.13.42	AUXÍLIOS
45.13.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
45.13.65	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS INDUSTRIAIS OU AGRÍCOLAS
45.14.41	CONTRIBUIÇÕES
45.14.42	AUXÍLIOS

CÓDIGOS	ESPECIFICAÇÃO
45.20.41	CONTRIBUIÇÕES
45.20.42	AUXÍLIOS
45.30.41	CONTRIBUIÇÕES
45.30.42	AUXÍLIOS
45.40.41	CONTRIBUIÇÕES
45.40.42	AUXÍLIOS
45.50.41	CONTRIBUIÇÕES
45.50.42	AUXÍLIOS
45.60.41	CONTRIBUIÇÕES
45.60.42	AUXÍLIOS
45.90.30	MATERIAL DE CONSUMO
45.90.39	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
45.90.51	OBRAS E INSTALAÇÕES
45.90.52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
45.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
45.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
45.90.99	REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL
46.11.41	CONTRIBUIÇÕES
46.11.42	AUXÍLIOS
46.12.41	CONTRIBUIÇÕES
46.14.65	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS
46.20.41	CONTRIBUIÇÕES
46.30.41	CONTRIBUIÇÕES
46.30.42	AUXÍLIOS
46.90.61	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS
46.90.62	AQUISIÇÃO DE BENS PARA REVENDA
46.90.63	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS DE CRÉDITO
46.90.64	AQUISIÇÃO DE TÍTULOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL JÁ INTEGRALIZADO
46.90.65	CONSTITUIÇÃO OU AUMENTO DE CAPITAL DE EMPRESAS
46.90.66	CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS
46.90.67	DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS
46.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
46.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
47.11.41	CONTRIBUIÇÕES
47.11.42	AUXÍLIOS
47.12.41	CONTRIBUIÇÕES
47.13.42	AUXÍLIOS
47.13.42	AUXÍLIOS
47.20.41	CONTRIBUIÇÕES
47.20.42	AUXÍLIOS
47.30.41	CONTRIBUIÇÕES

47.30.42	AUXÍLIOS
47.40.41	CONTRIBUIÇÕES
47.40.42	AUXÍLIOS
47.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO
47.90.72	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
47.90.73	CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL DA DÍVIDA POR CONTRATO
47.90.74	CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
47.90.75	CORREÇÃO MONETÁRIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DE RECEITA
47.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
47.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
48.11.41	CONTRIBUIÇÕES
48.11.42	AUXÍLIOS
48.12.41	CONTRIBUIÇÕES
48.13.42	AUXILIOS
48.14.42	AUXILIOS
48.20.42	AUXILIOS
48.30.41	CONTRIBUIÇÕES
48.30.42	AUXILIOS
48.49.42	AUXILIOS
48.90.71	PRINCIPAL DA DÍVIDA POR CONTRATO
48.90.72	PRINCIPAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
48.90.73	CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL DA DÍVIDA POR CONTRATO
48.90.74	CORREÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL DA DÍVIDA MOBILIÁRIA
48.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
48.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
49.11.41	CONTRIBUIÇÕES
49.11.42	AUXÍLIOS
49.12.41	CONTRIBUIÇÕES
49.13.42	AUXÍLIOS
49.14.42	AUXÍLIOS
49.20.41	CONTRIBUIÇÕES
49.20.42	AUXÍLIOS
49.30.41	CONTRIBUIÇÕES
49.30.42	AUXILIOS
49.40.41	CONTRIBUIÇÕES
49.40.42	AUXÍLIOS
49.50.41	CONTRIBUIÇÕES
49.50.42	AUXÍLIOS
49.60.41	CONTRIBUIÇÕES
49.60.42	AUXÍLIOS
49.71.41	CONTRIBUIÇÕES
49.71.42	AUXÍLIOS
49.72.41	CONTRIBUIÇÕES
49.72.42	AUXÍLIOS
49.73.41	CONTRIBUIÇÕES
49.73.42	AUXÍLIOS
49.90.91	SENTENÇAS JUDICIAIS
49.90.92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
49.90.93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
90.00.00	RESERVA DE CONTIGÊNCIA

TABELA IV

CODIFICAÇÃO DAS NATUREZAS DA RECEITA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES
1100.00.00	RECEITA TRIBUTÁRIA
1110.00.00	IMPOSTOS
1112.00.00	IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA
1112.02.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA
1112.04.00	IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA E ADICIONAL
1112.04.01	PESSOAS FÍSICAS
1112.05.00	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
1112.07.00	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS
1112.08.00	IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS
1113.00.00	IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO
1113.02.00	IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO
1113.05.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA
1113.07.00	IMPOSTO SOBRE VENDAS A VAREJO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS
1120.00.00	TAXAS
1121.00.00	TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
1121.20.00	TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS
1122.00.00	TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
1122.30.00	TAXA DE EXPEDIENTE
1122.31.00	TAXA DE USO DE LOGRADOURO PÚBLICO
1122.32.00	TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA
1122.33.00	TAXA DE CEMITÉRIO
1122.34.00	TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO
1130.00.00	CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES
1210.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
1210.07.00	CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO DE SAÚDE
1210.07.01	FUNDO DE SAÚDE DA PMDF
1210.07.02	FUNDO DE SAÚDE DO CBDF
1210.07.03	FUNDO DE SAÚDE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1210.30.00	CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL
1310.00.00	RECEITAS IMOBILIÁRIAS
1311.00.00	ALUGUÉIS
1311.01.00	BANCAS DE JORNAIS
1311.02.00	ESTAÇÃO RODOVIÁRIA
1311.03.00	ESTAÇÃO RODOFERROVIÁRIA
1311.04.00	TERMINAIS RODOVIÁRIOS DAS CIDADES SATÉLITES
1311.05.00	CENTRO DESPORTIVO NILSON NELSON
1311.99.00	OUTROS ALUGUÉIS
1312.00.00	ARRENDAMENTOS
1315.00.00	TAXA DE OCUPAÇÃO DE IMÓVEIS
1319.00.00	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS
1320.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS
1322.00.00	DIVIDENDOS
1322.01.00	BANCOS
1322.02.00	EMPRESAS
1323.00.00	PARTICIPAÇÕES
1390.00.00	OUTRAS RECEITAS PATRIMONIAIS
1400.00.00	RECEITA AGROPECUÁRIA
1410.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO VEGETAL
1420.00.00	RECEITA DA PRODUÇÃO ANIMAL E DERIVADOS
1500.00.00	RECEITA INDUSTRIAL
1520.00.00	RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1520.29.00	INDÚSTRIA EDITORIAL E GRÁFICA
1520.30.00	INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO
1520.99.00	OUTRAS RECEITAS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS
1600.01.00	SERVIÇOS COMERCIAIS
1600.01.99	OUTROS SERVIÇOS COMERCIAIS
1600.02.00	SERVIÇOS FINANCEIROS
1600.02.01	JUROS DE EMPRÉSTIMOS
1600.02.10	JUROS BANCÁRIOS
1600.03.00	SERVIÇOS DE TRANSPORTE
1600.03.01	SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO
1600.03.02	SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO
1600.05.00	SERVIÇOS HOSPITALARES
1600.05.11	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
1600.05.99	OUTROS SERVIÇOS HOSPITALARES
1600.10.00	SERVIÇOS DE CONTROLE E ANÁLISE DE MERCADORIAS, DROGAS, MEDICAMENTOS E ALIMENTOS
1600.10.01	INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL
1600.16.00	SERVIÇOS EDUCACIONAIS
1600.16.11	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
1600.17.00	SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS
1600.19.00	SERVIÇOS RECREATIVOS E CULTURAIS
1600.99.00	OUTROS SERVIÇOS
1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1710.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
1712.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL
1720.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
1721.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
1721.01.00	PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO
1721.01.01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
1721.01.02	COTA PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
1721.01.04	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO (ARTS. 157 E 158, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL)
1721.01.05	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL
1721.01.12	COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
1721.01.30	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
1721.09.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
1721.09.99	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES DA UNIÃO
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES
1910.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA
1911.00.00	MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS
1911.42.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO IPTU
1911.43.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ICMS
1911.44.00	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS
1911.45.00	MULTAS E JUROS DE MORA DA TLP
1911.99.00	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTROS TRIBUTOS
1919.00.00	MULTAS DE OUTRAS ORIGENS
1920.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
1921.00.00	INDENIZAÇÕES
1921.01.00	COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
1921.09.00	OUTRAS INDENIZAÇÕES
1922.00.00	RESTITUIÇÕES
1930.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA
1931.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA
1931.20.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO IPTU
1931.21.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ICMS
1931.22.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DO ISS
1931.23.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DA TLP
1931.99.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS
1932.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA
1980.00.00	RECEITA DE CONVÊNIOS
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS
2000.00.00	**RECEITAS DE CAPITAL**
2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO
2110.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
2120.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS
2210.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS
2220.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS
2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS
2412.00.00	TRANSFERÊNCIAS DO DISTRITO FEDERAL
2420.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS
2421.00.00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
2421.09.00	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO
2421.09.01	AUXÍLIO E OU CONTRIBUIÇÕES DA UNIÃO
2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL
2530.00.00	RECEITA DE CONVÊNIOS
2590.00.00	OUTRAS RECEITAS

TABELA V

CODIFICAÇÃO DAS METAS UNIDADES DE MEDIDA

A - ORDEM NUMÉRICA

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
0001	ABASTECEDOURO INSTALADO (unid.)
0002	ABRIGO CONSTRUÍDO (m²)
0003	ABRIGO REFORMADO (m²)
0004	ACADEMIA CONSTRUÍDA (unid.)
0005	ACIDENTE ATENDIDO (unid.)
0006	ACIDENTE REGISTRADO (unid.)
0007	AGROTÓXICO MANUSEADO (ℓ)
0008	ALBERGUE ASSISTIDO (unid.)
0009	ALBERGUE CONSTRUÍDO (m²)
0010	ALBERGUE REFORMADO (m²)
0011	ALERTA PROCEDIDO (unid.)
0012	ALUNO ASSISTIDO (pess.)
0013	ALUNO ATENDIDO (pess.)
0014	ALUNO/HORA ATENDIDO (pess.)
0015	ALUNO MANTIDO (pess.)
0016	ALUNO MATRICULADO (pess.)
0017	ALUNO/SALA DE AULA (percent.)
0018	AMOSTRA PESQUISADA (unid.)
0019	AMOSTRA REALIZADA (unid.)
0020	AMPERE INSTALADO (A)
0021	ANÁLISE REALIZADA (unid.)
0022	ANEXO CONSTRUÍDO (unid.)
0023	ANEXO MANTIDO (unid.)
0024	ANIMAL ALIMENTADO (unid.)
0025	ANIMAL EXAMINADO (unid.)
0026	APARTAMENTO INSPECIONADO (unid.)
0027	APARTAMENTO MANTIDO (unid.)
0028	ÁREA ASSISTIDA (ha)
0029	ÁREA DE EXAME CONSTRUÍDA (unid.)
0030	ÁREA DE EXAME MANTIDA (unid.)
0031	ÁREA IRRIGADA (ha)
0032	ARMA APREENDIDA (unid.)
0033	ARMA FORNECIDA (unid.)
0034	ARMA LIBERADA (unid.)
0035	ARMA REGISTRADA (unid.)
0036	ARMAMENTO ENTREGUE (unid.)
0037	ARTESÃO ASSISTIDO (pess.)
0038	ARTESÃO REGISTRADO (pess.)
0039	ÁRVORE PLANTADA (unid.)
0040	ASSOCIAÇÃO ATENDIDA (unid.)
0041	ASSOCIAÇÃO MANTIDA (unid.)
0042	ATENDIMENTO/ANO PROCEDIDO (mil.)
0043	ATERRO REALIZADO (m³)
0044	ATERRO REALIZADO (unid.)
0045	AVALIAÇÃO REALIZADA (unid.)
0046	BAIA DE ÔNIBUS (unid.)
0047	BALÃO CONSTRUÍDO (unid.)
0048	BALÃO IMPLANTADO (unid.)
0049	BALÃO MANTIDO (unid.)
0050	BALÃO PLANTADO (unid.)
0051	BANCA AUTORIZADA (unid.)
0052	BANCA FISCALIZADA (unid.)
0053	BANHEIRO AMPLIADO (unid.)
0054	BANHEIRO CONSTRUÍDO (unid.)
0055	BANHEIRO HIGIENIZADO (unid.)
0056	BARRAGEM CONSTRUÍDA (unid.)
0057	BEM CATALOGADO (unid.)
0058	BEM CONSERVADO (unid.)
0059	BEM INVENTARIADO (unid.)
0060	BIBLIOTECA AMPLIADA (unid.)

0061 BIBLIOTECA CONSTRUÍDA (unid.)
0062 BIBLIOTECA EQUIPADA (unid.)
0063 BIBLIOTECA MANTIDA (unid.)
0064 BOLSA CONCEDIDA (unid.)
0065 BOMBA INSTALADA (unid.)
0066 BOMBEIRO ASSISTIDO (unid.)
0067 BOX AMPLIADO (unid.)
0068 BOX CONSTRUÍDO (unid.)
0069 BOX INSPECIONADO (unid.)
0070 BRIGADA MANTIDA (unid.)
0071 BUEIRO CONSERVADO (unid.)
0072 BUEIRO CONSTRUÍDO (unid.)
0073 BYTE INSTALADO (unid.)
0074 CADASTRO REALIZADO (unid.)
0075 CAIXA INSPECIONADA (unid.)
0076 CAIXA INSTALADA (unid.)
0077 CAMINHÃO ADQUIRIDO (unid.)
0078 CAMINHÃO MANTIDO (unid.)
0079 CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA (unid.)
0080 CAMPANHA REALIZADA (unid.)
0081 CANAL CONSTRUÍDO (m)
0082 CAPELA CONSTRUÍDA (unid.)
0083 CAPELA MANTIDA (unid.)
0084 CARRETA INSPECIONADA (unid.)
0085 CARRETA PESADA (unid.)
0086 CARTUCHO CONSUMIDO (unid.)
0087 CARTUCHO FORNECIDO (unid.)
0088 CASA CADASTRADA (unid.)
0089 CASA CONSTRUÍDA (unid.)
0090 CASA VISITADA (unid.)
0091 CAVALO VAPOR INSTALADO (unid.)
0092 CAVALO VAPOR MANTIDO (unid.)
0093 CEMITÉRIO INSTALADO (unid.)
0094 CEMITÉRIO MANTIDO (unid.)
0095 CENTRO ASSISTIDO (unid.)
0096 CENTRO CONSERVADO (unid.)
0097 CENTRO CONSTRUÍDO (unid.)
0098 CENTRO CRIADO (unid.)
0099 CENTRO IMPLANTADO (unid.)
0100 CENTRO MANTIDO (unid.)
0101 CENTRO RECUPERADO (unid.)
0102 CESTA BÁSICA FORNECIDA (unid.)
0103 CHURRASQUEIRA CONSTRUÍDA (unid.)
0104 CHURRASQUEIRA MANTIDA (unid.)
0105 CIAC CONSTRUÍDO (unid.)
0106 CIAC MANTIDO (unid.)
0107 CIRETRAN CONSTRUÍDO (unid.)
0108 CIRETRAN MANTIDO (unid.)
0109 CIVIL ALIMENTADO (pess.)
0110 CLUBE CONSTRUÍDO (unid.)
0111 COLEÇÃO ADQUIRIDA (unid.)
0112 COLETA REALIZADA (unid.)
0113 COLMEIA TRANSFERIDA (unid.)
0114 COLÔNIA ASSISTIDA (unid.)
0115 COLONO ASSISTIDO (pess.)
0116 COMPUTADOR INSTALADO (unid.)
0117 COMUNIDADE ASSISTIDA (unid.)
0118 CONCERTO REALIZADO (unid.)
0119 CONCHA ACÚSTICA CONSTRUÍDA (m^2)
0120 CONJUNTO ASSISTIDO (unid.)
0121 CONJUNTO INSTALADO (unid.)
0122 CONJUNTO MANTIDO (unid.)
0123 CONSULTA MARCADA (unid.)
0124 CONSULTA REALIZADA (unid.)
0125 CONVÊNIO REALIZADO (unid.)
0126 COOPERATIVA CRIADA (unid.)
0127 CRECHE CONSTRUÍDA (unid.)
0128 CRECHE MANTIDA (unid.)
0129 CRIANÇA ASSISTIDA (pess.)
0130 CRUZAMENTO IMPLANTADO (unid.)
0131 CRUZAMENTO SEMAFÓRICO (unid.)
0132 CURRAL CONSTRUÍDO (unid.)
0133 CURRAL MANTIDO (unid.)
0134 CURSO REALIZADO (unid.)
0135 DELEGACIA CONSTRUÍDA (unid.)
0136 DELEGACIA INSTALADA (unid.)
0137 DELEGACIA MANTIDA (unid.)
0138 DEPENDENTE ASSISTIDO (pess.)
0139 DEPÓSITO CONSTRUÍDO (unid.)
0140 DEPÓSITO DE LIXO TÓXICO CONSTRUÍDO (unid.)
0141 DEPÓSITO INSPECIONADO (unid.)
0142 DEPÓSITO MANTIDO (unid.)
0143 DISTRITO CONSTRUÍDO (unid.)
0144 DISTRITO MANTIDO (unid.)
0145 DOCENTE ASSISTIDO (pess.)
0146 DOCENTE CONTRATADO (pess.)
0147 DOCUMENTO CADASTRADO (unid.)
0148 DOCUMENTO IDENTIFICADO (unid.)
0149 DOCUMENTO PRESERVADO (unid.)
0150 DOENTE ATENDIDO (pess.)
0151 DOSE MINISTRADA (unid.)
0152 DRENAGEM URBANA REALIZADA (m^2)
0153 EDIÇÃO REALIZADA (unid.)
0154 EDIFICAÇÃO FISCALIZADA (unid.)
0155 EFETIVO ALIMENTADO (servidor)
0156 EFETIVO AUMENTADO (servidor)
0157 ELEVADOR INSTALADO (unid.)
0158 ELEVADOR VISTORIADO (unid.)
0159 EMPRESA ASSISTIDA (unid.)
0160 EMPRESA CADASTRADA (unid.)
0161 EMPRESA FISCALIZADA (unid.)
0162 ENSAIO REALIZADO (unid.)
0163 ENTIDADE ASSISTIDA (unid.)
0164 ENTIDADE CADASTRADA (unid.)
0165 ENTIDADE FISCALIZADA (unid.)
0166 ENTREVISTA REALIZADA (unid.)
0167 ENXAME EXTERMINADO (unid.)
0168 ENXAME IDENTIFICADO (unid.)
0169 ENXAME REMOVIDO (unid.)
0170 EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (peça)
0171 EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (unid.)
0172 EQUIPAMENTO INSPECIONADO (unid.)
0173 EQUIPE ASSISTIDA (unid.)
0174 EQUIPE MANTIDA (unid.)
0175 ESCADA ADQUIRIDA (unid.)
0176 ESCAVAÇÃO REALIZADA (m^3)
0177 ESCOLA ASSISTIDA (unid.)
0178 ESCOLA CONSTRUÍDA (m^2)
0179 ESCOLA CONSTRUÍDA (unid.)
0180 ESCOLA CRIADA (unid.)
0181 ESCOLA MANTIDA (unid.)
0182 ESCRITÓRIO COMUNITÁRIO CRIADO (unid.)
0183 ESPÉCIE ANALISADA (unid.)
0184 ESTAÇÃO IMPLANTADA (unid.)
0185 ESTAÇÃO CONSTRUÍDA (unid.)
0186 ESTAÇÃO MANTIDA (unid.)
0187 ESTACIONAMENTO AMPLIADO (m^2)
0188 ESTAGIÁRIO ATENDIDO (pess.)
0189 ESTAGIÁRIO CONTRATADO (pess.)
0190 ESTOJO ADQUIRIDO (unid.)
0191 ESTRADA CONSTRUÍDA (km)
0192 ESTRADA RECUPERADA (km)
0193 ESTRUTURA FISCALIZADA (unid.)
0194 ESTRUTURA INSTALADA (unid.)
0195 ESTUDO AVALIADO (unid.)
0196 ESTUDO E PROJETO ELABORADO (unid.)
0197 ESTUDO REALIZADO (unid.)
0198 EVENTO APOIADO (unid.)
0199 EVENTO DIVULGADO (unid.)
0200 EVENTO PROMOVIDO (unid.)
0201 EVENTO REALIZADO (unid.)
0202 EXAME REALIZADO (unid.)

0203	EXEMPLAR ADQUIRIDO (unid.)
0204	EXEMPLAR EDITADO (unid.)
0205	EXPERIMENTO APOIADO (unid.)
0206	EXPERIMENTO REALIZADO (unid.)
0207	EXPOSIÇÃO REALIZADA (unid.)
0208	FAMÍLIA ASSISTIDA (unid.)
0209	FEIRA CONSTRUÍDA (unid.)
0210	FEIRA FISCALIZADA (unid.)
0211	FEIRA INSTALADA (unid.)
0212	FEIRA REALIZADA (unid.)
0213	FICHA ANALISADA (unid.)
0214	FILME ADQUIRIDO (unid.)
0215	FILME APOIADO (unid.)
0216	FILME EDITADO (unid.)
0217	FILME REALIZADO (unid.)
0218	FILME VEICULADO (unid.)
0219	FILTRO FORNECIDO (unid.)
0220	FILTRO INSPECIONADO (unid.)
0221	FILTRO INSTALADO (unid.)
0222	FINANCIAMENTO CONCEDIDO (unid.)
0223	FITA ADQUIRIDA (unid.)
0224	FITA GRAVADA (unid.)
0225	FÓRMULA ANALISADA (unid.)
0226	FOTO ANALISADA (unid.)
0227	FROTA AMPLIADA (unid.)
0228	FROTA RENOVADA (unid.)
0229	FUNDAÇÃO ASSISTIDA (unid.)
0230	FUNDAÇÃO MANTIDA (unid.)
0231	GALPÃO CONSTRUÍDO (unid.)
0232	GINÁSIO CONSTRUÍDO (unid.)
0233	GINÁSIO MANTIDO (unid.)
0234	GRAMA PLANTADA (m²)
0235	GRUPO INDIGENA ASSISTIDO (unid.)
0236	HABITAÇÃO VISTORIADA (unid.)
0237	HABITANTE CADASTRADO (pess.)
0238	HOMEM/HORA CONTRATADO (pess.)
0239	HOMEM/MÊS CONTRATADO (pess.)
0240	HORA/AULA MINISTRADA (unid.)
0241	HORTA DIVERSIFICADA (unid.)
0242	HOSPITAL CONSTRUÍDO (M2)
0243	HOSPITAL CONSTRUÍDO (unid.)
0244	HOSPITAL CONTRATADO (unid.)
0245	HOSPITAL FISCALIZADO (unid.)
0246	HOSPITAL IMPLANTADO (unid.)
0247	HOSPITAL MANTIDO (unid.)
0248	HOSPITAL VISTORIADO (unid.)
0249	IDENTIFICAÇÃO REALIZADA (unid.)
0250	IMPRESSORA INSTALADA (unid.)
0251	INFRAÇÃO COMETIDA (unid.)
0252	INFRA-ESTRUTURA RECUPERADA (unid.)
0253	INSETO EXTERMINADO (unid.)
0254	INSETO PESQUISADO (unid.)
0255	INSPEÇÃO REALIZADA (unid.)
0256	INSTALAÇÃO CONSTRUÍDA (unid.)
0257	INSTITUIÇÃO APOIADA (unid.)
0258	LEITO DE RIO RETIFICADO (km)
0259	LEITO INSTALADO (unid.)
0260	LEITO MANTIDO (unid.)
0261	LEVANTAMENTO REALIZADO (unid.)
0262	LIGAÇÃO REALIZADA (unid.)
0263	LINHA INSTALADA (unid.)
0264	LINHA MANTIDA (unid.)
0265	LIVRO CADASTRADO (unid.)
0266	LIVRO CATALOGADO (unid.)
0267	LIVRO DISTRIBUÍDO (unid.)
0268	LIVRO EDITADO (unid.)
0269	LIVRO RECUPERADO (unid.)
0270	LIXO COLETADO (t)
0271	LOTE DISTRIBUÍDO (unid.)
0272	LOTE URBANIZADO (unid.)
0273	LOTE VENDIDO (unid.)
0274	MATERIAL ANO LECIONADA (unid.)
0275	MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DISTRIBUIDO (unid.)
0276	MATRIZ ADQUIRIDA (unid.)
0277	MÉDICO RESIDENTE CONTRATADO (unid.)
0278	MEIO FIO IMPLANTADO (m)
0279	MENOR ASSISTIDO (unid.)
0280	MICROAGROINDÚSTRIA CRIADA (unid.)
0281	MICROBACIA ASSISTIDA (ha)
0282	MICROCOMPUTADOR INSTALADO (unid.)
0283	MILITAR ALIMENTADO (pess.)
0284	MISSÃO ASSISTIDA (unid.)
0285	MISSÃO REALIZADA (unid.)
0286	MODELO CRIADO (unid.)
0287	MÓDULO CONCLUÍDO (unid.)
0288	MÓDULO CONSTRUÍDO (unid.)
0289	MÓDULO HABITACIONAL ENTREGUE (unid.)
0290	MODEM LOCADO (unid.)
0291	MONUMENTO CONSERVADO (unid.)
0292	MONUMENTO CONSTRUÍDO (unid.)
0293	MONUMENTO PRESERVADO (unid.)
0294	MORADIA CADASTRADA (unid.)
0295	MORADIA ENTREGUE (unid.)
0296	MORADIA FINANCIADA (unid.)
0297	MORADIA VISITADA (unid.)
0298	MUDA DOADA (unid.)
0299	MUDA PESQUISADA (unid.)
0300	MUDA PLANTADA (unid.)
0301	MUDA PRODUZIDA (mil.)
0302	MUDA VENCIDA (unid.)
0303	MUNICÍPIO ASSISTIDO (unid.)
0304	MUSEU CONSERVADO (unid.)
0305	MUSEU CONSTRUÍDO (unid.)
0306	MUSEU MANTIDO (unid.)
0307	MUSEU RECUPERADO (unid.)
0308	MUSEU REFORMADO (unid.)
0309	NECRÓPOLE CONSTRUÍDA (unid.)
0310	NECRÓPOLE MANTIDA (unid.)
0311	NO BREAK INSTALADO (unid.)
0312	NOTA ELABORADA (unid.)
0313	NÚCLEO ASSISTIDO (unid.)
0314	NÚCLEO IMPLANTADO (unid.)
0315	NÚCLEO URBANO ASSISTIDO (unid.)
0316	NÚCLEO URBANO IMPLANTADO (unid.)
0317	OBRA EXECUTADA (m²)
0318	OBRA INSPECIONADA (unid.)
0319	OBRA RESTAURADA (unid.)
0320	OCORRÊNCIA ANALISADA (unid.)
0321	OFICINA CADASTRADA (unid.)
0322	OFICINA FISCALIZADA (unid.)
0323	OFICINA REMOVIDA (unid.)
0324	OFICINA VISITADA (unid.)
0325	OLARIA INSTALADA (unid.)
0326	OLARIA MANTIDA (unid.)
0327	ÔNIBUS ADQUIRIDO (unid.)
0328	ÔNIBUS VISTORIADO (unid.)
0329	OPERAÇÃO ASSISTIDA (unid.)
0330	OPERAÇÃO REALIZADA (unid.)
0331	OPERAÇÃO SIMULADA (unid.)
0332	ORGANIZAÇÃO MILITAR ASSISTIDA (unid.)
0333	ORGANIZAÇÃO MILITAR CONSTRUIDA (unid.)
0334	ORGANIZAÇÃO MILITAR IMPLANTADA (unid.)
0335	ORGANIZAÇÃO MILITAR MANTIDA (unid.)
0336	ORGANIZAÇÃO MILITAR RECUPERADA (unid.)
0337	ORGANIZAÇÃO MILITAR REFORMADA (unid.)
0338	PALESTRA PROFERIDA (unid.)
0339	PALESTRA REALIZADA (unid.)
0340	PARCELA REALIZADA (unid.)
0341	PARQUE CONSERVADO (unid.)

0342	PARQUE CONSTRUÍDO (unid.)
0343	PARQUE MANTIDO (unid.)
0344	PARTICIPANTE ATENDIDO (pess.)
0345	PASSAGEIRO/DIA ATENDIDO (pess.)
0346	PASSARELA CONSERVADA (m.)
0347	PASSARELA CONSTRUÍDA (unid.)
0348	PASSEIO CONSTRUÍDO (m²)
0349	PAVIMENTAÇÃO REALIZADA (m²)
0350	PEÇA ADQUIRIDA (unid.)
0351	PEÇA CONSERVADA (unid.)
0352	PEÇA REALIZADA (unid.)
0353	PEÇA RECUPERADA (unid.)
0354	PENITENCIÁRIA CONSTRUÍDA (m²)
0355	PENITENCIÁRIA RECUPERADA (m²)
0356	PERFIL LEVANTADO (unid.)
0357	PERÍCIA REALIZADA (unid.)
0358	PESCA REALIZADA (evento)
0359	PESQUISA CONTRATADA (unid.)
0360	PESQUISA EFETIVADA (unid.)
0361	PESQUISA EFETUADA (unid.)
0362	PESQUISA REALIZADA (unid.)
0363	PESSOA ASSISTIDA (pess.)
0364	PISCINA CONSTRUÍDA (unid.)
0365	PISCINA MANTIDA (unid.)
0366	PISCINA VISTORIADA (unid.)
0367	PLACA IMPLANTADA (unid.)
0368	PLACA INSTALADA (unid.)
0369	PLACA RECUPERADA (unid.)
0370	PLACA SUBSTITUÍDA (unid.)
0371	PLACA VERTICAL IMPLANTADA (unid.)
0372	PLACA VERTICAL MANTIDA (unid.)
0373	PLANTIO ASSISTIDO (unid.)
0374	POCILGA CONSTRUÍDA (unid.)
0375	POÇO FISCALIZADO (unid.)
0376	POÇO MANTIDO (unid.)
0377	POÇO PERFURADO (unid.)
0378	POLICIAL ASSISTIDO (pess.)
0379	PONTE CONSERVADA (m.)
0380	PONTE CONSTRUÍDA (unid.)
0381	PONTE RECUPERADA (m.)
0382	PONTO CONSTRUÍDO (unid.)
0383	PONTO DE TÁXI CONSTRUÍDO (unid.)
0384	PONTO MANTIDO (unid.)
0385	PONTO REFORMADO (unid.)
0386	POSTE INSTALADO (unid.)
0387	POSTE SUBSTITUIDO (unid.)
0388	POSTO AVANÇADO CONSTRUIDO (unid.)
0389	POSTO AVANÇADO MANTIDO (unid.)
0390	POSTO CONSERVADO (unid.)
0391	POSTO CONSTRUÍDO (unid.)
0392	POSTO DE FISCALIZAÇÃO CONSTRUÍDO (unid.)
0393	POSTO FISCALIZADO (unid.)
0394	POSTO MANTIDO (unid.)
0395	POSTO MEDICO CONSTRUIDO (m²)
0396	POSTO VISTORIADO (unid.)
0397	PRAÇA CONSTRUÍDA (unid.)
0398	PRAÇA IMPLANTADA (unid.)
0399	PRAÇA MANTIDA (unid.)
0400	PRAÇA RECUPERADA (unid.)
0401	PRAGA E DOENÇA CONTROLADA (unid.)
0402	PRÉDIO ADAPTADO (unid.)
0403	PRÉDIO AMPLIADO (m²)
0404	PRÉDIO CADASTRADO (unid.)
0405	PRÉDIO CONSTRUIDO (m²)
0406	PRÉDIO CONSTRUÍDO (unid.)
0407	PRÉDIO ESCOLAR CONSERVADO (unid.)
0408	PRÉDIO ESCOLAR CONSTRUIDO (unid.)
0409	PRÉDIO ESCOLAR RECUPERADO (unid.)
0410	PRÉDIO ESCOLAR VISTORIADO (unid.)
0411	PRÉDIO RECUPERADO (m²)
0412	PRÉDIO REFORMADO (m²)
0413	PRÉDIO VISTORIADO (unid.)
0414	PRESÍDIO CONSTRUÍDO (m²)
0415	PRESÍDIO CONSTRUÍDO (unid.)
0416	PRESÍDIO MANTIDO (m²)
0417	PRESÍDIO MANTIDO (unid.)
0418	PRESO ASSISTIDO (pess.)
0419	PRESO RESSOCIALIZADO (pess.)
0420	PRODUÇÃO ASSISTIDA (ha)
0421	PRODUÇÃO ASSISTIDA (unid.)
0422	PRODUTO ADQUIRIDO (t)
0423	PRODUTO ANALISADO (unid.)
0424	PRODUTO ASSEGURADO (t)
0425	PRODUTO CADASTRADO (unid.)
0426	PRODUTO CLASSIFICADO (t)
0427	PRODUTO FINANCIADO (t)
0428	PRODUTO PADRONIZADO (t)
0429	PRODUTO PESQUISADO (unid.)
0430	PRODUTOR ASSISTIDO (pess.)
0431	PRODUTOR CADASTRADO (pess.)
0432	PROFESSOR ASSISTIDO (pess.)
0433	PROFESSOR CONTRATADO (pess.)
0434	PROGRAMA PRODUZIDO (unid.)
0435	PROGRAMA REALIZADO (evento)
0436	PROGRAMA REALIZADO (unid.)
0437	PROJETO ANALISADO (unid.)
0438	PROJETO ELABORADO (unid.)
0439	PROJETO EXECUTADO (unid.)
0440	PROJETO REALIZADO (unid.)
0441	PUBLICAÇÃO ADQUIRIDA (unid.)
0442	PUBLICAÇÃO CADASTRADA (unid.)
0443	PUBLICAÇÃO VENDIDA (unid.)
0444	PÚBLICO ATENDIDO (pess.)
0445	QUADRA CADASTRADA (unid.)
0446	QUADRA CONSTRUÍDA (unid.)
0447	QUADRA PAVIMENTADA (unid.)
0448	QUADRA PESQUISADA (unid.)
0449	QUADRA URBANIZADA (unid.)
0450	QUARTEL CONSTRUIDO (m²)
0451	QUARTEL MANTIDO (unid.)
0452	QUARTEL REFORMADO (m²)
0453	QUESTIONÁRIO AVALIADO (unid.)
0454	RÁDIO INSTALADO (unid.)
0455	REBANHO ASSISTIDO (unid.)
0456	REDE IMPLANTADA (unid.)
0457	REDE PLUVIAL IMPLANTADA (m.)
0458	REDE PÚBLICA REMANEJADA (km)
0459	REDE SUBSTITUIDA (unid.)
0460	REDE TELEFÔNICA IMPLANTADA (unid.)
0461	REFEIÇÃO FORNECIDA (unid.)
0462	REFEIÇÃO INSPECIONADA (unid.)
0463	REFEIÇÃO PREPARADA (unid.)
0464	RELATÓRIO AVALIADO (unid.)
0465	RELATÓRIO ELABORADO (unid.)
0466	RODOVIA CONSTRUÍDA (km)
0467	SACA ADQUIRIDA (unid.)
0468	SACA CONFERIDA (unid.)
0469	SACA FISCALIZADA (unid.)
0470	SALA DE AULA CONSTRUÍDA (unid.)
0471	SALA DE AULA MANTIDA (unid.)
0472	SALA DE AULA RECUPERADA (unid.)
0473	SALÃO CONSTRUÍDO (m²)
0474	SALÃO DECORADO (unid.)
0475	SALÃO RECUPERADO (m²)
0476	SANITÁRIO CONSTRUÍDO (m²)
0477	SEDE AMPLIADA (unid.)
0478	SEDE CONSTRUÍDA (m²)
0479	SEDE CONSTRUÍDA (unid.)
0480	SEDE MANTIDA (m²)
0481	SEDE RECUPERADA (m²)
0482	SEDE RECUPERADA (unid.)

0483	SEDE REFORMADA (unid.)
0484	SEMEADURA PROCEDIDA (unid.)
0485	SEMENTE COMERCIALIZADA (t)
0486	SEMENTE PRODUZIDA (t)
0487	SEMINÁRIO APOIADO (unid.)
0488	SEMINÁRIO CONTRATADO (unid.)
0489	SEMINÁRIO REALIZADO (unid.)
0490	SERVIDOR ASSISTIDO (pcss.)
0491	SERVIDOR CADASTRADO (pcss.)
0492	SERVIDOR CONTRATADO (pcss.)
0493	SERVIDOR TREINADO (pcss.)
0494	SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA MANTIDA (unid.)
0495	SISTEMA ANALISADO (unid.)
0496	SISTEMA AVALIADO (unid.)
0497	SISTEMA CONTRATADO (unid.)
0498	SISTEMA DESENVOLVIDO (unid.)
0499	SISTEMA EXPERIMENTADO (unid.)
0500	SISTEMA IMPLANTADO (m²)
0501	SISTEMA IMPLANTADO (unid.)
0502	SISTEMA INSTALADO (unid.)
0503	SISTEMA MELHORADO (m²)
0504	SOFTWARE ADQUIRIDO (unid.)
0505	SOLO CONSERVADO (m²)
0506	TANQUE ABERTO (unid.)
0507	TEATRO CONSTRUÍDO (unid.)
0508	TÉCNICO ASSISTIDO (pcss.)
0509	TÉCNICO CADASTRADO (pcss.)
0510	TÉCNICO MANTIDO (pcss.)
0511	TELEFONE ADQUIRIDO (unid.)
0512	TELEFONE INSTALADO (unid.)
0513	TERMINAL CONSTRUÍDO (m²)
0514	TERMINAL IMPLANTADO (m²)
0515	TERMINAL INSTALADO (m²)
0516	TERMINAL RECUPERADO (m²)
0517	TERRAPLANAGEM REALIZADA (km)
0518	TERRENO CADASTRADO (unid.)
0519	TERRENO FISCALIZADO (unid.)
0520	TESTE CONTRATADO (unid.)
0521	TESTE REALIZADO (unid.)
0522	TEXTO EDITADO (unid.)
0523	TEXTO PROCESSADO (unid.)
0524	TEXTO REVISTO (unid.)
0525	TRABALHADOR ASSISTIDO (pcss.)
0526	TRABALHADOR TREINADO (pcss.)
0527	TRANSCEPTOR ADQUIRIDO (unid.)
0528	TRATAMENTO AVALIADO (unid.)
0529	TRATAMENTO PROCEDIDO (unid.)
0530	TRATAMENTO RECOMENDADO (unid.)
0531	TREINANDO ASSISTIDO (pcss.)
0532	UNIDADE CONSTRUÍDA (unid.)
0533	UNIDADE INSTALADA (unid.)
0534	UNIDADE RECUPERADA (unid.)
0535	UNIFORME FORNECIDO (unid.)
0536	USINA INSTALADA (unid.)
0537	USINA RECUPERADA (unid.)
0538	VACINAÇÃO REALIZADA (unid.)
0539	VAGA ADICIONADA (pcss.)
0540	VAGA ADICIONADA (unid.)
0541	VAGA CADASTRADA (unid.)
0542	VAGA DEMARCADA (unid.)
0543	VEÍCULO ADQUIRIDO (unid.)
0544	VEÍCULO APREENDIDO (unid.)
0545	VEÍCULO CADASTRADO (unid.)
0546	VEÍCULO CONSERVADO (unid.)
0547	VEÍCULO LEVE ADQUIRIDO (unid.)
0548	VEÍCULO LEVE MANTIDO (unid.)
0549	VEÍCULO PESADO ADQUIRIDO (unid.)
0550	VEÍCULO PESADO MANTIDO (unid.)
0551	VEÍCULO RECUPERADO (unid.)
0552	VEÍCULO VISTORIADO (unid.)
0553	VESTIÁRIO CONSTRUÍDO (m²)
0554	VESTIÁRIO CONSTRUÍDO (unid.)
0555	VESTIÁRIO INSPECIONADO (unid.)
0556	VESTIÁRIO RECUPERADO (m²)
0557	VIA CONSERVADA (km)
0558	VIA CONSTRUÍDA (km)
0559	VIA IMPLANTADA (km)
0560	VIA RECUPERADA (km)
0561	VIA SINALIZADA (km)
0562	VIADUTO CONSTRUÍDO (unid.)
0563	VIAGEM REALIZADA (unid.)
0564	VIATURA ADQUIRIDA (unid.)
0565	VIATURA CONSERVADA (unid.)
0566	VIATURA MANTIDA (unid.)
0567	VIATURA RECUPERADA (unid.)
0568	VISITA REALIZADA (unid.)
0569	PUBLICIDADE E PROPAGANDA (unid.)
0570	INFRAÇÃO PENAL INVESTIGADA (unid.)
0571	PESSOA ORIENTADA (unid.)
0572	QUADRA REFORMADA (unid.)
0573	SEMÁFORO MANTIDO (unid.)
0574	INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA (unid.)
0575	PROGRAMA SUBSIDIADO (unid.)
0576	ÁREA CONSTRUÍDA (km)
0577	MÁQUINA ADQUIRIDA (unid.)
0578	ACADEMIA CONSTRUÍDA (m²)
0579	UNIDADE CONSTRUÍDA (m²)
0580	PENITENCIÁRIA CONSTRUÍDA (unid.)
0581	PAGAMENTO DE PENSIONISTAS (pcss.)
0583	SOLO CONSERVADO (ha)
0584	ÓRGÃO MANTIDO (unid.)
0585	ÁREA ATENDIDA (ha)
0586	MANUSEIO DE AGROTÓXICO (unid.)
0587	HORA DE PROCESSADOR CENTRAL FATURADA (unid.)
0588	LUMINÁRIA COLOCADA (unid.)
0589	UNIDADE DE SAÚDE (unid.)
0590	TÉCNICO TREINADO (pcss.)
0591	PESSOA ATENDIDA (pcss.)
0592	PROGRAMA DESENVOLVIDO (unid.)
0593	HOSPITAL CONCLUÍDO (unid.)
0594	POSTO CONSTRUÍDO (m²)
0595	CENTRO CONSTRUÍDO (m²)
0596	CENTRO INSTALADO (unid.)
0597	EMPRESA AMPLIADA (unid.)
0598	MEDIDOR ADQUIRIDO (unid.)
0599	CONSUMIDOR LIGADO (unid.)
0600	REDE DE PRODUTOS CONSTRUÍDA (km)
0601	SUBESTAÇÃO CONSTRUÍDA (unid.)
0602	GERADOR MANTIDO (unid.)
0603	PROPRIEDADE LIGADA (unid.)
0604	TRANSFORMADOR INSTALADO (unid.)
0605	TRANSFORMADOR SUBSTITUÍDO
0606	CUBÍCULO INSTALADO (unid.)
0607	BANCO CAPACITOR INSTALADO (unid.)
0608	REISOLAMENTO DE LINHA (km)
0609	SUBESTAÇÃO IMPLANTADA (unid.)
0610	LINHA INSTALADA (km)
0611	OBRA URBANIZADA (unid.)
0612	EDIFICIO CONSERVADO (unid.)
0613	LOGRADOURO PÚBLICO CONSERVADO (unid.)
0614	GALERIA CONSTRUÍDA (unid.)
0615	PÚBLICO BENEFICIADO (pcss.)
0616	PARQUE IMPLANTADO (unid.)
0617	PRÉDIO MELHORADO (unid.)
0618	ÁREA CONSERVADA (m²)
0619	ATIVIDADE PROMOVIDA (unid.)
0620	PLACA MANTIDA (unid.)
0621	ÁREA URBANIZADA (m²)
0622	PASTO CONSTRUÍDO (unid.)
0623	PRÉDIO E PRÓPRIO MELHORADO
0624	LEITO DESASSOREADO (km)

0625	VIA AMPLIADA (km)
0626	SETOR URBANIZADO (m²)
0627	MATÉRIA VEICULADA (unid.)
0628	SISTEMA AMPLIADO (m²)
0629	PROJETO IMPLANTADO (unid.)
0630	PRÉDIO CONSERVADO (unid.)
0631	PRODUÇÃO AGRÍCOLA (t)
0632	LEITO RETIFICADO (km)
0633	RODOVIA IMPLANTADA (km)
0634	RODOVIA PAVIMENTADA (km)
0635	RODOVIA RECUPERADA (km)
0636	RODOVIA CONSERVADA (km)
0637	DOCUMENTO PRESERVADO (m.)
0638	CASA MANTIDA (unid.)
0639	RETRANSMISSORA INSTALADA (unid.)
0640	VACINAÇÃO REALIZADA (mil.)
0641	SISTEMA MANTIDO (unid.)
0642	ESCADA CONSTRUÍDA (unid.)
0643	ESTRADA MANTIDA (km)
0644	CENTRO AMPLIADO (unid.)
0645	PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA (m²)
0646	MEIO FIO EXECUTADO (m²)
0647	PASSEIO EXECUTADO (m²)
0648	TORRE MANTIDA (unid.)
0649	EMPRESA MANTIDA (unid.)
0650	EMPREGO GERADO (unid.)
0651	ENTREPOSTO CONSTRUÍDO (unid.)
0652	HIPERMERCADO CONSTRUÍDO (unid.)
0653	HOTEL DE TRÂNSITO CONSTRUÍDO (unid.)
0654	PAVILHÃO CONSTRUÍDO (unid.)
0655	CEMITÉRIO REFORMADO (unid.)
0656	HABITAÇÃO MELHORADA (unid.)
0657	SERVIÇO MODERNIZADO (unid.)
0658	CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO (pcss.)
0659	ASSOCIAÇÃO E GRUPO ATENDIDO (unid.)
0660	PAGAMENTO INATIVO (pcss.)
0661	INFORMAÇÃO PROCESSADA (unid.)
0662	TERRENO DESAPROPRIADO (km)
0663	MATERIAL PUBLICITÁRIO IMPRESSO (unid.)
0664	INSTALAÇÃO MANTIDA (unid.)
0665	ORQUESTRA MANTIDA (unid.)
0666	TEATRO RECUPERADO (unid.)
0667	REPASSE CONCEDIDO (unid.)
0668	PROJETO APOIADO (unid.)
0669	TEATRO MANTIDO (unid.)
0670	CONTROLE OPERACIONAL AUTOMATIZADO (unid.)
0671	CONTROLE E FISCALIZAÇÃO MODERNIZADOS (unid.)
0672	PASSE E VALE TRANSPORTE (mil.)
0673	USUÁRIO SUBVENCIONADO (mil/pcss.)
0674	DOCUMENTO RECOLHIDO (mil.)
0675	DOCUMENTO ESPECIAL RECOLHIDO (unid.)
0676	MAPA E PLANTA RECOLHIDOS (unid.)
0677	ACERVO AVALIADO (unid.)
0678	EDIÇÃO PUBLICADA (unid.)
0679	PUBLICAÇÃO EDITADA (unid.)
0680	UNIDADE MANTIDA (unid.)
0681	PROGRAMA APOIADO (unid.)
0682	CIAC ASSISTIDO (unid.)
0683	INVENTÁRIO REALIZADO (unid.)
0684	MEDIDA IMPLEMENTADA (unid.)
0685	SELEÇÃO DE PROJETOS REALIZADA (unid.)
0686	CERTAME REALIZADO (unid.)
0687	PROGRAMA CRIADO (unid.)
0688	EDITAL PUBLICADO (unid.)
0689	JORNAL PUBLICADO (unid.)
0690	SUPLEMENTO PUBLICADO (unid.)
0691	INGRESSOS DISTRIBUÍDOS (unid.)
0692	UNIDADE EQUIPADA (unid.)
0693	REDE DE ÁGUA POTÁVEL IMPLANTADA (unid.)
0694	REDE ELÉTRICA IMPLANTADA (unid.)
0695	REDE VIÁRIA IMPLANTADA (m.)
0696	PAISAGISMO IMPLANTADO (m.)
0697	INSTALAÇÃO ADAPTADA (unid.)
0698	EMPRESA IMPLANTADA (unid.)
0699	MEDIDA JURÍDICA IMPLEMENTADA (unid.)
0700	REFEIÇÃO FORNECIDA (mil.)
0702	POLO IMPLANTADO (unid.)
0703	MERCADO CONSTRUÍDO (unid.)
0704	CALÇADÃO CONSTRUÍDO (m.)
0705	OBRA CONSTRUÍDA (unid.)
0707	SETOR CRIADO (unid.)
0709	AÇÃO TRABALHISTA (unid.)
0710	OBRA DE URBANIZAÇÃO IMPLANTADA (unid.)
0711	VIA ASFALTADA (km)
0712	BINÁRIO IMPLANTADO (unid.)
0713	POÇO DE VISITA CONSTRUÍDO (unid.)
0714	BOCA DE LOBO CONSTRUÍDA (unid.)
0715	ARQUIBANCADA CONSTRUÍDA (m²)
0716	LUMINÁRIA INSTALADA (unid.)
0717	AGÊNCIA INSTALADA (unid.)
0718	REDE DE INFORMÁTICA INSTALADA (unid.)
0719	POSTO POLICIAL CONSTRUÍDO (unid.)
0720	KARTÓDROMO CONSTRUÍDO (unid.)
0721	MANUTENÇÃO DA FZDF
0722	MATERIAL AGROPECUÁRIO REVENDIDO (t)
0723	EXECUÇÃO DE HORA/MÁQUINA (unid.)
0724	REDE SUBTERRÂNEA CONSTRUÍDA (unid.)
0725	CONCURSO PÚBLICO REALIZADO (unid.)
0726	MICROEMPRESA ASSISTIDA (unid.)
0727	MINIPRODUTOR ASSISTIDO (unid.)
0729	REDE MANTIDA (unid.)
0730	REDE CONSTRUÍDA (km)
0731	PROPRIEDADE RURAL ELETRIFICADA (unid.)
0732	LOTE ELETRIFICADO (unid.)
0734	SUBESTAÇÃO AMPLIADA (unid.)

TABELA V

CODIFICAÇÃO DAS METAS/UNIDADES DE MEDIDA

B - ORDEM ALFABÉTICA

ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
ABASTECEDOURO INSTALADO (unid.)	0001
ABRIGO CONSTRUÍDO (m²)	0002
ABRIGO REFORMADO (m²)	0003
ACADEMIA CONSTRUÍDA (m²)	0578
ACADEMIA CONSTRUÍDA (unid.)	0004
ACERVO AVALIADO (unid.)	0677
ACIDENTE ATENDIDO (unid.)	0005
ACIDENTE REGISTRADO (unid.)	0006
AÇÃO TRABALHISTA PAGA (unid.)	0709
AGÊNCIA INSTALADA (unid.)	0717
AGROTÓXICO MANUSEADO (ℓ)	0007
ALBERGUE ASSISTIDO (unid.)	0008
ALBERGUE CONSTRUÍDO (m²)	0009
ALBERGUE REFORMADO (m²)	0010
ALERTA PROCEDIDO (unid.)	0011
ALUNO ASSISTIDO (pcss.)	0012
ALUNO ATENDIDO (pcss.)	0013
ALUNO HORA ATENDIDO (pcss.)	0014
ALUNO MANTIDO (pcss.)	0015
ALUNO MATRICULADO (pcss.)	0016
ALUNO SALA DE AULA (percent.)	0017
AMOSTRA PESQUISADA (unid.)	0018
AMOSTRA REALIZADA (unid.)	0019
AMPERE INSTALADO (A)	0020
ANÁLISE REALIZADA (unid.)	0021
ANEXO CONSTRUÍDO (unid.)	0022
ANEXO MANTIDO (unid.)	0023
ANIMAL ALIMENTADO (unid.)	0024
ANIMAL EXAMINADO (unid.)	0025
APARTAMENTO INSPECIONADO (unid.)	0026
APARTAMENTO MANTIDO (unid.)	0027
ÁREA ASSISTIDA (ha)	0028
ÁREA ATENDIDA (ha)	0585
ÁREA CONSERVADA (m²)	0618
ÁREA CONSTRUÍDA (km)	0576
ÁREA DE EXAME CONSTRUÍDA (unid.)	0029
ÁREA DE EXAME MANTIDA (unid.)	0030
ÁREA IRRIGADA (ha)	0031
ÁREA URBANIZADA (m²)	0621
ARMA APREENDIDA (unid.)	0032

ARMA FORNECIDA (unid.)	0033
ARMA LIBERADA (unid.)	0034
ARMA REGISTRADA (unid.)	0035
ARMAMENTO ENTREGUE (unid.)	0036
ARQUIBANCADA CONSTRUÍDA (m²)	0715
ARTESÃO ASSISTIDO (pcss.)	0037
ARTESÃO REGISTRADO (pcss.)	0038
ÁRVORE PLANTADA (unid.)	0039
ASSOCIAÇÃO ATENDIDA (unid.)	0040
ASSOCIAÇÃO E GRUPO ATENDIDO (unid.)	0659
ASSOCIAÇÃO MANTIDA (unid.)	0041
ATENDIMENTO/ANO PROCEDIDO (mil)	0042
ATERRO REALIZADO (m³)	0043
ATERRO REALIZADO (unid.)	0044
ATIVIDADE PROMOVIDA (unid.)	0619
AVALIAÇÃO REALIZADA (unid.)	0045
BAIA DE ÔNIBUS (unid.)	0046
BALÃO CONSTRUÍDO (unid.)	0047
BALÃO IMPLANTADO (unid.)	0048
BALÃO MANTIDO (unid.)	0049
BALÃO PLANTADO (unid.)	0050
BANCA AUTORIZADA (unid.)	0051
BANCA FISCALIZADA (unid.)	0052
BANCO CAPACITOR INSTALADO (unid.)	0607
BANHEIRO AMPLIADO (unid.)	0053
BANHEIRO CONSTRUÍDO (unid.)	0054
BANHEIRO HIGIENIZADO (unid.)	0055
BARRAGEM CONSTRUÍDA (unid.)	0056
BEM CATALOGADO (unid.)	0057
BEM CONSERVADO (unid.)	0058
BEM INVENTARIADO (unid.)	0059
BIBLIOTECA AMPLIADA (unid.)	0060
BIBLIOTECA CONSTRUÍDA (unid.)	0061
BIBLIOTECA EQUIPADA (unid.)	0062
BIBLIOTECA MANTIDA (unid.)	0063
BINÁRIO IMPLANTADO (unid.)	0712
BOCA DE LOBO CONSTRUÍDA (unid.)	0714
BOLSA CONCEDIDA (unid.)	0064
BOMBA INSTALADA (unid.)	0065
BOMBEIRO ASSISTIDO (unid.)	0066
BOX AMPLIADO (unid.)	0067
BOX CONSTRUÍDO (unid.)	0068
BOX INSPECIONADO (unid.)	0069
BRIGADA MANTIDA (unid.)	0070
BUEIRO CONSERVADO (unid.)	0071
BUEIRO CONSTRUÍDO (unid.)	0072
BYTE INSTALADO (unid.)	0073
CADASTRO REALIZADO (unid.)	0074
CAIXA INSPECIONADA (unid.)	0075
CAIXA INSTALADA (unid.)	0076
CALÇADÃO CONSTRUÍDO (m.)	0704
CAMINHÃO ADQUIRIDO (unid.)	0077
CAMINHÃO MANTIDO (unid.)	0078
CAMPANHA EDUCATIVA REALIZADA (unid.)	0079
CAMPANHA REALIZADA (unid.)	0080
CANAL CONSTRUÍDO (m.)	0081
CAPELA CONSTRUÍDA (unid.)	0082
CAPELA MANTIDA (unid.)	0083
CARRETA INSPECIONADA (unid.)	0084
CARRETA PESADA (unid.)	0085
CARTUCHO CONSUMIDO (unid.)	0086
CARTUCHO FORNECIDO (unid.)	0087
CASA CADASTRADA (unid.)	0088
CASA CONSTRUÍDA (unid.)	0089
CASA MANTIDA (unid.)	0638
CASA VISITADA (unid.)	0090
CAVALO VAPOR INSTALADO (unid.)	0091
CAVALO VAPOR MANTIDO (unid.)	0092
CEMITÉRIO INSTALADO (unid.)	0093
CEMITÉRIO MANTIDO (unid.)	0094
CEMITÉRIO REFORMADO (unid.)	0655
CENTRO AMPLIADO (unid.)	0644
CENTRO ASSISTIDO (unid.)	0095
CENTRO CONSERVADO (unid.)	0096
CENTRO CONSTRUÍDO (m²)	0595
CENTRO CONSTRUÍDO (unid.)	0097
CENTRO CRIADO (unid.)	0098
CENTRO IMPLANTADO (unid.)	0099
CENTRO INSTALADO (unid.)	0596
CENTRO MANTIDO (unid.)	0100
CENTRO RECUPERADO (unid.)	0101
CERTAME REALIZADO (unid.)	0686
CESTA BÁSICA FORNECIDA (unid.)	0102
CHURRASQUEIRA CONSTRUÍDA (unid.)	0103
CHURRASQUEIRA MANTIDA (unid.)	0104
CIAC ASSISTIDO (unid.)	0682
CIAC CONSTRUÍDO (unid.)	0105
CIAC MANTIDO (unid.)	0106
CIRETRAN CONSTRUÍDO (unid.)	0107
CIRETRAN MANTIDO (unid.)	0108
CIVIL ALIMENTADO (pcss.)	0109
CLUBE CONSTRUÍDO (unid.)	0110
COLEÇÃO ADQUIRIDA (unid.)	0111
COLETA REALIZADA (unid.)	0112
COLMÉIA TRANSFERIDA (unid.)	0113
COLÔNIA ASSISTIDA (unid.)	0114
COLONO ASSISTIDO (pcss.)	0115
COMPUTADOR INSTALADO (unid.)	0116
COMUNIDADE ASSISTIDA (unid.)	0117
CONCERTO REALIZADO (unid.)	0118
CONCHA ACÚSTICA CONSTRUÍDA (m²)	0119
CONCURSO PÚBLICO REALIZADO (unid.)	0725
CONJUNTO ASSISTIDO (unid.)	0120
CONJUNTO INSTALADO (unid.)	0121
CONJUNTO MANTIDO (unid.)	0122
CONSULTA MARCADA (unid.)	0123
CONSULTA REALIZADA (unid.)	0124
CONSUMIDOR LIGADO (unid.)	0599
CONTROLE E FISCALIZAÇÃO MODERNIZADOS (unid.)	0671
CONTROLE OPERACIONAL AUTOMATIZADO (unid.)	0670
CONVÊNIO REALIZADO (unid.)	0125
COOPERATIVA CRIADA (unid.)	0126
CRECHE CONSTRUÍDA (unid.)	0127
CRECHE MANTIDA (unid.)	0128
CRIANÇA ASSISTIDA (pcss.)	0129
CRIANÇA E ADOLESCENTE ASSISTIDO (pcss.)	0658
CRUZAMENTO IMPLANTADO (unid.)	0130
CRUZAMENTO SEMAFÓRICO (unid.)	0131
CUBÍCULO INSTALADO (unid.)	0606
CURRAL CONSTRUÍDO (unid.)	0132
CURRAL MANTIDO (unid.)	0133
CURSO REALIZADO (unid.)	0134
DELEGACIA CONSTRUÍDA (unid.)	0135
DELEGACIA INSTALADA (unid.)	0136
DELEGACIA MANTIDA (unid.)	0137
DEPENDENTE ASSISTIDO (pcss.)	0138
DEPÓSITO CONSTRUÍDO (unid.)	0139
DEPÓSITO DE LIXO TÓXICO CONSTRUÍDO (unid.)	0140
DEPÓSITO INSPECIONADO (unid.)	0141
DEPÓSITO MANTIDO (unid.)	0142
DISTRITO CONSTRUÍDO (unid.)	0143
DISTRITO MANTIDO (unid.)	0144
DOCENTE ASSISTIDO (pcss.)	0145
DOCENTE CONTRATADO (pcss.)	0146
DOCUMENTO CADASTRADO (unid.)	0147
DOCUMENTO ESPECIAL RECOLHIDO (unid.)	0675
DOCUMENTO IDENTIFICADO (unid.)	0148
DOCUMENTO PRESERVADO (m.)	0637
DOCUMENTO PRESERVADO (unid.)	0149
DOCUMENTO RECOLHIDO (m.)	0674
DOENTE ATENDIDO (pcss.)	0150
DOSE MINISTRADA (unid.)	0151
DRENAGEM URBANA REALIZADA (m²)	0152
EDIÇÃO PUBLICADA (unid.)	0678
EDIÇÃO REALIZADA (unid.)	0153
EDIFICAÇÃO FISCALIZADA (unid.)	0154
EDIFÍCIO CONSERVADO (unid.)	0612
EDITAL PUBLICADO (unid.)	0688
EFETIVO ALIMENTADO (servidor)	0155
EFETIVO AUMENTADO (servidor)	0156
ELEVADOR INSTALADO (unid.)	0157
ELEVADOR VISTORIADO (unid.)	0158
EMPREGO GERADO (unid.)	0650
EMPRESA AMPLIADA (unid.)	0597
EMPRESA ASSISTIDA (unid.)	0159
EMPRESA CADASTRADA (unid.)	0160
EMPRESA FISCALIZADA (unid.)	0161
EMPRESA IMPLANTADA (unid.)	0698
EMPRESA MANTIDA (unid.)	0649
ENSAIO REALIZADO (unid.)	0162
ENTIDADE ASSISTIDA (unid.)	0163
ENTIDADE CADASTRADA (unid.)	0164
ENTIDADE FISCALIZADA (unid.)	0165
ENTREPOSTO CONSTRUÍDO (unid.)	0651
ENTREVISTA REALIZADA (unid.)	0166
ENXAME EXTERMINADO (unid.)	0167
ENXAME IDENTIFICADO (unid.)	0168
ENXAME REMOVIDO (unid.)	0169
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (peça)	0170
EQUIPAMENTO ADQUIRIDO (unid.)	0171
EQUIPAMENTO INSPECIONADO (unid.)	0172
EQUIPE ASSISTIDA (unid.)	0173
EQUIPE MANTIDA (unid.)	0174
ESCADA ADQUIRIDA (unid.)	0175
ESCADA CONSTRUÍDA (unid.)	0642
ESCAVAÇÃO REALIZADA (m³)	0176
ESCOLA ASSISTIDA (unid.)	0177
ESCOLA CONSTRUÍDA (m.)	0178
ESCOLA CONSTRUÍDA (unid.)	0179
ESCOLA CRIADA (unid.)	0180
ESCOLA MANTIDA (unid.)	0181
ESCRITÓRIO COMUNITÁRIO CRIADO (unid.)	0182
ESPÉCIE ANALISADA (unid.)	0183
ESTACA IMPLANTADA (unid.)	0184
ESTACIONAMENTO AMPLIADO (m²)	0187
ESTAÇÃO CONSTRUÍDA (unid.)	0185
ESTAÇÃO MANTIDA (unid.)	0186
ESTAGIÁRIO ATENDIDO (pcss.)	0188
ESTAGIÁRIO CONTRATADO (pcss.)	0189
ESTOJO ADQUIRIDO (unid.)	0190
ESTRADA CONSTRUÍDA (km)	0191
ESTRADA MANTIDA (km)	0643
ESTRADA RECUPERADA (km)	0192
ESTRUTURA FISCALIZADA (unid.)	0193
ESTRUTURA INSTALADA (unid.)	0194
ESTUDO AVALIADO (unid.)	0195
ESTUDO E PROJETO ELABORADO (unid.)	0196
ESTUDO REALIZADO (unid.)	0197
EVENTO APOIADO (unid.)	0198
EVENTO DIVULGADO (unid.)	0199
EVENTO PROMOVIDO (unid.)	0200
EVENTO REALIZADO (unid.)	0201
EXAME REALIZADO (unid.)	0202
EXECUÇÃO DE HORA/MÁQUINA (unid.)	0723
EXEMPLAR ADQUIRIDO (unid.)	0203
EXEMPLAR EDITADO (unid.)	0204
EXPERIMENTO APOIADO (unid.)	0205
EXPERIMENTO REALIZADO (unid.)	0206
EXPOSIÇÃO REALIZADA (unid.)	0207
FAMÍLIA ASSISTIDA (unid.)	0208
FEIRA CONSTRUÍDA (unid.)	0209

FEIRA FISCALIZADA (unid.)	0210
FEIRA INSTALADA (unid.)	0211
FEIRA REALIZADA (unid)	0212
FICHA ANALISADA (unid.)	0213
FILME ADQUIRIDO (unid.)	0214
FILME APOIADO (unid.)	0215
FILME EDITADO (unid.)	0216
FILME REALIZADO (unid.)	0217
FILME VEICULADO (unid.)	0218
FILTRO FORNECIDO (unid.)	0219
FILTRO INSPECIONADO (unid.)	0220
FILTRO INSTALADO (unid.)	0221
FINANCIAMENTO CONCEDIDO (unid.)	0222
FITA ADQUIRIDA (unid.)	0223
FITA GRAVADA (unid.)	0224
FÓRMULA ANALISADA (unid.)	0225
FOTO ANALISADO (unid.)	0226
FROTA AMPLIADA (unid.)	0227
FROTA RENOVADA (unid.)	0228
FUNDAÇÃO ASSISTIDA (unid.)	0229
FUNDAÇÃO MANTIDA (unid.)	0230
GALERIA CONSTRUÍDA (unid)	0614
GALPÃO CONSTRUÍDO (unid)	0231
GERADOR MANTIDO (unid.)	0602
GINÁSIO CONSTRUÍDO (unid.)	0232
GINÁSIO MANTIDO (unid)	0233
GRAMA PLANTADA (m²)	0234
GRUPO INDÍGENA ASSISTIDO (unid.)	0235
HABITAÇÃO MELHORADA (unid.)	0656
HABITAÇÃO VISTORIADA (unid.)	0236
HABITANTE CADASTRADO (pess.)	0237
HIPERMERCADO CONSTRUÍDO (unid.)	0652
HOMEM/HORA CONTRATADO (pess.)	0238
HOMEM/MÊS CONTRATADO (pess.)	0239
HORA DE PROCESSADOR CENTRAL FATURADA (unid.)	0587
HORA/AULA MINISTRADA (unid.)	0240
HORTA DIVERSIFICADA (unid.)	0241
HOSPITAL CONCLUÍDO (unid.)	0593
HOSPITAL CONSTRUÍDO (m²)	0242
HOSPITAL CONSTRUÍDO (unid.)	0243
HOSPITAL CONTRATADO (unid.)	0244
HOSPITAL FISCALIZADO (unid.)	0245
HOSPITAL IMPLANTADO (unid.)	0246
HOSPITAL MANTIDO (unid.)	0247
HOSPITAL VISTORIADO (unid.)	0248
HOTEL DE TRÂNSITO CONSTRUÍDO (unid.)	0653
IDENTIFICAÇÃO REALIZADA (unid.)	0249
IMPRESSORA INSTALADA (unid.)	0250
INFORMAÇÃO PROCESSADA (unid.)	0661
INFRAÇÃO COMETIDA (unid.)	0251
INFRAÇÃO PENAL INVESTIGADA (unid.)	0570
INFRA-ESTRUTURA IMPLANTADA (unid.)	0574
INFRA-ESTRUTURA RECUPERADA (unid.)	0252
INGRESSO DISTRIBUÍDO (unid.)	0691
INSETO EXTERMINADO (unid.)	0253
INSETO PESQUISADO (unid.)	0254
INSPEÇÃO REALIZADA (unid.)	0255
INSTALAÇÃO ADAPTADA (unid.)	0697
INSTALAÇÃO CONSTRUÍDA (unid.)	0256
INSTALAÇÃO MANTIDA (unid.)	0664
INSTITUIÇÃO APOIADA (unid.)	0257
INVENTÁRIO REALIZADO (unid.)	0683
JORNAL PUBLICADO (unid.)	0689
KARTÓDROMO CONSTRUÍDO (unid.)	0720
LEITO DESASSOREADO (km)	0624
LEITO E RIO RETIFICADO (km)	0258
LEITO INSTALADO (unid.)	0259
LEITO MANTIDO (unid.)	0260
LEITO RETIFICADO (km)	0632
LEVANTAMENTO REALIZADO (unid.)	0261
LIGAÇÃO REALIZADA (unid.)	0262
LINHA INSTALADA (km)	0610
LINHA INSTALADA (unid.)	0263
LINHA MANTIDA (unid.)	0264
LIVRO CADASTRADO (unid.)	0265
LIVRO CATALOGADO (unid.)	0266
LIVRO DISTRIBUÍDO (unid.)	0267
LIVRO EDITADO (unid.)	0268
LIVRO RECUPERADO (unid.)	0269
LIXO COLETADO (t)	0270
LOGRADOURO PÚBLICO CONSERVADO (unid.)	0613
LOTE DISTRIBUÍDO (unid.)	0271
LOTE ELETRIFICADO (unid.)	0732
LOTE URBANIZADO (unid.)	0272
LOTE VENDIDO (unid.)	0273
LUMINÁRIA COLOCADA (unid.)	0588
LUMINÁRIA INSTALADA (unid.)	0716
MANUSEIO DE AGROTÓXICO (unid.)	0586
MANUTENÇÃO DA FZDF (unid.)	0721
MAPA E PLANTA RECOLHIDO (unid.)	0676
MÁQUINA ADQUIRIDA (unid.)	0577
MATÉRIA/ANO LECIONADA (unid.)	0274
MATÉRIA VEICULADA (unid.)	0627
MATERIAL AGROPECUÁRIO REVENDIDO (t)	0722
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DISTRIBUÍDO (unid.)	0275
MATERIAL PUBLICITÁRIO IMPRESSO (unid.)	0663
MATRIZ ADQUIRIDA (unid.)	0276
MÉDICO RESIDENTE CONTRATADO (unid.)	0277
MEDIDA IMPLEMENTADA (unid.)	0684
MEDIDA JURÍDICA IMPLEMENTADA (unid.)	0699
MEDIDOR ADQUIRIDO (unid.)	0598
MEIO FIO EXECUTADO (m²)	0646
MEIO FIO IMPLANTADO (m²)	0278
MENOR ASSISTIDO (unid.)	0279
MERCADO CONSTRUÍDO (unid.)	0703
MICROAGROINDÚSTRIA CRIADA (unid.)	0280
MICROBACIA ASSISTIDA (ha)	0281
MICROCOMPUTADOR INSTALADO (unid.)	0282
MICROEMPRESA ASSISTIDA (unid.)	0726
MICROPRODUTOR ASSISTIDO (unid.)	0727
MILITAR ALIMENTADO (pess.)	0283
MISSÃO ASSISTIDA (unid.)	0284
MISSÃO REALIZADA (unid.)	0285
MODELO CRIADO (unid.)	0286
MODEM LOCADO (unid.)	0290
MÓDULO CONCLUÍDO (unid.)	0287
MÓDULO CONSTRUÍDO (unid.)	0288
MÓDULO HABITACIONAL ENTREGUE (unid.)	0289
MONUMENTO CONSERVADO (unid.)	0291
MONUMENTO CONSTRUÍDO (unid.)	0292
MONUMENTO PRESERVADO (unid.)	0293
MORADIA CADASTRADA (unid.)	0294
MORADIA ENTREGUE (unid.)	0295
MORADIA FINANCIADA (unid.)	0296
MORADIA VISITADA (unid.)	0297
MUDA DOADA (unid.)	0298
MUDA PESQUISADA (unid.)	0299
MUDA PLANTADA (unid.)	0300
MUDA PRODUZIDA (mil.)	0301
MUDA VENCIDA (unid.)	0302
MUNICÍPIO ASSISTIDO (unid.)	0303
MUSEU CONSERVADO (unid.)	0304
MUSEU CONSTRUÍDO (unid.)	0305
MUSEU MANTIDO (unid.)	0306
MUSEU RECUPERADO (unid.)	0307
MUSEU REFORMADO (unid.)	0308
NECRÓPOLE CONSTRUÍDA (unid.)	0309
NECRÓPOLE MANTIDA (unid.)	0310
NO BREAK INSTALADO (unid.)	0311
NOTA ELABORADA (unid.)	0312
NÚCLEO ASSISTIDO (unid.)	0313
NÚCLEO IMPLANTADO (unid.)	0314
NÚCLEO URBANO ASSISTIDO (unid.)	0315
NÚCLEO URBANO IMPLANTADO (unid.)	0316
OBRA CONSTRUÍDA (unid.)	0705
OBRA DE URBANIZAÇÃO IMPLANTADA (unid.)	0710
OBRA EXECUTADA (m²)	0317
OBRA INSPECIONADA (unid.)	0318
OBRA RESTAURADA (unid.)	0319
OBRA URBANIZADA (unid.)	0611
OCORRÊNCIA ANALISADA (unid.)	0320
OFICINA CADASTRADA (unid.)	0321
OFICINA FISCALIZADA (unid.)	0322
OFICINA REMOVIDA (unid.)	0323
OFICINA VISITADA (unid.)	0324
OLARIA INSTALADA (unid.)	0325
OLARIA MANTIDA (unid.)	0326
ÔNIBUS ADQUIRIDO (unid.)	0327
ÔNIBUS VISTORIADO (unid.)	0328
OPERAÇÃO ASSISTIDA (unid.)	0329
OPERAÇÃO REALIZADA (unid.)	0330
OPERAÇÃO SIMULADA (unid.)	0331
ORGANIZAÇÃO MILITAR ASSISTIDA (unid.)	0332
ORGANIZAÇÃO MILITAR CONSTRUÍDA (unid.)	0333
ORGANIZAÇÃO MILITAR IMPLANTADA (unid.)	0334
ORGANIZAÇÃO MILITAR MANTIDA (unid.)	0335
ORGANIZAÇÃO MILITAR RECUPERADA (unid.)	0336
ORGANIZAÇÃO MILITAR REFORMADA (unid.)	0337
ÓRGÃO MANTIDO (unid.)	0584
ORQUESTRA MANTIDA (unid.)	0665
PAGAMENTO DE PENSIONISTAS (pess.)	0581
PAGAMENTO INATIVO (pess.)	0660
PAISAGISMO IMPLANTADO (m.)	0696
PALESTRA PROFERIDA (unid.)	0338
PALESTRA REALIZADA (unid.)	0339
PARCELA REALIZADA (unid.)	0340
PARQUE CONSERVADO (unid.)	0341
PARQUE CONSTRUÍDO (unid.)	0342
PARQUE IMPLANTADO (unid.)	0616
PARQUE MANTIDO (unid.)	0343
PARTICIPANTE ATENDIDO (pess.)	0344
PASSAGEIRO/DIA ATENDIDO (pess.)	0345
PASSARELA CONSERVADA (m.)	0346
PASSARELA CONSTRUÍDA (unid.)	0347
PASSE E VALE TRANSPORTE (mil.)	0672
PASSEIO CONSTRUÍDO (m²)	0348
PASSEIO EXECUTADO (m²)	0647
PASTO CONSTRUÍDO (unid.)	0622
PAVILHÃO CONSTRUÍDO (unid.)	0654
PAVIMENTAÇÃO EXECUTADA (m²)	0645
PAVIMENTAÇÃO REALIZADA (m²)	0349
PEÇA ADQUIRIDA (unid.)	0350
PEÇA CONSERVADA (unid.)	0351
PEÇA REALIZADA (unid.)	0352
PEÇA RECUPERADA (unid.)	0353
PENITENCIÁRIA CONSTRUÍDA (m²)	0354
PENITENCIÁRIA CONSTRUÍDA (unid.)	0580
PENITENCIÁRIA RECUPERADA (m²)	0355
PERFIL LEVANTADO (unid.)	0356
PERÍCIA REALIZADA (unid.)	0357
PESCA REALIZADA (evento)	0358
PESQUISA CONTRATADA (unid.)	0359
PESQUISA EFETIVADA (unid.)	0360
PESQUISA EFETUADA (unid.)	0361
PESQUISA REALIZADA (unid.)	0362
PESSOA ASSISTIDA (pess.)	0363
PESSOA ATENDIDA (pess.)	0591
PESSOA ORIENTADA (unid.)	0571
PISCINA CONSTRUÍDA (unid.)	0364
PISCINA MANTIDA (unid.)	0365
PISCINA VISTORIADA (unid.)	0366

PLACA MANTIDA (unid.)	0620
PLACA IMPLANTADA (unid.)	0367
PLACA INSTALADA (unid.)	0368
PLACA RECUPERADA (unid.)	0369
PLACA SUBSTITUÍDA (unid.)	0370
PLACA VERTICAL IMPLANTADA (unid.)	0371
PLACA VERTICAL MANTIDA (unid.)	0372
PLANTIO ASSISTIDO (unid.)	0373
POCILGA CONSTRUÍDA (unid.)	0374
POÇO DE VISITA CONSTRUÍDO (unid.)	0713
POÇO FISCALIZADO (unid.)	0375
POÇO MANTIDO (unid.)	0376
POÇO PERFURADO (unid.)	0377
POLICIAL ASSISTIDO (pcss.)	0378
POLO IMPLANTADO (unid.)	0702
PONTE CONSERVADA (m.)	0379
PONTE CONSTRUÍDA (unid.)	0380
PONTE RECUPERADA (m.)	0381
PONTO CONSTRUÍDO (unid.)	0382
PONTO DE TÁXI CONSTRUÍDO (unid.)	0383
PONTO MANTIDO (unid.)	0384
PONTO REFORMADO (unid.)	0385
POSTE INSTALADO (unid.)	0386
POSTE SUBSTITUÍDO (unid.)	0387
POSTO AVANÇADO CONSTRUÍDO (unid.)	0388
POSTO AVANÇADO MANTIDO (unid.)	0389
POSTO CONSERVADO (unid.)	0390
POSTO CONSTRUÍDO (m²)	0594
POSTO CONSTRUÍDO (unid.)	0391
POSTO DE FISCALIZAÇÃO CONSTRUÍDO (unid.)	0392
POSTO FISCALIZADO (unid.)	0393
POSTO MANTIDO (unid.)	0394
POSTO MÉDICO CONSTRUÍDO (m²)	0395
POSTO POLICIAL CONSTRUÍDO (unid.)	0719
POSTO VISTORIADO (unid.)	0396
PRAÇA CONSTRUÍDA (unid.)	0397
PRAÇA IMPLANTADA (unid.)	0398
PRAÇA MANTIDA (unid.)	0399
PRAÇA RECUPERADA (unid.)	0400
PRAGA E DOENÇA CONTROLADA (unid.)	0401
PRÉDIO ADAPTADO (unid.)	0402
PRÉDIO AMPLIADO (m²)	0403
PRÉDIO CADASTRADO (unid.)	0404
PRÉDIO CONSERVADO (unid.)	0630
PRÉDIO CONSTRUÍDO (m²)	0405
PRÉDIO CONSTRUÍDO (unid.)	0406
PRÉDIO E PRÓPRIO MELHORADO (unid.)	0623
PRÉDIO ESCOLAR CONSERVADO (unid.)	0407
PRÉDIO ESCOLAR CONSTRUÍDO (unid.)	0408
PRÉDIO ESCOLAR RECUPERADO (unid.)	0409
PRÉDIO ESCOLAR VISTORIADO (unid.)	0410
PRÉDIO MELHORADO (unid.)	0617
PRÉDIO RECUPERADO (m²)	0411
PRÉDIO REFORMADO (m²)	0412
PRÉDIO VISTORIADO (unid.)	0413
PRESÍDIO CONSTRUÍDO (unid.)	0415
PRESÍDIO CONSTRUÍDO (m²)	0414
PRESÍDIO MANTIDO (m²)	0416
PRESÍDIO MANTIDO (unid.)	0417
PRESO ASSISTIDO (pcss.)	0418
PRESO RESSOCIALIZADO (pcss.)	0419
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (t)	0631
PRODUÇÃO ASSISTIDA (ha)	0420
PRODUÇÃO ASSISTIDA (unid.)	0421
PRODUTO ADQUIRIDO (t)	0422
PRODUTO ANALISADO (unid.)	0423
PRODUTO ASSEGURADO (t)	0424
PRODUTO CADASTRADO (unid.)	0425
PRODUTO CLASSIFICADO (t)	0426
PRODUTO FINANCIADO (t)	0427
PRODUTO PADRONIZADO (t)	0428
PRODUTO PESQUISADO (unid.)	0429
PRODUTOR ASSISTIDO (pcss.)	0430
PRODUTOR CADASTRADO (pcss.)	0431
PROFESSOR ASSISTIDO (pcss.)	0432
PROFESSOR CONTRATADO (pcss.)	0433
PROGRAMA APOIADO (unid.)	0681
PROGRAMA CRIADO (unid.)	0687
PROGRAMA DESENVOLVIDO (unid.)	0592
PROGRAMA PRODUZIDO (unid.)	0434
PROGRAMA REALIZADO (evento)	0435
PROGRAMA REALIZADO (unid.)	0436
PROGRAMA SUBSIDIADO (unid.)	0575
PROJETO ANALISADO (unid.)	0437
PROJETO APOIADO (unid.)	0668
PROJETO ELABORADO (unid.)	0438
PROJETO EXECUTADO (unid.)	0439
PROJETO IMPLANTADO (unid.)	0629
PROJETO REALIZADO (unid.)	0440
PROPRIEDADE LIGADA (unid.)	0603
PROPRIEDADE RURAL ELETRIFICADA (unid.)	0731
PUBLICAÇÃO ADQUIRIDA (unid.)	0441
PUBLICAÇÃO CADASTRADA (unid.)	0442
PUBLICAÇÃO EDITADA(unid.)	0679
PUBLICAÇÃO VENDIDA (unid.)	0443
PUBLICIDADE E PROPAGANDA (unid.)	0569
PÚBLICO ATENDIDO (pcss.)	0444
PÚBLICO BENEFICIADO (pcss.)	0615
QUADRA CADASTRADA (unid.)	0445
QUADRA CONSTRUÍDA (unid.)	0446
QUADRA PAVIMENTADA (unid.)	0447
QUADRA PESQUISADA (unid.)	0448
QUADRA REFORMADA (unid.)	0572
QUADRA URBANIZADA (unid.)	0449
QUARTEL CONSTRUÍDO (m²)	0450
QUARTEL MANTIDO (unid.)	0451
QUARTEL REFORMADO (m²)	0452
QUESTIONÁRIO AVALIADO (unid.)	0453
RÁDIO INSTALADO (unid.)	0454
REBANHO ASSISTIDO (unid.)	0455
REDE CONSTRUÍDA (km)	0730
REDE DE PRODUTOS CONSTRUÍDA (km)	0600
REDE DE ÁGUA POTÁVEL IMPLANTADA (unid.)	0693
REDE DE INFORMÁTICA INSTALADA (unid.)	0718
REDE ELÉTRICA IMPLANTADA (unid.)	0694
REDE IMPLANTADA (unid.)	0456
REDE PLUVIAL IMPLANTADA (m.)	0457
REDE PÚBLICA REMANEJADA (km)	0458
REDE SUBSTITUÍDA (unid.)	0459
REDE SUBTERRÂNEA CONSTRUÍDA (unid.)	0724
REDE TELEFÔNICA IMPLANTADA (unid.)	0460
REDE VIÁRIA IMPLANTADA (m.)	0695
REFEIÇÃO FORNECIDA (mil.)	0700
REFEIÇÃO FORNECIDA (unid.)	0461
REFEIÇÃO INSPECIONADA (unid.)	0462
REFEIÇÃO PREPARADA (unid.)	0463
REISOLAMENTO DE LINHA (km)	0608
RELATÓRIO AVALIADO (unid.)	0464
RELATÓRIO ELABORADO (unid.)	0465
REPASSE CONCEDIDO (unid.)	0667
RETRANSMISSORA INSTALADA (unid.)	0639
RODOVIA CONSERVADA (km)	0636
RODOVIA CONSTRUÍDA (km)	0466
RODOVIA IMPLANTADA (km)	0633
RODOVIA PAVIMENTADA (km)	0634
RODOVIA RECUPERADA (km)	0635
SACA ADQUIRIDA (unid.)	0467
SACA CONFERIDA (unid.)	0468
SACA FISCALIZADA (unid.)	0469
SALA DE AULA CONSTRUÍDA (unid.)	0470
SALA DE AULA MANTIDA (unid.)	0471
SALA DE AULA RECUPERADA (unid.)	0472
SALÃO CONSTRUÍDO (m²)	0473
SALÃO DECORADO (unid.)	0474
SALÃO RECUPERADO (m²)	0475
SANITÁRIO CONSTRUÍDO (m²)	0476
SEDE AMPLIADA (unid.)	0477
SEDE CONSTRUÍDA (m²)	0478
SEDE CONSTRUÍDA (unid.)	0479
SEDE MANTIDA (m²)	0480
SEDE RECUPERADA (m²)	0483
SELEÇÃO DE PROJETOS REALIZADA (unid.)	0685
SEMEADURA PROCEDIDA (unid.)	0484
SEMENTE COMERCIALIZADA (t)	0485
SEMENTE PRODUZIDA (t)	0486
SEMINÁRIO APOIADO (unid.)	0487
SEMINÁRIO CONTRATADO (unid.)	0488
SEMINÁRIO REALIZADO (unid.)	0489
SEMÁFORO MANTIDO (unid.)	0573
SERVIÇO MODERNIZADO (unid.)	0657
SERVIDOR ASSISTIDO (pcss.)	0490
SERVIDOR CADASTRADO (pcss.)	0491
SERVIDOR CONTRATADO (pcss.)	0492
SERVIDOR TREINADO (pcss.)	0493
SETOR CRIADO (unid.)	0707
SETOR URBANIZADO (m²)	0626
SINALIZAÇÃO ESTATIGRÁFICA MANTIDA (unid.)	0494
SISTEMA AMPLIADO (m²)	0628
SISTEMA ANALISADO (unid.)	0495
SISTEMA AVALIADO (unid.)	0496
SISTEMA CONTRATADO (unid.)	0497
SISTEMA DESENVOLVIDO (unid.)	0498
SISTEMA EXPERIMENTADO (unid.)	0499
SISTEMA IMPLANTADO (m²)	0500
SISTEMA IMPLANTADO (unid.)	0501
SISTEMA INSTALADO (unid.)	0502
SISTEMA MANTIDO (unid.)	0641
SISTEMA MELHORADO (m²)	0503
SOFTWARE ADQUIRIDO (unid.)	0504
SOLO CONSERVADO (ha)	0583
SOLO CONSERVADO (m²)	0505
SUBESTACÃO AMPLIADA (unid.)	0734
SUBESTAÇÃO CONSTRUÍDA (unid.)	0601
SUBESTAÇÃO IMPLANTADA (unid.)	0609
SUPLEMENTO PUBLICADO (unid.)	0690
TANQUE ABERTO (unid.)	0506
TEATRO CONSTRUÍDO (unid.)	0507
TEATRO MANTIDO (unid.)	0669
TEATRO RECUPERADO (unid.)	0666
TÉCNICO ASSISTIDO (pcss.)	0508
TÉCNICO CADASTRADO (pcss.)	0509
TÉCNICO MANTIDO (pcss.)	0510
TÉCNICO TREINADO (pcss.)	0590
TELEFONE ADQUIRIDO (unid.)	0511
TELEFONE INSTALADO (unid.)	0512
TERMINAL CONSTRUÍDO (m²)	0513
TERMINAL IMPLANTADO (m²)	0514
TERMINAL INSTALADO (m²)	0515
TERMINAL RECUPERADO (m²)	0516
TERRAPLANAGEM REALIZADA (km)	0517
TERRENO CADASTRADO (unid.)	0518
TERRENO DESAPROPRIADO (unid.)	0662
TERRENO FISCALIZADO (unid.)	0519
TESTE CONTRATADO (unid.)	0520
TESTE REALIZADO (unid.)	0521
TEXTO EDITADO (unid.)	0522
TEXTO PROCESSADO (unid.)	0523
TEXTO REVISTO (unid.)	0524
TORRE MANTIDA (unid.)	0648
TRABALHADOR ASSISTIDO (pcss.)	0525
TRABALHADOR TREINADO (pcss.)	0526

TRANSCEPTOR ADQUIRIDO (unid.)	0527
TRANSFORMADOR INSTALADO (unid.)	0604
TRANSFORMADOR SUBSTITUÍDO (unid.)	0605
TRATAMENTO AVALIADO (unid.)	0528
TRATAMENTO PROCEDIDO (unid.)	0529
TRATAMENTO RECOMENDADO (unid.)	0530
TREINANDO ASSISTIDO (pess.)	0531
UNIDADE CONSTRUÍDA (unid.)	0532
UNIDADE CONSTRUÍDA (m²)	0579
UNIDADE DE SAÚDE (unid.)	0589
UNIDADE EQUIPADA (unid.)	0692
UNIDADE INSTALADA (unid.)	0533
UNIDADE MANTIDA (unid.)	0680
UNIDADE RECUPERADA (unid.)	0534
UNIFORME FORNECIDO (unid.)	0535
USINA INSTALADA (unid.)	0536
USINA RECUPERADA (unid.)	0537
USUÁRIO SUBVENCIONADO (mil./pessoa)	0673
VACINAÇÃO REALIZADA (mil.)	0640
VACINAÇÃO REALIZADA (unid.)	0538
VAGA ADICIONADA (pess.)	0539
VAGA ADICIONADA (unid.)	0540
VAGA CADASTRADA (unid.)	0541
VAGA DEMARCADA (unid.)	0542
VEÍCULO APREENDIDO (unid.)	0544
VEÍCULO ADQUIRIDO (unid.)	0543
VEÍCULO CADASTRADO (unid.)	0545
VEÍCULO CONSERVADO (unid.)	0546
VEÍCULO LEVE ADQUIRIDO (unid.)	0547
VEÍCULO LEVE MANTIDO (unid.)	0548
VEÍCULO PESADO ADQUIRIDO (unid.)	0549
VEÍCULO PESADO MANTIDO (unid.)	0550
VEÍCULO RECUPERADO (unid.)	0551
VEÍCULO VISTORIADO (unid.)	0552
VESTIÁRIO CONSTRUÍDO (m²)	0553
VESTIÁRIO CONSTRUÍDO (unid.)	0554
VESTIÁRIO INSPECIONADO (unid.)	0555
VESTIÁRIO RECUPERADO (m²)	0556
VIA AMPLIADA (km)	0625
VIA ASFALTADA (km)	0711
VIA CONSERVADA (km)	0557
VIA CONSTRUÍDA (km)	0558
VIA IMPLANTADA (km)	0559
VIA RECUPERADA (km)	0560
VIA SINALIZADA (km)	0561
VIADUTO CONSTRUÍDO (unid.)	0562
VIAGEM REALIZADA (unid.)	0563
VIATURA ADQUIRIDA (unid.)	0564
VIATURA CONSERVADA (unid.)	0565
VIATURA MANTIDA (unid.)	0566
VIATURA RECUPERADA (unid.)	0567
VISITA REALIZADA (unid.)	0568

TABELA VI

CODIFICAÇÃO DAS FONTES DE RECURSOS

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
	RECURSOS DO TESOURO
000	ORDINÁRIO NÃO VINCULADO
001	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL
002	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
003	COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
004	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE
005	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO TERRITORIAL RURAL
006	CONTRIBUIÇÕES DOS EMPREGADOS E DOS TRABALHADORES PARA A SEGURIDADE SOCIAL
007	ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS (LEI Nº 81/89)
008	COMPENSAÇÃO PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS
009	TRANSFERÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES
010	ALIENAÇÃO DE AÇÕES
014	LIMPEZA PÚBLICA
015	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS
020	DIRETAMENTE ARRECADADOS
021	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS
025	TRANSFERÊNCIA PARA O DESPORTO NÃO-PROFISSIONAL
030	TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO
031	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
032	CONVÊNIOS COM OUTROS ÓRGÃOS (NÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA DO GDF)
035	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
036	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
039	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
048	DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
049	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL
	RECURSOS DE OUTRAS FONTES
050	DIRETAMENTE ARRECADADOS
051	APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS
061	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS DO GDF
062	CONVÊNIOS COM OUTROS ÓRGÃOS (NÃO INTEGRANTES DA ESTRUTURA DO GDF)
065	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS
066	OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS
069	SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
079	TRANSFERÊNCIA DO DISTRITO FEDERAL

TABELA VII

CODIFICAÇÃO DA REGIONALIZAÇÃO

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
01	REGIÃO I - BRASÍLIA
02	REGIÃO II - GAMA
03	REGIÃO III - TAGUATINGA
04	REGIÃO IV - BRAZLÂNDIA
05	REGIÃO V - SOBRADINHO
06	REGIÃO VI - PLANALTINA
07	REGIÃO VII - PARANOÁ
08	REGIÃO VIII - NÚCLEO BANDEIRANTE
09	REGIÃO IX - CEILÂNDIA
10	REGIÃO X - GUARÁ
11	REGIÃO XI - CRUZEIRO
12	REGIÃO XII - SAMAMBAIA
13	REGIÃO XIII - SANTA MARIA
14	REGIÃO XIV - SÃO SEBASTIÃO
15	REGIÃO XV - RECANTO DAS EMAS
16	REGIÃO XVI - LAGO SUL
17	REGIÃO XVII - RIACHO FUNDO
18	REGIÃO XVIII - LAGO NORTE
19	REGIÃO XIX - CANDANGOLÂNDIA
97	OUTROS ESTADOS
98	EXTERIOR
99	DISTRITO FEDERAL

GDF - Secretaria de Fazenda e Planejamento
Departamento Geral de Orçamento
Cadastramento das Receitas
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Folha ____ de ____

Identificação

	Código	Nome
Esfera		
Órgão		
Unidade		

Detalhamento

(em R$ 1,00)

Natureza	Fonte	Arrecada (T-2)	Reestimativa (T-1)	Estimativa (T)
TOTAIS				

GDF - Secretaria de Fazenda e Planejamento
Departamento Geral de Orçamento
Cadastramento das Receitas
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIOS
Folha de

Identificação

	Código	Nome
Esfera		
Órgão		
Unidade		

Detalhamento (em R$ 1,00)

Fonte de financiamento	Arrecadada (T-2)	Reestimada (T-1)	Estimativa (T)
TOTAIS			

GDF - Secretaria de Fazenda e Planejamento
Departamento Geral de Orçamento
METODOLOGIA DA RECEITA
Folha de

Identificação

	Código	Nome
Esfera		
Órgão		
Unidade		
Natureza		
Fonte		
Estimativa (T)		

Fato gerador e legislação

Metodologia

GDF - Secretaria de Fazenda e Planejamento
Departamento Geral de Orçamento
CADASTRAMENTO DE PROJETOS/ATIVIDADES E SUBPROJETOS/SUBATIVIDADES
Folha de

Classificação do projeto/atividade

P/A	Esfera	Unidade	Função	Programa	Subprograma

Nome

Objetivos

Classificação do subprojeto/subatividade

Subtítulo

Nome

GDF - Secretaria de Fazenda e Planejamento
Departamento Geral de Orçamento
Cadastramento das Aplicações
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Folha de

Identificação

Item	Código	Nome
Esfera		
Unidade		
Função		
Programa		
Subprograma		
P/A		
Subtítulo		

Detalhamento (em R$ 1,00)

Natureza	Fonte	Proposta
TOTAL		

Regionalização (em R$ 1,00)

Local	Grupo de Natureza	Grupo de Fonte	Proposta
TOTAL			

Metas

Código	Quantidade	Descrição

GDF - Secretaria de Fazenda e Planejamento
Departamento Geral de Orçamento
Cadastramento das Aplicações
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO E DISPÊNDIOS
Folha de

Identificação

Item	Código	Nome
Esfera		
Unidade		
Função		
Programa		
Subprograma		
P/A		
Subtítulo		

Detalhamento (em R$ 1,00)

Grupo de Natureza	Fonte de Financiamento	Proposta
TOTAL		

Regionalização (em R$ 1,00)

Local	Grupo de Natureza	Proposta
TOTAL		

Metas

Código	Quantidade	Descrição

DECRETO Nº 16.580 DE 27 DE junho DE 1995

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 3.303.000,00 (três milhões, trezentos e três mil reais), para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea " b" , da Lei nº 846, de 4 de janeiro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e o que consta dos Processos nºs 053.000.690/95, 054.000 732/95 e 054 000 733/95,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e à Polícia Militar do Distrito Federal, crédito suplementar, no valor de R$ 3.303.000,00 (três milhões, trezentos e três mil reais), para atender às programações orçamentárias indicadas nos Anexos I e II.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias constantes dos Anexos III e IV.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 1995
107º da República e 36º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

EXERCÍCIO DE 1995 R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR F I S C A L

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO AO DECRETO Nº 16.580 de 27 de junho de 1995 RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA				2.200.000
(220104/00001) 24.104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				60.000
060300177.2068 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO				60.000
060300177.2068.0001 FUNCIONAMENTO DA POLÍCIA MILITAR	31.90.12	000	60.000	60.000
(220104/00001) 24.104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				2.140.000
060300178.2061 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS				2.140.000
060300178.2061.0001 FUNCIONAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	31.90.12	000	40.000	
	31.90.12	030	2.100.000	2.140.000
00439/02 - 200035			TOTAL	2.200.000

EXERCÍCIO DE 1995 R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR SEGURIDADE

SUPLEMENTAÇÃO

ANEXO AO DECRETO Nº 16.580 de 27 de junho de 1995 RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA				1.103.000
(220104/00001) 24.104 POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				681.000
150820495.2092 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				683.000
150820495.2092.0001 PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	000	1.000	
	31.90.01	030	1.000	2.000
150820495.2092.0002 PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	31.90.03	030	681.000	681.000
(220104/00001) 24.104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				420.000
150820495.2062 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				420.000
150820495.2062.0001 PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	000	120.000	120.000
150820495.2062.0002 PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	31.90.03	030	296.000	296.000
00439/02 - 200035			TOTAL	1.103.000

EXERCÍCIO DE 1995 R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR F I S C A L

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO Nº 16.580 de 27 de junho de 1995 RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA				136.000
(220104/00001) 24.104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				136.000
060300224.1201 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA				100.000
060300224.1201.0001 IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE INFORMÁTICA	45.90.52	000	100.000	100.000
060300178.2061 COORDENAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS				36.000
060300178.2061.0001 FUNCIONAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	31.90.12	000	36.000	36.000
00439/04 - 200042			TOTAL	136.000

EXERCÍCIO DE 1995 R$ 1,00

CRÉDITO SUPLEMENTAR SEGURIDADE

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO Nº 16.580 de 27 de junho de 1995 RECURSOS DO TESOURO

E S P E C I F I C A Ç Ã O	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA				3.173.000
(220104/00001) 24.104 POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				743.000
150820495.2092 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				743.000
150820495.2092.0001 PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	000	60.000	
	31.90.01	030	353.000	
	31.90.92	030	326.000	741.000
150820495.2092.0002 PAGAMENTO DE PENSIONISTAS	31.90.92	030	2.000	2.000
(220104/00001) 24.104 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				2.430.000
150820495.2062 ENCARGOS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				2.430.000
150820495.2062.0001 PAGAMENTO DE PESSOAL INATIVO	31.90.01	030	2.430.000	2.430.000
00439/04 - 200042			TOTAL	3.173.000

DECRETO Nº 16.581 DE 27 DE junho DE 1995

Abre crédito suplementar, no valor de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), para reforço de dotação orçamentária consignada no vigente orçamento

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, combinado com o art. 7º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 846, de 4 de janeiro de 1995, e com o art. 41, inciso I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto à Secretaria de Turismo, crédito suplementar, no valor de R$ 13.600,00 (treze mil e seiscentos reais), para atender à programação orçamentária indicada no Anexo I.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, pela anulação parcial da dotação orçamentária constante do Anexo II.

Art 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art 4º Revogam-se as disposições em contrário

Brasília, 27 de junho de 1995
107º da República e 36º de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

ANEXO I EXERCICIO DE 1995 R$ 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

SUPLEMENTACAO

ANEXO AO DECRETO No. 16.581 de 27 de junho de 1995 RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
27.000 SECRETARIA DE TURISMO				13.600
(310101/00001) 27.101 SECRETARIA DE TURISMO				13.600
110650021.2323 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				13.600
110650021.2323.0001 FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DE TURISMO	34.90.39	000	13.600	13.600
00448/01 - 200035			TOTAL	13.600

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1.00

CREDITO SUPLEMENTAR FISCAL

CANCELAMENTO

ANEXO AO DECRETO No. 16.581 de 27 de junho de 1995 RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
19.000 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				13.600
(130103/00001) 19.101 SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO				13.600
030070021.2142 CONTRAPARTIDA DE ACORDOS, CONTRATOS E CONVENIOS				13.600
030070021.2142.0001 CONTRAPARTIDA DE ACORDOS, CONTRATOS E CONVENIOS	34.90.39	000	13.600	13.600
00448/02 - 200042			TOTAL	13.600

DECRETO Nº 16.582 DE 27 DE junho DE 1995

Altera dispositivos do Decreto nº 10.522, de 07 de julho de 1987, na forma que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e considerando o que consta no Processo nº 053.000.713/95:

D E C R E T A :

Art. 1º - Os artigos 2º, 3º, 7º, 14, 16 e 17, do Decreto 10.522 de 07 de julho de 1987, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....

"Art. 2º - A entrega da Medalha será feita anualmente em solenidade, por ocasião da data comemorativa do aniversário da Corporação.

Art. 3º - A concessão da Medalha Imperador D. Pedro II será feita por ato do Comandante Geral do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL.

Art. 7º - Ao Presidente do Conselho compete;

I - Presidir as sessões do Conselho; e

II - decidir "ad referendun" do Conselho, em caso de urgência, sobre assuntos concernentes à medalha.

Art. 14 - A Medalha será cassada por ato do Comandante Geral da Corporação, mediante proposta do Conselho da Medalha, quando o seu detentor:

I - nos termos da Constituição Federal, tenha perdido a nacionalidade brasileira;

II - tenha cometido ato contrário à dignidade e à honra militar, a moralidade da Corporação ou da Sociedade Civil, desde que apurada em investigação, sindicância ou inquérito;

III - tenha sido condenado pela justiça civil ou militar, por crime contra a integridade e soberania nacional, ou atentado contra o erário público; as instituições e a sociedade.

Art. 16 - O ato de concessão será publicado em Boletim Especial da Corporação, onde o Comandante Geral mandará expedir o competente Diploma.

Art. 17 - Compete à 3ª Seção do Estado Maior Geral, o planejamento e à Ajudância Geral, o preparo dos atos, com vistas à solenidade de entrega da medalha."

.....

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília-DF, 27 de junho de 1995
107º da República e 36º de Brasília.

CRISTOVAM BUARQUE

DEPACHOS

PROCESSO Nº : 053.000378/95

ASSUNTO : CONCORRENCIA PUBLICA Nº 001/95 - CBMDF

DESPACHO:

HOMOLOGO com fundamento nos termos do inciso I , paragrafo 1º do artigo 68, do Decreto nº 10.996 de 26 de Janeiro de 1.988, com a redação dada pelo artigo 1º do Decreto nº 13.291, de 03 de Julho de 1.991, a licitação realizada no Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, na modalidade de Concorrência Pública, bem como autorizo a Diretoria de Finanças daquela Corporação emitir Notas de Empenho Ordinário, nos termos do inciso II, do artigo 39, do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1.994, as seguintes firmas:

03) NZ - SISTEMAS CONTRA INCÊNDIOS LTDA, a importância de R$ 685.330,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta reais);

05) PIQUET VEÍCULOS LTDA, a importância de R$ 253.002,40 (duzentos e cinquenta e três mil, dois reais e quarenta centavos); e,

06) FIAT AUTOMÓVEIS S/A, a importância de R$ 393.840,00 (trezentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta reais).

Brasília-DF, 27 de junho de 1995

CRISTOVAM BUARQUE
GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE GOVERNO

PORTARIA DE 27 DE junho DE 1995

O SECRETARIO DE GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições reqimentais estabelecidas pelo Decreto nº 15.063, de 23 de setembro de 1993,

R E S O L V E:

Cessar o pagamento da Gratificação por Encargo em Gabinete, na categoria de Assistente, da servidora MARIA RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 32.371-3, requisitada da Fundação Hospitalar do Distrito Federal-FHDF, à disposição da Secretaria de Governo do Distrito Federal, a contar de 29 de dezembro de 1994.

HÉLIO DOYLE

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JUNHO DE 1995.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO criada pelo Decreto nº 16.547 de 15 de junho de 1995,

R E S O L V E :

Designar JANE STELA MEIRA DE SIQUEIRA, Assistente do Departamento de Assuntos Administrativos da Secretaria de Governo, matrícula nº 34.950-X, para exercer a função de Secretária da Comissão Especial de Licitação, destinada a realizar e julgar Concorrência para Concessão de Uso do Autódromo de Brasília.

AMBROSINO DE SERPA COUTINHO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇAO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

NÚCLEO BANDEIRANTE

ORDEM DE SERVIÇO DE 21 DE JUNHO DE 1995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo artigo 53 item XXI do Decreto 16.247 de 29.12.94,

RESOLVE:
DESIGNAR, a servidora ADRIANA DANTAS SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula 43.618-6, para substituir o Chefe da Seção de Cadastro, símbolo DFG-08, da Gerência de Planejamento da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, no período de 03.07.95 a 02.08.95, por motivo de férias do titular.

ABDEL RAUF HASSAN HUSNI KARAJAH

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais conferidas pelo artigo 53 item XXI do Decreto 16.247 de 29.12.94,

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora MARA LÚCIA RODRIGUES DA COSTA, Assessora da Assessoria Técnica, símbolo DFA-10, matrícula nº 44.566-5, para substituir o Chefe da Assessoria Técnica, símbolo DFG-12, da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, da Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais, no período de 10.07.95 a 29.07.95, por motivo de férias do titular.

ABDEL RAUF HASSAN HUSNI KARAJAH

CRUZEIRO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JUNHO DE 1995

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO, no uso de suas atribuições que lhe é atribuida pelo Regimento da Ra.XI, aprovado pelo Decreto nº 16.247 de 29.12.94, publicado no DODF de 30.12.94.

R E S O L V E:

DESIGNAR a servidora NÁDIA DA GLÓRIA SILVA, matrícula nº 44.130-9, Analista de Finanças e Controle, para substituir o Encarregado da Seção de Material e Patrimônio, símbolo DFG-02, no período de 03.07.95 á 22.07.95, por motivo de férias do titular.

HELIO LOPES DOS SANTOS

Administrador Regional do Cruzeiro

ORDEM DE SERVIÇO DE 14 DE JUNHO DE 1995.

O ADMINISTRADOR REGIONAL DO CRUZEIRO, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto nos Itens II e III do Artigo 13 do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, que aprovou as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal.

RESOLVE:

DESIGNAR: o servidor JULIO CESAR DOS ANJOS, matrícula nº 45.657-8, Assistente da Divisão Regional de Obras, Executor e Supervisor do Contrato celebrado entre o Distrito Federal, por meio da Administração Regional do Cruzeiro RA-XI e a firma A FONTE -Comércio de Produtos Alimentícios LTDA, para fornecimento dos Gêneros Alimentícios (pão e leite).

HÉLIO LOPES DOS SANTOS

Administrador Regional do Cruzeiro

SOBRADINHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE JUNHO DE 1.995.

A ADMINISTRADORA REGIONAL DE SOBRADINHO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXXIII, do artigo 53 do Regimento Interno da Administração Regional de Sobradinho, aprovado pelo Decreto nº 16.247, de 29 de dezembro de 1.994.

R E S O L V E :

SUBSTITUIR a servidora LÍDIA MENDONÇA SANTARÉM, matrícula nº 26.687-6, por LEILA CASTRO SOARES DE ARAÚJO, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 30.467-0, na Comissão de Avaliação e Desempenho, instituída nesta Administração Regional nos termos da Portaria nº 01/95 SEA, através da O.S. S/N de 25 de abril de 1.995.

MARÍLIA MARTINS DE RESENDE

SANTA MARIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 16 DE JUNHO DE 1995

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE SANTA MARIA, no uso da competência que lhe é atribuída, pela Lei 423, de 23 de março de 1993

R E S O L V E :

DESIGNAR, os servidores **JOSÉ CARLOS DE QUEIROZ**, Chefe da Assessoria Técnica, matrícula 40.218-4, **JOSÉ ADILSON BARBOSA**, Assessor, matrícula 44.761-7, **VÂNIA MARIA ARAÚJO DA SILVA**, Assistente, matrícula 44.967-9 e **ODILON BORGES DE SOUZA**, Chefe da Seção de Pessoal, matrícula 45.522-9, para sob a presidência do primeiro e secretariado pelo último, comporem a Comissão de Sindicância, que irá investigar responsabilidades, concernente a matéria publicada no Editorial O BICO nº 100.

ANDRÉ LUIZ PIRES COSTA

PROCESSO Nº: 143000539/95

INTERESSADA: MARIA RAIMUNDA PEREIRA DAMIÃO

ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098/94, do dia 29-11-94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e determino a emissão de Nota de Empenho no valor de R$21,87 (vinte um reais e oitenta e sete centavos), em favor da servidora **MARIA RAIMUNDA PEREIRA DAMIÃO**, CPF 245068341-00, e outros.

Publique-se e encaminhe-se o processo à SOF/DAG, para emissão da Nota de Empenho, à conta da dotação do elemento 319092 - despesas de exercícios anteriores do Orçamento da Administração Regional de Santa Maria.

Santa Maria-DF, 23 de junho de 1995

ANDRÉ LUIZ PIRES COSTA

PROCESSO Nº: 143.000.538/95

INTERESSADO: JORGE JOSÉ GOMES CONCEIÇÃO

ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098/94, do dia 29-11-94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e determino a emissão de Nota de Empenho no valor de R$151,03 (cento e cinquenta e um Reais e três centavos), em favor do servidor **JORGE JOSÉ GOMES CONCEIÇÃO**, CPF 183785521-87, e outros.

Publique-se e encaminhe-se o processo à SOF/DAG, para emissão da respectiva Nota de Empenho, à conta da dotação do elemento 319092 - despesas de exercícios anteriores do Orçamento da Administração Regional de Santa Maria.

Santa Maria-DF, 23 de junho de 1995

ANDRÉ LUIZ PIRES COSTA

PROCESSO Nº : 143.000.276/95

INTERESSADO : ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA MARIA

ASSUNTO : APLICAÇÃO DE MULTA

D E S P A C H O :

Tendo em vista o atraso de 10 (dez) dias na entrega do material, por parte da firma **PAPELARIA COQUINHA LTDA.**, determino à aplicação de multa de 1% (um por cento) ao dia de atraso sobre o vaalor da fatura, perfazendo um total de R$100,05 (cem Reais e cinco centavos), tendo amparo legal na lei nº 8.666/93, artigo 86 e baseado no 3.1.1. do Edital, constante no processo de aquisição do material.

Santa Maria, 16 de junho de 1995

ANDRÉ LUIZ PIRES COSTA

ADMINISTRADOR REGIONAL DE SANTA MARIA

PROCESSO Nº : 143000540/95

INTERESSADO : JOSÉ PEREIRA GOMES

ASSUNTO : RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no processo e o disposto nos Artigos 80 e 81, do Decreto nº 16.098/94, do dia 29-11-94, reconheço a dívida, autorizo a despesa e determino a emissão de Nota de Empenho no valor de R$68,74(sessenta e oito Reais e setenta e quatro centavos), em favor

do servidor **JOSÈ PEREIRA GOMES**, CPF 297 023 561-72, e outros.

Publique-se e encaminhe-se o processo à SOF/DAG, para emissão da Nota de Empenho, à conta da dotação do elemento 319092 - despesas de exercícios anteriores do Orçamento da Administração Regional de Santa Maria.

Santa Maria-DF, 23 de junho de 1995

ANDRÉ LUIZ PIRES COSTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR

ORDEM DE SERVIÇO Nº 083/95-IDR

O SUPERINTENDENTE DO INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS-IDR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 27, inciso IV, do Regimento do IDR, aprovado pelo Decreto nº 15.062, de 24.09.93,

RESOLVE:
Designar JOÃO LUIS RODRIGUES SERTÃO, matrícula nº 80.192-5, para substituir MARCOS ROGÉRIO SILVESTRE, matrícula nº 80.136-4, como secretário da Comissão Permanente de Licitação deste Instituto, publicado no DODF nº 044 de 03.03.95.

Brasília-DF, 21 de junho de 1995

ADEMAR KYOTOSHI SATO

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO

PORTARIA SEFP Nº 760, DE 27 DE JUNHO DE 1995.

Instaura Tomada de Contas Especial.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta do processo nº 030.003.679/95,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial incumbida de promover a apuração, no prazo de 30 (trinta) dias, dos fatos constantes do mencionado processo.

Parágrafo único. Os trabalhos de apuração da Tomada de Contas Especial de que trata este artigo serão conduzidos pela Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especiais instituída pela Portaria SEFP nº 679, de 9 de setembro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASNY DE ROURE

PORTARIA SEFP Nº 761 **, DE** 27 **DE** JUNHO **1995 .**

Instaura Tomada de Contas Especial

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta da Decisão nº 5940/95, objeto do OF GP nº 831/95, de 9 de junho de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Tomada de Contas Especial para apurar, no prazo de sessenta dias, contado a partir da publicação desta Portaria, os fatos constantes da mencionada Decisão.

Parágrafo único. Os trabalhos de apuração da Tomada de Contas Especial de que trata este artigo serão conduzidos pela Comissão Permanente de Tomadas de Contas Especiais instituída pela Portaria SEFP nº 679, de 9 de setembro de 1994.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASNY DE ROURE

PORTARIA SEFP Nº 762 **, DE** 27 **DE** JUNHO **DE 1995 .**

Constitui Comissão de Tomada de Contas Especial.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o que consta da Decisão nº 4513/95, objeto do OF. GP - TCDF nº 551/95, de 17 de maio de 1995,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão de Tomada de Contas Especial incumbida de promover apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias, dos fatos constantes dos processos nºs 040.004.279/90, 101.002.477/90 e 030.016.440/90.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo é composta pelos servidores ANTÔNIO ALBERTO BOQUADY, matrícula nº 45.737-X, como presidente; CARLOS WAGNER FERNANDES DE TOLENTINO, matrícula nº 03.799-0 e PAULO SÉRGIO DE CARVALHO, matrícula 22.092-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WASNY DE ROURE

PORTARIA SEFP Nº 763, DE 27 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM, matrícula nº 30.570-7, do cargo em comissão de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, Símbolo DFG-08, da Divisão de Administração Financeira e de Material do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

WASNY DE ROURE

PORTARIA SEFP Nº 764, DE 27 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993,

RESOLVE:

NOMEAR EDNA FURTADO CAVALCANTE, matrícula nº 25.624-2, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Seção de Execução Orçamentária e Financeira, Símbolo DFG-08, da Divisão de Administração Financeira e de Material do Departamento de Administração Geral da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.

WASNY DE ROURE

PORTARIA SEFP Nº 765, DE 27 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 1º do Decreto nº 15.399, de 30 de dezembro de 1993, e tendo em vista o disposto no art. 77 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Designar JOÃO MARCOS MOREIRA TEIXEIRA, matrícula nº 42.820-5, para substituir JOSÉ ROBERTO LEITÃO E SILVA JÚNIOR, matrícula nº 35.128-8, Chefe da Seção de Administração de Edifícios, Símbolo DFG-08, da Divisão de Serviços Gerais do Departamento de Administração Geral, no período de 10 a 29 de junho de 1995, por motivo de férias regulamentares.

WASNY DE ROURE

PORTARIA SEFP Nº 766 **, DE** 27 **DE JUNHO DE 1995 .**

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 140.000.469/95 e 030.005.457/95,

RESOLVE:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Região Administrativa VI - Planaltina e da Região Administrativa VII - Paranoá, aprovado pela Portaria SEFP nº 06, de 4 de janeiro de 1995.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

WASNY DE ROURE

ANEXO I — EXERCICIO DE 1995 — R$ 1,00

A C R E S C I M O — F I S C A L

ANEXO A PORTARIA No. 766, de 27 de junho de 1995. — RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO				180.000
(190108/00001) 11.108 REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				155.000
030070021.2023 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				155.000
030070021.2023.0012 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO	31.90.11	000	155.000	155.000
(190109/00001) 11.109 REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				25.000
030070021.4002 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				25.000
030070021.4002.0022 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO	31.90.08	000	25.000	25.000
00454/01 - 200080			TOTAL	180.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

REDUCAO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 766, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
11.000 SECRETARIA DE GOVERNO				180.000
(190100/00001) 11.108 REGIAO ADMINISTRATIVA VI - PLANALTINA				155.000
030070021.2023 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				155.000
030070021.2023.0012 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO	31.90.16	000	155.000	155.000
(190109/00001) 11.109 REGIAO ADMINISTRATIVA VII - PARANOA				25.000
030070021.4002 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				25.000
030070021.4002.0022 FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO	31.90.14	000	5.000	
	31.90.16	000	20.000	25.000
00454/02 - 200081			TOTAL	180.000

PORTARIA SEFP Nº 767 , DE 27 DE JUNHO DE 1995 .

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 053.000.516/95 e 054.000.733/95,

RESOLVE:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I, II, III e IV, a alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa do Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, aprovados pela Portaria SEFP nº 06, de 4 de janeiro de 1995.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

WASNY DE ROURE

ANEXO I EXERCICIO DE 1995 R$ 1.00

ACRESCIMO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 767, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				2.610.000
(220103/00001) 24.103 POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				2.610.000
060300177.2060 COORDENACAO E EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO				2.610.000
060300177.2060.0001 FUNCIONAMENTO DA POLICIA MILITAR	31.90.15	030	700.000	
	31.90.17	030	1.910.000	2.610.000
00431/01 - 200080			TOTAL	2.610.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1.00

ACRESCIMO — SEGURIDADE

ANEXO A PORTARIA No. 767, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				633.504
(220902/22902) 24.902 FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS				633.504
060750428.2103 ASSISTENCIA MEDICA A DEPENDENTES				633.504
060750428.2103.0001 ASSISTENCIA MEDICA A DEPENDENTES	34.90.30	020	100.000	
	34.90.39	020	306.803	
	34.90.93	020	100.000	
	45.90.52	020	126.701	633.504
00431/02 - 200080			TOTAL	633.504

ANEXO III EXERCICIO DE 1995 R$ 1.00

REDUCAO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 767, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA				2.610.000
(220103/00001) 24.103 POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL				2.610.000
060300177.2060 COORDENACAO E EXECUCAO DAS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E FARDADO				2.610.000
060300177.2060.0001 FUNCIONAMENTO DA POLICIA MILITAR	31.90.08	030	10.000	
	31.90.09	030	10.000	
	31.90.12	030	2.590.000	2.610.000
00431/03 - 200081			TOTAL	2.610.000

EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

REDUCAO — SEGURIDADE

ANEXO A PORTARIA No. 767, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
24.000 SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA			633.504
(220902/22902) 24.902 FUNDO DE SAUDE DO CORPO DE BOMBEIROS			633.504
060750428.2103 ASSISTENCIA MEDICA A DEPENDENTES			633.504
060750428.2103.0001 ASSISTENCIA MEDICA A DEPENDENTES	34.12.41	020 506.8	
	45.12.41	020 126.7	633.504
00431/04 - 200081		TOTAL	633.504

PORTARIA SEFP Nº 768 , DE 27 DE JUNHO DE 1995 .

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do Processo nº 062.000.288/95,

RESOLVE:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Instituto de Saúde do Distrito Federal, aprovado pela Portaria SEFP nº 06, de 4 de janeiro de 1995.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

WASNY DE ROURE

ANEXO I EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

ACRESCIMO — SEGURIDADE

ANEXO A PORTARIA No. 768, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
23.000 SECRETARIA DE SAUDE				20.000
(170103/00001) 23.103 INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL				20.000
130750021.2095 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				20.000
130750021.2095.0001 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAUDE	34.90.93	000	20.000	20.000
00452/01 - 200080			TOTAL	20.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

REDUCAO — SEGURIDADE

ANEXO A PORTARIA No. 768, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
23.000 SECRETARIA DE SAUDE				20.000
(170103/00001) 23.103 INSTITUTO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL				20.000
130750021.2095 COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				20.000
130750021.2095.0001 FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO DE SAUDE	34.90.39	000	20.000	20.000
00452/02 - 200081			TOTAL	20.000

PORTARIA SEFP Nº 769 , DE 27 DE JUNHO DE 1995 .

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta dos processos nºs 030.005.420/95 e 030.005.554/95,

RESOLVE:

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa da Secretaria de Comunicação Social, aprovado pela Portaria SEFP nº 06, de 4 de janeiro de 1995.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

WASNY DE ROURE

ANEXO I EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

ACRESCIMO — FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 769, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
15.000 SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL				340.000
(260101/00001) 15.101 SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL				340.000

030070021.2138	COORDENACAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				348.000
030070021.2138.0001	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA	31.90.11	000	198.000	
		34.90.39	000	50.000	
		34.90.39	000	100.000	348.000
00451/01 - 200000				TOTAL	348.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

REDUCAO FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 769, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	TOTAL
15.000	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL				348.000
(260101/00001) 15.101	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL				348.000
030070021.2138	COORDENACAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				348.000
030070021.2138.0001	FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA	31.90.07	000	20.000	
		31.90.13	000	20.000	
		31.90.14	000	50.000	
		31.90.16	000	100.000	
		34.90.92	000	30.000	
		34.90.93	000	70.000	348.000
00451/02 - 200001				TOTAL	348.000

PORTARIA SEFP Nº 770 , DE 27 DE JUNHO DE 1995 .

O SECRETÁRIO DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso IV, do Decreto nº 11.335, de 7 de dezembro de 1988, e o que consta do processo nº 113.001.346/95,

R E S O L V E :

I - Aprovar, na forma dos Anexos I e II, a alteração do Quadro de Detalhamento da Despesa do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, aprovado pela Portaria SEFP nº 06, de 4 de janeiro de 1995.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Ficam revogadas as disposições em contrário.

WASNY DE ROURE

ANEXO I EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

A C R E S C I M O FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 770, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	TOTAL
26.000	SECRETARIA DE TRANSPORTES				412.000
(200202/20202) 26.202	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL				412.000
160800021.2049	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				412.000
160800021.2049.0001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO	31.90.92	000	412.000	412.000
00449/01 - 200000				TOTAL	412.000

ANEXO II EXERCICIO DE 1995 R$ 1,00

REDUCAO FISCAL

ANEXO A PORTARIA No. 770, de 27 de junho de 1995. RECURSOS DO TESOURO

ESPECIFICACAO		NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR DETALHADO	TOTAL
26.000	SECRETARIA DE TRANSPORTES				412.000
(200202/20202) 26.202	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL				412.000
160800021.2049	COORDENACAO E MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS				412.000
160800021.2049.0001	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO	31.90.11	000	412.000	412.000
00449/02 - 200001				TOTAL	412.000

SUBSECRETARIA DA RECEITA
DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO Nº 102/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.005380/95,

D E C L A R A

JOAQUIN NICLOS ALBARRACIN, Funcionário Administrativo da Embaixada da Espanha, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo General Motors, Tipo/Monza Classic/SE, Chassis 9BGJL69TMLBOO1655, Chapa JED 0354, ano de fabricação 1991, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 26 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 103/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.005313/95,

D E C L A R A

ALMUDENA MARIN LOPEZ, Funcionária Administrativa da Embaixada da Espanha, isenta do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Fiat, Tipo/Tempra, Chassis 9BD159000R9067727, Chapa JED 3155, ano de fabricação 1994, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 26 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 104/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Missão Diplomática.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.005596/95,

D E C L A R A

CHRISTOPHER HOWARD PALMER, Perito/Cons.Britânico da Embaixada da Grã-Bretanha, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Volkswagen, Tipo/Parati GLS 1.8, Chassis 9BWZZZ30ZSP027181, Chapa JEE8925, ano de fabricação 1995, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 26 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 105/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do IPVA para membros de Organismos Internacionais.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 6º, inciso IV, do Decreto nº 16.099, de 29/11/94, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.004654/95,

D E C L A R A

AGUSTIN ANTONIO MILLAR BRAVO, Especialista em Desenvolvimento Agrícola de Áreas Irrigadas do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, isento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA, incidente sobre o veículo de sua propriedade, Marca/Modelo Volkswagen, Tipo/Santana CLI, Chassis 9BWZZZ32ZSP009761, ano de fabricação 1995, lembrando que o benefício deverá anualmente ser renovado mediante requerimento do interessado (parágrafo 2º, artigo 6º, do Decreto nº 16.099/94).

Brasília, 26 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 106/95-DAT/SUREC/SEFP

Suspensão da cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E

PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 3º, inciso I, da Lei nº 11, de 29/12/88, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.004593/95.

DECLARA

Suspensa, nesta data, a cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, incidente sobre a transferência assim caracterizada:

Transmitente : DISTRIBUIDORA PROGRESSO DE SECOS E MOLHADOS E CEREAIS LTDA
Adquirente : MERCANTIL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

Natureza da Transação : CISÃO PARCIAL

Imóveis : Prédio SCLN 403 Bloco C - Com 13 lojas e 08 salas - Brasília-DF
Prédio SCLN 108 Bloco D - Com 12 lojas e 20 salas - Brasília-DF

Fica o adquirente, desde já, notificado a apresentar à Divisão de Tributos Imobiliários do Departamento de Arrecadação e Tributação, desta Subsecretaria, no período de 01 a 31 de outubro de 1997, seus livros fiscais e outros documentos que se fizerem necessários à verificação da preponderância de suas atividades, para fins de emissão do Ato Declaratório de Não-Incidência do ITBI ou o recolhimento do imposto, na forma regulamentar, conforme o resultado da análise. Caso a exigência não seja atendida, presumir-se-á caracterizada a atividade preponderante de que tratam os parágrafos do artigo 3º da Lei nº 11/88, com o conseqüente lançamento do tributo sobre a transação.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília, 27 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 107/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do ICMS na compra de veículo por portador de deficiência física.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, com base no artigo 1º da Portaria nº 379/94-SEFP, de 13/06/94, combinado com artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 437/94-SEFP, de 30/06/94, e no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.004.073/95,

DECLARA,

Junto à CCA Ltda, que MARLUZ PEIXOTO DOS SANTOS CPF nº 102.525.501-10, está autorizado a adquirir, até o dia 30 de junho de 1995, 01 (um) veículo automotor nacional com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto.

No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste Ato no Diário Oficial do Distrito Federal, o adquirente deverá atender às exigências contidas no parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria 379/94-SEFP, de 13/06/94, sob pena de ter que recolher o ICMS com atualização monetária e acréscimos legais, ou ainda se incidir em qualquer uma das hipóteses elencadas no sub-item 75.3 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 16.102/94.

Brasília, 26 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 108/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do ICMS na compra de veículo por portador de deficiência física.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, com base no artigo 1º da Portaria nº 379/94-SEFP, de 13/06/94, combinado com artigo 1º, inciso I, da Portaria nº 437/94-SEFP, de 30/06/94, e no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.011.701/94,

DECLARA,

Junto à Orca Veículos Ltda, que ELIESIO BELÉM LIMA CPF nº 076.385.151-53, está autorizado a adquirir, até o dia 30 de junho de 1995, 01 (um) veículo automotor nacional com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, desde que haja o repasse do benefício fiscal sob a forma de redução no preço do produto.

No prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação deste Ato no Diário Oficial do Distrito Federal, o adquirente deverá atender às exigências contidas no parágrafo 1º do artigo 1º da Portaria 379/94-SEFP, de 13/06/94, sob pena de ter que recolher o ICMS com atualização monetária e acréscimos legais, ou ainda se incidir em qualquer uma das hipóteses elencadas no sub-item 75.3 do Caderno I do Anexo I do Decreto nº 16.102/94.

Brasília, 26 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 109/95-DAT/SUREC/SEFP

Isenção do ICMS na Importação de Equipamentos para Ativo Fixo.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no item 89 do Caderno II do Anexo I ao Decreto nº 16.102 de 30/11/94 (Convênios ICMS nºs 60/93 e 152/94), e tendo em vista os DTE/CAT/5589/95, da Associação Brasileira-ABIMAQ, de 16/05/95, Constante do Processo nº 040.006.290/95,

DECLARA

Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS, a importação de uma máquina para corte de lâmina de vidro plano, classificada na Nomenclatura Brasileira de Mercadorias Sistema Harmonizado-NBM/SH, sob o código 8464.90.0200, constante da Guia de Importação nº. 0452-95/001012-8, pela empresa VITRAL VIDROS PLANOS LTDA, inscrita no CF/DF nº 07315882/001-60 e no CGC/MF nº 00.033.241/0001-37, desde que a operação seja contemplada com isenção ou com alíquota reduzida a zero dos Impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília, 27 de junho de 1995.
JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

ATO DECLARATÓRIO Nº 110/95-DAT/SUREC/SEFP

Suspensão da cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DA RECEITA DA SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I, alínea "a", item 3, da Ordem de Serviço nº 056/94-SR/SEFP, de 28/12/94, e fundamentado no artigo 3º, inciso I e II, da Lei nº 11, de 29/12/88, e considerando ainda o que consta do processo nº 040.005.911/95,

DECLARA

Suspensa, nesta data, a cobrança do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos-ITBI, incidente sobre a transferência assim caracterizada:

Transmitente: SÓ FRANGO ALIMENTOS LTDA
Adquirente : SÓ FRANGO PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Natureza da Transação : CISÃO PARCIAL

Imóvel : LOTE PLL-02, TRECHO 10 SHIS - BRASÍLIA-DF.

Fica o adquirente, desde já, notificado a apresentar à Divisão de Tributos Imobiliários do Departamento de Arrecadação e Tributação, desta Subsecretaria, no período de 01 a 30 de setembro de 1997, seus livros fiscais e outros documentos que se fizerem necessários à verificação da preponderância de suas atividades, para fins de emissão do Ato Declaratório de Não-Incidência do ITBI ou o recolhimento do imposto, na forma regulamentar, conforme o resultado da análise. Caso a exigência não seja atendida, presumir-se-á caracterizada a atividade preponderante de que tratam os parágrafos do artigo 3º da Lei nº 11/88, com o conseqüente lançamento do tributo sobre a transação.

Este Ato Declaratório só terá validade após sua publicação no Diário Oficial do Distrito Federal.

Brasília, 27 de junho de 1995.

JOSÉ AILTON DE MELO COELHO

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 57 DE 20 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃODO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no O.I. nº 17/95 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.001725/95,

RESOLVE:

I — Encerrar, a partir do ano letivo de 1995, as atividades do JARDIM DE INFÂNCIA MARIA ASSUNTA, localizado na Praça Cel. Salviano Monteiro 57, Planaltina — Distrito Federal, mantido pelo Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria do Brasil, com sede no mesmo endereço.
II — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBANEZ RUIZ

PORTARIA Nº 58 DE 20 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 37, inciso I, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 91/95 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.009977/93,

R E S O L V E :

I - Autorizar o funcionamento do curso de Auxiliar de Enfermagem, em nível de Qualificação Profissional - 2º Grau, no Centro de Formação Profissional de Taguatinga-DF - Escola de 2º Grau, localizada no Setor G Norte - Área Especial nº 39- Taguatinga Norte-DF, mantido pelo SENAC/AR/DF, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Administração Regional do Distrito Federal, com adoção da grade curricular aprovada pelo Parecer nº 91/95-CEDF.

II - Autorizar o funcionamento do referido curso na unidade do SENAC, do Plano Piloto, localizado na Av. W4 - SEUP/SUL EQ 703/903 - Conjunto "A" - Brasília-DF.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

CONCLUINTES DO CURSO DE 2º GRAU

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto na Portaria nº 61/91-SE, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 236 de 29 de novembro de 1991, torna pública a relação de concluintes do 2º Grau e respectivos números de registro dos títulos, conforme especificação em anexo.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL JUSCELINO KUBITSCHEK - GAMA
ATO DE RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 14 DE 24 DE JUNHO DE 1.983 SEC/DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO Nº	FOLHA Nº	LIVRO Nº
Ensino de 2º Grau - Lei nº 7.044/82 (Relação nº 06/95)			
Francisco de Assis Ponte	443	148	001
Auxiliar de Escritório (Relação 07/95)			
Ademir Rosa Barbosa	444	148	001
Alexandre Corrêa da Silva	445	149	001
Cândida Pereira do Lago	446	149	001
Carlos Alberto do Nascimento Araujo	447	149	001
Ivaldo da Silva Santos	448	150	001
Carlos Alberto Soares	449	150	001
Célia da Conceição Florêncio	450	150	001
Erivaldo Brandão da Silva	451	151	001
Diva Nonato dos Santos	452	151	001
Humberto Azevedo Neves	453	151	001
Antonio Luiz Pereira de Carvalho	454	152	001
Clédio Almeida Prates	455	152	001
Deusdeth Teles Tavares	456	152	001
Divino Cunha Nunes	457	153	001
Etiere do Carmo Silva	458	153	001
Gilson Reis e Silva	459	153	001
Guleiva da Silva	460	154	001
Helayne Barbosa Gomes	461	154	001
José Alexandre Assunção Alves	462	154	001
José Geraldo Rodrigues Pinheiro	463	155	001
Marli Alexandrina de Andrade Borges	464	155	001
Maura Rosana Alves da Silva	465	155	001
Mônica Seltz	466	156	001
Salvador Carvalho Barrêto	467	156	001
Agnaldo Marinho Cunha	468	156	001
Alessandra Pereira de Sousa	469	157	001
Anderson Geraldo de Castro	470	157	001
Rosi Gomes da Cunha	471	157	001
Sandra Maria Corrêa da Silva	472	158	001
Soeli Tives Padilha	473	158	001
Suzi Coatio da Silva	474	158	001
Pedro Raimundo Rogerio Cabral	475	159	001
Roberto Vicente Silva de Oliveira	476	159	001
Roseli Ribeiro	477	159	001
Teresinha Gomes de Castro	478	160	001
Wendell Vieira Moreira	479	160	001
Ivaneide Wanderley	480	160	0Q1

Carlos Alberto Resende — Diretor-Reg.1.336 DEMEC-MG.

Maria da Conceição B.Moreira — Secretária-Reg.318 SEC/DF.

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL JUSCELINO KUBITSCHEK - GAMA
ATO DE RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 14 DE 24 DE JUNHO DE 1.983 SEC/DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO Nº	FOLHA Nº	LIVRO Nº
Auxiliar de Escritório (Relação nº 08/95)			
Jeová Vieira Rodrigues	481	161	001
Joilma Lima de Oliveira	482	161	001
José Luiz Alves	483	161	001
Katia Maria Rodrigues Feitosa	484	162	001
Kleirion Barreiro Gomes	485	162	001
Maria Inês Pereira dos Santos	486	162	001
Marta Maria da Silva	487	163	001
Marli Donizete Pereira de Oliveira	488	163	001
Núbia Aparecida Rosa Lopes	489	163	001
Eronildo Bomfim de Oliveira	490	164	001
Adriano de Faria Alves	491	164	001
Francisco Medeiros de Lima	492	164	001
Cleber Freire Basílio de Sousa	493	165	001
Gerônimo Marinho de Oliveira	494	165	001
Carlos Eduardo Batista da Silva	495	165	001
Rosane Bento	496	166	001
Anivalton Rodrigues Pinheiro	497	166	001
Elimar de Souza Botelho	498	166	001
Everaldo Resende Santos	499	167	001
Fernando Cezar Teixeira Costa	500	167	001
Flávio Drumond Ponte	501	167	001
Lamarck Gouveia de Souza	502	168	001
Paula Roberta da Silva Alecrim	503	168	001
Robson Marcelo Pinto de França	504	168	001
Élcio Batista da Silva	505	169	001
Estela Juliana Alves de Oliveira	506	169	001
Sandro Utida Ximenes	507	169	001
Ismail Pereira de Sousa	508	170	001

Carlos Alberto Resende — Diretor-Reg.1.336 DEMEC-MG

Maria da Conceição B.Moreira — Secretária-Reg.318 SEC/DF.

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL COMPACTO INTEGRAL
ATO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 16 DE 20/01/1981-SEC-DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO	FOLHA	LIVRO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE - VIA SUPLÊNCIA - Rel. nº 10/95			
ALESSANDRO PÊGAS	720	40	002
GIULIANO NÚBILE RAMOS	722	41	002
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - VIA SUPLÊNCIA - Rel. nº 11/95			
CARLOS FERNANDO BENTO MARQUES	721	41	002
MARTA DOURADO RODRIGUES	723	41	002

ROSELI PESTANA DA SILVA — DIRETORA-REG. Nº 2.820-MEC

MARIA VANEIDE DE ALMEIDA — SECRETÁRIA-AUT. Nº 030/GDF/SEC/DIE

Nome do Estabelecimento: Centro Educacional Visão Taguatinga.DF
Ato de Reconhecimento: Portaria nº 118 de 29/12/94 - SE/DF

Nome do Diplomado	Reg.	Fls.	Livro nº
Auxiliar de Contabilidade - Fase IV	**Rel. 04/95**		
Heverton Albuquerque da Silva	045	015	01

Terezinha Gomes de S. Carvalho — Diretora - Reg. 1.244 - MEC

Estelita Alves de Jesus — Secretária - Reg. 852 DIE/SE

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL 04 DE TAGUATINGA

ATO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 17/80 - SEC - DF.

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO Nº	FOLHA Nº	LIVRO Nº
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO - (Relação nº 003/95)			
MARIA JULIANA BARCELOS MACHADO	0379	127	01

MARIA APARECIDA B.M. DA SILVA — DIRETORA - REG. 3219 - MEC

NIUSA BRANDÃO BLANCO — CHE/FE DE SEC. REG. 499 DIE/SE

NOME DO ESTABELECIMENTO: DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA/Seção de Exames
ATO DE RECONHECIMENTO: DECRETO Nº 3547/77 - GDF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO Nº	FOLHA Nº	LIVRO Nº
EXAME DE SUPLÊNCIA DE EDUCAÇÃO GERAL (RELAÇÃO 27/95)			
ARNOLDO FERRO RODRIGUES	1412	078	03
CARLOS MAGNO GUIMARÃES	1413	078	03
MANOEL CLAUDIO DA ROCHA	1414	079	03
ROBSON MOTA DUARTE	1415	079	03
VALDEMIRO CHAVES CARREIRO	1416	079	03

Olgamir Francisco de Carvalho
DIRETORA

Jorge Cursino Passos
reg. 370 DIE/SE

NOME DO ESTABELECIMENTO : Centro Educacional 02 do Gama
ATO DE RECONHECIMENTO: Portaria nº 17/80 - SEC/DF

NOME DO DIPLOMADO	REG.Nº.	FL.Nº.	LIV.Nº.
2º GRAU - EDUCAÇAO GERAL	(RELAÇAO Nº 05/95)		
CARLOS ALBENIO LIBERATO	1200	200	02
ENSINO DE 2º GRAU - LEI 7044/82	(RELAÇAO Nº 06/95)		
ALICE MARIA DA SILVA	1201	01	04
CARLA DOS SANTOS SIQUEIRA	1202	01	04
CARLOS FRANÇA DE SENA	1203	01	04
DIVINA PEREIRA DOS SANTOS	1204	02	04
ELIENE BONFIM DA SILVA	1205	02	04
FLAVIA NAZARé SALES ALMEIDA	1206	02	04
GLAUCIA CRISTINA NOGUEIRA DA SILVA	1207	03	04
JOSé ALDEIS DE MELO	1208	03	04
KEPLER DE SANTANA LIMA	1209	03	04
LILIAN MARAH BORGES	1210	04	04
LUCIO MAURO HENRIQUE DE SOUSA	1211	04	04
MAIRA DE JESUS SILVA	1212	04	04
MARIA TATIANA FERNANDES NUNES	1213	05	04
ODAIR JOSé DE LIMA	1214	05	04
REJANE GOMES BRAGA	1215	05	04
SHEILA MENDES DOS SANTOS	1216	06	04
SILVANIA DA SILVA ROBERTO	1217	06	04
VANESSA LINGLEIA GOMES DE SOUZA	1218	06	04
VERUSA MARTINS FEITOSA	1219	07	04
WILLIAM DOS SANTOS PEREIRA	1220	07	04
TéCNICO EM SECRETARIADO	(RELAÇAO Nº 07/95)		
CHIRLEIDE DE MELO SANTANA	1221	07	04
CLEIDE APARECIDA DA SILVA	1222	08	04
DULCINETE PEREIRA DE SOUSA FREIRE	1223	08	04
EDILENE SILVA BENEDITO	1224	08	04
EDSON AGOSTINHO DOS SANTOS	1225	09	04
FRANCISCO PETRONIO SILVA PAULA	1226	09	04
JAIR RIBEIRO DA CRUZ	1227	09	04
JANERITA SANTOS DE ANDRADE	1228	10	04
MARIA ALCIMAR REZENDE GONÇALVES	1229	10	04
MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA BARBOSA	1230	10	04
MARIVANI ALVES RODRIGUES	1231	11	04
NELSON BARBOSA DA COSTA	1232	11	04
ROSANGELA BARBOSA DE MELO	1233	11	04
ROSEMARY DE SOUSA SANTOS	1234	12	04
SONIA CRISTINA DE SOUZA LIMA	1235	12	04
VERA LUCIA DO NASCIMENTO	1236	12	04
WILSON DOS SANTOS SAMPAIO	1237	13	04
WILSONEIDE DA SILVA GRANGES	1238	13	04
HABILITAÇAO BASICA EM SAUDE	(RELAÇAO Nº 08/95)		
AUREA BARRETO DE LIMA	1239	13	04
CLEONICE LOPES DOS SANTOS	1240	14	04
MARISOL SARAIVA LIMA	1241	14	04
HABILITAÇAO BASICA EM ADMINISTRAÇAO	(RELAÇAO Nº 09/95)		
ROMULO ALVES NOGUEIRA	1242	14	04

Maria das Dôres C. da Fonseca
DIRETORA REMEC - 534

Roberto Carlos C. de Alencar
SECRETARIO - REG. 845/DIE

NOME DO ESTABELECIMENTO: ESCOLA TECNICA DE SAUDE GOLDEN GARDEN
ATO DE RECONHECIMENTO · PORTARIA Nº 082/94 SE/DF de 01/09/94

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO	FOLHA	LIVRO Nº
AUXILIAR DE ENFERMAGEM (REL Nº 01)			
ANA PAULA DA SILVA	64	22	01
AIDA GUIMARAES DE MIRANDA CASSIMIRO	65	22	01
CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA PINTO	66	22	01
CHRISTIANE DE PAULA GUERRA	67	23	01
DARLENE DE SOUZA GUEDES	68	23	01
DURCI LEITÃO DE SANTANA	69	23	01
ERIDAN PAZ IBIAPINA	70	24	01
ELIANE CRISTINA REIS	71	24	01
ELIZA SALES SANTANA	72	25	01
ELIANE DE SOUZA QUEIROZ	73	25	01
GLADYS ALVES CALIXTO	74	25	01
JOSELENE FERREIRA DOS SANTOS	75	25	01
LUCIA INÊS ATAIDE	76	26	01
LUANA ROQUE SANTOS	77	26	01
LÉA TEREZA PINKE TORRES DE MORAIS	78	26	01
LEILA CRISTINA PEREIRA DE OLIVEIRA	79	27	01
MARLENE ALVES SOARES	80	27	01
MARIA DO SOCORRO SANTOS DE OLIVEIRA	81	27	01
MARCIA REGINA PEREIRA DE CARVALHO	82	28	01
NELSON CELESTINO DA CRUZ JUNIOR	83	28	01
NEUZA CHAVES DE MATOS	84	28	01
PATRICIA BARROS RIBEIRO	85	29	01
REGIANE PATRICIA DE MORAES SILVA	86	29	01
ROSYMEIRE SANTANA DOS REIS	87	29	01
RUTH RODRIGUES DE SOUSA FIGUEREDO	88	30	01
STELLA RODRIGUES VILA NOVA	89	30	01
SERGIO LUIZ CAMPELO BRASIL	90	30	01
WELLINGTON LUIZ ROMÃO	91	31	01
WASHINGTON RODRIGUES DE OLIVEIRA	92	31	01
CLAUDINEY RODRIGUES ALVES	93	31	01
FLAVIA SODRÉ SILVA	94	32	01

CLEIDE LIMA KUPPENS
DIRETORA - REG.MEC - 3943

MARIA DAS GRAÇAS FARIA
SECRETÁRIA REG. 91/79

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL LASER
ATO DE RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 04/81 - SEC/DF

NOME DO ALUNO	REGISTRO	FOLHA	LIVRO
ENSINO MÉDIO - 2º CICLO (RELAÇÃO Nº 14/95)			
JANILCE DA MATA PAMPLONA	090	31	01

MARCOS SILVIO PINHEIRO
DIRETOR/DIE

MARIA BERNADETE DE A. LEITE
DIRETORA/DOA

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL COMPACTO - GUARÁ
ATO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 03 DE 06/01/1981-SEC-DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO	FOLHA	LIVRO
MAGISTÉRIO - Rel. nº 14/95			
PATRÍCIA LOPES DOS SANTOS	535	179	001

HÉLIO FREITAS DOS SANTOS
DIRETOR-REG. 3.808-MEC-DF

JAIDE NOGUEIRA ARAUJO
SECRETÁRIA-REG. Nº 347-SEC-DF

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL COMPACTO - GAMA
ATO DO RECONHECIMENTO: PORTARIA Nº 13 DE 16/01/1981-SEC-DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO	FOLHA	LIVRO
TÉCNICO EM CONTABILIDADE - VIA SUPLÊNCIA - Rel. nº 16/95			
CICERO TRAJANO DA SILVA	535	179	001
PAULO ALBERTO CORDEIRO	537	179	001
SHEYLA DOS SANTOS VERAS	536	179	001

AGENOR ARAUJO NETO
DIRETOR-REG. Nº 95/00461-MEC

VICENTINA SPÍNDOLA DE ATAÍDE
SECRETÁRIA ESCOLAR-REGISTRO Nº 854-SEG-DF

NOME DO ESTABELECIMENTO: CENTRO EDUCACIONAL 03 DO GUARA
ATO DE RECONHECIMENTO: Portaria Nº. 17/07/80-SEC-DF

NOME DO DIPLOMADO	REGISTRO	FOLHA	LIVRO
TÉCNICO EM ADMINISTRAÇAO	(Relação nº. 07/95)		
ADELINA LOPES DA SILVA	929	104	A-2
ADRIANA DINIZ CELESTINO	930	104	A-2
ALESSANDRA BRAGA CATANIO	931	105	A-2
ANA CECILIA BATISTA DA SILVA	932	105	A-2
ANDRÉ LUIZ GOMES DE ARAUJO	933	105	A-2
ANTONIA BATISTA DE AGUIAR	934	106	A-2
ELENICE EMILIANA LOPES	935	106	A-2
FRANCINALDO DA SILVA BARROS	936	106	A-2
GENILSON CORCINO ALVES	937	107	A-2
HENRIQUE DURVAL PEREIRA	938	107	A-2
HUDSON LEVI QUEIROZ BRITO	939	107	A-2
JOABE ÉDER DE MORAIS CUNHA	940	108	A-2
JOAO DA CRUZ GOMES DA SILVA	941	108	A-2
KEILA GONÇALVES SILVA	942	108	A-2
LUCILENE XAVIER DE OLIVEIRA	943	109	A-2
PATRICIA RACHEL CAIRES LEAL	944	109	A-2
ROBERTA MAURICIO DE ALMEIDA	945	109	A-2
ROZANIA ALESSANDRA SILVA	946	110	A-2
SIRLEI REIS DO NASCIMENTO	947	110	A-2

TÉCNICO EM CONTABILIDADE	(Relação no. 08/95)		
ANDRÉ LUIZ TAVARES MATOS	948	110	A-2
ADALBERTO MARTINS MOURA	949	111	A-2
ALEXANDRA FERNANDES DA SILVA	950	111	A-2
ANA LEIDE DE SOUSA PONTES	951	111	A-2
ANTONIO ADILSON PEREIRA CARVALHO	952	112	A-2
CECILIA COSTA LARA	953	112	A-2
CHRISTINA DA COSTA SILVA	954	112	A-2
CLAIR FERREIRA PAIVA	955	113	A-2
CLAUBER FERREIRA MARQUES	956	113	A-2
CLAUDINETE LISBOA DA SILVA	957	113	A-2
CLEITON AGAPITO DE OLIVEIRA	958	114	A-2
CLEONICE PEREIRA DA SILVA	959	114	A-2
DEUZELINA GOMES DOS SANTOS	960	114	A-2
EDNALDO VITOR ROCHA	961	115	A-2
ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA	962	115	A-2
ELIZETE NOGUEIRA SA	963	115	A-2
ERONDES FRANCISCO DE ASSIS MENDES	964	116	A-2
FLAVIO SOUZA SOARES	965	116	A-2
FRANCISCA RODRIGUES DO NASCIMENTO	966	116	A-2
GENESIO CORREIA PAZ	967	117	A-2
GEONICIO WANDERLEY DA NÓBREGA FILHO	968	117	A-2
GILDEVAN MOREIRA DE CARVALHO	969	117	A-2
GISLANE BASTOS ARAUJO	970	118	A-2
GIZEUDA MESSIAS NOGUEIRA	971	118	A-2
JAIME GONÇALVES PEREIRA	972	118	A-2
JANAINA CARLA VIEIRA LIMA	973	119	A-2
JOÃO BAPTISTA SILVA ESTEVES	974	119	A-2
JOÃO DA SILVA ARAUJO JUNIOR	975	119	A-2
JORGE WILTON DE ALBUQUERQUE	976	120	A-2
JOSÉ MARTINS FEITOSA	977	120	A-2
JOSEMY XAVIER DA SILVA	978	120	A-2
KATIA FRANCINETE RAMOS PINHEIRO	979	121	A-2
KATIA MENDES NEVES	980	121	A-2
KATIANE ALVES DE ASSIS	981	121	A-2
LIDINEIA MACEDO VELAR	982	122	A-2
LUCIANA FELIPE DA SILVA	983	122	A-2
LUSIMAR DE SOUSA SANTOS	984	122	A-2
MARCIA GOMES DA SILVA	985	123	A-2
MARCILENE FERNANDES DE FIGUEIREDO	986	123	A-2
MARCOLINA PEREIRA MARQUES	987	123	A-2
MARIA DA CONCEIÇÃO NEVES SILVA	988	124	A-2
MARIA DE FATIMA ATAIDES DE AZEVEDO	989	124	A-2
MARIA DE LOURDES FREITAS CAVALCANTE	990	124	A-2
MARIA DILMA RODRIGUES DA SILVA	991	125	A-2
MARIA DO CARMO FERREIRA LIMA	992	125	A-2
MARIA LUCIENE DOS SANTOS SILVA	993	125	A-2
MARILIA DE OLIVEIRA FREITAS	994	126	A-2
MARTA GOMES CAMARGO	995	126	A-2
MARY MACLEUDES BARREIRA LIRA	996	126	A-2
PEDRO PAULO GOMES FERREIRA	997	127	A-2
RITA MARIA DA SILVA	998	127	A-2
ROSIRENE RIBEIRO DA SILVA	999	127	A-2
SÉRGIO MOREIRA DO NASCIMENTO	1000	128	A-2
SILVIA ADRIANY DE JESUS R. PINHEIRO	1001	128	A-2
SÔNIA MARIA DE SOUZA	1002	128	A-2
WALTENCIR SILVA	1003	129	A-2
VALMIR CAVALCANTE DE SOUSA	1004	129	A-2
VANUZIA LISBOA RIBEIRO	1005	129	A-2
WAGNER DA RIBEIRA DA SILVA	1006	130	A-2
ZILMAR ALVES DA CUNHA FAGUNDES	1007	130	A-2
HABILITAÇAO BASICA EM ADMINISTRAÇAO	(RELAÇAO 09/95)		
FARIDES LUCAS CAMILO	1008	130	A-2

LUCIMAR DA SILVA SAMPAIO BARROS
SECRETARIA AUT.645 DIE/DF

ROSILDO MACIEL ISACKSSON
DIRETOR REG.00659/94

PROCESSO Nº: 030.005222/95
INTERESSADO: DANIELLE TIEMY KORESAWA

HOMOLOGO o Parecer nº 98/95-CEDF, de 19.06.95, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é no sentido de determinar a complementação de estudos realizados no exterior, devendo a aluna DANIELLE TIEMY KORESSAWA:
"a) realizar estudos de recuperação em Português e Geografia, por não ter obtido aprovação nestas disciplinas no primeiro semestre da 2ª série do 2º grau, admitindo-se programação especial e dispensa de freqüência exigida dos alunos regularmente matriculados;
b) retornar a este Colegiado, de posse da avaliação dos estudos de recuperação realizados, para que se possa reexaminar o pedido de equivalência do curso".

Em, 27/06/95

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Secretário de Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.003469/95
INTERESSADO:EVILÁSIA MARTINS VASCONCELOS

HOMOLOGO o Parecer nº 94/95-CEDF, de 12.06.95, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do Curso de Secretário de Estabelecimento de Ensino de 1º e 2º Graus e estudos complementares, feitos por EVILÁSIA MARTINS VASCONCELOS, ao Curso de Secretário Escolar aprovado para o Distrito Federal, para fins de expedição do registro de Secretário Escolar de 1º e 2º Graus".

Em, 20/06/1995

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Secretário de Educação
do Distrito Federal

PROCESO Nº: 030.005168/95
INTERESSADO: ADRIANA REGINA DE OLIVEIRA

HOMOLOGO o Parecer nº 93/95-CEDF, de 12.06.95, aprovado por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por ADRIANA REGINA DE OLIVEIRA, na Eleonor Roosevelt High School, em Greenbelt, Maryland, EUA, ao de ensino médio (2º grau) — educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal —, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

Em, 20/06/1995

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Secretário de Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.005380/95
INTERESSADO: NATHANE MABEL BRIXNER

HOMOLOGO o Parecer nº 97/95-CEDF, de 19.06.95, aprovado por unanimidade pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por NATHANE MABEL BRIXNER na "Windsor High School", em Imperial, Missouri — EUA, ao ensino médio (2º grau) — educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

Em, 27/06/95

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Secretário de Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.004567/95
INTERESSADO: GERMAN EZEQUIEL FLORES

HOMOLOGO o Parecer nº 90/95-CEDF, de 05.06.95, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesm data, cuja conclusão é "pela declaração de equivalência do curso realizado por German Ezequiel Flores, junto ao Comando de Instruccion da Fuerza Aerea Argentina, em Buenos Aires, Argentina, ao de ensino médio (2º grau) — educação geral do Sistema de Ensino do Distrito Federal, inclusive para fins de prosseguimento de estudos".

Em 21.06.95.

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Secretário de Educação
do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 030.009977/93
INTERESSADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL — SENAC/AR/DF

HOMOLOGO o Parecer nº 91/95-CEDF, de 05.06.95, aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Educação do Distrito Federal, em sessão plenária de mesma data, cuja conclusão é: "a) pela autorização do curso de Auxiliar de Enfermagem do Trabalho, em nível de qualificação profissional — 2º Grau, nas unidades do SENAC Taguatinga e Plano Piloto, de acordo com a grade curricular (fls. 19 do Processo)".

Em 20.06.1995

ANTONIO IBAÑEZ RUIZ
Secretário de Educação
do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1995

O Chefe de Gabinete da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso de suas atribuições regimentais e da delegação de competência que lhe foi conferida conforme a alínea "c", do item I da Portaria s/n de 21.01.93 e bem como o constante do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991,

Resolve:

1. Conceder aos servidores abaixo relacionados, com exercício no Departamento de Inspeção de Ensino, a Indenização de Transporte a que se refere o Decreto acima mencionado:

.Júlio Gregório Filho, matrícula 44.244-5, Professor MG30, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional e Diretor do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFG 13;

.Marcos Sílvio Pinheiro, matrícula 45.067-7, Assessor do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFA 11;

.Maria Deilda Pereira, matrícula 44.542-8, Assessor do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFA 11;

.Onilmar de Moraes Soares Dias, matrícula 45.558-X, Professor MG30, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional e Assistente da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFA 05;

.Jane Maria Hockmuller, matrícula 25.422-3, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Joana Célia de Oliveira, matrícula 37.997-2, Professor MG30, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional e Chefe da Seção de Reconhecimento e Inspeção do 1º Grau, da Divisão de Reconhecimento e Inspeção, do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFG 05;

.Claudete Stracçalano Barbosa Pereira, matrícula 45.378-1, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional, Assistente da Divisão de Reconhecimento e Inspeção, do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFA 05;

.Eva Márcia Silva Fontes, matrícula 42.539-7, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional e Chefe da Seção de Orientação e Assistência Técnica, da Divisão de Reconhecimento e Inspeção, do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFG 05;

.Rui Moreira Cassimiro, matrícula 24.392-2, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maristela Maciel Moreira, matrícula 31.710-1, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maria de Lourdes Braga da Silva, matrícula 31.501-X, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Edna de Araújo Coelho, matrícula 24.293-4, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maria Aparecida Firme, matrícula 31.851-5, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Elizabeth Garcia Costa da Silva, matrícula 31.498-6, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Cláudia Gontijo Resende Genú, matrícula 32.048-X, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Eliene Pessanha Lobato, matrícula 24.442-2, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maria Bernadete de Aguiar Leite, matrícula 24.425-2, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Juelice de Sousa Ferreira, matrícula 23.044-8, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Jorge Martins Vieira, matrícula 24.496-1, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maria Salvadora Lacerda Melo, matrícula 44.137-6, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Rosinha Resende Moreira, matrícula 23.047-2, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Antônio José Ferreira Sobrinho, matrícula 32.190-7, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Yara Assumpção Freire, matrícula 22.750-1, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Josias Calvino da Silva, matrícula 22.504-5, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maria José Coutinho Moreira, matrícula 31.769-1, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Cladir da Graça Rodrigues Barros, matrícula 22.230-5, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Maria Filomena Lima de Faria, matrícula 33.036-1, Analista de Administração Pública, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Gilza Benvinda Rosa, matrícula 31.510-9, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

.Sônia Gonzaga de Oliveira e Silva Lopes, matrícula 41.359-3, Professor MG20/GT3, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional e Chefe da Seção de Autenticação da Vida Escolar, da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFG 05;

.Rita de Cássia Pedrosa Vieira, matrícula 34.701-9, Professor MG30, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional e Chefe da Seção de Registro, da Divisão de Orientação e Assistência, do Departamento de Inspeção de Ensino/SE, Símbolo DFG 05;

.Jovair Manoel Lourenço, matrícula 19.545-6, Especialista de Educação, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal;

2. A Divisão de Administração Geral e o Departamento de Inspeção de Ensino desta Secretaria adotarão as providências necessárias ao cumprimento desta e demais disposições que regulam a matéria.

PAULO BRASILEIRO DO VALLE FILHO

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROCESSO Nº: 082.004988/95
INTERESSADO: DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL
ASSUNTO: Aquisição de Material

Aplico a firma CBP — Comercial Brasileira de Papéis Ltda, multa no valor de R$ 32,80 (trinta e dois reais e oitenta centavos), pelo atraso na entrega da mercadoria constante da NE nº 204/95-SE, com base nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil, aprovadas para o corrente exercício, combinado com o ítem 1, subitem II, da Ordem de Serviço de 24/06/95-SE.

Publique-se e encaminhe-se à SOF/DAG/SE para adoção das providências complementares.

Em 23/06/95.
FRANCISCA MARINA LEITE DE MESQUITA
Diretora da DAG/SE

SEÇÃO DE PESSOAL

NOME: NELCI VARGAS
MATRÍCULA: 38.529-8 (GDF) 47.788-5 (FEDF)
CARGO: PROFESSOR NÍVEL 1 40 HORAS
Despacho: Com base no art. 97, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112/90, concedo licença Gala à servidora supracitada, no período de 19/06 a 26/06/95, conforme documentação apresentada.

PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA
Seção de Pessoal
Chefe

NOME: CLEBER JOSÉ GALVÃO BEZERRA
MATRÍCULA Nº: 45.470-2
DESPACHO: Concedo auxílio-natalidade ao servidor pelo nascimento de sua filha HELEN MACEDO GALVÃO, em 14/06/95, conforme documentação apresentada, nos termos do art. 196 da Lei nº 8.112/90.

PAULO HENRIQUE DE SOUSA FERREIRA

(Republicado por haver saído com incorreção no original — DODF nº 118 — pág. 15 de 21/06/95)

DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 38/95-DIE/SE de 23 de junho1995

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, no uso das atribuições que lhe confere os os artigos 17 e 41 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, nos termos do Parecer nº 248/90-CEDF, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.004907/95

RESOLVE:

I - Determinar que o Centro de Ensino de 1º Grau 08 do Gama regularize a vida escolar de **Ana Gabriela da Silva Cunha**, mediante os procedimentos seguintes:

a) manutenção da matrícula da aluna na 7ª série do 1º Grau;

b) oferta de estudos de recuperação, com avaliação conclusiva, na disciplina Ciências Físicas e Biológicas, em que foi reprovada na 6ª série do 1º Grau;

c) registro, em ata, de todos os atos escolares praticados para a presente regularização;

d) registro, no Histórico Escolar, como ano de conclusão da 6ª série, aquele em que forem cumpridos, com aprovação, os estudos de recuperação.

II - Recomendar ao Centro de Ensino de 1º Grau 08 do Gama que proceda ao registro das observações necessárias ao completo esclarecimento da situação da vida escolar de **Ana Gabriela da Silva Cunha**, na Ficha Individual e Histórico Escolar.

III - Advertir a Escola Classe 408 Sul no sentido de que assegure a organização de seus arquivos escolares, a fim de que não se repitam erros como o presente.

IV - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS SILVIO PINHEIRO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.01947/95,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a CLARICE MARIA MEDEIROS AMORIM, matrícula nº 88.023-X, no Cargo de Professor, Nível 03 Classe Única, Padrão 25F, Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos Artigos 186, Inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e § 4º, LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30 da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 13, da Lei nº 66 de 18 de dezembro de 1989.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.013119/95,

RESOLVE:

Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a MARILENE NONATO MARTINS, viúva, e Temporária a ALESSANDRO MORALES MARTINS e MICHELE MORALES MARTINS, filhos do ex-servidor VICENTE MORALES MARTINS, matrícula nº 50.850-5, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 18F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 10 de junho de 1995.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.000820/95,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA JOSÉ GUERRANTE SCHLOTTFELDT, matrícula nº 98.303-9, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.002867/95,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a ROSA MARIA CARDOSO DE ALMEIDA, matrícula nº 90.503-8, Cargo de Professor, Nível 03, Classe única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os incentivos Funcionais de que trata o artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 13, da Lei nº 66 de 18 de dezembro de 1989.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.027549/94,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a ANÍSIO CABRINHA, matrícula nº 78.272-6, Cargo de Assistente de Educação/Serviço Especializado de Carpintaria, Classe Especial, Padrão 6, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, inciso III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens do artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.010408/95,

RESOLVE:

Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Temporária a MARIE-LE XAVIER BRANDÃO, filha da ex-servidora JESUINA XAVIER, matrícula nº 61.656-7, no Cargo de Agente de Educação/Serviços de Cozinha, Classe Única, Padrão 14, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 02 de maio de 1995.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.002126/95,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a NAILÊ DE SOUZA LODI, matrícula nº 80.748-6, no Cargo de Agente de Educação/Serviços de Cozinha, Classe Única, Padrão 21, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos Artigos 186, Inciso III, alínea "a" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "a" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.010260/95,

RESOLVE:

Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a" e item II, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a JOZUE MARQUES DA SILVA, viúvo, e Temporária a NELIEH DE SOUSA MARQUES e NEILANE DE SOUSA MARQUES, filhos da ex-servidora MARENE DE SOUSA E SILVA, matrícula nº 89.773-6, no Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 19 de abril de 1995.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º, Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.012581/95,

RESOLVE:

Conceder nos termos dos Artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a LUISA AMARO PIGNATA, viúva, do ex-servidor DEMERVAL MUNIZ PIGNATA, matrícula Nº 92.954-9, no Cargo de Agente de Educação/Vigilância, Classe Única, Padrão 18, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 09 de maio de 1995.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 0022435/94,

RESOLVE:

CONCEDER nos termos dos Artigos 215, 217, e item II, alínea "a", e 224, da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão temporária a THAMIS DUARTE MARTINS, filha do ex-funcionário ELIAS DUARTE MARTINS, matrícula nº 52.815-3, no cargo de Especialista de Assistência à Educação/Apoio Técnico-Administrativo, Classe Especial, Padrão 4, do Quadro de Cargos de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 21 de outubro de 1994.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do Processo nº 082.012581/95,

RESOLVE:

Conceder nos termos dos artigos 215, 217, item I, alínea "a", e 224, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, Pensão Vitalícia a MARIA ENEDITE REINALDO DOS SANTOS COSTA, viúva, do ex-servidor LUIZ GOMES DA COSTA, matrícula nº 59.268-4, no Cargo de Agente de Educação/Vigilância, Classe Única, Padrão 15, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, a contar de 29 de maio de 1995.

ISAURA BELLONI

INSTRUÇÃO DE 27 DE junho DE 1995.

A DIRETORA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo Artigo 2º Inciso IV, do Decreto nº 12.740, de 24 de outubro de 1990, e o que consta do processo nº 082.001298/95,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA a **MARIA LUCIA DE OLIVEIRA,** matrícula nº 90.448-1, Cargo de Professor, Nível 03, Classe Única, Padrão 25F, do Quadro de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal, nos termos dos Artigos 186, Inciso III, alínea "b" e 189, Parágrafo Único, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinados com o Artigo 41, Inciso III, alínea "b" e Parágrafo 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, acrescidos aos proventos os Incentivos Funcionais de que trata o Artigo 30, da Lei nº 6.366, de 15 de outubro de 1976, de acordo com o Parágrafo Único do Artigo 13, da Lei nº 66 de 18 de dezembro de 1989.

ISAURA BELLONI
Diretora Executiva

DIVISÃO DE PESSOAL

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1995.

A DIRETORA DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:

Conceder Licença-Prêmio por Assiduidade aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. combinada com o Artigo 1º da Lei nº 221, de 27 de dezembro

de 1991, condicionando o período de gozo aos critérios da Administração, deduzidos os meses porventura usufruídos:
Nome: NELY LINO DE ALMEIDA, Matrícula: 79.663-8,
Exercício: DGA/DMa, Quinqüênio(s): 1° 28.02.80 a 27.02.85; 2° 28.02.85 a 03.03.90.
Esta concessão anula a anterior, concedida nos termos da Lei n° 1.711/52, publicada no DODF n° 181, de 27.09.91, referente ao 1° decênio.

TEREZA ANTONIA DOS SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução n° 433, de 19 de fevereiro de 1993,

RESOLVE:

Retificar a Ordem de Serviço de 26 de maio de 1995, publicada no DODF n° 104, de 31 de maio de 1995, página 27, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à NELY LINO DE ALMEIDA, matrícula n° 79.663-8, lotado (a) na DGA/DMa, conforme se segue: Onde se lê: 1° quinqüênio: 28.02.90 a 27.02.95; Leia-se: 3° quinqüênio: 04.03.90 a 03.03.95.

TEREZA ANTONIA DOS SANTOS

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1995.

O DIRETOR DA DIVISÃO DE PESSOAL DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Instrução nº 433, de 19 de fevereiro de 1993,

R E S O L V E :

Retificar a Ordem de Serviço de 17 de setembro de 1992, publicada no DODF nº 196, de 25 de setembro de 1992, páginas 15 e 16, que concedeu Licença-Prêmio por Assiduidade à IZABEL GOMES BATISTA, matrícula nº 93.876-9, lotado(a) na DRE/GUARÁ, conforme se segue:

Onde se lê: 1º quinqüênio: 22.04.74 a 23.04.79
2º quinqüênio: 24.04.79 a 25.04.84
3º quinqüênio: 26.04.84 a 25.04.89

Leia-se: 1º quinqüênio: 22.04.74 a 25.04.79
2º quinqüênio: 26.04.79 a 27.04.84
3º quinqüênio: 28.04.84 a 27.04.89

TEREZA ANTONIA DOS SANTOS

SECRETARIA DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 22 DE JUNHO DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, usando das atribuições que lhe confere a Instrução n° 10/94 FHDF, de 20 de julho de 1994,

RESOLVE:

Exonerar a servidora JOSIANE FERNANDES F. RODRIGUES, matrícula n° 131.458-1, da função de preceptora de Residência Médica do Hospital Regional de Taguatinga, no ano de 1995.
Nomear o servidor JOSÉ LINDOLFO PACHECO, matrícula n° 128.082-1, para a função de Preceptor de Residência Médica do Hospital Regional de Taguatinga, no ano de 1995.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 12 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

REVER os proventos da aposentadoria de DJANIRA ANTONIO DA SILVA; matrícula nº 104.192-4, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Agente Administrativo, Classe Especial Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, efetivada através da Instrução de 16 de março de 1995, publicado no DODF nº 059, de 24 do mesmo mês e ano, para excluir da fundamentação legal os termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e incluir os termos dos artigos 186, item I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso I, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.027090/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 12 DE julho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

REVER os proventos da aposentadoria de MANUEL CARVALHO BRANCO NETO; matrícula nº 100.894-3, no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Médico, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, efetivada através da Instrução de 28 de outubro de 1991 publicado no DODF nº 218 - Suplemento, de 04 de novembro do mesmo ano, para incluir as vantagens previstas no artigo 62, § 2º, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pela Lei nº 8.911 de 11 de julho de 1994, disciplinada pela Portaria nº 114 de 18 de agosto de 1994, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Medida Provisória nº 831, de 18 de janeiro de 1995, publicado no DOU nº 14 de 19 do mesmo mês e ano, ficando ratificados os demais termos. Processo nº 061.008.468/91.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 19 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

TORNAR SEM EFEITO a Instrução de 21 de fevereiro de 1995, publicado no DODF nº 41, de 24 do mesmo mês e ano, que retificou o ato concessório de aposentadoria de ANTÔNIO CIRINO TOMAZ; matrícula nº 100.822-6, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal. Processo nº 061.022.777/93.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 19 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a CLÉRIA MARTINS VAZ, matrícula nº 104.170-3, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II-Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro

de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.030.173/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a MANOEL BIZERRA DE SOUZA, matrícula nº 110.911-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde-II -Técnico em Radiologia, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, bem como as vantagens da gratificação de Raio-x, de que trata a Lei nº 1.234 de 14 de novembro de 1950, em consonância com o artigo 34, § 2º, da Lei nº 4.345 de 26 de junho de 1964, alterada pela Lei nº 6.786, de 26 de maio de 1980, combinada com o Decreto-lei nº 1.883, de 02 de setembro de 1981. Processo nº 061.042.708/95

APOSENTAR MARIA ABADIA DE PAULA BITTENCOURT, matrícula nº 102.197-4, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso I, e § 4º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.009.906/93.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 20 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a ODETINA MARIA ANJOS DE ARAÚJO, matrícula nº 101.414-5, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Clasee Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 192, item II,da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990. Processo nº 061.023.224/94.

APOSENTAR DINAH DE FREITAS FERNANDES, matrícula nº 115.766-3 no Cargo de Assistente Superior de Saúde - Médico, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item I, § 1º, e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso I, e § 4º da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.002.912 /95.

CONCEDER APOSENTADORIA a LUCIA MARIA VIEIRA DE MORAIS, matrícula nº 109.487-4, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 , combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061. 030.703/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a NEUSA LUCIA CARDOSO DE SOUSA, matrícula nº 102.349-7, no Cargo de Assistente Intermediário ' de Saúde II - Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "a" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "a" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 2º, § 1º, da Lei nº 6.732 de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nº 1.746 , de 27 de dezembro de 1979, e nº 2.153 de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989. Processo nº 061.030.284/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a MANOEL PEREIRA DOS SANTOS, matrícula nº 108.267-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão V , do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 , combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e § 4º , da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.023.195 /94.

CONCEDER APOSENTADORIA a IÊDA MARIA OLIVA DO NASCIMENTO, matrícula nº 109.348-7, no Cargo de Assistente Intermediário ' de Saúde II - Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 2º, §1º, da Lei nº 6.732 de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nº 1.746 de 27 de dezembro de 1979, e nº 2.153 de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62 de 12 de dezembro de 1989. Processo nº 061. 004.841/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 20 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a JOSÉ CARLOS DE BRITTO VIDAL, matrícula nº 123.071-9, no Cargo de Assistente Superior de Saúde-Médico, 1º Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens previstas no artigo 2º, § 1º da Lei nº 6.732 de 4 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nº 1.746 de 27 de dezembro de 1979, e nº 2.153 , de 24 de julho de 1984, e pela Lei nº 62, de 12 de dezembro de 1989. Processo nº 061.011.505/93.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 20 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a CIRENE HERMINIA DA SILVA, matrícula nº 118.563-2, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde-II - Auxiliar de Enfermagem, Classe Especial, Padrão II, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.036.289 /95.

CONCEDER APOSENTADORIA a MARIA DO SOCORRO GOMES OLIVEIRA, matrícula nº 110.092-1, no Cargo de Assistente Intermediário ' de Saúde II Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990 , combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.004 021/95.

CONCEDER APOSENTADORIA a ELIZA PEREIRA DOS ANJOS, matrícula nº 104.008-1, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde-I - AOSD Pat. Clin., Classe Única, Padrão XX, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL. Processo nº 061.042.580/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

INSTRUÇÃO DE 22 DE junho DE 1995

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL usando das atribuições que lhe conferem os incisos I a VI do artigo 2º do Decreto nº 12.740 de 24 de outubro de 1990, do Governador do Distrito Federal,

R E S O L V E :

CONCEDER APOSENTADORIA a MARLEIDE ROSA GUIDA, matrícula nº 108.050-4, no Cargo de Assistente Intermediário de Saúde II-Agente Administrativo, Classe Especial, Padrão V, do Quadro de Pessoal da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, nos termos dos artigos 186, item III, alínea "c" e 189, parágrafo único, da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, combinados com o artigo 41, inciso III, alínea "c" e §§ 4º e 7º, da LEI ORGÂNICA DO DISTRITO FEDERAL, com as vantagens dos artigos 3º e 8º da Lei nº 8.911 de 11 de julho de 1994. Processo nº 061.022.241/95.

JOÃO DE ABREU BRANCO JÚNIOR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA

PORTARIA Nº 032 DE 23 DE JUNHO DE 1995

O SECRETÁRIO SUBSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA, no uso de suas atribuições legais e, com fulcro no Decreto 16.107/94 do GDF e na Portaria nº 027/94 - SDSAC.

RESOLVE:

Autorizar a concessão do registro à entidade ASSOCIAÇÃO BRASILIENSE DE DEFICIENTES VISUAIS – ABDV, com base nos relatórios e pareceres da Fundação de Serviço Social/Centro de Desenvolvimento Social/Serviço de Registro de Instituições Sociais, conforme processo nº 030.002115/95.

FLÁVIO VILAR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1995

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto na letra "O" do artigo 1º da Portaria nº 010/95-SDSAC, de 16 de março de 1995.

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º do Decreto nº 5004, de 20 de dezembro de 1979, SALVADOR RIBEIRO DE SOUZA, matrícula nº 30.412-3, Técnico de Administração Pública, para substituir EUSTÁQUIO PESSOA, matrícula nº 22.840-0, Chefe da Seção de Orçamento e Finanças, Símbolo DFG-05, da Divisão de Administração Geral da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, no período de 10/07/95 a 29/07/95, por motivo de férias do Titular.

FLÁVIO VILAR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE JUNHO DE 1995

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITÁRIA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto na letra "O" do artigo 1º da Portaria nº 010/95-SDSAC, de 16 de marçop de 1995.

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º do Decreto nº 5004, de 20 de dezembro de 1979, MANOEL LUIZ CAMILO DE MORAIS ANTUNES, matrícula nº 44.159-3, Analista de Orçamento, para substituir JOSÉ VALIM NETO, matrícula nº 34.367-6, Diretor da Divisão de Administração Geral, Símbolo DFG-12, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Ação Comunitária do Distrito Federal, no período de 03/07/95 a 22/07/95, por motivo de férias do Titular.

FLÁVIO VILAR

SECRETARIA DE OBRAS

PROCESSO Nº: 030.005.172/95
INTERESSADO: INEXIGIBILIDADE

Em cumprimento ao disposto no CAPUT do Artigo 25, combinado com o Artigo 26, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação a favor da NOVACAP - COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL, para atender despesas com transferência de Custeio para a citada Empresa.

Brasília, 26 de junho de 1995

HERMES RICARDO MATIAS DE PAULA

SECRETARIA DE TRANSPORTES

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Processo: 113001428/95
Interessado: NÚCLEO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL/DER-DF
Assunto: Emissão nota de empenho - Cursos

AUTORIZO a realização da despesa com base no Art. 25, Inciso II, combinado com o art.13 , Inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RATIFICO nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a dispensa de licitação.

DETERMINO de acordo com o Artigo 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1.993, a emissão de nota de empenho no valor de R$ 663,40 (seiscentos e sessenta e três reais e quarenta centavos), a favor do SENAI.

Publique-se

Brasília, 26 de junho de 1.995.

Eng. HENRIQUE LUDUVICE

Diretor-Geral do DER-DF

Processo: 113001453/95
Interessado: NÚCLEO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DE PESSOAL/DER-DF
Assunto: Emissão nota de empenho - Cursos

AUTORIZO a realização da despesa com base no Art. 25, Inciso II, combinado com o art.13 , Inciso VI, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

RATIFICO nos termos do Artigo 26 do mesmo diploma legal a dispensa de licitação.

DETERMINO de acordo com o Artigo 66, Inciso X do Regimento aprovado pelo Decreto nº 15.342 de 20 de dezembro de 1.993, a emissão de nota de empenho no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a favor do INSTITUTO BRASILEIRO DO CONCRETO - IBRACON.

Publique-se

Brasília, 26 de junho de 1.995.

Eng. HENRIQUE LUDUVICE

Diretor-Geral do DER-DF

SECRETARIA DE AGRICULTURA

PORTARIA DE 27 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o artigo 7° do Decreto n° 13.447, de 17 de setembro de 1991;

RESOLVE:

Tornar sem efeito a concessão de Indenização de Transportes, referente ao servidor VALDEMAR LIMA DE SOUZA, Auxiliar de Desenvolvimento Agropecuário, matrícula n° 91.359-6, concedida nos termos da Portaria de 25 de maio de 1995, publicada no DODF n° 102, de 29 de maio de 1995, página 18.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

PORTARIA DE 27 DE JUNHO DE 1995.

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o que dispõe o inciso XVI, do artigo 6° da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e o previsto no artigo 1° do Decreto n° 13.993, de 11 de junho de 1992,

RESOLVE:

I — Constituir Comissão Permanente de Licitação para, no âmbito da Secretaria de Agricultura, realizar licitação, na modalidade CONVITE, para aquisição de Material e Prestação de Serviços.

II — Estabelecer a composição da Comissão Permanente de Licitação referida no inciso anterior, em 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, designados para cumprir mandato de 01 (um) ano.

III — Designar para membros efetivos da Comissão constituída por este ato, para o mandato fixado no inciso II, os seguintes servidores:

a) como membros efetivos, JOSÉ AGMAR DE SOUZA, Analista de Orçamento, matrícula n° 44.114-7, PAULO ALVES PEREIRA, Técnico de Administração Pública, matrícula n° 34.036-7 e HÉLCIO LOPES DOS SANTOS, Auxiliar de Administração Pública, matrícula n° 38.975-7, atuando o primeiro como presidente;

b) como Membros Suplentes, NALI MARTINS DA SILVA, Técnico Administração Pública, matrícula n° 31.783-7, MARIA MOURA DA SILVA, Auxiliar de Administração Pública, matrícula n° 22.295-X e EDÊNIA LUCAS DE PAIVA, Técnico de Administração Pública, matrícula n° 39.785-7, todos lotados nesta Secretaria de Agricultura.

IV — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

V — Revogam-se as disposições em contrário.

JOÃO LUIZ HOMEM DE CARVALHO

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

PORTARIA PMDF DE 27 DE JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra a, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.683/95

RESOLVE:

Considerar reformado, ex officio, a contar de 27 de fevereiro de 1995, o extinto Soldado QPPMC ELISIÁRIO VIRÍSSIMO DE OLIVEIRA, matrícula nº 05.384-8, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos relativos ao soldo integral de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinado com os artigos 93, item 1; 94, item 1 e 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, por doença especificada em Lei.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
Comandante-Geral

PORTARIA PMDF DE 27 DE JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra a, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.647/95

RESOLVE:

Reformar, ex officio, o Soldado QPPMC EDVALDO DE MEDEIROS LIMA, matrícula nº 14.619/6, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso II; 97 e 98, § 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 96, item 2 e 104, item 3, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por ter sido julgado incapaz definitivamente para o serviço policial-militar, por enfermidade adquirida em ato de serviço.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
Comandante-Geral

PORTARIA PMDF DE 27 DE JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra a, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.760/95

RESOLVE:

Reformar, ex officio, o Cabo QPPMC JOSÉ EUSTÁQUIO DOS REIS, matrícula nº 03.017/1, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Terceiro-Sargento PM, nos termos dos artigos 87, inciso II; 94, inciso II; 96, inciso V e 98 parágrafo 1º e 2º, inciso III, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, combinado com o artigo 96, item 2, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por ter sido julgado incapaz definitivamente para todo e qualquer trabalho, sem poder prover os meios de subsistência.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
COMANDANTE-GERAL

PORTARIA PMDF DE 27 de JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra b, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.724/95

RESOLVE:

Transferir para a reserva remunerada, a pedido, o Terceiro Sargento QPPMC JOSACI MARQUES DE MOURA, matrícula nº 02.957/2, da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Segundo-Sargento PM, nos termos dos artigos 50, inciso II, § 1º, inciso III; 87, inciso I; 90, inciso I e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinado com os artigos 96, item 1 e 102, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
COMANDANTE-GERAL

PORTARIA PMDF DE 27 DE JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra b, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.766/95

RESOLVE:

Transferir para a reserva remunerada, a pedido, o Subtenente QPPMC PEDRO LOURENÇO DE MELO - matrícula nº 04.191/2 , da Polícia Militar do Distrito Federal, na mesma graduação, com proventos integrais relativos ao soldo de Segundo Tenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II, § 1º, inciso II; 87, inciso I; 90, inciso I e 91, da Lei número 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1 e 101, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
Comandante-Geral

PORTARIA PMDF DE 27 DE JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra b, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.765/95

RESOLVE:

Transferir para a reserva remunerada, a pedido, o Segundo-Tenente QOPME JUVENAL CARDOSO DA SILVA, matrícula número 04.734/1, da Polícia Militar do Distrito Federal, no mesmo posto, com proventos integrais relativos ao soldo de Primeiro-Tenente PM, nos termos dos artigos 50, inciso II, § 1º, inciso I; 87, inciso I; 90, inciso I e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, com as alterações introduzidas pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1 e 100, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
Comandante-Geral

PORTARIA PMDF DE 27 DE JUNHO DE 1995

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º, inciso I, letra b, do Decreto nº 15.740, de 23 de junho de 1994, combinado com o Parágrafo único do artigo 87, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, e considerando o que consta do Processo nº 054.000.764/95

RESOLVE:

Transferir para a reserva remunerada, a pedido, o Primeiro Tenente QOPMA ANFRISIO SARAIVA LOPES, matrícula 02.886/X , da Polícia Militar do Distrito Federal, no mesmo posto , com proventos integrais relativos ao soldo de Capitão PM , nos termos dos artigos 50, inciso II; § 1º, inciso I; 87 , inciso I; 90, inciso I e 91, da Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984, alterada pela Lei nº 7.475, de 13 de maio de 1986, combinados com os artigos 96, item 1 e 100, da Lei nº 5.619, de 03 de novembro de 1970, por contar mais de 30 (trinta) anos de serviço.

FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO - CEL QOPM
Comandante-Geral

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000.680/95
INTERESSADO : NACIONAL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA
ASSUNTO : AQUISIÇAO DE PLAQUETAS, PLACAS E CARIMBOS

Em cumprimento do disposto no artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Dispensa de Licitação nº 033 /95, em favor do (a) NACIONAL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA.

Brasília-DF, em 19 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000.700/95
INTERESSADO : TOPE QUIMICA - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
ASSUNTO : AQUISIÇAO DE QUEROSENE.

Em cumprimento do disposto no artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Dispensa de Licitação nº 035 /95, em favor do (a) TOPE QUIMICA - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Brasília-DF, em 22 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000.701/95
INTERESSADO : TOPE QUIMICA - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
ASSUNTO : AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA.

Em cumprimento do disposto no artigo 24, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Dispensa de Licitação nº 036 /95, em favor do (a) TOPE QUIMICA - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Brasília-DF, em 22 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : *053.000.711/95*
INTERESSADO : SARAIVA DATA LTDA.
ASSUNTO : ASSINATURA DE LEGISLAÇAO INFORMATIZADA SARAIVA - LIS.

Em cumprimento do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas

apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 204 /95, em favor do (a) SARAIVA DATA LTDA.

Brasília-DF, em 22 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000.695/95
INTERESSADO : SINDICATO DOS MUSICOS DO DF.
ASSUNTO : CONTRATAÇAO DA BANDA PLATAFORMA.

Em cumprimento do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 202 /95, em favor do (a) SINDICATO DOS MUSICOS DO DISTRITO FEDERAL.

Brasília-DF, em 19 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000697/95
INTERESSADO : EXPOSAUDE/ABIMO
ASSUNTO : TAXA DE INSCRIÇAO NO 1º SALAO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EM RESGATE.

Em cumprimento do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 203 /95, em favor do (a) EXPOSAUDE/ABIMO.

Brasília-DF, em 21 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000.683/95
INTERESSADO : TC QOBM/COMB. OSCAR SOARES DA SILVA
ASSUNTO : SUPRIMENTO DE FUNDOS Nº 016/95

Em cumprimento do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de licitação Nº 200 e 201/95, em favor do (a) TC QOBM OSCAR SOARES DA SILVA, Mat. 00065-5.

Brasília-DF, em 19 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053.000.679/95
INTERESSADO : PANDA VEICULOS S/A.
ASSUNTO : AQUISIÇAO DE PEÇAS E ACESSORIOS.

Em cumprimento do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 199 /95, em favor do (a) PANDA VEICULOS S/A.

Brasília-DF, em 16 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

PROCESSO Nº : 053000672/95
INTERESSADO : ULTRA-SONOGRAFIA CENTRO DE MEDICINA FETAL LTDA
ASSUNTO : TAXA DE INSCRIÇAO EM CURSO

Em cumprimento do disposto no artigo 25, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido ao disposto na alínea "e" do artigo 1º combinado com o artigo 2º do Decreto nº 15.740 de 23 de junho de 1994 e diante das justificativas apresentadas no presente processo, ratifico a Inexigibilidade de Licitação nº 198/95, em favor do (a) ULTRA-SONOGRAFIA CENTRO DE MEDICINA FETAL LTDA.

Brasília-DF, em 16 de junho de 1995.

ROBERTO RIBEIRO CASTELO BRANCO CAJUEIRO-CEL QOBM/COMB
DIRETOR DE APOIO LOGÍSTICO

SECRETARIA DE CULTURA E ESPORTES

PORTARIA DE 21 DE JUNHO DE 1995

A SECRETÁRIA DE CULTURA E ESPORTE DO DISTRITO FEDERAL,no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

Designar o servidor ALOÍSIO JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 00.103-1, Técnico de Administração Pública, para substituir JOSÉ ADELINO GOMES, matrícula nº 10.355-1, Chefe do Serviço de Manutenção e Reparos, DFA-08, da Divisão Operacional, do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação-DEFER, no período de 01 à 15/07/95, por motivo de Licença Médica do titular.

MARIA DE SOUZA DUARTE
Secretária

FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

INSTRUÇÃO DE 22 DE JUNHO DE 1995

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do processo nº 081.001087/95,

R E S O L V E :

I - Autorizar, com base nos termos estabelecidos pelo Decreto nº 11.386, de 26.12.88 e artigos 73 e 74, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a servidora JULIA ANDRADE LIMA, matrícula nº 431-6, Técnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal da Fundação Cultural do DF, a prestar serviços extraordinários no período de 05 a 19 de junho de 1995, no total de 20 (vinte) horas, respeitando o limite máximo de 02 (duas) horas por jornada.

II - Determinar que a Chefia imediata mantenha rigoroso controle sobre a referida realização dos citados serviços, encaminhando à Divisão do Pessoal-DAG-DE-FCDF, ao final do mês o total de horas trabalhadas.

MARIA DE SOUZA DUARTE
Presidente

DIRETORIA EXECUTIVA

INSTRUÇÃO DE 16 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA-EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o constante do processo nº 081.001017/95,

R E S O L V E :

Conceder à servidora GLORIA DE FÁTIMA MARTINS MELO, matrícula nº 745-5, Técnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão II, a Gratificação de Apoio à Realização de Espetáculos de que trata a Lei nº 334, de 15.10.92, regulamentada pelo Decreto nº 14.273, de 21.10.92, a partir de 18 de maio de 1995.

MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL

INSTRUÇÃO DE 19 DE JUNHO DE 1995

A DIRETORA-EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 2, da Instrução nº 01 de 24 de março de 1995,

R E S O L V E :

Autorizar, com base no artigo 5º da Lei nº 197, de 04.12.91, e § 2º do artigo 196, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o pagamento de Auxílio-Natalidade ao servidor abaixo relacionado:

INTERESSADO : FRANKLIN DE OLIVEIRA BASTOS

PROCESSO Nº : 081.001084/95

MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL

CONCESSÃO DE SALÁRIO-FAMÍLIA

Concedo, com base no artigo 197, inciso I, da Lei nº 8.112/90, c/c o artigo 2º, inciso I, do Decreto nº 12.740/90, tendo em vista a competência que lhe foi delegada no item 2, da Instrução nº 01 de 24 de março de 1995, Salário-Família ao servidor abaixo relacionado:

PROCESSO Nº : 081.001083/95

INTERESSADO : FRANKLIN DE OLIVEIRA BASTOS

ASSUNTO : Concessão de Salário-Família, a partir de 09.06.95, pela dependente BARBARA LUIZA SOUSA BASTOS (filha), nascida em 19 de abril de 1995.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995

MARIA CHRISTINA DINIZ LEAL

Diretora-Executiva

COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

Sr. ALEJANDRO MUNIZ LUCINI

PROCURADOR : BRUNO MUNIZ LUCINI

De ordem da Sra. Presidente da Comissão de Processo Disciplinar, instituída pela Instrução de 08/12/94, considerando-se tipificada a infração disciplinar de Abandono de Cargo, fica V.Sa. CITADO para, no prazo de 10 (dez) dias, na forma prevista no § 1º do art. 161 da Lei nº 8.112/90, apresentar DEFESA escrita no processo nº 081.002295/93-FCDF, a que responde, em razão das imputações contidas no Despacho da Instrução e Indicação, anexados por cópias, sendo-lhe facultada vistas dos respectivos autos na sala da Seção de Direitos e Deveres, da Divisão do Pessoal-FCDF, a Av. N/2-Anexo do Teatro Nacional Claudio Santoro, Brasília-DF.

Brasília, 23 de junho de 1995

IVAN MOREIRA GARRIDO

Membro

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESPORTES E RECREAÇÃO – DEFER

ORDEM DE SERVIÇO Nº 028 DE 26 DE JUNHO DE 1.995
O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais.

RESOLVE:

Mandar cessar os efeitos da Ordem de Serviço nº 006 de fevereiro de 1995, e designar para comporem a Comissão de Licitação, pelo prazo de 01 (um) ano, a partir da data de sua publicação.
PARA PRESIDENTE: MARCEL DA GLÓRIA PEREIRA, Chefe da Divisão Operacional, Símbolo DFG-12, matrícula nº 00.330-1; PARA MEMBROS EFETIVOS: JOSÉ GERALDO DE ANDRADE NETO, Chefe da Divisão de Educação Física, Símbolo DFG-12, matrícula nº 89.564-4; ADIVALDO BALBINO DOS ANJOS, Chefe da Administração do Estádio de Futebol Mané Garrincha, Símbolo DFG-11, matrícula nº 00.290-9; MEMBROS SUPLENTES: PAULO CÉSAR MONTEIRO DOS SANTOS, Técnico de Finanças e Controle, matrícula nº 30.811-0; HÉLVIO JOÃO SANFELICE, Chefe da Assessoria Técnica, Símbolo DFG-12, matrícula nº 00.492-8; JOACÍLIA MARIA CABRAL, Técnico de Orçamento, matrícula nº 34.512-1; PARA SECRETÁRIA: MARIA DA GRAÇA DE OLIVEIRA, Técnico de Administração Pública, matrícula nº 00.377-8.

RAIMUNDO AUGUSTO OLIVEIRA LOBÃO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 029 DE 26 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA, ESPORTES E RECREAÇÃO, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E :

Mandar cessar os efeitos da Ordem de Serviço nº 004 de 02 de fevereiro de 1995, e , designar nos termos da Lei nº. 8.666 de 21/06/93, combinado com o artigo 13, inciso II do Decreto nº 16.098 de 29 de novembro de 1994, ADIVALDO BALBINO DOS ANJOS, Chefe da Administração do Estádio de Futebol Mané Garrincha, matrícula nº 00.290-9, EXECUTOR do contrato de que trata o processo nº 011.000492/94, firmado entre o Governo do Distrito Federal, através do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação-DEFER e a firma CONSERVO-Brasília Empresa de Segurança Ltda, objetivando a prestação de serviço de vigilância no Centro Desportivo Presidente Médici, durante o exercício de 1995.

RAIMUNDO AUGUSTO O. LOBÃO

SECRETARIA DE TRABALHO

DEPARTAMENTO DE EMPREGO – DEPEM

PROCESSO Nº : 170.000.110/95
INTERESSADO : MARCOS KOENIKGAN EMPREEDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 26 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, ratifico a dispensa de licitação em favor do interessado acima, objetivando a locação de imóvel destinado a instalação da sede deste Departamento de Emprego.

Esta dispensa de licitação foi fundamentada nos termos do artigo 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93.

Publique-se e encaminhe-se à DAG-DEPEM/DF, para providências complementares.

Brasília (DF), 26 de junho de 1995.

NAUM ROSIVALDO DOS SANTOS
Diretor Geral do DEPEM/DF

Processo nº 171.000.034/94
Interessado: BANCO DE BRASÍLIA S/A - BRB
Assunto: RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

À vista das instruções contidas no presente processo e o disposto nos Artigos 80 e 81 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994, e de acordo com o que estabelece os incisos II e IV do Artigo 39 combinado com o inciso I do Artigo 38, do citado diploma legal, reconheço a dívida, autorizo a realização da despesa, determino a emissão de Nota de Empenho e o pagamento, no valor de R$ 11.938,96 (onze mil, novecentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos), a favor do Banco de Brasília S/A - BRB, à conta do subelemento 349092 - despesas de Exercícios Anteriores.
Publique-se e encaminhe-se o processo à DAG/DEPEM, para as providências de praxe.

Brasília-DF, 26 de junho de 1.995

NAUM ROSIVALDO DOS SANTOS
Diretor Geral do DEPEM-DF
-Substituto-

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL – SLU-DF

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 142 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, tendo em vista o artigo 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do processo nº 094.000.488/95, RESOLVE: 1. INSTAURAR Sindicância para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento do processo nº 094.001.095/94. 2. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para apresentação do relatório conclusivo. 3. Publique-se e encaminhe-se a Comissão Permanente de Sindicância, criada através da Instrução de Serviço "SLU" Nº 080 de 16 de março de 1995.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 145 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do processo nº 094.000.868/94 , RESOLVE:
APLICAR ao servidor GERSON FRANCISCO FERREIRA, matrícula nº 82.420-8, Auxiliar de Administração Pública, do Quadro de Pessoal Permanente do SLU, a penalidade de ADVERTÊNCIA, em virtude de ter transgredido as normas de comportamento funcional e profissional, preceituada nos incisos IV, VII e IX, do artigo 116 da Lei nº 8.112/90.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº146 DE 21 DE JUNHO DE 1995.
O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso IX, do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista a decisão do Senhor Secretário de Administração do Governo do Distrito Federal, fundada no disposto no § 4º do art. 161,da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990, considerando eivados de vícios os procedimentos adotados no Processo Administrativo nº 094.000.278/93, declarou, conforme despacho exarado às fls. 82 dos mesmos autos, a nulidade do referido processo, determinando a constituição de nova Comissão encarregada de apurar os fatos constantes daquela peça processual, RESOLVE:
I - INSTAURAR Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar o abandono de cargo em que incorreu ALMIRO DIAS FIUSA, ex-detentor do cargo de Auxiliar de Administração Pública, Classe Única, Padrão IV, do Quadro de Pessoal do SLU/DF;
II- FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação de relatório conclusivo dos seus trabalhos;
III-Publique-se e encaminhe-se à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, criada através da Instrução de Serviço "SLU" nº 081, de 16.03.95.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 148 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL no uso de suas atribuições regimentais, RESOLVE: PRORROGAR por 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 08.05.95, o prazo concedido pela Instrução de Serviço "SLU" nº 097,de 06.04.95, publicada no DODF nº 69, do dia 07 de abril de 1995, que constituiu Comissão para implementar o processo de eleição dos membros que comporão a Diretoria da CIPA - Comissão Interna da Prevenção de Acidentes, no âmbito do SLU, visando a sua reativação e pleno funcionamento.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 149 DE 21 DE JUNHO DE 1995
O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 2º, inciso III, do Decreto nº 12.469, de 06 de julho de 1990 e o que consta do processo nº 094.001.090/94, RESOLVE: DESIGNAR nos termos do Artigo 164, § 2º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o servidor JOÃO CAETANO DE SOUSA, matrícula nº 74.839-0, Tecnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão III, do QP/SLU, para exercer a função de DEFENSOR DATIVO, no processo acima citado devendo apresentar defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias, de conformidade com o disposto no Artigo 161, § 1º, do mesmo diploma legal.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 150 DE 21 DE JUNHO DE 1995
O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto Nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 152 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução nº 38/90 e ainda o que consta do processo nº 094.000.464/95, RESOLVE: 1. INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erario, em decorrência do acidente de trafego, ocorrido no dia 11.03.95, envolvendo o veículo oficial deste SLU, marca VW, tipo Gol, placa FO-7889-DF, conduzido na ocasião pelo servidor EDVÂNDIO CIRINEU DE MOURA, matrícula nº 81.571-3, Tecnico de Administração Pública do QP/SLU. 2. DESIGNAR os servidores FRANCISCO DO NASCIMENTO FREITAS, matrícula nº 70.283-8, Tecnico de Administração Pública, Classe Especial, Padrão III, do QP/SLU, ROVERSON ZAMPROGNO, matrícula nº 81.462-8, Auxiliar de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV, do QP/SLU e IRACI MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 83.336-3, Auxiliar de Administração Pública, 2ª Classe, Padrão II, do QP/SLU, para sob a presidência do primeiro constituírem a Comissão de Tomada de Contas Especial. 3. FIXAR o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da presente data, para apresentação do relatório conclusivo.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 151 DE 21 DE JUNHO DE 1995
O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, tendo em vista o artigo 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do processo nº 094.001.099/94, RESOLVE: 1. INSTAURAR Sindicância para apurar as irregularidades que teriam sido praticadas pela servidora ILCA MARIA MOURA DA SILVA, matrícula nº 77.233-x, Tecnico de Administração Pública do QP/SLU, como noticia o O.I. nº 035/94-SECAF/DIPES, constantes à folha 01 do processo nº 094.001.099/94. 2. FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação, para apresentação do relatorio conclusivo. 3. Publique-se e encaminhe-se a Comissão Permanente de Sindicância, criada através da Instrução de Serviço "SLU" Nº 080 de 16 de março de 1995.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

/ssf.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 152 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXVIII, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 152 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal aprovado pela Resolução nº 38/90 e ainda o que consta do processo nº 094.000.586/95, R E S O L V E : I - INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erario, em decorrencia do acidente de trafego, ocorrido no dia 03.05.95, envolvendo o veículo oficial deste SLU/DF, marca M. Benz, tipo Carreta, placa FO: 2038-DF e o veículo particular, de marca VW, tipo GOL , placa KAX: 9383-DF, como noticia o processo nº 094.000.586/95. II - DESIGNAR os servidores MARIA NILVA ALMEIDA PRADO, matrícula nº 82.821-1, Auxiliar de Administração Pública, do QP/SLU, CONSTANÇA MARIA DE JESUS NETA, matrícula nº 83.723-1, Tecnico de Administração Pública, do QP/SLU e FRANCISCO HÉLIO DE ARAÚJO, matrícula nº 83.975-2, Assistente, para sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão apuratoria . III - FIXAR o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da presente data, para apresentação do relatorio conclusivo.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 153 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXVIII, do artigo 30, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 152 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal aprovado pela Resolução nº 38/90 e ainda o que consta do Processo nº 094.000.581/95, RESOLVE: 1. INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erário, em decorrência do roubo ocorrido na madrugada do dia 1º.05.95, no Distrito de Limpeza do Gama, onde foram roubados diversos equipamentos dos veículos deste SLU/DF, como noticia o processo nº 094.000.581/95. 2. DESIGNAR os servidores LEONARDO DECINA LATERZA, matrícula nº 78.639-X, Analista de Administração Pública, do QP/SLU, LUCRÉCIA DE CARVALHO SILVA, matrícula nº 82.774-6, do QP/SLU e MARIA JOSÉ DE NORONHA MAGALHÃES, matrícula nº 83.023-2, do QP/SLU, para sob a presidência do primeiro, constituirem a Comissão apuratoria. 3. FIXAR o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da presente data, para apresentação do relatorio conclusivo.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

/cm.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 154 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 30, inciso XXVIII, do regimento interno aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, R E S O L V E : I - ALTERAR a composição das Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, constituídas através das Instruções de Serviço "SLU" nºs 080 e 081, ambas de 16 de março de 1995, publicadas no DODF nº 55, página 36, de 20.03.95, da seguinte forma:
- EXCLUIR o servidor JOSÉ NILTON RIBEIRO MENDONÇA, matrícula nº 72.172-7, Analista de Administração Publica, 1ª Classe, Padrão V, do QP/SLU, da condição de Presidente e membro suplente, respectivamente, das Comissões Permanentes de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.
- INCLUIR a servidora CELIDALVA TORRES BARRENSE GARCIA ALVES, matrícula nº 37.805-4, Fiscal de Posturas, do QP/DF, para atuar como Presidente e membro suplente, nas respectivas comissões.
II - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados os processos já instaurados.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

/cm.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 155 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 30, inciso XXVIII, do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976 e tendo em vista as disposições contidas no artigo 153 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução nº 38 e ainda o que consta do processo nº 094.000.441/95, RESOLVE: 1. EXCLUIR OSVALDO BENTO, matrícula nº 72.450-5 , Tecnico de Administração Pública, do QP/SLU e IRACI MARIA DOS SANTOS, matrícula nº 83.336-3, Auxiliar de Administração Pública, do QP/SLU, da Instrução de Serviço "SLU" nº 110 , de 20 de abril de 1995, que instaurou Tomada de Contas Especial. 2. INCLUIR ADRIANA DA SILVA PEREIRA, matrícula nº 84.024-6, Tecnico de Administração Pública, do QP/SLU e MARIA JOSÉ DE NORONHA MAGALHÃES, matrícula nº 83.023-2, Auxiliar de Administração Pública, do QP/SLU.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

/cm

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 156 DE 21 DE JUNHO DE 1995
O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXVIII, do artigo 30, do regimento aprovado pelo Decreto nº 3.366, de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista as disposições contidas no artigo 152 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal, aprovado pela Resolução nº 38/90 e ainda o que consta do processo nº 094.000.827/94, RESOLVE: 1. INSTAURAR Tomada de Contas Especial para apurar a responsabilidade pelos prejuízos causados ao erario, em decorrencia do acidente de trafego, ocorrido no dia 05.09.94, envolvendo o veículo oficial deste SLU, marca VW, tipo Kombi, placa FO-3443-DF, conduzido na ocasião pelo servidor FRANCISCO LIRA FREIRE, matrícula nº 82.159-4, Tecnico de Administração Publica do QP/SLU, como consta do processo nº 094.000.827/94. 2. DESIGNAR os servidores ANTONIO LISBOA CORREIA DE MORAES, matrícula nº 83.322-3, Tecnico de Administração Pública, 3ª Classe, Padrão I, do QP/SLU, PAULO SERGIO RIBEIRO, matrícula nº 80.105-4, 1ª Classe, Padrão III do QP/SLU e VANDERLENE VIEIRA MARINHO DA SILVA, matrícula nº

78.547-4, Técnico de Administração Pública, 1ª Classe, Padrão IV do QP/SLU, para sob a presidência do primeiro, constituirem a comissão de Tomada de Contas Especial. 3. FIXAR o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da presente data, para apresentação do relatório conclusivo.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

/ssf.

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO "SLU" Nº 157 DE 21 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR-GERAL DO SERVIÇO DE LIMPEZA URBANA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 2º, inciso V, do Decreto nº 12.469, de 06 de julho de 1990, conforme acréscimo efetuado pelo Decreto nº 13.195, de 23 de maio de 1991, R E S O L V E :

I - INSTAURAR Sindicância para apuração de acidente em serviço nos termos do artigo 214, da Lei nº 8.112/90, com respeito aos processos de prefixos 094, nºs 1025, 1041, 1221, 1236, 1237, 1280, 1292, 1322, 1325 e 1465, de 1994, e os de nºs 001, 002, 018, 048, 049, 050, 163, 173, 175, 223, 224, 247, 297, 309, 366, 372, 413, 427, 460, 505, 508, 527, 589, 611, 613 e 629, de 1995.

II - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação do relatório conclusivo.

III - PUBLIQUE-SE e encaminhe-se à Comissão Permanente de Sindicância, instituída através da Instrução de Serviço "SLU" nº 080, de 16.03.95, publicada no DODF nº 55, página 36, de 20.03.95.

IV - Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANO SALES OLIVEIRA

Processo nº : 094.000.675/95
Interessado : LUCIANO SALES OLIVEIRA
Assunto : concessão de diária de viagem

Autorizo a concessão de 1,5 (uma e meia) diária de viagem ao servidor LUCIANO SALES OLIVEIRA, matrícula nº 84.037-8, no valor de R$ 153,78 (cento e cinquenta e três reais e setenta e oito centavos), para atender despesas com hospedagem, locomoção e alimentação, por motivo de viagem à cidade do Rio de Janeiro/RJ, nos dias 21 e 22.06.95, em objeto de serviço, acompanhando o Senhor Secretário da SEMATEC, para participar do Seminário Internacional sobre Meio Ambiente Urbano.

JOÃO JOSÉ AZEVEDO
Diretor-Geral Substituto

JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE JUNHO DE 1995

O DIRETOR DO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo ítem II, do Artigo 28, do Título III do Regimento do Jardim Zoológico de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 16.053, de 07 de novembro de 1994, e combinado com a Lei nº 529, de 03 de setembro de 1993,

RESOLVE:

Nomear a servidora ILDELENE TELES DA SILVA, matrícula nº 80.055-4, Técnico de Administração Pública, para secretariar os trabalhos que serão desenvolvidos para apurar os fatos constantes do Processo nº 192.000159/95, conforme Ordem de Serviço de 13 de junho de 1995, que constituiu Comissão de Sindicância.

Brasília-DF, 22 de junho de 1995.

RAUL GONZALEZ ACOSTA

PROCESSO Nº: 192.000003/95
INTERESSADO: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DESPACHO: para presente despesa é inexigível a licitação, de acordo com o art. 25, combinado com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e com base nos incisos I e II do art. 39 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994. Autorizo a realização de despesa, bem como a emissão de Nota de Empenho nº 00299/95, no valor de R$ 2.320,00 (Dois Mil e Trezentos e vinte Reais), a favor da Companhia Energética de Brasília para atender despesas com o consumo de energia elétrica deste Jardim Zoológico no exercício de 1995.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995.

RAUL GONZALEZ ACOSTA
Diretor do Jardim Zoológico de Brasília

À vista das instruções contidas no processo nº 192.000003/95, RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitacão a favor da Companhia Energética de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se ao Jardim Zoológico de Brasília para as providências complementares.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995.

FRANCISCO DANTAS
Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

PROCESSO Nº: 192.000002/95
INTERESSADO: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DESPACHO: para presente despesa é inexigível a licitação, de acordo com o art. 25, combinado com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e com base nos incisos I e II do art. 39 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994. Autorizo a realização de despesa, bem como a emissão de Nota de Empenho nº 00319/95, no valor de R$ 900,00 (novecentos reais), a favor Companhia de Água e Esgoto de Brasília para atender despesas com fornecimento de água para este Jardim Zoológico no exercício de 1995.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995.

RAUL GONZALEZ ACOSTA
Diretor do Jardim Zoológico de Brasília

À vista das instruções contidas no processo nº 192.000002/95, RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitacão a favor da Companhia de Água e Esgoto de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se ao Jardim Zoológico de Brasília para as providências complementares.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995.

FRANCISCO DANTAS
Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

PROCESSO Nº: 192.000001/95
INTERESSADO: TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA
ASSUNTO : INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

DESPACHO: para presente despesa é inexigível a licitação, de acordo com o art. 25, combinado com o art. 26 da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94, e com base nos incisos I e II do art. 39 do Decreto nº 16.098, de 29 de novembro de 1994. Autorizo a realização de despesa, bem como a emissão de Nota de Empenho nº 00316/95, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), a favor da TELEBRASÍLIA - Telecomunicações de Brasília para atender despesas com tarifas telefônicas deste Jardim Zoológico no exercício de 1995.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995.

RAUL GONZALEZ ACOSTA
Diretor do Jardim Zoológico de Brasília

À vista das instruções contidas no processo nº 192.000001/95, RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.883/94, a Inexigibilidade de Licitacão a favor da TELEBRASÍLIA - Telecomunicações de Brasília.
Publique-se e encaminhe-se ao Jardim Zoológico de Brasília para as providências complementares.

Brasília-DF, 19 de junho de 1995.

FRANCISCO DANTAS
Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia

PROCURADORIA GERAL

PORTARIA GAB/PRG DE 14 DE JUNHO DE 1995.

O PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 13.447, de 17 de setembro de 1991,

R E S O L V E :

Conceder, no mês de junho de 1995, indenização de transporte aos servidores da Procuradoria Geral do Distrito Federal constantes da relação anexa, observando-se os termos do artigo 5º, Decreto nº 13.447/91.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO
Procurador Geral

NOME DO SERVIDOR	MAT.	CARGO	LOT.
ÂNGELA S. BANHOS VELLOSO	28.814-5	PROC.	1ª SPR
AREF ASSREUY JÚNIOR	38.547-6	"	"
CÉSAR RODRIGUES ALVES	38.552-2	"	"
CÍCERO IVAN FERREIRA GONTIJO	45.812-0	"	"
DENILSON FONSECA GONÇALVES	38.548-4	"	"
ELENAURO BATISTA DOS SANTOS	35.861-4	"	"
FERNANDO CUNHA JÚNIOR	38.034-2	"	"
FÁBIO SOARES JANOT	45.781-7	"	"
JUVENAL ANTUNES PEREIRA	28.945-0	"	"
MARILÚCIA SANTOS SILVA	38.559-X	"	"
NELSON LUIZ DE M. RAMOS	38.560-3	"	"
RENE ROCHA FILHO	41.135-3	"	"
MARIA LOPES DE MORAIS	30.765-3	"	"
ADA STELLA BASSI DAMIÃO	38.558-1	"	2ª SPR
CLÁUDIA BEATRIZ ÁGUEDA	30.091-8	"	"
CYBELLE LARA DA COSTA QUEIROZ	37.994-8	"	"
EVALDO DE SOUZA DA SILVA	38.564-6	"	"
FÉLIX ÂNGELO PALACI	30.787-4	"	"
JAQUELINE BRITO DE BARROS	35.856-8	"	"
LEDA MARIA SOARES JANOT	38.557-3	"	"
LUIZ CARLOS M. DE BARROS	38.549-2	"	"
MANOEL CÉSAR NETO	08.864-1	"	"
MARA KOLLIKER WERNECK	38.553-0	"	"
MARCELO LAVOCAT GALVÃO	38.571-9	"	"
MARIA DAS GRAÇAS A. MAFRA	30.767-X	"	"
RAQUEL SARAIVA GOMES DE BARROS	44.127-9	"	"
ROSANA TEIXEIRA DE C. FONSECA	30.766-1	"	"
CARLOS AUGUSTO F. SALAZAR	39.228-6	"	"
TÚLIO M. C. E C. ARANTES	35.868-1	"	"
ARY LOPES RODRIGUES	06.054-2	"	3ª SPR
ELZA HELENA SOARES	38.811-4	"	"
FRANCISCO AGRÍCIO CAMILO	30.772-6	"	"
MIGUEL A. FARAGE DE CARVALHO	30.764-5	"	"

MARIA DA C. A. CERNICCHIARO	28.824-1	"	"
MARIA DOLORES S. M. MARTINS	28.832-2	"	"
MURILO DE A. NOBRE JÚNIOR	28.815-2	"	"
ROGÉRIO MARINHO L. CHAVES	38.572-7	"	"
GUILHERMINA SILVA BARROS	30.098-5	"	4ª SPR
JOSé IDEMAR RIBEIRO	31.805-1	"	"
JOSé LUCIANO ARANTES	28.826-8	"	"
JOSé R. DAS VIRGENS FERREIRA	23.674-8	"	"
JUACÍ LOPES DE SOUSA	30.770-X	"	"
LEILA MARIA R. DOURADO(15 DIAS)	28.821-7	"	"
LÍSIA B. MONIZ DE ARAGÃO	28.943-4	"	"
LUIZ PEDRO DA FONSECA	30.774-2	"	"
SÉRGIO MARCOS A. DA SILVA	28.804-7	"	"
WALDIVINO C. DOS SANTOS	20.994-5	"	"
DIANA DE ALMEIDA RAMOS	35.867-3	"	"
EDSON CHAVES DA SILVA	30.092-6	"	5ª SPR
IVAN CHAVES DA SILVA	30.768-8	"	"
MARCELO A. DA CUNHA C. BRANCO	38.565-4	"	"
MÁRIO CÉSAR LOPES BARBOSA	38.546-8	"	"

PROCESSO Nº: 020.000.044/95
INTERESSADO: TELEBRASÍLIA – TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
ASSUNTO: DESPESAS COM LIGAÇÕES TELEFÔNICAS

De conformidade com o que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 e as peças que instruem o processo acima, ratifico os procedimentos adotados pelo Diretor Substituto do Departamento de Administração Geral e Planejamento, referente ao reconhecimento dos atos de inexigibilidade e autorização de despesa em favor da interessada indicada.
A inexigibilidade de licitação está fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

Brasília, 22 de junho de 1995.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO
Procurador Geral

PROCESSO Nº: 020.000.046/95
INTERESSADO: CAESB – COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTO DE BRASÍLIA
ASSUNTO: DESPESAS COM FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO

De conformidade com o que dispõe o artigo 26 da Lei 8.666/93 e as peças que instruem o processo acima, ratifico os procedimentos adotados pelo Diretor Substituto do Departamento de Administração Geral e Planejamento, referente ao reconhecimento dos atos de inexigibilidade de autorização e despesa em favor da interessada indicada. Relativo a Nota de Empenho nº 00209/95.
A inexigibilidade de licitação está fundamentada no caput do artigo 25 da Lei 8.666/93.

Brasília, 22 de junho de 1995.

MARCELLO ALENCAR DE ARAÚJO
Procurador Geral

A PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL torna público o resultado do julgamento do CONVITE Nº 011/95, da forma que se segue:
FIRMA: VIDROPLEX COMERCIAL DE VIDROS PLANOS LTDA, vencedora do item 01 com valor total de R$ 1.298,00 (Hum mil duzentos e noventa e oito reais).
FIRMA: TAGUABOX-ALUMINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ESQUADRIAS, vencedora do item 02, com valor de R$ 97,00 (noventa e sete reais).

Brasília, 26 de junho de 1995.

IRANI BEZERRA DOS SANTOS
Presidente

TRIBUNAL DE CONTAS

PORTARIA Nº151, DE 27 DE JUNHO DE 1995

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 68, inciso III da Lei Complementar nº 01 de 09 de maio de 1994 e tendo em vista o que se apresenta no Processo nº 1137/82,

RESOLVE:

REVER os proventos de CLEIRIS ROMUALDO, aposentada no cargo de Agente Administrativo, Código TCDF-SA-801, Classe Especial, Referência NM. 32, que corresponde atualmente ao cargo de Técnico de Finanças e Controle Externo, Classe Especial, Padrão I, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares deste Tribunal, conforme Portaria-TCDF nº 060, de 27 de abril de 1982, publicada no DODF de 28 de abril de 1982, a fim de neles incluir, a partir de 06 de abril de 1995 a vantagem prevista no artigo 3º da Lei nº 8.911 de 11 de julho de 1994 combinado com o artigo 3º da Medida Provisória nº 1.019 de 08 de junho de 1995, excluindo-se em conseqüência, a vantagem prevista no artigo 184, inciso II da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952.

MARLI VINHADELI

SECRETARIA DAS SESSÕES

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 3083 – RETIFICAÇÃO

Na ata da Sessão Ordinária nº 3083, de 1º.06.95, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 114, edição de 14/06/95, página 32, na parte relatada pelo Conselheiro JORGE CAETANO, a decisão correta adotada no Processo nº 6618/91 é a seguinte:

PROCESSO Nº 6618/91 - (apenso o de nº 1886/92 e 05 volumes) – Convênio nº 036/91 firmado entre o Distrito Federal e diversas entidades de sua Administração Indireta, objetivando a implantação do Sistema de Transporte de Massa (Metrô) no Distrito Federal. – Havendo a Procuradora-Geral do Ministério Público junto à Corte pedido de vista do Processo, foi adiado o seu julgamento.

(Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no DODF nº 114, edição de 14.06.95, página 32).

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3086

Aos 13 dias do mês de junho de 1995, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros JOSÉ EDUARDO BARBOSA, RONALDO COSTA COUTO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a representante do Ministério Público junto a esta Corte, MÁRCIA FERREIRA CUNHA FARIAS, a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, declarou aberta a sessão.

Ausente, com causa participada, o Conselheiro JORGE CAETANO.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3085, de 08.06.95.

A Senhora Presidente, acompanhada pelos demais membros do Plenário, deu as boas-vindas ao Conselheiro RONALDO COSTA COUTO e ao Auditor OSVALDO RODRIGUES que retornaram às suas funções na Corte, por terem, respectivamente, interrompido o gozo de suas férias regulamentares, a partir de 09 do mês em curso, e cessado a licença para tratamento de saúde anteriormente lhe concedido.

A seguir, deu conhecimento ao Tribunal dos seguintes documentos:

- Ofício nº 70/95-P/CJ, mediante o qual a Presidência desta Corte encaminha ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em atenção ao Ofício DJ/SEMJUC-3829/95, informações para instrução do MS nº 4386, impetrado por AZIZ CONRADO HERINGER.

- Ofício nº 71/95-P/CJ, por meio do qual a Presidência desta Corte encaminha ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal, em atenção ao Ofício DJ/SEMJUC-3828/95, informações para instrução do MS nº 4402, impetrado por EMY KARLA MOURA BANDEIRA DOS REIS.

- Ofício nº 00174/95-GP, por meio do qual o Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministro WILLIAM PATTERSON, convida a Senhora Presidente e demais membros desta Corte para a solenidade de inauguração da sede daquele Tribunal e posse dos Ministros ROMILDO BUENO DE SOUZA e AMÉRICO LUZ nos cargos de Presidente e Vice-Presidente daquela Corte de Justiça, bem como do Ministro JACY GARCIA VIEIRA no cargo de Coordenador-Geral da Justiça Federal, a realizar-se às 15 horas do dia 23 do corrente mês.

- Expediente do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro MARCOS VINICIOS VILAÇA, convidando a Senhora Presidente e demais membros desta Corte para a Sessão Extraordinária de apreciação do Relatório do Projeto de Parecer Prévio sobre as Contas do Governo Federal, relativas ao exercício de 1994, a realizar-se às 15 horas do dia 22 do mês em curso no Plenário daquela Corte de Contas.

- Requerimento do Deputado Distrital ODILON AIRES CAVALCANTE, solicitando a esta Corte que determine a apuração de denúncias veiculadas na imprensa sobre falsificação de "tiquetes alimentação", emitidos pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO No. 2265/91 - Resultado de auditoria programada realizada pela 2a. Inspetoria de Controle Externo na Centrais de Abastecimento do Distrito Federal, em atendimento a decisão plenária.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do resultado da referida inspeção; II. considerar cumprida a v. decisão plenária nº 2826, de 2/6/92, fl. 36; III. comunicar os resultados da inspeção às Secretarias de Fazenda e Planejamento e de Agricultura do Distrito Federal; IV. autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2000/93 - Contrato DIRAD/COMAP-93/003 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e JOÃO MAURÍCIO DE ARAÚJO PINHO & CIA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do OF. PRESI-95/005, de 16/1/95, fls. 17/19;

II. considerar cumprida a diligência determinada na Decisão nº 6915/94; III. recomendar ao Banco de Brasília S.A. que as prorrogações e/ou alterações contratuais, quando for o caso, sejam realizadas mediante termo aditivo ou apostila, devendo encaminhá-los ao Tribunal, consoante o art. 113, inciso I, do Regimento Interno, Resolução-TCDF nº 38, de 30/10/90.

PROCESSO No. 0586/94 - Contrato nº 29/93 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firm MBR - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) dos resultados acostados aos autos nas fls. 31/66; b) dos resultados obtidos por inspeção; II. relevar, excepcionalmente, a falha quanto ao descumprimento do art. 57 da Lei nº 8.666/93; III. determinar à FEDF que aponte o(s) responsável(is), para que apresente(m), no prazo de trinta dias, sua(s) razão(ões) de defesa, pela não-celebração de aditivo ao Contrato nº 29/93, limitando-se à emissão da Ordem de Serviço nº 76/94, que autorizou a execução dos serviços complementares.

PROCESSO No. 1419/94 - Contrato nº 049/94 e outros, celebrados entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a CONFEDERAL - Vigilância e Transportes de Valores S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento dos contratos em referência e das publicações de seus extratos; II. relevar a falha apontada; III. autorizar a restituição dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1439/94, contendo as atas das 1096a. a 1115a. reuniões do Conselho Rodoviário do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das citadas atas, autorizando a restituição dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 4221/94 - Termo Padrão de Contrato nº 12/89 celebrado entre a Secretaria de Transportes do Distrito Federal e a firma XEROX DO BRASIL LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) dos extratos dos 3º, 4º, 5º e 6º Termos Aditivos ao contrato em apreço; b) do OF. nº 436/94-GAB/ST, de 30/11/94, fl. 24; c) das Notas de Empenho nºs 30142, 30241 e 30274, de 1994, fls. 28, 30 e 31; II. considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas, à vista dos dados constantes; III. alertar aquela Secretaria para o atendimento das disposições do art. 11, incisos I e II, do Decreto nº 15.635, de 12/5/94.

PROCESSO No. 4767/94 (anexos volumes I e II) - Resultado de auditoria programada levada a efeito na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, em cumprimento ao GAPLAN/94.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I.** determinar à NOVACAP que adote, no prazo de 30 (trinta) dias, as providências seguintes: **a)** promova o inventário físico do material permanente, atualize os registros e instaure tomada de contas especial quando verificar perdas, extravios e outros prejuízos para a empresa; **b)** efetue o levantamento de todos os bens de natureza permanente, atualize seus registros e instaure tomada de contas especial nos casos de prejuízos à empresa; **c)** instaure tomada de contas especial para apurar prejuízos e responsabilidades por saldos devedores decorrentes de pagamentos a empregados sem contraprestação de serviços, em todas as rescisões de contratos de trabalho em que se verificou a não observância das Instruções Normativas-NOVACAP nºs. 661/92 e 663/93, no que se refere à informação de anormalidade de frequência e cancelamento de salário; **d)** instaure tomada de contas especial para apurar prejuízos e responsabilidades pelo pagamento integral em rescisão trabalhista, sem amparo legal, de Licença Administrativa Remunerada (Processos nºs. 112.000.520/93 e 112.005.051/92); **e)** instaure tomada de contas especial para apurar prejuízos e responsabilidades pela inclusão de pessoas não pertencentes aos quadros da empresa em folha de pagamento (Processo nº 112.010.713/92); **f)** revise a Instrução Normativa nº 179/93-CA, objetivando evitar que empregados demitidos a título de justa causa recebam integralmente Licença Administrativa Remunerada; **g)** apure a responsabilidade pela rescisão objeto do Processo nº 112.013.203/91 e promova o ressarcimento aos cofres da empresa das verbas rescisórias (aviso prévio, FGTS, multa rescisória e 1/12 de férias acrescido do terço constitucional) atualizadas, pagas sem motivo justificado, pois o empregado não se desvinculou efetivamente do emprego; **h)** recalcule as verbas pagas ao funcionário Fernando Luiz Ramos Dias, matrícula nº 43.253-9, nos meses de agosto, setembro e outubro de 1993, pela rescisão trabalhista tratada no Processo nº 112.008.944/93 promovendo a regularização do pagamento ou ressarcimento devidamente atualizado; **II.** assinar o prazo de 30 (trinta) dias para que, por intermédio da direção da NOVACAP, apresentem razões de justificativa para efeito da aplicação da multa prevista no artigo 182, inciso II, do Regimento Interno do TCDF, os responsáveis seguintes: **a)** JORGE RUBERTO FERREIRA, Diretor de Operações, por descumprimento do artigo 28 do Decreto nº 10.996/88 e do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, quando da autorização irregular de dispensa de licitação no Processo nº 112.001.745/92; **b)** CLEUSA FRANCISCA RAMOS CAMPOS, Presidente da CPL, e os signatários da Decisão de Diretoria - Sessão nº 2554, por classificação e homologação, no Processo nº 112.001.214/91, da firma GEWMAQ-Equipamentos e Máquinas Ltda. cuja proposta apresenta alteração (timbre de máquina diferente no item 3) - contrariando o item 2.1 do Convite 053/91 e artigo 62, inciso I do Decreto nº 10.996/88 (artigo 48, inciso I, da Lei nº 8.666/93); **c)** LUIZ CARLOS CARVALHO, Diretor Administrativo, por: **1** - descumprimento do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, relativo a autorização irregular de Convite, quando caberia Tomada de Preços, Processo nº 112.004.425/94; **2** - infrações no Convite nº 286/94 (Processo nº 112.004.780/94): - inobservância do limite legal estabelecido para convite em desacordo com o art. 23 da Lei nº 8.666/93 e Portaria nº 072/94 (Secretaria de Administração); - autorização para comprar, sem definir quantidade, contrariando os artigos 14 e 15, parágrafo 7º, da Lei nº 8.666/93; - proposta apresentada pela BRASAL em desacordo com o item 2.1 e 2.1.1 do CV 286/94 e o artigo 41 c/c o artigo 48, I, da Lei nº 8.666/93; - processamento inadequado da licitação, em discordância com o disposto no artigo 43, II e VI, parágrafo 5º, da Lei nº 8.666/93; **d)** CLÁUDIO OSCAR DE CARVALHO SANT'ANA, ex-Presidente da empresa, por não comunicar ocorrência a esta Corte nem instaurar tomada de contas especial no Processo nº 112.010.713/92, contrariando o artigo 152, parágrafo único do RI/TCDF; **e)** Membros da Comissão de Licitação responsáveis pelo Convite nº 286/94 (Processo nº 112.004.780/94) pelas mesmas infrações apontadas na letra "c", item 2, supra; **f)** Signatários dos Pedidos de Aquisição de Material nºs. 1902 e 1903 (Processos nºs. 112.014.049/91 e 112.014.050/91) pela caracterização de fracionamento de despesa para evitar licitação (Enunciado nº 07 da Súmula de Jurisprudência do TCDF); **g)** Signatários da Decisão de Diretoria - Sessão nº 2736 por homologação irregular do Convite nº 106/93 (Processo nº 112.002.106/93), contrariando o artigo 41 da Lei nº 8.666/93, tendo em vista a adjudicação em favor da empresa TELESERVICE-Equipamentos e Serviços Ltda., quando foi desclassificada por não atender ao item 1.3 - alínea "a" do Convite 106/93; **h)** Signatários das Decisões da Diretoria - Sessões nºs. 2839 (Processo nº 112.000.984/94) e 2835 (Processo nº 112.001.298/94) e membros das respectivas Comissões de Licitação, pela realização de Tomada de Preços, quando caberia Concorrência, contrariando o art. 23 da Lei nº 8.666/93 e a Portaria nº 03/94-SEA; **i)** Signatários dos contratos fundamentados na pré-qualificação objeto do Processo nº 112.001.205/94, por descumprimento do artigo 2º da Lei nº 8.666/93 e do OF GP nº 1809/92, II, "e"; **III.** reiterar os termos dos Ofícios GP: **a)** nº 1809/92, quanto à irregularidade na contratação do uso de veículos, sem licitação; **b)** nº 1993/93, quanto ao fortalecimento do controle interno da empresa; **IV.** determinar, ainda, que a empresa informe a esta Corte, observados os prazos fixados, as providências adotadas para o cumprimento desta deliberação; **V.** autorizar a remessa de cópia do relatório de auditoria, fls. 05/26, à NOVACAP, para melhor compreensão de cada falha apontada.

PROCESSO No. 6040/94 - Contrato-Padrão nº 10/89 celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e a XEROX DO BRASIL LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: **a)** da cópia do Contrato firmado pela SSP/DF com a Xerox do Brasil Ltda. e da publicação de seu extrato; **b)** das notas de empenho nºs. 30042 e 30709/94; II. relevar as falhas apontadas pela instrução; III. considerar correta a classificação orçamentária das despesas representadas nas referidas notas de empenho; IV. autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 6041/94 - Contrato-Padrão nº 10/89 celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e a firma ANHANGUERA BSB COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: **a)** da cópia do contrato em apreço e da publicação de seu extrato; **b)** das notas de empenho nºs. 30336 e 30364, de 1994; II. relevar as falhas apontadas pela instrução; III. considerar correta a classificação orçamentária das despesas representadas nas referidas notas de empenho; IV. autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 6048/94 - Contrato-Padrão nº 10/89 celebrado entre a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal e a firma VAINE ASSISTÊNCIA TÉCNICA SCHULZ LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento: a) da cópia do contrato em apreço e da publicação do seu extrato; b) da Nota de Empenho nº 30.344/94; II. relevar as falhas apontadas pela instrução; III. considerar correta a classificação orçamentária das despesas constantes na referida nota de empenho; IV. autorizar a restituição dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 6864/94 - NE nº 30124/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada pela instrução, tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos e considerar correta a classificação orçamentária das despesas nelas representadas; b) autorizar a restituição dos autos à ia. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 0555/95 - Contrato nº 3205/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma ROLDÃO ENGENHARIA LTDA.;

PROCESSO No. 0870/95 - Contrato nº 3227/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma CONSTRUL - Construtora Liberdade Ltda.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento dos referidos ajustes.

PROCESSO No. 0868/95 - Contrato nº 3235/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma TECMINAS ENGENHARIA LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do ajuste em apreço, determinando à CAESB que, no prazo de 30 (trinta) dias, proceda à republicação do extrato do contrato em apreço para nele incluir a modalidade e número da licitação, bem como para retificar o nome da contratante passando-o para TECMINAS ENGENHARIA LTDA.

PROCESSO No. 0869/95 - Contrato nº 3218/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma CONSTRUL - Construtora Liberdade Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do referido ajuste e do seu 1º Termo Aditivo; II. solicitar à CAESB que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe à Corte esclarecimentos que justifiquem a dilatação de prazo por esta quantidade de dias, tendo em vista que o prazo contratual para a execução da obra era de 20 (vinte) dias e a prorrogação é de 45 (quarenta e cinco) dias.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO No. 4371/91 - Atas de órgãos colegiados da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento do resultado de inspeção realizada pelo órgão instrutivo; II) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 0155/93 - Aposentadoria da servidora MARIA LUZIA DA COSTA SILVA-FEDF;

PROCESSO No. 0533/93 - Aposentadoria da servidora ZENAIDE SILVA SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 0535/93 - Aposentadoria da servidora JULIA DARCI ZICA GUZMAN VARAS-FEDF;

PROCESSO No. 0635/93 - Aposentadoria da servidora HELOISA DA SILVA FREITAS-FEDF;

PROCESSO No. 0655/93 - Aposentadoria da servidora OLINDA ESSELIN ALMEIDA DE NOCA-FEDF;

PROCESSO No. 0656/93 - Aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO TENÓRIO SANTANA-FEDF;

PROCESSO No. 0658/93 - Aposentadoria da servidora SUZANA MARTINS LEITÃO-FEDF;

PROCESSO No. 0663/93 - Aposentadoria da servidora NORMA MAGALHÃES DE FREITAS-FEDF;

PROCESSO No. 0664/93 - Aposentadoria da servidora NILCE VALENÇA-FEDF;

PROCESSO No. 0665/93 - Aposentadoria da servidora VALDER LOPES TORRES-FEDF;

PROCESSO No. 0666/93 - Aposentadoria da servidora ANTONIA MENDES FERREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 0667/93 - Aposentadoria da servidora CUSTÓDIA RODRIGUES DA SILVA-FEDF;

PROCESSO No. 0675/93 - Aposentadoria da servidora MARIA LUCIA IWANOW-FEDF;

PROCESSO No. 0690/93 - Aposentadoria da servidora SUÉLI CELIA RUSSO AMORIM PIRES-FEDF;

PROCESSO No. 1430/93 - Aposentadoria da servidora MARIA MADALENA RODRIGUES SILVA-FEDF;

PROCESSO No. 1689/93 - Aposentadoria da servidora LÉA DA SILVA LAGES HÉRMIDA-FEDF;

PROCESSO No. 1833/93 - Aposentadoria da servidora CHRISTINA AGUIAR DE ARAÚJO-FEDF;

PROCESSO No. 6094/93 - Aposentadoria da servidora MIRTE ROMANNINI DE ABRANCHES VIOTTI-FEDF;

PROCESSO No. 6096/93 - Aposentadoria da servidora ANGELA MARIA PEREIRA DE CASTRO VIEIRA-FEDF;

PROCESSO No. 6630/93 - Aposentadoria da servidora MIRTES DE SOUSA SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 2098/94 - Aposentadoria da servidora NIVA DOS ANJOS LIMA-FEDF;

PROCESSO No. 2102/94 - Aposentadoria da servidora NAIDE PEREIRA CALDAS-FEDF;

PROCESSO No. 2184/94 - Aposentadoria da servidora SONIA MARIA BARBOSA DOS ANJOS-FEDF;

PROCESSO No. 2409/94 - Aposentadoria da servidora VÂNIA RANGEL BORGES MARCHETTI-FEDF;

PROCESSO No. 2437/94 - Aposentadoria da servidora VALDETE FERREIRA MACHADO-FEDF;

PROCESSO No. 2596/94 - Aposentadoria da servidora EVANICE DE BARROS PIMENTEL-FEDF;

PROCESSO No. 2603/94 - Aposentadoria da servidora ANAMARIA VIEIRA DE FARIA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu encaminhar os processos ao Ministério Público, solicitando pareceres.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 2441/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor ELIAS VIEIRA ALMADO-SEA;

PROCESSO No. 1800/87 - Reforma do Soldado ABDON ALVES BARBOSA-CBMDF;

PROCESSO No. 4338/90 - Aposentadoria do servidor JOSÉ DA COSTA BRITO-SEA;

PROCESSO No. 1178/95 - Resultado de auditoria programada levada a efeito pela 4a. Inspetoria de Controle Externo junto à Secretaria de Administração do Distrito Federal, em atendimento ao GAPLAN/95.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu, preliminarmente, enviar os processos ao Ministério Público, solicitando pareceres.

PROCESSO No. 1415/89 (anexos 02 volumes) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no Processo nº 121.015709/89.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos OIs. nºs 69, 529 e 566/94-PRESI/CODEPLAN e dos documentos constantes de fls. 231/232 e 239/241; b) considerar cumprida a diligência determinada pela Decisão nº 137/94, relevando, excepcionalmente, o atraso, assim como conheçer da defesa apresentada à fl. 233 e considerá-la procedente; c) autorizar a baixa na responsabilidade do Senhor LEANDRO AMARAL LOPES, considerando-o, neste caso, quite com os cofres públicos do Distrito Federal; d) autorizar o arquivamento dos autos e a devolução dos documentos apensos à origem.

PROCESSO No. 4671/90 - Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora YVONE ALVES MONTEIRO SOUZA-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria e o de revisão.

PROCESSO No. 2628/91 - Aposentadoria da servidora TÂNIA APARECIDA PORTUGAL LO MÔNACO-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar a providência indicada no item II do referido voto.

PROCESSO No. 3612/91 - Aposentadoria do servidor JOSé CAETANO DA SILVA-SEA;

PROCESSO No. 3871/91 - Aposentadoria do servidor JORGE JOÃO DA SILVA-SSP;

PROCESSO No. 2778/92 - Aposentadoria da servidora EDITE ALMEIDA SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 3323/92 - Aposentadoria da servidora ANA MARIA CAETANO REIS DE FREITAS-SEA;

PROCESSO No. 7057/93 - Aposentadoria do servidor ERCOLIS ANTONIO MILANEZ-SEA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 0706/93 - Contrato nº 019/92 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a firma ETEC - Empreendimentos Técnicos de Engenharia e Comércio S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do O.I. nº 294/95-DG e dos documentos que o acompanham, considerando cumprida a diligência determinada na Decisão nº 499/95; 2) determinar ao DER que, em trinta dias, providencie a retificação da publicação referente aos oitavo e nono aditivos para incluir a modalidade de licitação e o projeto pelo qual corre a despesa, nos termos lançados no contrato original; 3) alertar o Jurisdicionado para a necessidade de formalizar, em termo próprio, todas as alterações contratuais, inclusive as decorrentes de suspensão de prazo de execução dos serviços, procedendo à respectiva publicação; 4) autorizar a inclusão dos autos em roteiro de auditoria para exame, especialmente das prorrogações contratuais havidas, que acresceram em 150 dias o prazo de execução inicialmente pactuado.

PROCESSO No. 1310/93 - Contratos nºs. 92/049 e 093/067 celebrados entre o Banco de Brasília S/A e as firmas SOYUS INFORMÁTICA LTDA. e ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA., respectivamente.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Ofício PRESI 94/475-BRB e dos documentos que o acompanham; b) determinar ao BRB que, em quinze dias, apresente a necessária caracterização da situação que justificou a inexigibilidade das licitações, embasadas no inciso I do art. 30 do Decreto nº 10.996/88 (Contrato nº 92/49) e no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93, (Contrato nº 93/67) à vista da documentação apresentada, que indica a possibilidade de competição entre firmas para a aquisição dos softwares, alertando-o que a inexigibilidade prevista nos citados artigos refere-se à aquisição de equipamentos e não à contratação ou locação de bens e serviços.

PROCESSO No. 0735/94 - Contrato nº 001/94 celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a firma SINAL - Segurança e Vigilância Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento da E.M.I. nº 1/95-GAB e do Terceiro Termo de Aditamento ao ajuste em apreço; 2) considerar insubsistentes as razões apresentadas para o cumprimento da diligência determinada no item 2 da Decisão nº 7852/94 e irregular o cálculo do expurgo do Contrato nº 1/94; 3) conceder 30 (trinta) dias de prazo para que o DETRAN: a) efetue o expurgo da referida avença pela fórmula constante do anexo único do Decreto nº 15.635 de 12/5/94; b) adote providências junto à referida empresa para ressarcimento das importâncias pagas a maior, apresentando a memória de cálculo e o comprovante do pagamento; c) apresente os esclarecimentos sobre o uso de fórmula diferente da estipulada no Decreto nº 15.635/94, para o expurgo da expectativa inflacionária do Contrato nº 1/94, com a indicação do responsável que poderá, de logo, expor suas razões; 4) determinar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 0736/94 - Contrato nº 003/94 celebrado entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e a firma SINAL - Comércio, Representação e Serviços de Higienização de Imóveis Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do Ofício nº 1485/94-GAB e do Segundo Termo de Aditamento ao Contrato nº 3/94 (fls. 44/47); 2) considerar insubsistentes as razões apresentadas para o cumprimento da diligência determinada no item 3 da Decisão nº 6064/94, e irregular o cálculo do expurgo do Contrato nº 3/94; 3) conceder 30 (trinta) dias de prazo para que o DETRAN: a) efetue o expurgo do Contrato nº 3/94 celebrado com a firma SINAL - Comércio, Representação e Serviços de Higienização de Imóveis Ltda., pela fórmula constante do anexo único do Decreto nº 15.635 de 12/5/94; b) adote providências junto à referida empresa para ressarcimento das importâncias pagas a maior, apresentando a memória de cálculo e o comprovante do pagamento; c) apresente os esclarecimentos sobre o uso de fórmula diferente da estipulada no Decreto nº 15.635/94, para o expurgo da expectativa inflacionária do Contrato nº 3/94, com a indicação do responsável que poderá, de logo, expor suas razões; 4) determinar o retorno dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1557/94 - Contratos nºs. 005 e 006/94, acompanhados de seu Segundo Termo Aditivo, celebrados entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e as firmas Curinga dos Pneus Ltda. e Pneuminas S/A - Indústria e Comércio, respectivamente.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos Termos Aditivos aos Contratos nºs 5 e 6/94 e do Contrato nº 6/95; 2) recomendar ao DER que se abstenha de realizar a prorrogação prevista no Contrato nº 6/95, em face da nova redação do art. 57 da Lei nº 8.666/93 (Of GP nº 9/94-Circular, datado de 22/12/94); 3) assinar o prazo de trinta dias para que a jurisdicionada esclareça a majoração nos valores referentes aos serviços objeto do Contrato nº 6/95, que apresentam acréscimo da ordem de 143% em relação aos fixados nos Contratos nºs 5 e 6/94.

PROCESSO No. 1595/94 (anexos volumes I e II) - Contrato nº 500/94 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma SCB - Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou cumprida a diligência determinada na Sessão Ordinária nº 3052, de 09.02.95.

PROCESSO No. 5090/94 - Contrato nº 535/94 firmado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a firma TRANSTERRA DE BRASíLIA LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conhecer da instrução de fl. 35 e 36; b) reiterar à NOVACAP os termos do item "b" da Decisão nº 352/95, concedendo o prazo de 30 dias para envio do levantamento dos contratos; c) alertar aquela Companhia para o disposto no art. 182, inciso III, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 38, de 30.10.90.

PROCESSO No. 5820/94 - NE nº 0367/94 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

PROCESSO No. 5826/94 - NE nº 048/94 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas pela instrução, tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos e considerar correta a classificação das respectivas despesas; b) determinar o arquivamento dos processos.

PROCESSO No. 5969/94 (apenso o de nº 141.002392/94) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Administração Regional de Brasília, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) assinar prazo de 15 dias para que a Região Administrativa de Brasília apense aos autos o Demonstrativo Sintético da Movimentação de Material do exercício de 1993; b) recomendar àquela Jurisdicionada que em futuras aquisições, utilizando-se de Carta de Crédito, adote a Carta de Fiança Bancária para resguardo do interesse público; c) assinar igual prazo à Secretaria de Fazenda e Planejamento para que retifique o Certificado de Auditoria nº 35 (fl. 64 do apenso), incluindo no julgamento das contas o Agente de Material JOSÉ AUGUSTO FILHO; d) autorizar o retorno do apenso à Secretaria de Fazenda e Planejamento, para os fins a que se refere a alínea anterior.

PROCESSO No. 1412/95 - Requerimento formulado pela Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal - ASSECON, solicitando o pagamento de Adicionais de Tempo de Serviço em favor de seus associados. Aos autos juntou-se expediente daquela Associação, pelo qual requer cópia do inteiro teor dos autos em apreço.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu pelo atendimento do pleito.

PROCESSO No. 1740/95 - NE nº 001/95 e outras, da Secretaria de Educação do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conhecer dos empenhos constantes das fls. 2, 4 a 7, 9 a 13, 15 a 18, 20 a 49, 51 a 65 e 70 a 72; b) relevar a inobservância do OF GP nº 05/93-Circular face às informações prestadas no O.I. nº 112/95-DAG/SE, referente à discriminação das Despesas Variáveis com pessoal em nível de subelemento; c) considerar correta a classificação das respectivas despesas.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURíLIO SILVA

PROCESSO No. 0576/92 - Aposentadoria da servidora CARMINA SOBRAL CARVALHO-FEDF;

PROCESSO No. 3487/92 - Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES MENDES GONZAGA-FEDF;

PROCESSO No. 4027/92 - Aposentadoria da servidora LAERZI INES DE SOUZA CHAUL-FEDF;

PROCESSO No. 4703/92 - Aposentadoria da servidora WALDOMIRA PEREIRA DA SILVA SOUTO-FEDF;

PROCESSO No. 4910/92 - Aposentadoria da servidora ÁUREA GARCIA PEREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 4921/92 - Aposentadoria da servidora ATAIDES PEREIRA DA SILVA-FEDF;

PROCESSO No. 0328/93 - Aposentadoria da servidora OLINDA DE SOUSA CARMO-FEDF;

PROCESSO No. 0341/93 - Aposentadoria do servidor OLAVO FRUTUOSO DE OLIVEIRA;

PROCESSO No. 0483/94 - Aposentadoria do servidor MANOEL GOMES DE OLIVEIRA-FEDF;

PROCESSO No. 1846/93 - Aposentadoria da servidora GILDA DE ANDRADE SANT'ANNA-FEDF;

PROCESSO No. 2798/93 - Aposentadoria do servidor OSVALDO VIEIRA GONÇALVES-FEDF;

PROCESSO No. 3205/93 - Aposentadoria da servidora MARIA DAS NEVES RIBEIRO DOS SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 3571/93 - Aposentadoria do servidor HEZIR ESPÍNDOLA GOMES MOREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 3833/93 - Aposentadoria da servidora MARIALICE CABRERA MORON-FEDF;

PROCESSO No. 6674/93 - Aposentadoria do servidor ANTONIO BEZERRA DE SOUSA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 4028/92 - Aposentadoria da servidora MARGARIDA SANCHES MAIA-FEDF;

PROCESSO No. 4144/92 - Aposentadoria da servidora MARIA ODETE FERNANDES PEQUENO-FEDF;

PROCESSO No. 6072/92 - Aposentadoria da servidora GERALDA BERNADETE DOS SANTOS PEREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 2613/94 - Aposentadoria da servidora JOSEFA GEILZA ALVES DA SILVA AGUIAR.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 1506/93 - Aposentadoria da servidora IRACEMA PEREIRA DARIS-FEDF;

PROCESSO No. 3848/93 - Aposentadoria da servidora ALCINIA WANDERLEY DE CARVALHO-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria - devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar, **a posteriori**, as providências indicadas nos referidos votos.

PROCESSO No. 3582/94 - Contrato de Concessão de Uso nº 002/94 e seu Primeiro Termo Aditivo, celebrado entre a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal e a TARTUCE - Construtora e Incorporadora S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevar o atraso apontada pela instrução; b) com base no art. 120 do RI, determinar à 2a. ICE que, no prazo de 90 (noventa) dias, realize auditoria especial na CEASA, com vistas a colher mais dados sobre o ajuste em apreço, tendo em conta as considerações esposadas no referido voto; c) devolver os autos àquela Inspetoria.

PROCESSO No. 4906/94 - Contrato de Transferência Judicial nº 025/94 e outro, firmados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, autorizou a devolução dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, determinando-lhe que leve em conta as preocupações externadas no parecer de fls. 30 a 33, da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, por ocasião da elaboração dos planos de trabalho de auditoria operacional a ser levada a efeito na FZDF.

PROCESSO No. 4914/94 - Contrato de Transferência de Concessão de Uso nº 005/94 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos ajustes em apreço, relevando a impropriedade indicada, autorizou a devolução dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, determinando-lhe que leve em conta as preocupações externadas no parecer de fls. 30 a 33, da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, por ocasião da elaboração dos planos de trabalho de auditoria operacional a ser levada a efeito na FZDF.

PROCESSO No. 4915/94 - Contrato de Transferência de Concessão de Uso nº 014/94 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos ajustes em apreço, relevou a falha indicada e autorizou a devolução dos autos à 2a. ICE, determinando-lhe que leve em conta as preocupações externadas no parecer de fls. 30 a 33, da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, por ocasião da elaboração dos planos de trabalho de auditoria operacional a ser levada a efeito na FZDF.

PROCESSO No. 5928/94 - Contrato de Transferência de Concessão de Uso nº 043/94 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e terceiros.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos ajustes em apreço, relevou a falha indicada e autorizou a devolução dos autos à 2a. ICE, determinando-lhe que leve em conta as preocupações externadas no parecer de fls. 30 a 33, da lavra da Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, por ocasião da elaboração dos planos de trabalho da auditoria operacional a ser levada a efeito na FZDF.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 3734/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora WANDA DUARTE PAIVA-SEA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO No. 1729/90 - Aposentadoria do servidor GILBERTO ALVES NERY-SEA;

PROCESSO No. 2762/90 - Aposentadoria do servidor FLORO ADELINO MENDONÇA-SEA;

PROCESSO No. 4339/90 - Aposentadoria do servidor JOÃO ROMÃO DA COSTA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 4595/90 - Aposentadoria da servidora ZARIFE HAMU-SEA;

PROCESSO No. 2622/90 - Aposentadoria do servidor BOLIVAR DE OLIVEIRA-SEA;

PROCESSO No. 3837/93 - Aposentadoria da servidora ELUIZA ORNELLAS DIAS BOTELHO-FEDF;

PROCESSO No. 3846/93 - Aposentadoria da servidora VALDERICE HOLANDA DO NASCIMENTO BORGES-FEDF;

PROCESSO No. 7040/93 - Aposentadoria da servidora MARIA DAS DORES CAMARGO ROSAL-FEDF;

PROCESSO No. 7554/93 - Aposentadoria da servidora ELISABETH AMANTHÉA SILVA-FEDF;

PROCESSO No. 7559/93 - Aposentadoria da servidora ADELAIDE RIBEIRO JORDÃO-FEDF;

PROCESSO No. 0010/94 - Aposentadoria da servidora ALBANIZA VALADARES ALMEIDA-FEDF;

PROCESSO No. 0013/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO FERNANDES-FEDF;

PROCESSO No. 0029/94 - Aposentadoria da servidora MARIA LUCIA CAMPOS-FEDF;

PROCESSO No. 0051/94 - Aposentadoria da servidora MARIA CANDIDA NEIVA MOREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 0203/94 - Aposentadoria da servidora ROXANA PRADO LASMAR-FEDF;

PROCESSO No. 0462/94 - Aposentadoria da servidora MARIA CANDIDA VALADARES DE ASSIS-FEDF;

PROCESSO No. 0753/94 - Aposentadoria da servidora CLARICE DOS SANTOS SOARES-FEDF;

PROCESSO No. 0759/94 - Aposentadoria da servidora ZEZUINA JOSÉ PEREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 0576/94 - Aposentadoria da servidora ELIANA BICUDO DE CASTRO AZAMBUJA-FEDF;

PROCESSO No. 1153/94 - Aposentadoria da servidora DIONIA VIEIRA DE PAULA-FEDF;

PROCESSO No. 1257/94 - Aposentadoria da servidora DELBA DA CONCEIÇÃO-FEDF;

PROCESSO No. 2298/94 - Aposentadoria da servidora MARA RODRIGUES PEREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 3607/94 - Aposentadoria da servidora RITA DE CÁSSIA MILANEZ-FEDF;

PROCESSO No. 3952/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DA CONCEIÇÃO FERNANDINO DA SILVA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 1183/92 - Aposentadoria da servidora VANIA MARIA DAS GRAÇAS SANTOS E SILVA-FEDF.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar, posteriormente, a providência indicada na referida proposta.

PROCESSO No. 6750/93 - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, ocorrido na Seção de Pessoal daquele órgão.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu determinar ao DEFER o imediato cumprimento da diligência expressa na Decisão nº 0415/95 (Ofício GP nº 118/95), devendo apresentar circunstanciadas justificativas sobre a demora até aqui verificada (desde 10.4.95) e o nome do responsável por essa falha, com vistas à aplicação da penalidade prevista no art. 182, III, do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF).

PROCESSO No. 7811/93 (apenso o de nº 101.001687/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) excepcionalmente, tomar conhecimento da defesa apresentada pelo servidor ADAIR BONIFÁCIO DA ROCHA, fs. 31/33, para, no mérito, negar-lhe provimento; b) nos termos dos arts. 17, III, **d**, e 20 da Lei Complementar nº 01/94 e 167, III, **d**, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas em apreço, considerando o referido servidor em débito com a FSS/DF, conforme apurado na tomada de contas especial em apreço; c) na forma e termos regimentais, e vencida a fase de recurso, autorizar a notificação do devedor, para recolher aos cofres daquela entidade o valor atualizado do débito, acrescido dos juros de mora devidos.

PROCESSO No. 0187/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) determinar à PMDF que, imediatamente, preste à Corte informação sobre as medidas porventura adotadas com relação ao Processo nº 054.000903/93-PMDF, devolvido àquele órgão pelo Ofício GP nº 1788/94, conforme Decisão nº 7286/94, devendo apresentar circunstanciadas justificativas sobre a demora até aqui verificada (desde 11.2.95) e indicar o nome do responsável por essa falha, com vistas à eventual aplicação da penalidade prevista no art. 182, III, do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF); b) em complemento ao contido no OF GP nº 1892, de 27.12.94, informar à douta PrG/DF, com vistas à 3ª Subprocuradoria, que o Processo nº 054.000632/93-PMDF, versando inquérito técnico remetido àquele órgão, diz respeito ao assunto que vem sendo apreciado nesta Corte, no Processo nº 054.000903/93-PMDF, este devolvido à PMDF, para adoção de medidas necessárias à cobrança do débito apurado, de responsabilidade da Srª MARIA OLIVEIRA DE SOUZA, conforme respectiva TCE.

PROCESSO No. 3937/94, contendo representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo sobre informação da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal acerca da restituição à Polícia Militar do Distrito Federal, em diligência, do Processo nº 054.000863/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 15, modificando a decisão de 27.4.95 (f. 13), decidiu determinar à PMDF que, com relação à TCE de que trata o Ofício nº 380/94-CPTCE, de 25.7.94, apresente circunstanciadas justificativas sobre a inobservância do prazo estabelecido no art. 158 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF) e o nome do responsável por essa falha, com vistas à eventual aplicação da penalidade prevista no art. 182, III, do mencionado Regimento.

PROCESSO No. 4670/94, contendo o OF nº 236/95-PRESI, pelo qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília solicita nova prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para remessa à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 075.000121/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de f. 38, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em causa.

PROCESSO No. 5342/94 (apenso o de nº 053.001050/94) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados, em virtude de acidente de trânsito, a veículo de sua carga patrimonial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, decidiu: a) relevar o atraso apontado; b) devolver o apenso ao CBMDF, para que aquele órgão adote medidas com vistas ao ressarcimento amigável do restante do débito em causa, inclusive mediante consignação em folha, devendo informar à Corte, no prazo de 45 dias, as providências adotadas.

PROCESSO No. 0180/95, contendo o OE nº 492/95-GAB/SEA, pelo qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para encaminhamento à Corte da Tomada de Contas Especial objeto do Processo nº 132.002092/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) reconsiderando a decisão de 27.4.95 (f. 7), ter por prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa; b) recomendar à SEA que, ao invés de esperar que o Instituto de Criminalística lhe remeta os laudos técnicos, adote as providências no sentido de buscá-los diretamente naquele órgão, a fim de dinamizar as conclusões das apurações.

PROCESSO No. 1189/95, contendo o OFÍCIO-PRESI-95/232, pelo qual o Banco de Brasília S/A solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para encaminhamento à Corte da tomada de contas especial objeto do Processo nº 041.000008/95.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 8 e 11, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da TCE em causa.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO No. 1317/83 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor EULER PEREIRA GUIMARÃES-SEA;

PROCESSO No. 0035/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora ALDA DE SOUZA ROCHA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO No. 0770/90 - Aposentadoria do servidor SINÉSIO DA COSTA-SEA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, devendo a Secretaria de Administração do Distrito Federal adotar a providência indicada no item II da referida proposta.

PROCESSO No. 2253/90 - Aposentadoria da servidora MARIA HARLEY DANTAS LUCENA-SEA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 0744/91 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO FERREIRA DE ARAÚJO-FEDF;

PROCESSO No. 2700/94 - Aposentadoria da servidora LEODIVA RODRIGUES PEREIRA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 2377/92, contendo o Contrato nº 009/93 celebrado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília e a firma RENA - Automação Comercial Ltda.;

PROCESSO No. 2378/92, contendo o Contrato nº 004/93 celebrado entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília e a firma RENA - Automação Comercial Ltda.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, decidiu enviar os processos ao Ministério Público, solicitando pareceres.

PROCESSO No. 2096/93 (apenso o de nº 061.011626/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a bem patrimonial da Fundação Hospitalar do Distrito Federal, cedido, mediante convênio, àquela Corporação.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da defesa apresentada pelo SBM FRANCISCO CARLOS ARAÚJO MOTA, para, no mérito, dar-lhe provimento; II - autorizar a baixa na responsabilidade do nominado militar, devendo, para tanto, ser cientificada a SEFP sobre o decidido, com vistas ao

Certificado de Auditoria nº 016/94-DpA/SEFP (fls. 70 do apenso); III - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2307/93 - Relação de tomadas de contas especiais instauradas pela Polícia Militar do Distrito Federal e encerradas no 1º trimestre de 1993.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - dar por cumprida a diligência ordenada; II - tomar conhecimento da citada relação, dando por atendido o disposto no parágrafo 4º do art. 156 do RI/TCDF; III - relevar a falha apontada pela instrução; IV - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2802/93 (apenso o de nº 054.000164/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, relevando a falha apontada pela instrução, tomou conhecimento da TCE em apreço, tendo-a por suprida, e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 4283/93 (apenso o de nº 132.000898/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Administração Regional de Planaltina para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) relevar os atrasos apontados pela instrução; c) determinar a citação do servidor nominado na referida proposta para apresentar defesa ou recolher o valor do débito correspondente a 7,26 UPDF.

PROCESSO No. 6287/93 (apenso o de nº 094.001299/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de "tickets-combustível".- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento do documento de fls. 81 do processo apenso, dando por cumprida a diligência determinada; b) determinar a citação do servidor nominado na referida proposta para apresentar defesa ou recolher o valor do débito correspondente a 5,93 UPDF.

PROCESSO No. 5178/94 (apenso o de nº 082.011691/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço, relevando a falha apontada pela instrução; b) autorizar, nos termos estabelecidos no art. 172 do RI/TCDF, a citação das servidoras nominadas na referida proposta para apresentarem suas razões de defesa quanto aos fatos que lhes são imputados nos autos.

PROCESSO No. 6195/94 (apenso o de nº 054.001315/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento da TCE em apreço, relevando a falha apontada pela instrução; b) considerar o servidor GILVAN VILASSO quite, neste caso, com a Fazenda Pública do Distrito Federal; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6331/94 (apenso o de nº 082.015529/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a bem de sua propriedade, ocorrido na Escola Classe 410, vinculada à Divisão Regional de Ensino de Samambaia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento das contas em apreço e determinou a citação do servidor nominado na alínea **b** da referida proposta.

PROCESSO No. 0388/95 (apenso o de nº 082.009697/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, ocorrido no Centro de Ensino 11 de Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço, relevando o atraso apontado pela instrução; b) julgar irregulares a TCE em exame, sem imputação de débito, considerando os prejuízos suportados pelo patrimônio da FEDF; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 0392/95 (apenso o de nº 082.008255/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento das contas em apreço; II - julgá-las irregulares, sem imputação de débito; III - relevar os atrasos ocorridos no andamento deste procedimento apuratório; IV - autorizar a Fundação Educacional do DF a absorver o prejuízo apurado na referida TCE, correspondente a 5,77 UPDFs; V - dar ciência desta decisão à Secretaria de Fazenda e Planejamento, com vistas ao Certificado de Auditoria nº 094/94-DAGES-SUAUD; VI - determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 0794/95, contendo o Ofício nº 294/95-GAB/SES, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 90 (noventa) dias, para conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 061.031123/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos expedientes de fls. 11 e 12, relevando o atraso ocorrido na formulação do pedido; b) conceder novo prazo de 90 (noventa) dias para conclusão da TCE em apreço, a contar de 24.04.95.

PROCESSO No. 0921/95, contendo o Ofício nº 213/95-PR, pelo qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 101.001568/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do expediente de fl. 18, relevando o atraso na formulação do pedido e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1333/95, contendo o Ofício nº 95/206, por meio do qual o Banco de Brasília S/A solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 041.0000018/95, cuja instauração fora comunicada à Corte por intermédio do Ofício Presi-95/015.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento dos referidos expedientes e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 2336/95, contendo o Ofício nº 361/95-GAB/SES, pelo qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial de que cuida o Processo nº 061.030163/95.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e considerou prorrogado o prazo, a partir de 02.02.95.

PROCESSO No. 4841/93 (apensos os de nºs 040.003863/92 e 053.000442/93, em três volumes) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, detectado por ocasião do levantamento físico de bens patrimoniais móveis e imóveis daquela Corporação, em face do disposto no Decreto nº 13.484, de 04.10.91.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe as providências tomadas quanto à regularização do material importado, conforme registra o item 3.5, do Relatório nº 108/94, exarado pelo Departamento de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento nas contas em apreço, autorizando a remessa dos autos apensos ao CBMDF para fins de cumprimento do decidido.

Nada mais havendo a tratar, às 17 horas, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Conselheiros, Auditores e representante do Ministério Público junto a esta Corte.

MARLI VINHADELI, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3087

Aos 20 dias do mês de junho de 1995, às 15 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, declarou aberta a sessão.

Ausente, por motivo de férias, o Conselheiro JOSÉ EDUARDO BARBOSA.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da Sessão Ordinária nº 3086, de 13.06.95.

A Senhora Presidente, acompanhada pelos demais membros do Plenário, deu as boas-vindas ao Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, que reassumiu, ontem, as suas funções na Corte. O Conselheiro FREDERICO AUGUSTO

BASTOS agradeceu a manifestação de cordialidade e apreço de seus pares.

A seguir, deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes:

- Ofício nº 015/95-GAB/FAB, do Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, comunicando que, a partir de 19 do corrente mês, reassumiu as suas funções nesta Casa.

- Ofício DJ/SEMJUC 4542/95, pelo qual o Tribunal de Justiça do Distrito Federal comunica à Corte decisão adotada no MS nº 4066, impetrado por HAROLDO DE CASTRO OLIVEIRA.

TCDF - ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3087, de 20.06.95

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 3083/86 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora BERENICE FONSECA DA CUNHA MELO-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato revisório.

PROCESSO No. 1451/91 - Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora ALVINÉA PEIXOTO SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 3648/91 - Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora HÉLMAN DANIEL FERREIRA LIMA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios em apreço.

PROCESSO No. 5890/91 - Aposentadoria da servidora MARIA GORETH NASCIMENTO LOBO-FHDF;

PROCESSO No. 0353/92 - Aposentadoria e revisão dos proventos do servidor DOMINGOS MARTINS DOS SANTOS-SEA;

PROCESSO No. 1204/92 - Aposentadoria da servidora YÊDA BRANDÃO LOPES-FEDF;

PROCESSO No. 1880/92 - Aposentadoria da servidora LEILA APARECIDA FERREIRA BRAGA-FEDF;

PROCESSO No. 1921/92 - Aposentadoria da servidora ALBINA GUIMARÃES ALBUQUERQUE-FHDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 0745/93 - Balancete da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, relativo ao 4º trimestre de 1992.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OI nº 454/94-PRESI e anexos (fls. 191/202); b) considerar insatisfatoriamente cumprida a diligência ordenada em Sessão de 30.06.94, sem reiterá-la porque o assunto já está sendo acompanhado pelo Tribunal, mediante o Proc. nº 2284/94; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 3214/93 - Aposentadoria da servidora JOANA FERREIRA DE SOUZA-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 1393/94 - Atas das 143a. e 144a. Reuniões do Conselho de Administração da Sociedade de Abastecimento de Brasília;

PROCESSO No. 1140/95 - Atas das 427a. e 428a. Reuniões do Conselho de Administração da Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento das atas em exame e determinou a devolução dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2385/94 - Reexame de Enunciados de Súmulas de Jurisprudência desta Corte remanescentes da 1a. série e de outros juntados aos autos. - O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, autorizou a distribuição de cópia dos autos (fls. 180 em diante) aos membros desta Casa, para oferecimento de emendas e sugestões, no prazo de 10 (dez) dias, a contar desta data.

PROCESSO No. 3497/94 - Pensão civil concedida à Senhora ANTONIETTA CASTELLO BRANCO DINIZ-TCDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato concessório.

PROCESSO No. 6281/94 - Aposentadoria do servidor ANTÔNIO ALMEIDA DE GóES-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, relevando-se a inobservância à DN-TCDF nº 02/93.

PROCESSO No. 6860/94 - NE nº 023/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO No. 6867/94 - NE nº 012/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO No. 6870/94 - NE nº 016/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO No. 6871/94 - NE nº 022/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas pela instrução, tomou conhecimento das NEs em exame e considerou correta a classificação das despesas delas decorrentes.

PROCESSO No. 6875/94 (apenso o de nº 6862/94) - NE nº 024/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada pela instrução, tomou conhecimento da NEs em apreço e considerou correta a classificação das despesas delas decorrentes, sem prejuízo da inclusão dos autos no procedimento a que se refere a letra **b** da Decisão Normativa nº 003/94.

PROCESSO No. 6877/94 - NE nº 036/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada pela instrução, considerou correta a classificação das despesas a que se reportam as notas de empenho constantes dos autos e autorizou a devolução do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6879/94 - NE nº 038/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento da NE nº 038/94 e outras, considerando correta a classificação das despesas a elas referentes, com exceção das NE's nºs 58, 30.020 e 30.159/94; 2) relevar a falha quanto à fundamentação legal incompleta e recomendar ao IDR que, ao emitir empenhos com dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, cite por completo o dispositivo legal pertinente; 3) solicitar ao citado órgão que apresente justificativa para a não realização de licitação, relativa às NE's nºs 58, 30.020 e 30.159/94, apresentando, também, os documentos comprobatórios.

PROCESSO No. 6971/94 - NE nº 106/94, do Jardim Botânico de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento da NE em exame e considerou correta a classificação da despesa dela decorrente, sem prejuízo da inclusão dos autos no procedimento a que se refere o item **b** da Decisão Normativa nº 003/94.

PROCESSO No. 1280/95 - Atas das 757a e 758a Reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade e Transportes Coletivos de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando o atraso mencionado pela instrução, tomou conhecimento das referidas atas e autorizou o retorno do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO No. 7015/93 - Contrato nº 001/93 celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a empresa Exitus - Consultoria e Planejamento Tributário Ltda;

PROCESSO No. 7997/93 - Contrato nº 040/93 celebrado entre a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal e José Correia Soares Guilherme;

PROCESSO No. 0813/94 - Contrato nº 93/059 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e terceiros;

PROCESSO No. 6158/94 - Contrato s/n celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e Luiz Fernando Lapagesse Alves Correia e Mariluza do Rego Barros Lapagesse Alves Correia.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos ajustes em apreço, relevando as falhas apontadas; 2) autorizar a devolução dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 7461/93 - Aposentadoria do servidor PEDRO CARLOS MACHADO-SEA;

PROCESSO No. 4192/94 - Aposentadoria do servidor ALOYSIO DE OLIVEIRA SANT'ANNA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministerio Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 7510/93 - NE nº 541/93 e outras, da Administração Regional de Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu fixar o prazo de 30 (trinta) dias para que o ordenador da despesa decorrente da Nota de Empenho nº 552/93, apresente as alegações que tiver em sua defesa, pelo fato de ter realizado despesa, excedente da dotação orçamentária, mediante transposição de verba, sob as penas do art. 57, II da L.C. nº 1/94.

PROCESSO No. 0810/94 - Contrato nº 93/060 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e a empresa Xerox do Brasil Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do contrato em apreço e do seu 1º Termo Aditivo, fls. 02/09 e 10/12, respectivamente; b) assinar prazo de 15 (quinze) dias para que o Banco justifique a escolha e aquisição do equipamento reprográfico - modelo 5090 - e encaminhe o comprovante de exclusividade a que alude o inciso I, do art. 25, da Lei 8666/93, bem como os elementos mencionados nos incisos II e III do art. 26 da citada Lei; c) informar ao BRB que o procedimento licitatório é obrigatório para contratação de locação de máquinas copiadoras, haja vista possuir em Brasília outras empresas de representação de equipamentos reprográficos; d) autorizar o retorno dos autos à 2ª ICE para os devidos fins.

PROCESSO No. 2868/94 - Aposentadoria do servidor MOACIR FRANCISCO BORGES-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 6160/94 - Contrato nº 22/94 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Legião Brasileira de Assistência - LBA;

PROCESSO No. 6166/94 - Contrato de Comodato nº 001/94 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Brigada Mirim;

PROCESSO No. 7157/94 - Contrato nº 111/94 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a empresa ECO - Científica Ltda;

PROCESSO No. 7183/94 - Contrato nº 108/94 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a empresa APARATUS - Produtos Hospitalares Ltda.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos ajustes em apreço; 2) autorizar a devolução dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6827/94 - Contrato nº 554/94 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a empresa PH - Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do ajuste em referência, relevando a falha apontada; 2 - alertar a NOVACAP para a observância do disposto no art. 55 da Lei nº 8666/93; 3 - autorizar a devolução do processo à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6830/94 - Contrato nº 102/94 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a empresa ESTÂNCIA - Impermeabilizações Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do ajuste em referência, relevando a falha apontada; 2 - alertar a FHDF para a observância do disposto no art. 55 da Lei nº 8666/93, bem como do teor do Of. GP. Circular nº 02/94; 3 - autorizar a devolução do processo à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6834/94 - Contrato nº 3185/94 celebrado entre a Companhia de Água e Estogos de Brasília e a firma AQUALITEC.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento do ajuste em referência, relevando a falha apontada; 2 - alertar a CAESB para a observancia do disposto no parágrafo 4º do art. 56 da Lei nº 8.666/93; 3 - autorizar a devolução do processo à 3ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6835/94 - Contrato nº 3186/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a empresa Drakar Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste em apreço, relevando a falha apontada; b) autorizar a devolução do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6836/94 - Contrato nº 3184/94, seu Primeiro Termo Aditivo e Termo de Rerratificação celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasilia e a firma NCA - Engenharia, Arquitetura e Meio Ambiente Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste em apreço e dos referidos termos; 2) autorizar a devolução do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6957/94 - Termo Padrão nº 10/89 celebrado entre a Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal e a firma J. Câmara e Irmão Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Extrato de Termo Padrão nº 10/89, bem como, seus respectivos aditivos de nºs 1º ao 13º; II - considerar correta a classificação das despesas representadas pelas notas de empenho integrantes dos autos em apreço, à vista dos dados por elas representados; III - determinar à SCS maior rigor no preenchimento dos Termos Aditivos, evitando-se as falhas apontadas neste processo que poderão, eventualmente, acarretar prejuízos aos cofres públicos.

PROCESSO No. 7167/94 - Contrato nº 070/94 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma ENCON - Comércio e Representação Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) conhecer do contrato em exame; II) determinar, desde já, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de averiguações futuras.

PROCESSO No. 0880/95 - Atas de órgãos colegiados da Companhia Imobiliária de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento das atas em apreço; 2 - assinar prazo de 30 dias para que a TERRACAP informe se foi instaurada, na forma do art. 152 do RI/TCDF, TCE para apurar responsabilidade decorrente do pagamento da multa tratada no Proc. nº 111.006.665/94, ou, em caso negativo, a justificativa para o fato, acompanhada, ainda, de informações/documentos sobre referida despesa e os motivos para sua absorção.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 4826/91 (anexo volume I) - Prestação de Contas da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, referente ao exercício de 1990.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OF nº 332/94-PRES, bem como dos documentos que o acompanham (fls. 356/394); b) considerar cumprida a diligência ordenada pelo OF GP nº 952/94; c) determinar à CAESB que proceda às correções, se ainda não o fez, dos saldos das contas Capital Subscrito e Subvenções para Obras, relativas ao exercício de 1990, em razão de erro na data da conversão em BTNF para cálculo da atualização monetária, quando da capitalização das subvenções para obras; d) manter sobrestado o julgamento desta prestação de contas até a solução definitiva da matéria tratada nos Processos nºs 439 e 6644/91.

PROCESSO No. 1637/92 - Pensão especial concedida a AGOSTINHA MARIA BARRETO-SSP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4631/92 (apenso o de nº 040.004277/92 e um anexo) - Tomada de contas dos Ordenadores de Despesa da então Secretaria de Planejamento do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) solicitar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhe a esta Corte informações quanto ao acerto da Conta 61310.000.0000 - Despesa a Regularizar, no valor de Cr$ 1.642.330,09, e sobre a baixa na responsabilidade do Sr. PAULO ROBERTO GUIMARÃES E CASTRO; b) sobrestar o julgamento das contas em exame, até a solução definitiva da matéria tratada no Processo nº 5996/93.

PROCESSO No. 5223/92 (apenso o de nº 040003912/92) - Tomada de contas Anual dos ordenadores de despesa da Administração Regional de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - solicitar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as seguintes providências: a) comprovar a efetiva regularização do valor constante da Conta 61.310.000.000 - Despesas a Regularizar, no montante de Cr$ 4.369.955,35 (quatro milhões, trezentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinqüenta e cinco cruzeiros e trinta e cinco centavos); b) esclarecer quanto à pendência de Suprimento de Fundos de exercícios anteriores, constante do Balancete, fl. 89 e do Relatório de Tomada de Contas, fl. 101; c) elucidar o conteúdo das irregularidades detectadas, quando da auditoria realizada na RA I, no período de 30.01 a 14.02.92, fazendo juntar aos autos o

Relatório de Auditoria nº 002/92; II - solicitar à RA I - Brasília que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, justificativa sobre a utilização dos créditos de Divulgação, Publicidade, Propaganda e Promoções, com inobservância do disposto no artigo 41 do Decreto nº 12.766/90, bem como a emissão de empenhos posteriormente à realização da despesa, conforme mencionado no item 6.1 da instrução; III- sobrestar o julgamento destas contas até a decisão dos Processos nºs 6809/91 e 6684/93.

PROCESSO No. 5227/92 (apenso o de nº 040.003908/92 e anexo 01 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesas da Administração Regional do Gama, relativa ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto Relator, decidiu solicitar: I - à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de 30 (trinta) dias, comprove a efetiva regularização do valor constante da Conta nº 61310.000.00000 - Despesa a Regularizar, no montante de Cr$ 893.302,12 (oitocentos e noventa e três mil, trezentos e dois cruzeiros e doze centavos); II - à RA II - Gama que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, justificativa sobre a utilização dos créditos de Divulgação, Publicidade, Propaganda e Promoções, com inobservância do disposto no artigo 41 do Decreto nº 12.966/90, conforme mencionado no item 6.1. da instrução.

PROCESSO No. 0130/93 - NE nº 712/92 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) do Ofício nº 289/95 - SSP/DAG para, excepcionalmente, considerar atendida a diligência interposta à SSP pelo OF GP nº 1901/94; b) do 1º ao 6º Termos Aditivos ao contrato celebrado entre a SSP e a empresa Helicópteros do Brasil S/A - Helibrás, e das notas de empenho nºs 30012, 30013, 30545, 30546, 30727, 31122, 31123/94 e 246/95; II - relevar as falhas apontadas; III - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0622/93 (apenso o de nº 040.003869/92) - Tomada de contas do ordenador de despesa da Administração Regional do Paranoá, referente ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu sobrestar o julgamento das contas em apreço, até a solução definitiva da matéria tratada no Processo nº 4953/92.

PROCESSO No. 0602/94 (apensos os de nºs 0870 e 0869/94) - Tomada de contas anual dos Agentes de Material e Patrimônio da Câmara Legislativa do Distrito Federal, relativa aos exercícios de 1991 e 1992.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar à CLDF o cumprimento da Decisão nº 7215/94, comunicada pelo OF GP nº 1869/94.

PROCESSO No. 1016/94 (anexo volume I) - Contrato DIRAD/COMAP-94/004 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e a empresa TRADIÇÃO ENGENHARIA LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento do OF PRESI-95/188 (fls.. 211/212), e da documentação que o acompanha (fls. 213/218), considerando satisfatórios os esclarecimentos apresentados; II) autorizar o retorno dos autos à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2281/94 (apenso o de nº 151.000011/94) - Tomada de contas anual dos agentes de material do Arquivo Público do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu autorizar a remessa dos autos à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe a esta Corte esclarecimentos sobre as divergências apontadas pela instrução (item 5.2, fl. 05).

PROCESSO No. 4864/94 (apenso o de nº 142.000479/94) - Tomada de contas anual do agente de material da Administração Regional de Samambaia, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu autorizar a remessa dos autos à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe a esta Corte esclarecimentos sobre as divergências apontadas pela instrução (alínea **a** do item 4 e item 5, fls. 04/05).

PROCESSO No. 6757/94 - NE nº 30.096/94 e outras, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal;

PROCESSO No. 6975/94 - NE nº 30.112/94 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal;

PROCESSO No. 6976/94 - NE nº 30.010/94 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal;

PROCESSO No. 7040/94 - NE nº 30.861/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO No. 7041/94 - NE nº 30.872/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO No. 7043/94 - NE Nº 30.987/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal;

PROCESSO No. 7120/94 - NE nº 30.027/94 e outras, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal;

PROCESSO No. 7122/94 - NE nº 30.075/94 e outras, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal;

PROCESSO No. 7123/94 - NE nº 30.152/94 e outra, da Secretaria de Indústria e Comércio do Distrito Federal;

PROCESSO No. 1022/95 - NE nº 30.608/94 e outras, da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

PROCESSO No. 1471/95 - NE nº 30.088/94 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: a) considerar correta a classificação das despesas a que se referem as NEs em apreço, à vista dos dados delas constantes; b) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 6937/94 - NE nº 30.438/94 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevar as falhas apontadas; b) solicitar ao CBMDF que, no prazo de 30 (trinta) dias, esclareça sobre a emissão das NEs nºs 30441 e 30838/94, em data posterior ao início dos cursos a que se referem; c) autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 7105/94 - NE nº 30.145/94 e outras, da Secretaria de Trabalho do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - considerar correta a classificação das despesas a que se referem as NEs de fls. 02/10, à vista dos dados delas constantes, à exceção da de nº 30145/94, fl. 02; II - com relação a esta, determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para que a Secretaria do Trabalho encaminhe ao Tribunal, além dos elementos previstos no artigo 26 da Lei nº 8.666/93, esclarecimentos sobre os objetivos de sua impressão, e se estes foram alcançados; III - relevar a falha apontada quanto à inadequada fundamentação legal da dispensa de licitação procedida nas NE de fls. 07 a 09; IV - autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 0238/95 - Concurso público para o cargo de Eletricista "A" da Companhia Energética de Brasília, aberto pelo Edital nº 01/94-CEB.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento: a) da Carta nº 168/95-CEB e dos documentos que a acompanham, fls. 24/28, considerando cumprida a diligência; b) do Aviso nº 02/94, fls. 29/31; II - determinar à CEB que, doravante, se abstenha de fazer constar, em seus editais, restrições de caráter estético como a constante do inciso II do subitem 9.6.1 do Edital nº 01/94; III - autorizar o retorno dos autos à 4ª ICE, para acompanhamento.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 0395/87 (apenso o de nº 2094/87) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades por furto ocorrido no consultório dentário da Escola Classe 03 de Brazlândia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) considerar cumprida a diligência determinada na Decisão nº 6313/94-TCDF; b) julgar regular o encerramento da TCE em apreço; c) considerar quite com os cofres do Distrito Federal, neste caso o servidor **Pedro Norberto Filho**; d) receber a defesa apresentada por **José Ernando Gomes de Sousa** ,dando-lhe o devido provimento; e) autorizar a devolução do apenso à origem e determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 1844/89 - Tomada de contas especial instaurada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília em razão de quebra sobre vendas, verificada em Inventário de Mercadorias realizado no MM-12.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do Of.GP 348/94-PRESI, de 21/9/94, da SAB, e dos documentos que o acompanham (fls. 97/99); b) considerar parcialmente atendida a diligência transmitida por meio do referido expediente; c) reiterar à SAB a determinação constante do item "a", *in fine*, da Decisão nº 4250/94 (fl. 95), para realizar nova Tomada de Contas Especial, com o mesmo objeto da anterior, cujos autos estão desaparecidos, assinando-lhe o prazo de 60 dias; d) determinar o retorno dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para as providências de sua alçada.

PROCESSO No. 2935/90 - Aposentadoria do servidor PEDRO CAMILO DE SOUSA-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 1688/91 - Pedido de reexame da aposentadoria do servidor PEDRO MILHOME DE CASTRO-SSP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do pedido em apreço e decidiu manter a determinação de realização de diligência junto à Secretaria de Segurança Pública para adoção das providências arroladas às fls. 39/41, à exceção da de nº 4, pois, como informado pela instrução, o interessado não é beneficiário da LC nº 51/85.

PROCESSO No. 1690/91 - Aposentadoria do servidor LEOMAR DE VASCONCELOS COSTA-SSP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) considerar ilegal a concessão de aposentadoria em apreço; b) baixar os autos à Secretaria de Segurança Pública para que, em 30 dias, adote as providências cabíveis.

PROCESSO No. 4171/92 (apenso o de nº 040.003846/92 e anexo 01 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesas da então Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) assinar o prazo de 30 dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal preste os esclarecimentos necessários, relativamente às divergências apontadas pela instrução nos itens 5.4 e 5.5 de fls. 97 e 98; b) autorizar o envio à SEFP de cópia de inteiro teor da Informação nº 337/95-3ª DT/1ª ICE.

PROCESSO No. 5691/92 - Contrato nº 2956/93 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma STD - Sistemas Técnicos Digitais S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fls. 67 a 73, considerando cumprida a diligência determinada na Decisão nº 7685/94, bem como autorizar o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 5729/92 - Contrato nº 041/92 e outro, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e a empresa NOVADATA - Sistemas de Computadores S.A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado de Inspeção realizada pela 2ª ICE; b) considerar regular a execução dos contratos nºs 92/041 e 93/042, no que tange aos pagamentos efetuados pelo BRB; c) autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1024/93 - Aposentadoria do servidor JOÃO CARLOS RIBEIRO DE PAULA PINTO-DER.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Púlbico, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1998/93 - Contrato nº 93/001 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e a firm GETEL - Empresa Goiana de Eletricidade e Telecomunicações Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) considerar insubsistentes as alegações do BRB para justificar a fixação da vigência do contrato em apreço em desacordo com a legislação vigente; 2) determinar ao Banco de Brasília S/A que observe, em seus exatos termos, a legislação que disciplina as licitações e os contratos, tendo em vista que a entidade recorrente integra a Administração Pública e, assim, sujeita-se às regras insculpidas na Lei nº 8.666/93.

PROCESSO No. 2047/93 (apenso o de nº 082.006201/92) - Convênio nº 056/92 firmado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e as Secretarias de Cultura, Esporte e Comunicação Social e do Meio Ambiente.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 65 a 70; b) considerar atendida a diligência determinada pelos Ofs. nºs 1775 e 1689/94, relevando os atrasos apontados; c) autorizar a remessa do Proc. nº 082.006.201/92 à origem; d) devolver os autos à 2ª ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 4446/93 - Convênio nº 003/93 firmado entre a Fundação Cultural do Distrito Federal e a Fundação Athos Bulcão.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento de inspeção especial realizada pela 1ªDT/2ª ICE; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO No. 4484/93 - Contrato nº 048/93 e outros, celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma ELEVADORES SUR S/A - Indústria e Comércio.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos documentos de fls. 109 a 148, considerando parcialmente cumprida a diligência determinada na Decisão nº 31/95; 2) assinar à FEDF o prazo final de 20 dias para que sejam prestados, de forma objetiva, os esclarecimentos requeridos na letra "b" do item 2 da Decisão nº 31/95.

PROCESSO No. 5557/93 - Contrato nº 67/93 celebrado entre a Companhia Imobiliária de Brasília e a UNYSYS ELETRÔNICA LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos documentos de fls. 19 a 27 e considerar cumprida a diligência determinada na Decisão nº 5331/93, autorizando o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 7618/93 (apensos os de nºs 142.000684/94 e 4377/94) - Representação nº 22/93-CF, da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, do Ministério Público junto a esta Corte, acerca de irregularidades relativas à acumulação de cargo por parte de servidor contratado mediante convênio e nomeado para cargo em comissão, envolvendo a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e as Administrações Regionais de Planaltina e Samambaia, e à não prestação de serviços pelo servidor onde deveria exercer o cargo de confiança.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento da Tomada de Contas Especial de que tratam os autos e considerar correta a sua interrupção, à vista do ressarcimento levado a efeito pelo beneficiário do recebimento indevido; 2) considerar cumprida a diligência transmitida à Secretaria de Governo por meio do OF. GP. nº 114/95, relevando a falha consistente na prorrogação de prazo para conclusão da Tomada de Contas Especial sem a apreciação da Corte; 3) autorizar a devolução do Processo nº 142.000.684/94, em apenso, à origem; 4) determinar o retorno dos autos à 1ª Inspetoria de Controle Externo para apresentar o resultado da auditoria a que se reporta o item C da Decisão nº 2577/94, fl. 44, no tocante ao exercício de cargo em comissão por servidores admitidos mediante convênio.

PROCESSO No. 2000/94, contendo a NE nº 30.317/94 e outras, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho constantes de fls. 130 a 143 do processo, relevando o atraso no encaminhamento à Corte; b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem; c) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2227/94 - Contrato nº 94/031 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e a firma PRICE Waterhouse Auditores Independentes.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do OF.PRESI nº 95/052; b) relevar a falha referente ao estabelecimento incorreto do prazo de duração do contrato, pela aplicação do art. 121 da Lei nº 8.666/93; c) informar ao Banco de Brasília sobre a impossibilidade de prorrogação do prazo de vigência contratual, em face da nova redação do art. 57 da mesma lei.

PROCESSO No. 6206/94 (apenso o de nº 140.000263/94) - Tomada de contas do agente de material e patrimônio da Administração Regional do Paranoá, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos o Demonstrativo Sintético de Materiais, nos termos do artigo 142 do RI/TCDF.

PROCESSO No. 6857/94 - NE nº 081/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho constantes de fls. 02/03, 05 e de 07 a 11 do processo; b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem; c) determinar o retorno dos autos à 1ª ICE.

PROCESSO No. 0266/95 (apenso o de nº 030.007122/94) - Tomada de contas do agente de material do Almoxarifado Central da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) assinar o prazo de 10 dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento apresente os esclarecimentos necessários relativos aos itens "a" e "b" da Informação de fl. 5, bem como, encaminhe o demonstrativo da movimentação completa de material para que o Tribunal possa compatibilizar os valores contábeis com os apresentados pela jurisdicionada; b) autorizar à devolução à SEFP do processo apenso, encaminhando, na oportunidade, cópia de inteiro teor da Informação nº 270/95-3ª DT/1ª ICE (fls. 3/6).

PROCESSO No. 0563/95 - Ata de Assembléia Geral dos Acionistas da Companhia de Água e Esgotos de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do relator, tomou conhecimento da ata em apreço e autorizou o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 1721/95 - NE nº 038/95 e outras, desta Corte de Contas.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das Notas de Empenho constantes de fls. 02 a 29 do processo; b) considerar correta a classificação das despesas a que se referem; c) determinar o arquivamento dos autos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 2834/90 - Pensão civil concedida à Senhora NOEMIA FERNANDES DE MEDEIROS-SSP;

PROCESSO No. 3611/91 - Aposentadoria da servidora NIZETE VIEIRA DE ARAÚJO THOMAZ-SEA;

PROCESSO No. 4108/91 - Aposentadoria do servidor CARLOS JOSÉ PEREIRA-SEA;

PROCESSO No. 7233/91 - Aposentadoria da servidora ANILA EVA PEREIRA DE SOUZA-SSP;

PROCESSO No. 5896/92 - Aposentadoria e revisão dos proventos do servidor MANOEL PEREIRA DE SOUZA-SEA;

PROCESSO No. 1340/93 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO DAS CHAGAS DALTRO-SEA;

PROCESSO No. 2068/93 - Aposentadoria do servidor DÉCIO DE OLIVEIRA PINTO-SEA;

PROCESSO No. 4488/93 - Aposentadoria da servidora ODILA MACÊDO FALCÃO-FEDF;

PROCESSO No. 4452/94 - Aposentadoria do servidor JOSÉ FERREIRA DE SOUZA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 7290/91 - Aposentadoria do servidor EIGI ARAKAWA-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1362/92 - Aposentadoria da servidora REGINA LÚCIA TEIXEIRA DOS SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 3035/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DOS ANJOS SOUSA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar as providências indicadas nos referidos votos.

PROCESSO No. 2732/93 (apenso o de nº 138.000319/93) - Tomada de contas do agente de material da Administração Regional de Ceilândia, relativa ao exercício de 1992.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, julgou regulares as contas em apreço, determinando a expedição da respectiva provisão de quitação em favor da servidora nominada à fl. 03.

PROCESSO No. 2103/94 - Aposentadoria do servidor GREY BELLES-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu enviar o processo ao Ministério Público, solicitando parecer.

PROCESSO No. 4371/94 - Convênios nºs. 046 e 082/93 celebrados entre o Ministério da Educação e do Desporto, com a interveniência do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, e a Secretaria de Educação do Distrito Federal. Aos autos juntaram-se as NEs nºs. 30296 e 30300/94, relacionadas ao Convênio nº 082/93.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento das notas de empenho em apreço, considerou correta a classificação das despesas a que se referem e determinou a devolução dos autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 5630/94 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 16/94 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma PROJEL LTDA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado aditivo, assim como do OI nº 580/95-SE e autorizou o retorno dos autos à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 6457/94, contendo a NE nº 30336/94 e outra, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6460/94, contendo a NE nº 30246/94 e outra, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6533/94, contendo a NE nº 060/94 e outras, da Administração Regional do Lago Norte;

PROCESSO No. 6535/94, contendo a NE nº 065/94 e outras, da Administração Regional do Lago Norte.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomando conhecimento das notas de empenho em apreço, considerou correta a classificação das despesas a que se referem e determinou a devolução dos autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6458/94, contendo a NE nº 30219/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6459/94, contendo a NE nº 30248/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6473/94, contendo a NE nº 30244/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6531/94, contendo a NE nº 057/94 e outras, da Administração Regional do Lago Norte.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, ao tomar conhecimento das NEs em apreço, relevou as falhas apontadas pela instrução e considerou correta a classificação das despesas a elas relacionadas, devolvendo os autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 4998/84 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JOSÉ EDUARDO PEREIRA-SEA;

PROCESSO No. 1716/89 - Aposentadoria da servidora NEUZA MARIA DA COSTA PEREIRA-SEA;

PROCESSO No. 0803/90 - Aposentadoria do servidor SEBASTIÃO FERNANDES CAMILO-SEA;

PROCESSO No. 1460/90 - Aposentadoria do servidor CAETANO VIEIRA DE REZENDE-SEA;

PROCESSO No. 1746/90 - Aposentadoria do servidor SÉRGIO PAULO GONÇALVES DIAS-SEA;

PROCESSO No. 2145/90 - Aposentadoria do servidor ANTÔNIO DE ARAÚJO-SSP;

PROCESSO No. 2638/90 - Aposentadoria do servidor JOSÉ AMÂNCIO FILHO-SEA;

PROCESSO No. 2711/90 - Aposentadoria da servidora MARIA DOS REIS E SILVA-SEA;

PROCESSO No. 4275/90 - Aposentadoria da servidora ZÉLIA MARQUES DA SILVA PINHO-SEA;

PROCESSO No. 0363/93 - Aposentadoria do servidor VALDERIS NUNES-FEDF;

PROCESSO No. 0644/93 - Aposentadoria da servidora MARIA DAS GRAÇAS ALVIM GOMES-FEDF;

PROCESSO No. 0673/93 - Aposentadoria da servidora FRANCISCA NEUMANN HIPÓLITO GONÇALVES DANTAS-FEDF;

PROCESSO No. 3602/93 - Aposentadoria da servidora DORA BERNARDI RISDEN-SEA;

PROCESSO No. 7980/93 - Aposentadoria da servidora CLÉLIA RACHEL MECENAS MACHADO-FEDF;

PROCESSO No. 2987/94 - Aposentadoria do servidor ARMANDO DUVAL MARRA-FHDF;

PROCESSO No. 3278/94 - Aposentadoria da servidora FRANCISCA IVA DE LIMA MENDES-FHDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 1613/94 - Aposentadoria da servidora HELENA SILVA NASCIMENTO-FEDF;

PROCESSO No. 1926/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DO SOCORRO SOUZA GUIMARÃES-FEDF;

PROCESSO No. 3920/94 - Aposentadoria da servidora MARIA IRENE DO NASCIMENTO WANDERLEY-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta, em parte, os pareceres do Ministério Público, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 0253/86 (apenso o de nº 092.000415/86), contendo o Ofício nº 756/95-SE, mediante o qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para atendimento da diligência expressa na Decisão nº 2645/95.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 104, relevou a falha apontada pela instrução e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 0850/90 (anexo Vol. I e apenso Proc. 121.024180/90-CODEPLAN, em 04 volumes) - Tomada de contas especial instaurada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidade decorrente de irregularidades na execução de contrato firmado com a UNIMED-BRASÍLIA - Cooperativa de Trabalho Médico. Aos autos juntou-se expediente da UNIMED, por meio do qual solicita vistas do processo em apreço.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 354, decidiu autorizar o exame destes autos, na 2a. Inspetoria de Controle Externo, no horário normal de expediente, pela UNIMED-BRASÍLIA - Cooperativa de Trabalho Médico.

PROCESSO No. 0932/90 - Aposentadoria da servidora VERA LÚCIA NUNES-SEA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 1657/93 - Aposentadoria do servidor JOÃO JANUÁRIO DE RESENDE-FEDF.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar a providência indicada na referida proposta.

PROCESSO No. 7692/93 (apenso o de nº 061.027441/93) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu: a) relevar os atrasos apontados; b) recomendar à FHDF que, de futuro, em casos que tais, observe os prazos estabelecidos nos arts. 152, parágrafo único, e 158 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF); c) ordenar, nos termos dos arts. 13, II, da Lei Complementar nº 01/94 e 172 do Regimento Interno, a citação do servidor nominado à f. 41 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa quanto à responsabilidade que lhe é atribuída nos autos ou, se preferir, recolher desde logo o valor atualizado do débito apurado, acrescido dos juros de mora devidos.

PROCESSO No. 3070/94 (apenso o de nº 101.000657/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento da TCE em apreço, decidiu: a) relevar o atraso apontado; b) determinar a devolução do apenso à FSS/DF, para que aquela entidade, no prazo de 60 (sessenta) dias, aprofunde as apurações, objetivando apurar as responsabilidades pelos bens faltantes, tendo em vista que há evidências nos autos de que o ineficiente controle de material foi a causa determinante do desaparecimento dos bens em apreço.

PROCESSO No. 1349/95, contendo o Ofício nº 233/95-PR, pelo qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita nova prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para remessa da tomada de contas especial constante do Processo nº 101.000090/95, cuja instauração fora comunicada à Corte por meio do OI nº 037/95-PR.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1 e 5, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 2335/95, contendo o Ofício nº 349/95-GAB/SES, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para remessa da tomada de contas especial de que trata o Processo nº 061.033179/95, cuja instauração fora comunicada à Corte por meio do OE nº 168/95-GAB/SES.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 1/4, relevando a falha apontada, considerou prorrogado, na forma solicitada, o prazo para a entrega da tomada de contas especial em causa, observado o disposto no art. 156 do Regimento Interno (Res. nº 38/90-TCDF), combinado com o art. 1º da Resolução nº 068, de 1º.3.94.

PROCESSO No. 2397/94, contendo os Ofícios nº 519 e 756/95-SE, por intermédio dos quais a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 20 (vinte) e 30 (trinta) dias, respectivamente, para atendimento da diligência expressa na Decisão nº 0122/95.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fs. 21/23, relevando a falha apontada, decidiu conceder à FEDF novo prazo de 30 dias, a contar de 26.5.95, para cumprimento da diligência expressa na Decisão nº 0122/95 (Ofício GP nº 023/95).

PROCESSO No. 2528/95 - Ofício nº 020/95, mediante o qual o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para atendimento da diligência consubstanciada no Processo nº 6010/93.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f.1, relevou a falha apontada pela instrução e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO No. 2713/90 - Aposentadoria da servidora HAIDÊ MONSTARDEIRO WERBERICH-SEA;

PROCESSO No. 3681/90 - Aposentadoria da servidora DARCY VIEIRA CAMPOS-SEA;

PROCESSO No. 4192/90 - Aposentadoria da servidora AVENIR ALBINA DE OLIVEIRA MACEDO-SEA;

PROCESSO No. 0782/91 - Aposentadoria do servidor JOVINO ANTONIO ANTUNES-SEA;

PROCESSO No. 1988/92 - Aposentadoria do servidor LUIZ MEDEIROS DE LIMA-SEA;

PROCESSO No. 5757/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES DAS CHAGAS-SEA.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, determinou diligências.

PROCESSO No. 6806/91 (apensos os de nºs 4311/90 e 4398/91) - Relação de tomadas de contas especiais instaurada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal, no 3º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento do resultado de inspeção realizada pelo órgão técnico da Corte e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6808/91 (apensos os de nºs 1960 e 4013/90) - Relação de tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal no 3º trimestre de 1991.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento do resultado de inspeção realizada pelo órgão de apoio técnico da corte e determinou o arquivamento dos autos, considerando corretas as providências adotadas por aquela Fundação quanto aos Processos nºs 101.000810/90 e 101.001422/91.

PROCESSO No. 2148/92 (apenso o de nº 054.000202/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem de sua carga patrimonial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa apresentada pelo servidor CLÁUDIO ARMON DA SILVA CORDEIRO e, no mérito, considerá-la procedente, isentando-o de responsabilidade no presente caso; b) conheçer da defesa do servidor ALMIR DE AZEVEDO DOS SANTOS, julgando-a, no mérito, destituída de fundamento; c) julgar os servidores DÉLCIO FERREIRA PINTO e ALMIR AZEVEDO DOS SANTOS, solidariamente, em débito para com o Distrito Federal; d) nos termos do art. 173 do Regimento Interno/TCDF, autorizar a notificação desses servidores para que recolham aos cofres distritais o valor correspondente ao débito apurado nesta TCE, com os consectários legais.

PROCESSO No. 3099/92 (apensos os de nºs 2184, 2282, 1876, 2283, 2328, 1897/92 e 7306/91) - Relação de tomadas de contas especiais instaurdas pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal no 2º trimestre de 1992.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, tomou conhecimento dos documentos de fls. 55/107 e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 3737/92 (apenso o de nº 054.000330/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados, em decorrência de acidente de trânsito, a veículo de sua carga patrimonial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE em apreço, considerando-a encerrada com esteio no inciso I, do art. 157, do RI/TCDF; II - considerar o Sr. MÁRCIO SOUZA DE MOURA, neste caso, quite com o Tesouro do Distrito Federal, autorizando, via de conseqüência a baixa em sua responsabilidade (Certificado de Auditoria nº 112/92-DpA/SEFP); III - noticiar à Secretaria de Fazenda e Planejamento sobre a presente decisão; IV - autorizar o arquivamento dos autos em apreço.

PROCESSO No. 0682/93 - Aposentadoria da servidora LÁZARA DE CASTRO PEREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 0686/93 - Aposentadoria da servidora MARIA DE LOURDES FONTENELE MELO-FEDF;

PROCESSO No. 1380/93 - Aposentadoria da servidora CÉLIA DOS SANTOS FERREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 1607/93 - Aposentadoria da servidora NEUSA DE JESUS DA SILVA GERALDIN-FEDF;

PROCESSO No. 1429/93 - Aposentadoria da servidora ZÉLIA MARTINS DE MORAIS ROCHA-FEDF;

PROCESSO No. 5627/93 - Aposentadoria da servidora ROSALINA GONZAGA DA SILVA-FEDF;

PROCESSO No. 5630/93 - Aposentadoria da servidora NILZA DA SILVA FERNANDES-FEDF;

PROCESSO No. 2101/94 - Aposentadoria da servidora LAIZ TOCANTINS RIOS-FEDF;

PROCESSO No. 2180/94 - Aposentadoria da servidora CARMEM LÚCIA FONSECA DE LIMA-FEDF;

PROCESSO No. 2595/94 - Aposentadoria da servidora MARIA APARECIDA DA SILVA MACHADO-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 2533/93 (apenso o de nº 2421/90) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo pagamento em duplicidade à empresa PAINEIRA - Construção e Urbanismo Ltda.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 94/103, considerando cumprida a diligência ordenada na Sessão de 08.12.94; b) reiterar a diligência constante da alínea "b", da Decisão nº 2.058/94, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento; c) determinar àquela Fundação que, no prazo de 30 (trinta) dias informe o andamento da competente ação judicial que tiver sido intentada no sentido de obter o ressarcimento.

PROCESSO No. 7906/93 (apenso o de nº 094.001394/92) - Tomada de contas especial instaurada pelo Serviço de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) relevar as falhas relativas aos atrasos na instauração da TCE por parte do SLU e no encaminhamento por parte da SEFP; c) julgar irregulares as contas em apreço, sem imputação de débito; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 1380/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento das contas em apreço e determinou diligência no sentido de que, no prazo de 15 (quinze) dias, a Secretaria de Administração remeta a esta Casa o comprovante do ressarcimento efetuado pelo servidor ALVIMAR DE BARROS, rélativo ao processo nº 030.014.578/93.

PROCESSO No. 1384/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo envolvimento de veículo de sua propriedade em acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Púlbico, decidiu: I - tomar conhecimento das contas em apreço; II - solicitar à Secretaria de Administração do DF que, no prazo de 15 (quinze) dias, remeta à Corte os documentos comprobatórios do ressarcimento efetuado pelo funcionário ALICINO CARDOSO DE MORAIS.

PROCESSO No. 2182/94 - Aposentadoria do servidor ANTONIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA-FEDF;

PROCESSO No. 3613/94 - Aposentadoria do servidor JOSÉ RÔMULO OZÓRIO-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 2274/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo envolvimento de veículo de sua propriedade em acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento das contas em apreço e determinou diligência no sentido de que, no prazo de 15 (quinze) dias, a Secretaria de Administração remeta a esta Corte os comprovantes dos descontos efetuados nos vencimentos do servidor DINALDO DE VASCONCELOS FERREIRA, em ressarcimento ao débito apurado no processo nº 030.001.319/94.

PROCESSO No. 2282/94 (apenso o de nº 053.000547/94) - Tomada de contas especial instaurada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados, em decorrência de acidente de trânsito, a veículo de sua carga patrimonial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) julgar regulares as contas em exame, ordenando a baixa na responsabilidade do Sr. PAULO CARLOS F. DOS SANTOS; c) relevar o atraso apontado; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 2514/94 (apenso o de nº 054.000583/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados, em decorrência de acidente de trânsito, a veículo de sua carga patrimonial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em exame; b) julgá-las irregulares, sem imputação de débito; c) determinar a baixa na responsabilidade inscrita no Certificado de Auditoria nº 99/94-DAGES/SUAUD; d) determinar o arquivamento dos autos e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 3180/94 (apenso o de nº 136.000207/94) - Tomada de contas dos agentes de material da Administração Regional do Núcleo Bandeirante, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I - determinar a Região Administrativa VIII que, no prazo de 20 (vinte) dias: a) esclareça e justifique os fatos apontados nos subitens 7.3 e 7.4, do Relatório de Tomada de Contas nº 141/94-DpA/SEFP (fls. 38/39 do apenso); b) manifeste-se sobre a segurança e demais condições do material estocado naquela Regional, em atenção do registrado na informação de fls. 30 do apenso, emitida pela Subsecretaria de Recursos Físicos da Secretaria de Administração; II - determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que esclareça, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do término do prazo concedido à RA-VII, as divergências verificadas entre os valores de Movimentação de Materiais, do Demonstrativo Sintético de Material e o Balanço do GDF.

PROCESSO No. 3933/94 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Administração do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados, em decorrência de acidente de trânsito, a veículo de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) relevar os atrasos apontados; c) julgar o servidor PERICLES JOSÉ DOS SANTOS quite, neste caso, com o Distrito Federal; d) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 5746/94 (apenso o de nº 054.001167/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE em apreço; II - relevar os atrasos ocorridos no andamento do procedimento apuratório; III - diante da recuperação patrimonial verificada, considerar suprida a instaurada tomada de contas especial; IV - julgar regulares as contas em exame e considerar o Sr. ADONIAS ALVES DA SILVA, neste caso, quite com o Tesouro do Distrito Federal; V - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 5852/94 (apenso o de nº 054.001198/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento da TCE em apreço; II - relevar a falha apontada pela instrução; III - ante a recomposição patrimonial verificada, considerar suprida a instaurada TCE; IV - julgar regulares as contas em apreço, considerando, via de conseqüência, o Sr. LAUREANO CALÇADO DOS SANTOS, neste caso, quite com o Tesouro do Distrito Federal; V - autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6234/94, contendo o Ofício nº 313/95-GAB/SES, mediante o qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 061.030915/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 0178/95, contendo o Ofício nº 492/95-GAB/SEA, pelo qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal, solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão das tomadas de contas especiais constantes dos Processos nºs. 030.012974/94 e 132.002092/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 0192/95, contendo o Ofício nº 491/95-GAB/SEA, pelo qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal, solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 030.011519/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 0502/95 (apenso o de nº 054.000019/95) - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, em decorrência de acidente de trânsito.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em exame; b) julgá-las regulares e considerar o Soldado MARCELINO CAVALCANTI SILVA quite, neste caso, com os cofres do Distrito Federal; c) determinar o arquivamento dos autos.

A seguir, a sessão passou a reservada, na forma do disposto no artigo 48, parágrafo 1º, do Regimento Interno, para que o Tribunal apreciasse processos de natureza sigilosa, constantes da parte II desta ata.

.....

Encerrada a fase de julgamento de processos, a Senhora Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS que, na condição de Coordenador Brasileiro do Programa, também, Secretário-Executivo do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil e de Presidente da Associação dos Tribunais de Contas do Brasil, fez breve exposição sobre

sua participação no Seminário "A Função dos Tribunais de Contas: a Realidade no Brasil e na Alemanha", realizado, no período de 21 a 31 de maio último, na cidade de Berlim - Alemanha, que contou com a apresença da Senhora Presidente do Tribunal de Contas da Alemanha, de Presidentes de Tribunais de Contas Estaduais daquela República, de Conselheiros de inúmeros TCEs do Brasil do Diretor-Executivo da Fundação Alemã Para o Desenvolvimento Internacional e do Cônsul Brasileiro naquele País, salientando que o evento proporcionou a troca de importantes experiências no campo profissional, o que certamente contribuirá para o aperfeiçoamento do funcionamento das Cortes de Contas Estaduais das duas Nações. Na oportunidade o Conselheiro FREDERICO ressaltou as atenções e o fidalgo tratamento recebidos, bem como a maneira elogiosa com que esta Corte foi citada, por diversas vezes, no transcorrer das conferências proferidas.

Continuando, passou a palavra ao Conselheiro RONALDO COSTA COUTO que propôs, com aquiescência dos demais membros do Plenário, o registro em ata de um voto de congratulações ao Procurador JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, membro do Ministério Público junto a esta Corte, pelo lançamento, no dia 19 do mês em curso, da obra "Contratação Direta sem Licitação".

Nada mais havendo a tratar, às 17h e 45min horas, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Conselheiros, Auditores e Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte.

MARLI VINHADELI, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA No. 3088

Aos 22 dias do mês de junho de 1995, às 09 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA e MAURÍLIO SILVA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS e a Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, a Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foram aprovadas as atas das Sessões Ordinária nº 3087 e Administrativa nº 193, ambas de 20.06.95.

A Senhora Presidente deu conhecimento ao Plenário da Representação nº 002/95, do Procurador do Ministério Público junto a esta Corte, JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES, solicitando a realização de inspeção na ASTECA - Associação Terapêutica e Educacional para Crianças Autistas.

A seguir, comunicou que, em observância ao disposto no artigo 98 da Lei Complementar nº 01/94, promoverá, no período de 26 a 30.06.95, no Auditório desta Corte, o **"SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS SOBRE CONTROLE EXTERNO"**, voltado para os representantes dos órgãos e entidades jurisdiconadas, conforme programação a seguir transcrita: **DIA 26.06.95 (2ª FEIRA)** - 08:30 h - Abertura do Seminário pela Presidente, Conselheira MARLI VINHADELI, apresentação dos Inspetores de Controle Externo e do Diretor-Geral de Administração; 08:40 h - PALESTRA: O Controle Externo no Distrito Federal (Dr. JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS - Auditor do TCDF); 09:40 h - Intervalo; 10:00 h - Temas Operacionais vinculados à 1a. Inspetoria de Controle Externo - Exposição e Debates; 12:00 h - Encerramento. **DIA 27.06.95 (3a. FEIRA)** - 08:30 - PALESTRA: Atos Administrativos e o Interesse Público (Dr. SEBASTIÃO BAPTISTA AFONSO - Consultor Jurídico da Presidência do TCDF); 09:40 h - Intervalo; 10:00 h - Temas Operacionais vinculados à 2a. Inspetoria de Controle Externo - Exposição e Debates; 12:00 - Encerramento. **DIA 28.06.95 (QUARTA-FEIRA)** - 08:30 h - PALESTRA - Obras Públicas e Superfaturamento (Engenheiro Dr. JOSÉ BARTOLOMEU ESTRELA - Assessoria da Presidência do TCDF); 09:40 h - Intervalo; 10:00 h - Temas Operacionais vinculados à 3a. Inspetoria de Controle Externo - Exposição e Debates; 12:00 h - Encerramento. **DIA 29.06.95 (QUINTA-FEIRA)** - 08:30 h - palestra: Aposentadorias, Reformas, Pensões e Admissões de Pessoal (Dr. OSVALDO RODRIGUES DE SOUZA - Auditor do TCDF); 09:40 h - Intervalo; 10:00 h - Temas Operacionais vinculados à 4a. Inspetoria de Controle Externo - Exposição e Debates); 12:00 h - Encerramento. **DIA 30.06.95 (SEXTA-FEIRA)** - 08:30 h - PALESTRA: Sistema de Controle Interno do GDF (Dr. JAIR CÂNDIDO DA SILVA - Subsecretário de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal); 09:40 h - Intervalo; 10:00 h - Temas Operacionais vinculados à 5a. Inspetoria de Controle Externo - Exposição e Debates; 11:50 h - Encerramento do Seminário pela Presidente do Tribunal.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO No. 3853/81 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora COLLECTINA ALVES VILLARREAL-SEA;

PROCESSO No. 1883/85 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora WILMA HIPÓLITO DA SILVA-SEA;

PROCESSO No. 0439/90 - Aposentadoria da servidora MYRIAM GESSY FARIA DA CUNHA-SEA;

PROCESSO No. 0588/90 - Aposentadoria do servidor ANTÔNIO BATISTA COSTA-SEA;

PROCESSO No. 1594/90 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO BARROZO FILHO-SEA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO No. 4491/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria da servidora NILZA SANTOS GONÇALVES-SEA;

PROCESSO No. 2175/89 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor VICENTE PAULA COSTA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, considerou legais, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO No. 1614/91 - Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora LÚCIA ZOEHLER-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar, **a posteriori**, a providência indicada no referido voto.

PROCESSO No. 0011/89 - Revisões dos proventos da aposentadoria da servidora ELCY ESTEVES DE FARIA FERREIRA-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta, em parte, o parecer do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos revisórios.

PROCESSO No. 4201/92 - Aposentadoria do servidor DIDÁCIO MOURA SILVA-SSP;

PROCESSO No. 4102/94 - Aposentadoria do servidor VANDERLEI GIRÃO MOTA-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou ilegais os atos concessórios.

PROCESSO No. 2388/93 - Ata da 1133a. Reunião e outras, de órgãos colegiados da Companhia Energética de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do resultado da inspeção realizada na CEB; b) determinar o arquivamento dos autos, sem prejuízo de possíveis averiguações futuras.

PROCESSO No. 4593/92 - Atas de órgãos colegiados da Companhia Energética de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do resultado de auditoria especial realizada pelo órgão de apoio técnico da Corte, devolvendo os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1385/93 - Aposentadoria do servidor GELDINILDES RIBEIRO BRITO-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 5817/93 - Contrato nº 14/93 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e a firma ENCOM - Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do OI nº 669/94-SE e seus anexos; 2) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO No. 6967/93 - (apenso o de nº 054.001081/93) - Tomada de contas do agente de material da Polícia Militar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1992.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: 1) autorizar o sobrestamento das contas em apreço, até a definição das matérias tratadas nos Processos nºs 271/91 e 2516/92 (em anexo, Proc. 3220/90); 2) determinar o retorno dos autos à 1a. ICE, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6999/93 (apenso o de nº 7022/93 e anexo volume I) - Contratos nºs 007/92 e 008/93 firmados entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Sociedade BOOZ - Allen & Hamilton do Brasil Consultores Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento do resultado da diligência contida na Decisão nº 6413/94 e do volume I em apenso, considerando-a satisfatoriamente cumprida; 2) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 3137/94 - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 3063/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma Cury Saneamento e Construções Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do termo aditivo em apreço e determinou o arquivamento do processo, sem prejuízo de possíveis averiguações.

PROCESSO No. 6868/94 - NE nº 051/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das notas de empenho contidas nos autos e considerou correta a classificação das despesas a elas referentes.

PROCESSO No. 6878/94 - NE nº 029/94 e outras, do Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos;

PROCESSO No. 7292/94 - NE nº 499/94 e outras, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos, considerando correta a classificação das despesas a elas referentes; 2) relevar as falhas apontadas; 3) devolver os autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 7020/93 - Termos Aditivos ao Contrato nº 006/92 celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma Araguaia Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) tomar conhecimento: 1) do resultado da diligência determinada via Decisão nº 6948/94, considerando-a satisfatoriamente cumprida; 2) do Terceiro Aditivo ao ajuste, considerando-o regular; II) devolver os autos à 2a. ICE, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 7025/94 - NE nº 30.022/94 e outras, do Departamento de Emprego do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) relevar a falha mencionada na instrução; 2) tomar conhecimento da notas de empenho em apreço, considerando correta a classificação das despesas a que elas se referem; 3) recomendar ao Departamento de Emprego que ao emitir empenhos visando custear despesas com diárias, discrimine o seu valor unitário e o local de destino do servidor.

PROCESSO No. 7111/94 - NE nº 30.056/94 e outras, da Procuradoria-Geral do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das notas de empenho constantes dos autos, relevando a falha apontada, e considerar correta a classificação das despesas a elas referentes; b) reiterar à PRG/DF os termos do OF GP nº 1.351/92.

PROCESSO No. 1359/95 - Atas de órgãos colegiados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das atas em apreço; b) relevar o atraso na entrega das referidas atas a esta Corte; c) recomendar à EMATER que observe rigorosamente o prazo estabelecido no art. 113, II, do Regimento Interno do Tribunal; d) devolver o processo à 2ª ICE, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO

PROCESSO No. 2421/88 - Revisões de proventos da aposentadoria da servidora DELFINA PIAS DE OLIVEIRA-SEA;

PROCESSO No. 3461/90 - Primeiro e Segundo Termos Aditivos ao Contrato nº 009/90 celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma HOT LINE - Construções Elétricas Ltda;

PROCESSO No. 4076/92 - Aposentadoria do servidor LINDÁRIO RIBEIRO DA CONCEIÇÃO-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando pareceres.

PROCESSO No. 5352/90 - Aposentadoria da servidora MARIA ANGELINA DA CONCEIÇÃO SILVA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO No. 4494/90 - Aposentadoria da servidora YUMIKO ROCHA-SEA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do cumprimento da diligência determinada na Sessão Ordinária nº 2956.

PROCESSO No. 4743/90 - Aposentadoria do servidor JOSÉ OVIDIO FILHO-SEA. O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do cumprimento da diligência determinada na Sessão Ordinária nº 2966.

PROCESSO No. 1471/89 (apenso o de nº 2499/87 e anexo volume I) - Originário do Relatório de Auditoria nº 002/89-DpA/SEF, efetuada pela então Secretaria de Finanças do Distrito Federal na fábrica de argamassa da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento dos documentos de fls. 257/259, considerando cumprida a diligência expressa no OF. GP nº 1503/93; II - dar por quitado o débito da empresa LAJESPLAN - Premoldados, Indústria, Comérico e Construções Ltda. junto à NOVACAP; III - determinar o arquivamento do processo, seu apenso e anexo.

PROCESSO No. 3823/90 - Tomada de contas do ordenador de despesas da Polícia Militar do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1989.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu manter o sobrestamento das contas em apreço, até decisão final a ser adotada no Processo nº 2516/92.

PROCESSO No. 1176/91 - Convênio nº 051/89 celebrado entre o Distrito Federal, por meio da então Secretaria de Viação e Obras, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento: 1.1 - dos termos de Aditamentos e notas de empenho relacionados às fls. 574/9; 1.2 - da auditoria realizada pelo órgão de apoio técnico da Corte; 1.3 - das ordens de serviço vistas às fls. 344/6, 350/1, 356/68, 372/9, 383/6, 390/5, 399, 403, 407/9, 414/24, 431/45, 449/57, 462/66 e 565/69; 2 - solicitar à NOVACAP que, no prazo de 30 dias, encaminhe cópia do Termo de Recebimento Definitivo relativo ao Contrato nº 521/90 ou os motivos pela não emissão do referido termo; 3 - determinar à Administração Regional de Ceilândia que, no prazo de 30 dias, encaminhe circunstanciados esclarecimentos acerca da utilização do Posto de Informações e Reclamações, edificado na QNQ - área de expansão, por diversas empresas particulares de transportes urbanos, conforme verificado em auditoria realizada no Convite nº 095/91; 4 - instar a Secretaria de Obras, porquanto responsável pelo crédito orçamentário do Convênio nº 051/89, a apresentar, no prazo de 30 dias: 4.1 - esclarecimentos sobre a utilização, pela NOVACAP, de 198 (cento e noventa e oito) telhas tipo canalete 49 c/7,20m, referente ao Convite 095/91; 4.2 - a prestação de contas do referido convênio, com pronunciamento conclusivo sobre as despesas efetivamente realizadas, assinado pelo titular da Secretaria e executor designado, o qual deverá incluir relatórios sobre o acompanhamento físico-financeiro da execução dos serviços e de seus custos, com demonstrativos analíticos e sintéticos, de conformidade com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do DF c/c os artigos 94 e 95 do Decreto 10.996/88; 5 - determinar à NOVACAP que, uma vez improvidos os recursos apresentados pelos Srs. Elmar Luiz Koleigkan e Arino Oto de Lima, sejam cientificados os recorrentes para recolherem, atualizadamente, os valores das multas aplicadas, conforme decisão da C. Corte.

PROCESSO No. 1995/93 - Contrato nº 2632/92 firmado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e o Sr. Noninato Moreira Campos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento dos ajustes de fls. 12/23; b) considerar irregulares as despesas decorrentes do contrato em apreço, realizadas no período compreendido entre 29/08/93 a 16/09/93, em face da retroatividade verificada, bem como no período de 29/08/94 a 31/12/94, tendo em vista que o aditivo foi assinado quando o ajuste já estava extinto pelo prazo, sem imputação de débito; c) assinar o prazo de 30 dias para que a CAESB indique o responsável pelas irregularidades apontadas nos autos e este apresente as alegações que tiver em sua defesa, para fins de aplicação da multa prevista no art. 57, II, da Lei Orgânica nº 01/94.

PROCESSO No. 2733/93 (apenso o de nº 040.007307/92) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de vales-transporte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - julgar o responsável quite com a fazenda distrital; II - relevar os atrasos verificados; III - recomendar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, em situações similares, observe estritamente o disposto no art. 152 e 158 do Regimento Interno/TCDF; IV - autorizar o arquivamento dos autos em apreço e a devolução do apenso à origem.

PROCESSO No. 5773/93 (apenso o de nº 1702/92 e anexo volume I) - Levantamento realizado pela 2a. Inspetoria de Controle Externo sobre o grau de dependência dos fundos de saúde e serviços de saúde de servidores do Governo do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar às entidades mantenedoras de sistemas de saúde, listadas na instrução de fls. 285/295, que, no prazo de 60 (sessenta) dias: a)

informem a data em que foram suspensos os repasses a que se refere a Decisão TCDF nº 3440/94, bem como indiquem as providências adotadas quanto a denúncia de cláusula contida em Acordos Coletivos de Trabalho prevendo tal benefício; b) esclareçam se os valores repassados aos sistemas de saúde em desacordo com o disposto na Lei Orgânica (Art. 206, parágrafo 3º), já foram ressarcidos aos cofres públicos, conforme determinação contida na decisão anteriormente mencionada, demonstrando, inclusive, valores repassados (custeados pela empresa) e o efetivamente ressarcido. Caso o ressarcimento não tenha sido levado a efeito, que se apresente as alegações para o fato.

PROCESSO No. 1913/94 - NEs nºs 039, 114, 246 e 698/94, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do O.I. nº 114/94 - SSP/DAG e dos documentos que o acompanham, para considerar atendida a diligência interposto à SSP pelo OF GP nº 1733/94; b) em consequência, considerar correta a classificação das despesas decorrentes das notas de empenho em apreço, à vista dos dados nelas constantes; c) recomendar à SSP que adote procedimentos formais de controle para compatibilizar a data de término dos contratos com os prazos de conclusão das licitações, prevendo, inclusive, a possibilidade de recursos por parte dos concorrentes, de forma a evitar descontinuidade na prestação dos serviços ou contratações emergenciais.

PROCESSO No. 2123/94 - NE nº 019/94 e outras, da Administração Regional de Santa Maria.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento: I) do O.I. nº 259/94 e documentos de fls. 22/26, dando por cumprida a diligência ordenada; II) das notas de empenho às fls. 27/55, considerando correta a classificação das despesas por elas representadas, à vista dos dados delas constantes.

PROCESSO No. 3028/94 (apenso o de nº 2316/94) - Tomada de contas especial instaurada pela então Sociedade de Habitações de Interesse Social, em atendimento a determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do O.I. nº 262/95-GAB/SDSAC; b) dar conhecimento ao Sr. Secretário de Estado que por imperativo legal, parágrafo único do Art. 153 do RI/TCDF, e até operacional, deverá a tomada de contas anteriormente instaurada ser levada adiante, ainda que a SDSAC venha a incluir (ou substituir) na comissão os técnicos necessários à continuidade do trabalho, observando, todavia, o teor do Art. 153, caput, do documento legal acima referido; c) fixar o prazo de 60 dias para a conclusão da TCE e encaminhamento aos órgãos de controle interno, comunicando-se o fato ao Tribunal.

PROCESSO No. 3348/94 - Primeiro, Segundo e Terceiro Termos Aditivos ao Contrato nº 3066/94 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a empresa AVS - Construtora e Comércio Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1 - tomar conhecimento dos aditivos em apreço; 2 - autorizar a realização de inspeção para averiguar os motivos da grande dilação do prazo de execução do contrato acima mencionado.

PROCESSO No. 4185/94 (apenso o de nº 1558/93, em dois volumes, e anexo volume I) - Contrato nº 548/94 celebrado entre a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a empresa Construtora Burity Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento: a.1) dos documentos acostados às fls. 12 usque 219; a.2) da 1ª etapa de fiscalização e controle do contrato em apreço; b) reiterar à NOVACAP, especialmente com vista a sua nova direção, a determinação de que faça consignar nos ajustes que vier a celebrar as cláusulas obrigatórias constantes do artigo 55 da Lei nº 8.666/93; c) recomendar àquela Companhia que, doravante, preencha todos os campos das Notas de Empenho, em obediência às normas relativas a empenho de despesa; d) alertar àquela Jurisdiconada para a falha detectada no Edital, Capítulo VII (fl. 74/75), que trata do reajustamento, onde ficaram estabelecidas as duas situações contraditórias, ou seja, prevendo reajustamento, e considerando os preços irreajustáveis. Decidiu, ainda, por que seja cumprida a decisão anterior para a desapensação do processo nº 1557/93, produzindo-se nele a instrução cabível.

PROCESSO No. 5408/94 - NE nº 30219/94 e outra, do Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das notas de empenho constantes dos autos e considerou correta a classificação das respectivas despesas.

PROCESSO No. 6068/94, contendo representações da 4a. Inspetoria de Controle Externo, encaminhando Mapas de Produção relativos à 18a. a 30a. semanas do programa "Esforço Concentrado", que visa ao saneamento do estoque de processos existentes naquela Unidade Orgânica, bem como solicitando prorrogação de prazo, por mais 18 (dezoito) dias, para a conclusão dos trabalhos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das Representações acostadas às fls. 106/109 e 110-A/134; II - conceder a prorrogação requerida; III - devolver os autos à 4ª ICE, para os fins cabíveis.

PROCESSO No. 0478/95 - Balancete da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal, relativo ao 4º trimestre de 1994.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do balancete em apreço; II - recomendar à FAP/DF que regularize, se ainda não o fez, a diferença de R$ 0,14 (catorze centavos) entre o saldo do Demonstrativo Financeiro (dez/94), elemento de despesa 459.052 e a conta "Equipamentos e Materiais P" do balancete de dez/94 (conta nº 1.1.3.1.1.02.00); III - determinar o arquivamento dos autos.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JORGE CAETANO

PROCESSO No. 4020/90 - Aposentadoria da servidora SECIA DA GLORIA RODRIGUES-SSP;

PROCESSO No. 5856/92 - Aposentadoria da servidora LILIAN DARCY GEVAERD DE AGUIAR-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 3091/91 - Concurso Público para o cargo de Assistente Básico em Serviços Sociais, do Quadro de Pessoal da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, aberto pelo Edital nº 159/91.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento do O.E. nº 487/95-GAB/SEA-DF, e dos documentos que o acompanham (fls. 251/256), considerando insubsistentes os esclarecimentos prestados pela SEA; II - considerar ilegais: a) os editais de convocação - Editais nºs 119 e 124/94-IDR -, publicados após expirado o prazo de validade do concurso; b) os atos de nomeação efetivados em decorrência dos Editais nºs 159, 166 e 198/94-IDR que tornaram públicos os resultados finais obtidos após os cursos de formação relativos aos Editais citados na letra anterior; III - alertar a Secretaria de Administração para o fato de que a nulidade das nomeações acaso efetivadas, fruto dos editais extemporâneos, não implica a devolução das quantias recebidas de boa-fé, representativas de pagamento por serviços prestados; IV - determinar àquela Secretaria que: a) no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal o(s) nome(s) do(s) responsável(is) pela realização dos cursos de formação fora do prazo de validade do concurso público objeto do Edital nº 159/91-IDR, juntamente com a(s) alegação(ões) que tiver(em) em sua(s) defesa(s); b) providencie, com a urgência que o caso requer, a revisão das atuais normas relativas a concursos públicos, com vistas à eliminação das irregularidades apuradas nos autos; V - determinar o retorno do processo à 4ª ICE, para acompanhamento. Decidiu, ainda, acolhendo proposta da Presidência, mandar publicar, em anexo à presente ata, o referido voto.

PROCESSO No. 3371/91 - Resultado de Inspeção Especial realizada na Fundação Cultural do Distrito Federal, com a finalidade de verificar as providências adotadas pela Entidade com relação à dívida pendente da BNTM - ASSESSORIA E MARKETING LTDA, por descumprimento do Contrato nº 005/90.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do resultado da citada inspeção; b) determinar à Fundação Cultural do Distrito Federal que agilize a ação de cobrança relativa ao débito apurado no Processo nº 081.004.484/90, contra a firma BNTM - ASSESSORIA E MARKETING LTDA, conforme Parecer da Procuradoria Geral do DF, dando ciência a esta Corte das providências adotadas; c) autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE, para acompanhamento.

PROCESSO No. 3817/91 - Aposentadoria da servidora INEZ DOS SANTOS FARIA-FEDF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 1276/92 - Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Adesão s/nº celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília e a firma EMBRASSEL - Empresa Brasileira de Assistência Empresarial Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado aditivo e autorizou o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 4875/92 - Aposentadoria da servidora JOSEFINA TONHÁ MOREIRA-FEDF;

PROCESSO No. 5549/92 - Aposentadoria da servidora MARIA NATIVIDADE OLIVEIRA PAIVA-FEDF;

PROCESSO No. 5664/92 - Aposentadoria da servidora ADMA MACHADO MECHICA MIGUEL-FEDF;

PROCESSO No. 5673/92 - Aposentadoria da servidora MARIA JOSÉ PEREIRA DE MAGALHÃES-FEDF;

PROCESSO No. 5676/92 - Aposentadoria da servidora MARIA CÉLIA DE AZEVEDO MENDES-FEDF;

PROCESSO No. 5857/92 - Aposentadoria da servidora HELOISA HELENA VALADÃO QUEIROZ-FEDF;

PROCESSO No. 6116/92 - Aposentadoria da servidora MARIA AMÁLIA FERREIRA NOGUEIRA-FEDF;

PROCESSO No. 6118/92 - Aposentadoria da servidora FRANCISCA MARQUES DE SOUSA-FEDF;

PROCESSO No. 6122/92 - Aposentadoria da servidora ANAÍDES ROCHA CARNEIRO-FEDF;

PROCESSO No. 6124/92 - Aposentadoria da servidora ZEZILZA DA COSTA-FEDF;

PROCESSO No. 6126/92 - Aposentadoria da servidora IOLANDA DE OLIVEIRA JACOBS-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar, posteriormente, as providências indicadas nos referidos votos.

PROCESSO No. 0633/93 - Tomada de contas anual do Ordenador de Despesa da Administração Regional de Ceilândia, relativa ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - solicitar à Secretaria de Fazenda e Planejamento, num prazo de 30 (trinta) dias, esclarecimentos quanto à pendência de Suprimento de Fundos de exercícios anteriores, constante do Balancete, fl. 63, e do Relatório de Tomada de Contas, fl. 74; II - solicitar à RA IX - Ceilândia que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) apresente justificativa quanto à utilização dos créditos de Divulgação, Publicidade, Propaganda e Promoções, com inobservância do disposto no artigo 41 do Decreto nº 12.766/90; b) encaminhe a esta Corte a TCE instaurada sobre inventário patrimonial de bens móveis (Processo nº 138.000.476/93); III - sobrestar o julgamento das contas ora examinadas, até a decisão dos Processos nºs 1763/90, 6729/91 e 6721/91.

PROCESSO No. 1993/93 - Contrato nº 2982/93 com seus 1º e 2º Termos Aditivos, celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma ELESERVICE DO BRASIL - Componentes Eletrônicos Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do citado contrato e seus aditivos, autorizou o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 1662/94 - NE nº 131/93 e outras, da Administração Regional de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do O.I. nº 326/94-GAB/RAI-I, de 29/07/94, e dos documentos que o acompanham, fls. 24/190; b) considerar cumprida a dilgência determinada através do OF GP nº 782/94; c) determinar a devolução dos autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2046/94 - NEs nºs. 041 e 131/94, do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1. tomar conhecimento do O.E. nº 091/95-CBMDF e dos documentos que o acompanham, fls. 71/102; 2. considerar satisfatório o cumprimento da diligência determinada através do OF GP nº 55/95; 3. relevar, em caráter excepcional, a falha apresentada quanto à não aprovação dos projetos referentes às obras oriundas dos Convites nºs 002/94 e 006/94; 4. recomendar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que observe, com rigor, as normas relativas a licitações, a fim de que não venham a ocorrer, em futuras contratações, as falhas detectadas nos autos; 5. determinar, ainda, àquela Corporação que, no prazo de 30 (trinta) dias: a) informe a este Tribunal sobre as providências adotadas junto à TERRACAP, visando à regularização do terreno onde se localiza a Academia do CBMDF; b) providencie a lavratura dos Termos de Recebimento Definitivo referentes às obras licitadas através dos Convites nºs 002/94 e 006/94, na forma do disposto no artigo 73, Inciso I, alíneas a e b da Lei nº 8.666/93, encaminhando a esta Corte cópias dos mesmos; c) considerando o disposto no artigo 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94: c.1) aponte o(s) responsável(is) pelo pagamento antecipado dos serviços referentes aos Convites retromencionados, em desacordo com o artigo 58, inciso II, parágrafo 1º, do Decreto nº 15.400/93, devendo o(s) mesmo(s), no prazo estipulado neste item, apresentar(em) suas alegações de defesa; c.2) cite o Coronel JOSÉ DA SILVA BOTELHO, Diretor de Apoio Logístico do CBMDF, à época da realização dos multicitados Convites nºs 002/94 e 006/94, em desacordo com o disposto no artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/93, para que apresente suas razões de defesa; 6. autorizar a devolução dos autos à 1ª ICE, para as providências pertinentes.

PROCESSO No. 2203/94 (anexo volume I) - Relatório de Auditoria nº 017/94 levada a efeito pela 2a. Inspetoria de Controle Externo na Administração Regional de Samambaia, abrangendo o exercício de 1993 e o período de janeiro a junho de 1994.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, autorizou a realização de inspeção na RA XII - Samambaia.

PROCESSO No. 2511/94 (apenso o de nº 062.000040/94) - Tomada de contas anual do agente de material e patrimônio do Instituto de Saúde do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu autorizar a remessa dos autos à Secretaria de Fazenda e Planejamento para que, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhe a esta Corte esclarecimentos sobre a divergência apontada pela instrução, fls. 04/05, juntando, inclusive, os documentos comprobatórios.

PROCESSO No. 6760/94 - Contrato nº 022/94 celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a firma PNEUMINAS S/A - Indústria e Comércio.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado ajuste, autorizando o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 2847/95 - Ofício nº 138/95-PRESI, mediante o qual a Centrais de Abastecimento do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, a contar de 08.06.95, para remessa à Corte do Balancete daquela empresa, relativo ao 1º trimestre do ano em curso.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do referido expediente e considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada, relevando a falha apontada pela instrução; b) autorizar o retorno dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os fins pertinentes.

PROCESSO No. 2856/95 - Ofício nº 123/95-MC, do Coordenador Especial do Metrô-DF, solicitando vista do Processo nº 6494/93, no sentido de obter cópia das peças que se fizerem necessárias à Comissão constituída naquela Coordenadoria pela I.S. nº 074/94-MC.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do expediente de fl. 02; II - autorizar vista do Processo nº 6494/93, na 3ª ICE deste Tribunal, bem como a retirada de cópia das peças que se fizerem necessárias aos trabalhos da Comissão Especial instaurada pela I.S. nº 074/94-MC; III - determinar o retorno dos autos à 3ª ICE para a apensação ao Processo nº 6494/93.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSé MILTON FERREIRA

PROCESSO No. 1645/89 (apensos os de nºs 4272/93 e 030.012187/88) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Cultural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos e atos detectados no Relatório de Auditoria nº 09/88-DpA/SEF;

PROCESSO No. 5607/92 - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1991.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu encaminhar os autos ao Ministério Público, solicitando pareceres.

PROCESSO No. 4886/90 - Aposentadoria da servidora DILVANIRA GOMES XAVIER-SEA;

PROCESSO No. 0338/91 - Aposentadoria do servidor FLEURY AGUIAR-SEA;

PROCESSO No. 1749/95 - Aposentadoria do servidor JORGE LUIZ PAPADóPOLIS BOTTEGA-FSS.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 7406/91 - Termos Aditivos nºs 65/93 e 48/94 ao Contrato nº 35/92, celebrado entre a então Sociedade de Habitações de Interesse Social e a firma Delta Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar ao Iinstituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, entidade sucessora da SHIS, que, em 30 (trinta) dias, apresente circunstanciados esclarecimentos sobre a prorrogação do prazo de vigência do contrato em apreço, realizada em desacordo com o estabelecido no art. 75 do Decreto nº 10.996/88, indicando o responsável que poderá, de logo, expor suas razões.

PROCESSO No. 5225/92 (anexo 01 volume) - Tomada de contas anual dos ordenadores de despesa da Administração Regional de Planaltina, relativa ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conheçer o O.I. nº 52/94-GAB/RA-VI e anexos; b) determinar o sobrestamento da apreciação da matéria até a decisão final a ser proferida nos processos nºs 3204/87, 6732/91 e 4845/93.

PROCESSO No. 2094/93 (apensos os de nºs 1225, 0936 e 1213/93) - Relação trimestral de tomadas de contas especiais instauradas pela Fundação do Serviço Social do Distrito Federal no 1º trimestre de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) conheçer do resultado da inspeção realizada pelo órgão de apoio técnico da Corte; b) recomendar à FSS/DF a agilizar o processo nº 101.003.553/92, enviando à Corte os resultados e, em caso de ressarcimento dos prejuízos, os respectivos comprovantes.

PROCESSO No. 5342/93 (anexo volume I) - Contrato nº 93/036 celebrado entre o Banco de Brasília S/A e a Construtora Bela Vista Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: 1) tomar conhecimento dos documentos acostados às fls. 298 a 315 dos autos e do

resultado da auditoria realizada pelo órgão de apoio técnico; 2) determinar ao BRB que indique os responsáveis pelas seguintes impropriedades, estabelecendo-se-lhes, de logo, o prazo de 30 (trinta) dias para a apresentação de defesa: a) prosseguimento das obras sem cobertura contratual; b) liberação da garantia contratual antes da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, contrariando o estabelecido na cláusula décima-sexta do contrato (fl. 9); 3) solicitar ao BRB que, em 30 (trinta) dias: a) apresente à Corte a Carta de Habite-se e o Termo de Recebimento Definitivo da Obra; b) informe sobre os procedimentos adotados quanto ao pagamento de serviços extras reclamados pela contratada.

PROCESSO No. 6133/93 - NE nº 164/93 e outras, da Secretaria de Administração do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar à SEA o inteiro teor da Decisão Plenária nº 7474/94, expressa no OF GP nº 1830/94, assinando prazo final de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO No. 8089/93 - NE nº 308/93 e outras, da Administração Regional do Cruzeiro.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu reiterar àquela Regional a determinação constante da Decisão Plenária nº 6063/94, expressa no OF GP nº 1577/94, assinando o prazo final de 15 (quinze) dias para atendimento.

PROCESSO No. 0580/94 (anexo volume I) - Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 36/93 celebrado entre a Fundação Educacional do Distrito Federal e firma CONENGE - Construções e Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos documentos de fls. 246/266, considerando cumprida a diligência determinada na Sessão Ordinária nº 3051, de 7/2/95; b) assinar à Fundação Educacional o prazo de trinta dias para que apresente circunstanciados esclarecimentos acerca da formalização do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 36/93, após expirada a vigência contratual.

PROCESSO No. 2277/94 (apenso o de nº 191.000041/94) - Tomada de contas anual do agente de material do Instituto de Ciência e Tecnologia do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) assinar o prazo de 10 (dez) dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal preste os esclarecimentos relativos às divergências apontadas pela instrução, no item 4.3 de fl. 4; b) autorizar o envio àquela Secretaria do processo apenso, bem como de cópia de inteiro teor da Informação nº 304/95-3a. DT/1a. ICE.

PROCESSO No. 4326/94 (apenso o de nº 030.003911/94) - Tomada de contas anual do agente de material da Secretaria de Transportes do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, preliminarmente, determinar à Secretaria de Fazenda e Planejamento que, no prazo de 15 dias, esclareça as questões levantadas na Informação nº 211/95-1ª ICE, fls. 3/5, cuja cópia lhe sera remetida.

PROCESSO No. 4401/94 (apenso o de nº 030.003913/94) - Tomada de contas anual do Chefe da Seção de Material da Secretaria de Governo do Distrito Federal, referente ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) assinar o prazo de 10 dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal esclareça as divergências apontadas no item 4.3 da instrução, juntando demonstrativo sintético da movimentação de material no exercício, compatível com os resultados da unidade orçamentária e apurados no balanço patrimonial/93; b) autorizar a devolução do processo apenso à SEFP e o envio de cópia de inteiro teor da Informação nº 273/95-3ª DT/1ª ICE.

PROCESSO No. 4728/94 (apenso o de nº 030.005136/94) - Tomada de contas anual do agente de material e patrimônio da Secretaria de Administração do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) assinar o prazo de 10 dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal preste as informações requeridas no item 4.6 da instrução, juntando os elementos indispensáveis à sua comprovação; b) autorizar o envio à SEFP de cópia de inteiro teor da Informação nº 307/95-3ª DT/1ª ICE e do processo apenso.

PROCESSO No. 5349/94 (apenso o de nº 030.005135/94) - Tomada de contas anual do Chefe da Seção de Serviços Gerias da Secretaria de Comunicação Social do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I) assinar o prazo de 10 dias para que a Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal: a) confirme os saldos/movimentação das contas do Agente de Material, tendo em vista o item 4.3 da informação de fl. 6; b) preste esclarecimentos relativamente aos saldos iniciais (zero), das contas de material de consumo e permanente, contidos no Balanço/93, item 4.5 da informação; c) anexe demonstrativo sintético da movimentação de material do exercício de 1993; II) autorizar a devolução do apenso à SEFP, enviando, na oportunidade, cópia de inteiro teor da Informação nº 272/95-3ª DT/1ª ICE.

PROCESSO No. 5351/94 (apenso o de nº 030.006735/94) - Tomada de contas anual dos agentes de material da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1993.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) assinar o prazo de 10 dias para que à Secretaria de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal junte ao processo inventário físico existente no final do período, inventário sintético e a movimentação propriamente dita da então Secretaria de Indústria, Comércio e Desenvolvimento Regional do Distrito Federal, considerando a reestruturação administrativa decorrente das Leis nºs 408/93 e 525/93, além de observar o que consta do item 4.7 da Informação de fl. 05; b) autorizar o envio à SEFP do processo apenso, bem como de cópia de inteiro teor da Informação nº 307/95-3ª DT/1ª ICE (fls. 3/5).

PROCESSO No. 0839/95 - Inspeção realizada na Secretaria de Governo do Distrito Federal com a finalidade de colher informações sobre a resposta à proposta que o Governo do Distrito Federal, na gestão anterior, apresentou à General Motors do Brasil - GM, visando promover a escolha do DF para a instalação de sua nova fábrica no Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do Relatório de Inspeção nº 8/95 e determinou o arquivamento do processo, por falta de objeto.

PROCESSO No. 1692/95 - Representação nº 1/95-CF, da Procuradora do Ministério Público junto a esta Corte, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, sobre a inconstitucionalidade da Lei nº 783/94 e do Decreto nº 16.112/94, relativamente ao aproveitamento de servidores na carreira Apoio às atividades Policiais Civis do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da representação em apreço; b) determinar à Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal que, em trinta dias, em vista da liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1230/4, publicada no Diário da Justiça de 26/5/95, informe se foram feitas as transposições previstas nos arts. 9º, parágrafo único e 10, da Lei nº 783, de 26/10/94.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO MAURÍLIO SILVA

PROCESSO No. 0072/91 - Pensão especial concedida à Senhora LUZ DO CéU BAPTISTA RENNO e outro-SSP.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou diligência, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 2440/91 - Aposentadoria do servidor PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA-SEA;

PROCESSO No. 3543/91 - Pensão especial concedida a RENATA APARECIDA MACEDO OLIVEIRA-SSP;

PROCESSO No. 2245/94 - Aposentadoria da servidora MÁRCIA MARIA ALVES DE SOUZA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 0110/92 - Aposentadoria da servidora ANNA LÚCIA GIFFONI RODRIGUES-FEDF;

PROCESSO No. 0121/92 - Aposentadoria da servidora IDALICE ALVES CARDOSO-FEDF;

PROCESSO No. 1348/92 - Aposentadoria da servidora MARIA MACHADO ROCHA DE MOURA-FEDF;

PROCESSO No. 1635/92 - Aposentadoria da servidora MARIA MARTA DE OLIVEIRA SOUZA-FEDF;

PROCESSO No. 1786/92 - Aposentadoria da servidora MARGARIDA ROSA DE LIMA PINTO-FEDF;

PROCESSO No. 2779/92 - Aposentadoria da servidora INÊS CECÍLIA SILVEIRA CARVALHO-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar as providências indicadas nos respectivos votos.

PROCESSO No. 5148/94 (apenso o de nº 4392/94) - Contrato nº 012/94-PJU/CEB, celebrado entre a Companhia Energética de Brasília e a Associação dos Aposentados e Pensionistas daquela Companhia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos Contratos nºs. 012/94 e 013/94 (processo apenso), relevando a falha apontada pela instrução; b) determinar à Companhia Energética de Brasília que aplique, nesses ajustes, as mesmas providências determinadas por este Tribunal quando do exame do Contrato nº 009/94-PJU/CEB, em razão de neles ter sido detectada impropriedade verificada neste; c) autorizar a devolução dos autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

PROCESSO No. 5396/94 - Termo de Comodato nº 001/94 firmado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal e a Polícia Militar do Distrito

Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do citado ajuste, decidiu: 1 - relevar as falhas apontadas pela instrução; 2 - alertar o Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que a cessão de uso é a forma mais adequada para se processar o traspasse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, não sendo o comodato o instrumento próprio para este fim; 3 - autorizar a devolução dos autos à 2ª ICE.

PROCESSO No. 6454/94, contendo a NE nº 30355/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6455/94, contendo a NE nº 30360/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6456/94, contendo a NE nº 30222/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6462/94, contendo a NE nº 30216/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6464/94, contendo a NE nº 30218/94 e outras, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6526/94, contendo a NE nº 30113/94 e outras, da Administração Regional de Ceilândia;

PROCESSO No. 6529/94, contendo a NE nº 30110/94 e outras, da Administração Regional de Ceilândia;

PROCESSO No. 6566/94, contendo a NE nº 30107/94 e outras, da Administração Regional do Paranoá.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, ao tomar conhecimento das NEs em apreço, considerou correta a classificação das despesas a que se referem, relevando as falhas apontadas pela instrução, e autorizou a devolução dos autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 6465/94, contendo a NE nº 30249/94 e outra, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6466/94, contendo a NE nº 30233/94 e outra, da Administração Regional de Taguatinga;

PROCESSO No. 6539/94, contendo a NE nº 106/94 e outras, da Administração Regional do Lago Sul;

PROCESSO No. 7042/94 - NE nº 31037/94 e outras, da Polícia Militar do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, ao tomar conhecimento das NEs em apreço, considerou correta a classificação das despesas a que se referem, devolvendo os autos à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO No. 1699/95 - Convênios nºs. 39 e 45/94 celebrados entre a Fundação Educacional do Distrito Federal com a Secretaria de Cultura e Esporte do Distrito Federal e as Administrações Regionais de Taguatinga e de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado ajuste, devolvendo os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO No. 2945/86 - Revisões dos proventos da aposentadoria do servidor CLóVIS FERREIRA DE MORAIS-SEA;

PROCESSO No. 1695/91 - Aposentadoria do servidor ADAIR RODRIGUES DA SILVA-SSP;

PROCESSO No. 0126/92 - Aposentadoria da servidora BASILIA DE JESUS SANTANA LARANGEIRA-FEDF;

PROCESSO No. 0151/92 - Aposentadoria da servidora DIVINA DE OLIVEIRA SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 0387/92 - Aposentadoria da servidora EUNICE DE FREITAS LIMA-FEDF;

PROCESSO No. 1428/93 - Aposentadoria da servidora VANDIRA OLIVEIRA RODRIGUES-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO No. 0566/90 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO JOÃO DA SILVA-SEA;

PROCESSO No. 2172/90 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO RODRIGUES GUEDES-SEA;

PROCESSO No. 2390/90 - Aposentadoria da servidora DEOLINDA ANDERLE-SEA;

PROCESSO No. 2769/90 - Aposentadoria do servidor JOSé AMADO DOS SANTOS-SEA;

PROCESSO No. 2914/90 - Aposentadoria do servidor AUGUSTO DE EUFRAZINO DE MESQUITA-SEA;

PROCESSO No. 3118/90 - Aposentadoria da servidora VERA LúCIA CAVALCANTE DE BARROS-SEA;

PROCESSO No. 3807/90 - Aposentadoria da servidora ALICE DE PAULA SILVEIRA-SEA;

PROCESSO No. 4712/90 - Aposentadoria do servidor EVANDRO DE ABREU-SEA;

PROCESSO No. 0340/91 - Aposentadoria do servidor PEDRO MEDEIROS AMORIM-SEA;

PROCESSO No. 0735/91 - Aposentadoria da servidora ROSINETE VIANA DA CUNHA-SEA;

PROCESSO No. 0745/91 - Aposentadoria do servidor AGNELLO ALVES PORTUGAL-SEA;

PROCESSO No. 2688/91 - Aposentadoria do servidor JOAQUIM CARDOSO RABELO-SEA;

PROCESSO No. 7334/91 - Aposentadoria do servidor EUDO BARROS VIEIRA-FHDF;

PROCESSO No. 2083/93 - Aposentadoria da servidora EMILDA MOREIRA PETERS-FHDF;

PROCESSO No. 3981/94 - Aposentadoria do servidor BALTAZAR DE DEUS ÂNGELO-SEA.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 2554/90 - Aposentadoria e revisão dos proventos do servidor ANTONIO FERNANDO SARAIVA LEÃO-SEA;

PROCESSO No. 4855/90 - Aposentadoria e revisão dos proventos da servidora LEIDA CUNHA SILVA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos concessórios.

PROCESSO No. 1343/92 - Aposentadoria da servidora NELI MENDES ROCHA-FEDF;

PROCESSO No. 1349/92 - Aposentadoria da servidora MARIA EUNICE GARCEZ DA FONSECA-FEDF;

PROCESSO No. 1355/92 - Aposentadoria da servidora IZAURA DE CASTRO NASCIMENTO-FEDF;

PROCESSO No. 1632/92 - Aposentadoria da servidora GERALDINA MANOEL PARANHOS-FEDF;

PROCESSO No. 2623/92 - Aposentadoria da servidora LÁZARA SANTANA-FEDF;

PROCESSO No. 0816/94 - Aposentadoria da servidora MARIA IMACULADA NOGUEIRA DOS CARDOSO DE OLIVEIRA-FEDF;

PROCESSO No. 1619/94 - Aposentadoria da servidora IDALINA AZEREDO MONTEIRO-FEDF;

PROCESSO No. 3047/94 - Aposentadoria da servidora MARIA GEONI DE OLIVEIRA FLORÊNCIO CONCEIÇÃO-FEDF;

PROCESSO No. 3534/94 - Aposentadoria da servidora ODINAR BARBOSA DE ARAúJO SANTANA-FEDF;

PROCESSO No. 3927/94 - Aposentadoria da servidora IVANETE MARIA ROSSETTI FASSHEBER-FEDF;

PROCESSO No. 4096/94 - Aposentadoria da servidora MARIA AUGUSTA RODRIGUES DE AZEVEDO-FEDF;

PROCESSO No. 4104/94 - Aposentadoria da servidora ELIEZETE ALVES DE BRITO FREIRE-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria, devendo a Fundação Educacional do Distrito Federal adotar as providências indicadas nas respectivas propostas.

PROCESSO No. 5051/92 - Aposentadoria do servidor LIBÊNCIO SALOMÃO DE DEUS MUNDIM-DER.- Havendo o Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS pedido vista do processo, foi adiado o seu julgamento.

PROCESSO No. 2300/93 (apenso o de nº 190.000406/92 e anexo 01 volume) - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal em decorrência dos fatos irregulares apontados no Relatório de Auditoria nº 04/92-DpA/SEFP. Juntou-se aos autos novo pedido de prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, formulado pelo servidor nominado na referida proposta, para a entrega de sua defesa.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do documento de f. 71, decidiu negar acolhida à solicitação nele contida,

esclarecendo ao interessado que a sua defesa será excepcionalmente recebida, se apresentada no prazo de 03 (três) dias, contado do conhecimento desta decisão.

RELATADOS PELO AUDITOR JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS

PROCESSO No. 0593/90 - Aposentadoria do servidor JOSÉ RAIMUNDO DE OLIVEIRA-SEA;

PROCESSO No. 3193/90 - Aposentadoria da servidora CATARINA RODRIGUES AMORIM-SEA;

PROCESSO No. 1439/91 - Aposentadoria do servidor RAIMUNDO RIBEIRO DA COSTA-FEDF;

PROCESSO No. 2845/94 - Aposentadoria do servidor FRANCISCO GALDINO DA SILVA-TCDF;

PROCESSO No. 4435/94 - Aposentadoria da servidora MÔNICA MARIA DE ALMEIDA SIMAS-FEDF;

PROCESSO No. 6397/94 - Aposentadoria da servidora LÚCIA COSTA SILVEIRA-SEA.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, tendo em conta os pareceres do Ministério Público, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 2553/90 - Aposentadoria da servidora IRANI CÂNDIDA DOS SANTOS-SEA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria, devendo a Secretaria de Administração do Distrito Federal adotar a providência indicada na alínea b da referida proposta.

PROCESSO No. 3687/90 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor FRANCISCO DE OLIVEIRA MELO-SEA.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, considerou legal a alteração da concessão de aposentadoria em exame e ordenou o registro do ato de fls. 115.

PROCESSO No. 3618/91 - Tomada de contas especial instaurada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades por danos causados a veículo de sua carga patrimonial, envolvido em acidente de tráfego.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do relatório de inspeção de fls. 37/38 e do documento de fls. 36; II - determinar à Procuradoria-Geral do Distrito Federal que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe à Corte sobre as medidas adotadas para o ressarcimento dos danos apurados na TCE em apreço, Processo nº 054.000.553/91-PMDF, pelos quais restou responsabilizado o Sr. DÉLCIO RODRIGUES PEREIRA.

PROCESSO No. 4176/92 (apenso o de nº 140.000408/92) - Tomada de contas anual dos Agentes de Material e Patrimônio da Administração Regional do Paranoá, referente ao exercício de 1991.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu sobrestar o julgamento das contas em apreço até solução final do processo relativo às contas da mesma unidade, concernentes ao exercício de 1990.

PROCESSO No. 6576/93 (apenso o de nº 134.000448/93) - Tomada de contas anual do Agente de Material da Administração Regional de Sobradinho, referente ao exercício financeiro de 1992.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) conhecer das contas em apreço, julgando-as regulares; b) ordenar a expedição de provisão de quitação ao servidor ANTÔNIO DE PÁDUA VIANA TELES.

PROCESSO No. 1507/94 (apenso o de nº 082.000769/94) - Tomada de contas especial instaurada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos danos causados, em decorrência de acidente de trânsito, a veículo de sua propriedade.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, determinou a devolução do processo à origem com a informação de que a determinação de baixa na responsabilidade refere-se, exclusivamente, ao Certificado de Auditoria nº 92/94-DpA/SEFP (fls. 54 do apenso).

PROCESSO No. 2015/94 (apenso o de nº 041.000218/94) - Tomada de contas especial instaurada pelo Banco de Brasília S/A para apurar responsabilidades pela concessão irregular de crédito (cheque Brasília) a CLÓVIS GOMES DA CRUZ MARTINHO, por parte da Agência Central, e empréstimo, nas mesmas circunstâncias, à empresa Vitória - Jóias e Relógios.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer do Ministério Público, decidiu: a) tomar conhecimento das contas em apreço; b) relevar o atraso apontado; c) determinar a citação do ex-empregado ALEXANDRE PEIXOTO DE MELO, para apresentar defesa ou recolher o valor correspondente a 31,5050 UPDF.

PROCESSO No. 2297/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DA PAZ RODRIGUES-FEDF;

PROCESSO No. 2339/94 - Aposentadoria da servidora MARIA INÊS DINIZ SANTOS-FEDF;

PROCESSO No. 2598/94 - Aposentadoria da servidora ANTÔNIA PONTES MENDES CARNEIRO REDMOND-FEDF;

PROCESSO No. 2599/94 - Aposentadoria da servidora REGINA LÚCIA ARÁUJO DE MENEZES-FEDF;

PROCESSO No. 2601/94 - Aposentadoria da servidora LUCÍLIA BERNARDINO DE SOUZA-FEDF;

PROCESSO No. 2610/94 - Aposentadoria da servidora COSMA PEREIRA CAVALCANTE-FEDF;

PROCESSO No. 2693/94 - Aposentadoria da servidora ZARIFE FERES-FEDF;

PROCESSO No. 2696/94 - Aposentadoria da servidora MARLY FERRAZ BARBOSA DE BRITO-FEDF;

PROCESSO No. 2795/94 - Aposentadoria da servidora MARGARIDA FLORES PEDROSA-FEDF;

PROCESSO No. 2798/94 - Aposentadoria da servidora MARIA LIDENÔRA DE MOURA MENESES-FEDF;

PROCESSO No. 2950/94 - Aposentadoria da servidora MARIA DO CARMO BRITO DE ALMEIDA-FEDF;

PROCESSO No. 2953/94 - Aposentadoria da servidora MARIA IZABEL RODRIGUES BORGES-FEDF;

PROCESSO No. 2960/94 - Aposentadoria da servidora LÁZARA RODRIGUES DOS SANTOS GUIMARÃES-FEDF;

PROCESSO No. 4415/94 - Aposentadoria da servidora SEBASTIANA MARIA DE FREITAS COSTA-FEDF;

PROCESSO No. 4431/94 - Aposentadoria da servidora NORMA REGINA DA CUNHA CARDOSO-FEDF;

PROCESSO No. 4547/94 - Aposentadoria da servidora CATARINA CAIAFA SOUSA-FEDF;

PROCESSO No. 4557/94 - Aposentadoria da servidora MARIA CÉLIA DE CARVALHO LIMA-FEDF;

PROCESSO No. 4559/94 - Aposentadoria da servidora MARIA LUÍZA DA SILVA MOUSINHO-FEDF.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO No. 0294/95, contendo o Ofício nº 0226/95-PR, mediante o qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita nova prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para envio da tomada de contas especial constante do Processo nº 101.001557/94.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos documentos de fls. 16/18, decidiu conceder novo prazo de 30 (trinta) dias, a partir de 31.05.95, para a remessa da citada TCE.

PROCESSO No. 1628/95, contendo o Ofício nº 374/95-GAB/SES, pelo qual a Fundação Hospitalar do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial constante do Processo nº 061.022109/95.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO No. 1894/95, contendo o Ofício nº 824/95-SE, por meio do qual a Secretaria de Educação do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por mais 60 (sessenta) dias, para conclusão da tomada de contas especial objeto do Processo nº 082.003451/95.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomou conhecimento do referido expediente e considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

A seguir, a sessão passou a reservada, na forma do disposto no artigo 48, parágrafo 1º, do Regimento Interno, para que o Tribunal apreciasse processos de natureza sigilosa, constantes da parte II desta ata.

.....

Encerrada a fase de julgamento de processos, a palavra foi concedida ao Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS que, reportando-se a realização, no período de 26 a 30 do mês em curso, do "SEMINÁRIO DE ATUALIZAÇÃO DE NORMAS E PROCEDIMENTOS SOBRE CONTROLE EXTERNO", sobre o patrocínio deste Tribunal, ressaltou a oportunidade e a importância do evento para o aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e controle a cargo desta Corte de Contas e, ao ensejo, cumprimentou a Senhora Presidente pela iniciativa de promover o referido acontecimento.

Nada mais havendo a tratar, às 11h e 40min horas, a Senhora Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ROBERTO PARENTONI MARTINS, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente, Conselheiros, Auditores e Procuradora-Geral do Ministério Público junto a esta Corte.

MARLI VINHADELI, FREDERICO AUGUSTO BASTOS, RONALDO COSTA COUTO, JORGE CAETANO, JOSÉ MILTON FERREIRA, MAURÍLIO SILVA, OSVALDO RODRIGUES, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA.

Anexo da Ata 3088
Sessão Ordinária de 22.06.95

PROCESSO Nº: 3091/91

ÓRGÃO DE ORIGEM: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS - IDR (530.8)

ASSUNTO : CONCURSO PÚBLICO (2815-5)

EMENTA : Edital nº 159/91-IDR. Concurso Público para o cargo de Assistente Básico em Serviços Sociais. Cumprimento de diligência pela Secretaria de Administração.

Reporto-me, inicialmente, ao Relatório/Voto de fls. 276/280, a seguir transcrito, que resultou na Decisão nº 5904 de 25 de maio passado:

"Este Egrégio Plenário, em sua 3059ª Sessão Ordinária, realizada em 09.03.95, ao apreciar o resultado de diligência anteriormente determinada, decidiu, entre outras deliberações, o que se segue:

'... 2. determinar à Secretaria de Administração que: a) no prazo de 15 (quinze) dias, preste circunstanciados esclarecimentos quanto aos motivos que levaram aquela Secretaria a dar continuidade ao concurso público objeto do Edital Normativo nº 159/91-IDR, mesmo após o seu término de validade - como atestam os Editais nºs 119 e 124/94-IDR, que convocam candidatos para o Curso de Formação, e nºs 159, 166 e 198/94-IDR, que divulgam o resultado final, informando o amparo legal para tal procedimento; b) suspenda as nomeações relativas aos citados editais, até que este Tribunal decida sobre a matéria; ...'

Tempestivamente, o Senhor Secretário de Administração, através do O.E. nº 487/95-GAB/SEA, acostado às fls. 251/252, em atenção à diligência determinada, discordando do entendimento desta Corte na Decisão nº 1426/95, assim se expressa:

'...

Com efeito, a melhor doutrina já solidificou entendimento relativo à validade de concursos públicos, esclarecendo a partir de quando se conta o prazo previsto nos incisos II e IV, do artigo 37 da Carta Magna, bem como no artigo 12 e seus parágrafos, da Lei nº 8.125/90 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais).

Fundamentando-nos na orientenção de **IVAN BARBOSA RIGOLINI** (in Comentários ao Regime único dos Servidores Civis - Saraiva, 3ª edição, 1994), temos que, forçosamente, o início da contagem de prazo de validade do concurso é contado a partir da homologação, já que antes, o que se tem é uma mera expectativa de consumação de ato jurídico.

Reforçando tal entendimento, buscamos arrimo no Parecer CR/JM - 10/92, da Consultoria Geral da República, da lavra do Dr. José Monsão Mollo, in verbis:

.....

'26 - não tenho, pois, qualquer dúvida, data máxima venia, de que **o prazo de validade de concurso, realizado em duas etapas só pode ser contado a partir da homologação da segunda etapa, que na realidade é a homologação do resultado final do certame'.** (grifo não original).

.....

'45 - Em conclusão, entendo que:

.....

a) considerar como dies a quo do prazo de validade do concurso, o da **homologação da sua segunda etaga** - Programa de Treinamento'. (grifo" não original)

...'

Concluindo, considera impositivo que esta Colenda Corte de Contas reveja sua orientação, a fim de que a Administração possa prosseguir nas nomeações atinentes ao concurso em questão.

A instrução procedida no âmbito da 4ª DT/4ª ICE, fls. 260/270, analisando os pareceres encaminhados pela Secretaria de Administração, entende que a situação neles tratada não tem correlação com o problema em pauta e assim conclui:

'...

31. Problema esse bem diverso do apresentado no presente processo, onde não está em exame o prazo de fluência do certame - que foi computado corretamente - e sim o fato da SEA haver convocado candidatos para realizarem o Curso de Formação **após expirado o prazo de validade do certame.**

32. Como bem salientou o Dr. Célio Silva, no julgamento do Mandado de Segurança nº 20.864/DF, anteriormente citado, o eminente Ministro Carlos Madeira (Relator), em seu voto, asseverou que *'feriria o princípio da Supremacia da Constituição o ato de governo ou a decisão administrativa que, a pretexto de devolução, prorrogasse o prazo estabelecido no 3o do art. 97 da Carta Anterior, limitação essa reiterada no art. 37, inciso III da atual Carta Magna'.*

33. Tendo em vista que o ofício da SEA não trouxe elementos que pudessem esclarecer os motivos da continuidade do concurso nem forneceu o embasamento legal para as referidas convocações e considerando que tal continuidade feriu os preceitos contido no inciso III, do art. 37, da Constituição Federal - uma vez que as normas constitucionais impõem-se a qualquer situação jurídica menor - entendemos deva o Eg. Plenário considerar irregular a realização dos cursos de formação objeto dos Editais nºs 119 e 124/94-IDR.

34. Conforme o § 2º, do artigo 37, da atual Constituição, a não observância do inciso III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável. Dessa forma, todos os atos gerados por esse erro administrativo são nulos, não gerando direito adquirido para os signatários do ato defeituoso e, assim sendo, sugerimos ao Eg. Plenário que determine à SEA a anulação das nomeações decorrentes dos editais de resultado final nºs 149, 166 e 198/94-IDR, bem como se abstenha de efetuar qualquer nova nomeação relativa aos editais acima citados.'

Em cota complementar à instrução, a ilustre titular da 4ª Divisão Técnica assim se pronuncia:

'...

02. O prazo de validade do certame, conforme o subitem 10.1, do Edital Normativo nº 159/91-IDR (fls. 19) foi fixado em 01 (um) ano, a contar da data de publicação, no DODF, do Edital de homologação do resultado final, que ocorreu no dia 31.07.92, por meio do Edital nº 139/92-IDR (fls. 56-60).

03. Posteriormente, no dia 15.06.93, o Edital nº 111/93-IDR (fls. 112) prorrogou, por mais 01 (um) ano, a contar de 31.07.93, o prazo de validade do referido concurso.

04. Portanto, em nenhum momento cogitou-se do prazo de validade ser contado a partir do resultado da primeira etapa, até porque o Tribunal

não tem conhecimento deste resultado, vez que o mesmo não se encontra publicado no órgão oficial de imprensa.

...'

Finalizando, após evocar o disposto no artigo 37, inciso III e § 2º, da Constituição Federal em vigor, ressalta não vislumbrar outra solução a não ser aquelas sugeridas na instrução.

Com as sugestões de decisão oferecidas pela instrução ao Egrégio Plenário, fls. 269/270, também se põe de acordo o ilustre titular da 4ª ICE.

VOTO

Tendo em vista tratar-se, nesta fase, de matéria de audiência obrigatória do douto Ministério Público, VOTO no sentido de que este Egrégio Plenário, preliminarmente, submeta o presente processo à apreciação daquele judicioso órgão."

No Ministério Público foi exarado o Parecer nº 628/95, da lavra da insigne Procuradora-Geral, Doutora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, acostado às fls. 282/294, no qual, após relatar minuciosamente o constante dos autos, assim se pronuncia:

38. A questão que se põe não é de saber se o Concurso tem o seu prazo contado da homologação da primeira ou da segunda Etapa, como entendeu a Secretaria de Administração com base em excelente parecer da lavra do Consultor Dr. José Márcio Monsão Mollo. é que o Concurso de que cuidam os autos é o do Edital nº 157/91, de 26.08.91, com prazo de validade de 01 ano a contar da publicação do Edital de Homologação Final do Concurso, podendo ser prorrogado por igual período. Como se vê, a questão se distancia do precedente trazido à colação. Não há dúvidas, então, de que o prazo de validade aqui é contado da Homologação publicada no DODF do Resultado Final do Concurso e isso ocorreu em 31.07.92 (Edital nº 139/92). Por isso, o Edital nº 113/93 corretamente prorrogou por mais 01 (um) ano o prazo de validade do Concurso, a contar de 31.07.93 (fls. 112).

39. Repita-se ter o Edital nº 159/91 afirmado que os candidatos na Etapa I, **respeitado o prazo de validade**, poderiam ser convocados para a Etapa II.

40. O prazo de validade nos termos do Edital nºs 159/91 e 113/93 expiraria em 31.07.94.

41. Assim, já não mais poderiam ser convocados os demais candidatos. A partir desta data, devem ser anuladas as convocações efetuadas e as admissões acaso intentadas, fruto dos Editais intempestivos, sem devolução das quantias recebidas de boa-fé, que representem o pagamento pelos serviços prestados.

42. é bom aqui que se faça um alerta à Administração. Já se decidiu que a prorrogação do prazo de validade de concurso durante o quadriênio previsto na Constituição (inclusive anterior) não se reveste de qualquer ilegalidade (RMS 3541-7-BA). Mas, adverte a Constituição Federal que este prazo de validade será de até dois anos, prorrogável **uma vez**, por igual período. Complementando a rígida disposição do legislador Constituinte, a respeito de tão sério preceito, dispõe que durante o prazo **improrrogável, previsto no Edital de Convocação**, aquele aprovado em concurso público de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego na Carreira.

43. Conclui-se que o prazo de validade é o estabelecido no Edital e, como tal, só pode ser prorrogado uma vez, por igual período. Se o Edital, podendo prever prazo de 2 (dois) anos, previu 01 (um) apenas, é de ser observado.

44. Tudo isso está por explicar que os inconvenientes aqui narrados poderiam ter sido evitados caso a Administração tivesse previsto o prazo de 2 (dois) anos, com possibilidade, a seu critério, de nova prorrogação.

45. Mas tal não foi feito e, agora, pretende-se aproveitar os candidatos concursados em prazo que já se tornou improrrogável.

46. A tal atitude, contudo, contrapõe-se a Constituição Federal (arts. 37 II, III e IV).

...".

Em seguida, discorrendo sobre a doutrina predominante, assim conclui:

"...

50. é importante nesse mesmo raciocínio frisar que a Constituição Federal (art. 37, parágrafo 2º) dispõe que a inobservância dos incisos II e III do mesmo artigo implica a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável nos termos da lei. Esta punição deve ser praticada para que se respeite a letra da Carta Magna, que não pode assim ser desrespeitada duplamente, como, na espécie.".

Após a emissão do referido Parecer, foi juntado, à fl. 296, por determinação da ilustre Chefe de Gabinete da Presidência, requerimento solicitando cópias deste processo e do OF GT nº 1571/94, firmado por Ilma dos Reis Resende, Edson M. Pereira e Marlene Antunes Silva.

é o relatório.

V O T O

Preliminarmente, examino a questão relativa ao requerimento de cópias destes autos.

No citado requerimento, os signatários não apresentaram razões para o pedido, nem tampouco se identificaram como parte nos autos, pelo que deve ser indeferido, de plano, por falta de legitimidade e de motivação.

Ressalte-se que o presente processo trata especificamente do acompanhamento e fiscalização, por este Tribunal, de concurso público realizado pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, cuja decisão final ainda não foi prolatada por este Egrégio Plenário.

Mesmo que os requerentes sejam participantes do concurso em exame e tenham sido convocados para o Curso de Formação - II Etapa, através dos editais questionados por esta Corte, não estariam agasalhados pelo disposto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "b", da Constituição Federal, visto que o presente processo, na fase em que se encontra, não se presta à "**defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal**" a que se refere tal dispositivo, que, além do mais, assegura apenas o fornecimento de certidões em repartições públicas.

Dessa forma, entendo não caber, na oportunidade, deferimento ao requerido à fl. 296, nada obstando que, após a decisão, sejam concedidas, se devidamente requeridas, cópias destes autos.

Quanto ao mérito, a posição adotada pelo Minsitério Público guarda total consonância com a instrução.

A par dos posicionamentos adotados na Informação do órgão instrutivo e no Parecer do douto Ministério Público, com as quais coloco-me inteiramente de acordo, cabem algumas considerações/ indagações:

a) o IDR prorrogou o prazo de validade do concurso levando em consideração a data de publicação do Resultado Final (Edital 139/92-IDR, fls. 56/60). Houve, portanto, um Resultado Final Homologado e uma prorrogação de prazo regularmente efetuada;

b) o IDR publicou, devidamente homologados pela Secretaria de Administração, os Editais 139/92, 068/94, 106/94, 159/94, 166/94 e 198/94, todos tornando público o "Resultado Final" do concurso. Ora, se o marco inicial do prazo de validade de um certame é, exatamente, a data de publicação da homologação do resultado final, como fica a questão com seis resultados finais?

c) considerando o quadriênio previsto pela Constituição Federal, é lícito deixar-se a critério da Administração o prazo de chamada para a segunda etapa, uma vez que somente a partir da homologação do resutlado final começa a fluir o prazo de validade do concurso?

d) o **caput** do Art. 10 da Lei 8.112/92, estabelece, como exigência para a nomeação, a classificação no concurso. O Edital em exame

define que a classificação final obedecerá a ordem crescente da média aritmética dos pontos obtidos nas Etapas I e II (item 7.2). Como aceitar que, no mesmo Edital (item 11.2) se estabeleça que os candidatos aprovados na Etapa I possam ser convocados em momentos diferentes, a critério da Administração?

Esses questionamentos demonstram a imperiosa e urgente necessidade de serem revistas as normas relativas a concursos públicos no âmbito do Distrito Federal. Afinal, é justo supor que parte das irregularidades cometidas resultam de falhas conceituais demonstradas ao longo do processo.

Profundamente lamentável a continuidade de atos, praticada pela Secretaria de Administração e pelo Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos, após expirado o prazo do concurso em tela. Lamentável não só pelos aspectos de legalidade e economicidade mas, sobretudo, pelos aspectos ético e de confiabilidade no Estado, com as conseqüências sociais que, certamente, advirão da nulidade dos atos praticados. E, mais, por serem eles os responsáveis pelo Controle Interno desses atos.

De se lamentar, também, o não questionamento do órgão instrutivo quando de sua participação no processo em 18 de agosto de 1994. Naquela oportunidade, foi analisado o Edital nº 119/94-IDR, publicado no DODF de 27.07.94, que convocava candidatos aprovados na primeira etapa para participarem do Curso de Formação - Etapa II, com inscrições no período de 01 a 12.08.94! Tivesse, naquele momento, sido apontada a ilegalidade, ter-se-ia evitado a nomeação extemporânea de candidatos e, por conseqüência, o desconforto social a que serão submetidos.

No que diz respeito às sugestões do órgão instrutivo, entendo caber, mais, determinação à Secretaria de Administração no sentido de serem revistos os atos normativos sobre concursos públicos.

Por todo o exposto, concordando com os termos da instrução e do Parecer do douto Ministério Público, e fazendo os acréscimos julgados necessários, VOTO no sentido de que este Egrégio Plenário:

I - tome conhecimento O.E. nº 487/95-GAB/SEA-DF, e dos documentos que o acompanham (fls. 251/256), considerando insubsistentes os esclarecimentos prestados pela SEA;

II - considere ilegais:

a) os editais de convocação - Editais nºs 119 e 124/94-IDR -, publicados após expirado o prazo de validade do concurso; e

b) os atos de nomeação efetivados em decorrência dos Editais nºs 159, 166 e 198/94-IDR que tornaram públicos os resultados finais obtidos após os cursos de formação relativos aos Editais citados na letra anterior;

III - alerte a Secretaria de Administração para o fato de que a nulidade das nomeações acaso efetivadas, fruto dos editais extemporâneos, não implica a devolução das quantias recebidas de boa-fé, representativas de pagamento por serviços prestados;

IV - determine àquela Secretaria que:

a) no prazo de 30 (trinta) dias, informe a este Tribunal o(s) nome(s) do(s) responsável(is) pela realização dos cursos de formação fora do prazo de validade do concurso público objeto do Edital nº 159/91-IDR, juntamente com a(s) alegação(ões) que tiver(em) em sua(s) defesa(s); e

b) providencie, com a urgência que o caso requer, a revisão das atuais normas relativas a concursos públicos, com vistas à eliminação das irregularidades apuradas nestes autos; e

V - determine o retorno dos autos à 4ª ICE, para acompanhamento.

Brasília-DF, 22 de junho de 1995.

JORGE CAETANO+
Conselheiro

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

SECRETARIA DE GOVERNO
SEBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO RA.XI
EXTRATO DE CONTRATO PADRÃO Nº 01/94

PROCESSO: Nº 139.000.230/95.
PERMITENTE: Distrito Federal por meio de RA.XI
PERMISSIONÁRIA: TECNOLTA – Equipamentos Eletrônicos LTDA
OBJETO: Locação de Máquina Copiadora, Ampliadora e redutora Modelo EP 410 Z
PRAZO: Até 31 de dezembro de 1995
VALOR: 350,00 (trezentos e cinquenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho.
03007002121610018
FONTES DE RECURSOS: 020
SUPLEMENTO DE DESPESA: 349039
NOTA DE EMPENHO: 00321
FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 06 de junho de 1994.
DATA DE ASSINATURA: 09 de junho de 1995.
SIGNATARIOS: Hélio Lopes dos Santos, pela Administração – Regional do Cruzeiro RA.XI eRoberto Ventura Marcelino, TECNOLTA – Equipamentos Eletrônicos

01	QUADRAGÉSIMO SÉTIMO TERMO ADITIVO
02	TERMO DE RE-RATIFICAÇÃO DO 46º ADITIVO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 003/91

CONVENENTES	1º	DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE GOVERNO/SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINIST. REGIONAIS-SEG/SUCAR
	03	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL -NOVACAP-

PROCESSO		DATA ASSINATURA		VIGÊNCIA		VALOR
04	030009566/92	05	08 / 02/95	06	15/ 02/ 95	07

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

08 1. Por este instrumento, fica re-ratificado o 46º Termo Aditivo com a finalidade de se registrar o cancelamento de saldo das Notas de Empenho abaixo relacionadas, referentes ao Convênio 003/91, celebrado entre o Distrito Federal,através da Secretaria de Governo / Subsecretaria de Coordenação das Administrações Regionais e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil-NOVACAP, para Conservação de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas em Áreas Urbanas nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

N. E. de Referência	N. E. de Cancelamento	Valor da Redução
30030	30749	533,53
30032	30750	9.218,18
30148	30751	11.194,34
30314	30752	13.085,80
30330	30753	427.980,78
30402	30754	704.340,90
30562	30755	236.737,78
30715	30756	636.217,34

Fica registrado, também, o acerto contábil feito através da NE 30773, tendo em vista o cancelamento indevido da NE 30330, no valor de R$ 4 588,67 (quatro mil quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e sete centavos), perfazendo o total global do Convênio em R$ 16.634.199,17 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e noventa e nove reais e dezessete centavos).
Ficam mantidas todas as demais cláusulas constantes do Termo de Convênio 003/91 bem como as cláusulas do 46º Termo Aditivo que não tenham sido expressamente alteradas neste Termo de Re-ratificação.

9 VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORCAMENTÁRIA: 11.0101 - Secretaria de Governo

11 PROJETO/ATIVIDADE - 2.076.0001 - CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS NAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS DO DISTRITO FEDERAL | 12 TAXA ADM %: 5

13 ELEMENTO DE DESPESA: 349039 | 14 FONTE DE RECURSOS: 000

NOTA DE EMPENHO

15 NÚMERO	16 VALOR R$	17 NÚMERO	18 VALOR R$
30773	4.588,67		
19	20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVÊNIOS

DISTRITO FEDERAL

HÉLIO MARCOS PRATES DOYLE

23 WASNY DE ROURE – PEDRO BRAGA NETTO
Delegação de Comp. Contida no art.6º do Dec.16.098, de 29/11/94.

24 2º CONVENENTE
ORLANDO CARIELLO FILHO – MARCELO BRAGA VIEIRA JUNIOR
Aprovado pela Diretoria em sua 2.918ª Sessão, realizada em 08/02/95.

TESTEMUNHAS

25 Antonio Augusto A. Pires | 26 Maria Inêz dos S. Pinto

Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no DODF de 10.02.95, página 04

01	QUADRAGÉSIMO NONO ADITIVO AO
02	TERMO DE CONVÊNIO No 003/91

CONVENENTES	1º DISTRITO FEDERAL - SECRETARIA DE GOVERNO/SUBSECRETARIA DE COORDENACÃO DAS ADMINIST. REGIONAIS-SEG/SUCAR	
	03	COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL -NOVACAP-

	PROCESSO		DATA ASSINATURA		VIGÊNCIA		VALOR
04	030.009.566/92	05	14/03/95	06	31/ 12/ 95	07	3 000 000,00

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

08 1. Por este instrumento fica aditado,com o objetivo de suplementar recursos no valor de R$ 3 000.000,00 (três milhões de reais) perfazendo o total global de R$ 19.634.199,17 (dezenove milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, quinhentos e noventa e nove reais e dezessete centavos) do referido convênio celebrado entre o DISTRITO FEDERAL, através da SECRETARIA DE GOVERNO / SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS SEG/SUCAR e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL - NOVACAP, para execução dos serviços de Conservação de Áreas Urbanizadas e Ajardinadas em áreas urbanas nas Administrações Regionias do Distrito Federal.

2. Os serviços a serem executados referem-se aos seguintes itens: N.1-OPERAÇÃO TAPA BURACO, N.2-FORNECIMENTO DE MASSA ASFÁLTICA, N.3-CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, N.4-CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS AJARDINADAS E ARBORIZADAS; N.5-RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS E MEIOS-FIOS; N.6-RECUPERAÇÃO , D'SOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO E GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS, N.7-RECURSOS HUMANOS, N.8-TERRAPLENAGEM E ENCASCALHAMENTO N.9-SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E AEROFOTOGRAMÉTRICOS, N.10-MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS, N.11-MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE; N.12-CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SINALIZAÇÃO; N.13-VALE TRANSPORTE, N.14-CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PARQUES INFANTIS.

3. O presente quadragésimo nono termo aditivo passa a fazer parte integrante do Termo de Convênio 003/91, bem como todas as demais cláusulas que não tenham sido expressamente alteradas neste Termo Aditivo.

VALOR POR EXTENSO

9 TRÊS MILHÕES DE REAIS

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 11.0101 - Secretaria de Governo

11 PROJETO/ATIVIDADE - 2.076.0001 - CONSERVAÇÃO DE ÁREAS URBANIZADAS E AJARDINADAS EM BRASÍLIA E NAS CIDADES SATÉLITES | 12 TAXA ADM % 5

13 ELEMENTO DE DESPESA 34.90.39 | 14 FONTE DE RECURSOS 000, 001, 002, 004

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR R$	NÚMERO	VALOR R$
15 00269	16 2.150.000,00	17 00270	18 576.000,00
19 00271	20 58.000,00	21 00272	22 216.000,00

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVÊNIOS

23 DISTRITO FEDERAL

HELIO MARCOS PRATES DOYLE

WASNY DE ROURE PEDRO BRAGA NETTO

Delegação de Comp. Contida no art.6º do Dec.16.098, de 29/11/94.

24 2º CONVENENTE

ORLANDO CARIELLO FILHO MARCELO BRAGA VIEIRA JUNIOR

Aprovado pela Diretoria em sua 2.922ª Sessão, realizada em 14/03/95.

TESTEMUNHAS

25 ANTONIO AUGUSTO A. PIRES | 26 MARIA INEZ DOS SANTOS PINTO

Republicado por haver saído com incorreção no original publicado no DODF de 30.03.95, página 93

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO RA.XI

EXTRATO DE CONTRATO PADRÃO Nº 01/94

PROCESSO: Nº 139.000.158/95.

PERMITENTE: Distrito Federal por meio de RA.XI

PERMISSIONÁRIA: TIL-TEC Comércio e Representações LTDA

OBJETO: Manutenção corretiva e preventiva mensal nos - Equipamentos Relacionados no anexo Unico do Edital Convite 11/95 com Utilização de Peças e Originais.

PRAZO: Até 31 de dezembro de 1995.

VALOR: 105,00(cento e cinco reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho.

03007002121610018

FONTES DE RECURSOS: 000

SUPLEMENTO DE DESPESA:349039

NOTA DE EMPENHO: 00327

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 06 de junho de 1994.

DATA DE ASSINATURA: 12 de junho de 1995.

SIGNATARIOS: Hélio Lopes dos Santos, pela Administração - Regional do Cruzeiro RA.XI e Arnaldo Oliveira Santos - TIL-TEC - Comércio e Representações LTDA.

SECRETARIA DE GOVERNO

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO CRUZEIRO RA.XI

EXTRATO DE CONTRATO PADRÃO Nº 03/94

PROCESSO Nº 139.000.336/95

PERMITENTE: Distrito Federal por meio de RA.XI

PERMISSIONÁRIA: EQUITEL - Equipamento e Sistemas

OBJETO: Manutenção de Equipamentos de Telecomunicação de Fabricação da Equitel

PRAZO: Até 31 de dezembro de 1995.

VALOR: R$ 215,85 (duzentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: Programa de Trabalho.

0300700212161.0018

FONTE DE RECURSOS: 020

SUPLEMENTO DE DESPESA: 349039

NOTA DE EMPENHO:Nº 00326

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666,de 06 de junho de 1993.

DATA DA ASSINATURA: 09 de junho de 1995.

SIGNATARIOS: Hélio Lopes dos Santos,pela Administração - Regional do Cruzeiro RA.XI e Júnio César Ferreira,pela - EQUITEL S/A Equipamentos e Sistemas de Telecomunicações.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 10/94
6º ADITIVO AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.007.515/93 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., OBJETO: Atender despesas com prestação de serviços gerais nas atividades de carregador e cozinheira destinados aos postos de fiscalização integrada da Secretaria de Fazenda e Planejamento. VALOR: R$ 55.500,00 (cinqenta e cinco mil e quinhentos reais), perfazendo o total de R$ 212.316,60 (duzentos e doze mil, trezentos e dezesseis reais e sessenta centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT. 3007002120100001; FR; 00000; UO: 19101; ND: 349037. PRAZO; 29.04.95. NOTA DE EMPENHO: 00233/95, emitida por estimativa em 03.02.95. VIGÊNCIA: este aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 03 de fevereiro de 1995. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 01/94 — CPL/SEFP. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor — Sócio.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94
AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.000.718/94 — PARTES: DF/SEFP X GAVEA — EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. ESPÉCIE: Termo Aditivo Padrão nº 08/94. OBJETO: Prorrogar o Termo Padrão de Contrato nº 10/89, de 30/06/94, com vigência até 31/12/94, objetivando a prestação de serviços nas áreas de ascensorista, garçom e copeira para esta Secretaria. PRAZO: 29/04/95. VIGÊNCIA: este presente aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura. DATA DA ASSINATURA: 30/12/94. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 20/94-CL-SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ALFREDO ALVES GAMA, na qualidade de Diretor do DAG/SEFP; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor. TESTEMUNHAS: VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM E ELLIANE ARAÚJO MONTEIRO. (Republicado por haver saído com incorreção no original no DODF nº 17 de 23/01/95, página 40)

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94
AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.007.515/93 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA — EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO; Prorrogar por

meio deste instrumento o Termo Padrão de Contrato nº 10/89, celebrado em 24.02.94, prorrogado pelo Termo Aditivo Padrão nº 08/94, de 30.12.94, com vigência até 29 de abril de 1995, objetivando a prestação de serviços nas áreas de carregador e cozinheira para esta Secretaria. PRAZO: até 31.12.95. VIGÊNCIA: este aditivo entrar em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 1995. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 01.94-CL/SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 08/94
AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.000.718/94 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA — EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO; Prorrogar por meio deste instrumento o Termo Padrão de Contrato nº 10/89, celebrado em 24.02.94, prorrogado pelo Termo Aditivo Padrão nº 08/94, de 30.12.94, com vigência até 29 de abril de 1995, objetivando a prestação de serviços nas áreas de ascensorista (04), garçons (04) e copeira (10) nesta Secretaria. PRAZO: até 31.12.95. VIGÊNCIA: este aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 28 de abril de 1995. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 020/94-CL/SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 09/94
(5º ADITIVO AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89)

PROCESSO Nº 040.000.718/94 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA — EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO: Suplementar recursos para atender despesas com ascensorista, garçom e copeira para esta Secretaria. PRAZO: 29/04/95. VALOR: R$ 14.061,93 (quatorze mil, sessenta e um reais e noventa e três centavos), perfazendo o total de R$ 147.516,47 (cento e quarenta e sete mil, quinhentos e dezesseis reais e quarenta e sete centavos). NOTA DE EMPENHO: 549/95, emitida pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP, em 12 de abril de 1995, sob o evento 400092, em reforço à Nota de Empenho nº 344/95. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002120100001; FR: 000; U.O. : 19101; ND: 349037. VIGÊNCIA: este presente aditivo entrará em vigor na data de sua publicação. DATA DA ASSINATURA: 20/04/95. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 020/94-CL-SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 09/94
8º ADITIVO AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.007.515/93 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA - EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., OBJETO: Suplementar recursos paa atender despesas com carregador e cozinheira para esta Secretaria PRAZO: 31.12.95. VALOR: R$ 20.195,20 (vinte mil cento e noventa e cinco reais e vinte centavos), perfazendo o total de R$ 232.512,52 (duzentos e trinta e dois mil quinhentos e doze reais e cinqüenta e dois centavos). NOTA DE EMPENHO: 547/95, emitida pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP, em 11 de abril de 1995, sob o evento 400092. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002120100001; FR: 000; UO: 19101; ND: 349037. VIGÊNCIA: este aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 04.05.95. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 01.94-CL-SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor.

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PADRÃO Nº 10/94
TERCEIRO ADITIVO AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.000.718/94 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA — EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO: Alocar recursos para atender despesas com ascensorista, garçom e copeira para esta Secretaria. PRAZO: 29/04/95. VALOR: Fica alocado o referido Contrato no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), perfazendo o total de R$ 133.454,54 (cento e trinta e três mil quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) através da NOTA DE EMPENHO: 00076, emitida pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP, em 16 de janeiro de 1995, sob o evento 400091. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002120100001; FR: 000; U.O.: 19101; ND: 349039. VIGÊNCIA: este presente aditivo entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 18/01/95. FUNDAMENTO LEGAL: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSÉ FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor da Divisão de Administração Geral; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor. (Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 17 de 23/01/95, página 40).

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO
AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.000.718/94 — PARTES: DF/SEFP X GÁVEA — EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA. OBJETO: Converter em reais o valor do contrato, suplementar recursos e alterar cláusulas, com relação ao Termo Padrão de Contrato nº 10389, de 30/06/94, que objetiva a prestação de serviços de ascensorista, garçom e copeira para esta Secretaria. PRAZO: 31/12/94. VALOR: DA CONVERSÃO: o valor fixado no contrato original em cruzeiros reais é convertido em reais, sendo substituída a Nota de Empenho nº 1076/94, emitida em 13/06/94, pela Nota de Empenho nº 30101/94, emitida em 01/07/94, no valor de R$ 65.454,54 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos); DA SUPLEMENTAÇÃO: suplementa recursos no valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais), perfazendo o total de R$ 88.454,54 (oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). NOTA DE EMPENHO: 31017/94, emitida pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira da SEFP, em 08/12/94, sob o evento 400092, em reforço à Nota de Empenho nº 30101/94. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT: 3007002120100001; FR: 000; U.O: 19101; ND: 349037. VIGÊNCIA: este aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administração. DATA DA ASSINATURA: 09/12/94. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 20/94-CL-SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: ALFREDO ALVES GAMA, na qualidade de Diretor do Departamento de Administração Geral/SEFP; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor.
(Republicado por haver saído com incorreção do original no DODF nº 244, de 21/12/94, página 58).

SECRETARIA DE FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACÃO GERAL

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO
AO TERMO PADRÃO DE CONTRATO Nº 10/89

PROCESSO Nº 040.000.718/94 - PARTES: DF/SEFP X GAVEA - EMPRESA DE SERVICOS GERAIS LTDA. OBJETO: Alterar cláusulas e alocar recursos para atender despesas com ascensorista, garçom e copeira para esta Secretaria. PRAZO: 29/04/95. VALOR: Fica cancelada a Nota de Empenho nº 00076/95, devido a incorrecão na classificacão do Elemento de Despesa, através da Nota de Empenho nº 00345, emitida em 23/02/95, Natureza da Despesa: 34.90.39, Fonte de Recursos: 000, Programa de Trabalho: 3007002120100001, U.O.: 19101, sob o evento 400093. Fica alocado o referido Contrato no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), através da NOTA DE EMPENHO: 00344, emitida pela Secão de Execucão Orcamentária e Financeira da SEFP, em 23 de fevereiro de 1995, sob o evento 400091. DOTACÃO ORCAMENTÁRIA: PT: 3007002120100001; FR: 000; U.O. : 19101; ND: 349037. VIGÊNCIA: este presente aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, devendo ser publicado no DODF, às expensas da Administracão. DATA DA ASSINATURA: 23/02/95. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 020/94-CL-SEA. SIGNATÁRIOS: Pelo DISTRITO FEDERAL: CARLOS JOSE FONSECA TORQUATO, na qualidade de Diretor da Divisão de Administracão Geral; Pela CONTRATADA: OTÁVIO ALVES NETO, na qualidade de Diretor.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 10/95 – ASS. 26.06.95 – PROCESSO: 082.004623/95 – VIGÊNCIA: 31.12.95 – PARTES: FEDF X REFORVIDROS – REFORMAS COMÉRCIO DE VIDROS, ESPELHOS E MOLDURAS LTDA – VALOR: R$ 10.000,00 (ESTIMATIVO) – (DEZ MIL REAIS) – PROJETO ATIVIDADE – 1066-0001 – ELEMENTO DE DESPESA: 349039 – FONTE DE RECURSOS: 003 – NOTA DE EMPENHO Nº 1520. EMITIDA EM 10.05.95 – ASSINANTES: PELA FEDF: ISAURA BELLONI; P/ REFORVIDROS: SEBASTIÃO MARTINS MOREIRA.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
EXTRATO DE CONVÊNIO

CONVÊNIO nº 51/95 – DATA ASS. 23.06.95 – PROCESSO: 370023/82 – VIGÊNCIA: 31.12.95 – PARTES: FEDF X CENTRO COMUNITÁRIO BATISTA DE BRASÍLIA – OBJETO: EDUCAÇÃO ESCOLAR GRATUITA A 90 (NOVENTA) CRIANÇAS NA FAIXA ETÁRIA DE 04 A 06 ANOS. ASSINANTES: PELA FEDF; ISAURA BELLONI – P/ CCBB: ELVÍDIO DE SEIXAS NOGUEIRA.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 3274. Nº DO PROCESSO. 092.000338/95. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. OBJETO: altera a Cláusula Quarta (Prazo/Vigência) do mencionado contrato. VIGÊNCIA: fica prorrogado até 31/08/95. DATA DA ASSINATURA: 27/06/95. AUTORIZAÇÃO: Diretor Administrativo – VALTRUDES PEREIRA FRANCO. CONTRATADA: CIPERBRÁS HIDROPNEUMAX COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – José Irland Romano Ferreira.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 3285, nº DO PROCESSO: 092.000338/95. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. OBJETO: altera a Cláusula Quarta (Prazo/Vigência) do mencionado contrato. VIGÊNCIA: fica prorrogado até 31/08/95. DATA DA ASSINATURA: 27/06/95. AUTORIZAÇÃO: Diretor Administrativo – VALTRUDES PEREIRA FRANCO. CONTRATADA: CIBORPLAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE BORRACHA E PLÁSTICOS LTDA – Marcos Fernandes.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO nº 3275, nº do PROCESSO: 092.000338/95. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. OBJETO: altera a Cláusula Quarta (Prazo/Vigência) do mencionado contrato. VIGÊNCIA: fica prorrogado até 31/08/95. DATA DA ASSINATURA: 27/06/95. AUTORIZAÇÃO: Diretor Administrativo – VALTRUDES PEREIRA FRANCO. CONTRATADA: KOLTECH BOMBAS E EQUIPAMENTOS LTDA – Semilton Benaglia Wanderley.

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA-CAESB

EXTRATO DO 6º ADITIVO AO CONTRATO Nº 2909. Nº DO PROCESSO: 092.006573/93. CONTRATANTE: Companhia de Água e Esgotos de Brasília. OBJETO: altera a Cláusula Sexta (Prazos) do mencionado contrato. PRAZOS: os prazos de execução e de vigência ficam prorrogados por mais 31 (trinta e um) e 119 (cento e dezenove) dias corridos, expirando-se em 28/07/95 e 11/12/95, respectivamente. DATA DA ASSINATURA: 27/06/95. AUTORIZAÇÃO: Diretor do Sistema de Esgotos - PERY LUÍS DE MELLO NAZARETH. CONTRATADA: ENCOL S/A - ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA - José Ricardo de Souza.

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº DO PROCESSO: 111.004.891/92.0. ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº 20/95. CONTRATANTES: COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA – TERRACAP e XEROX DO BRASIL LTDA. OBJETO: Alterar o objeto e suplementar recursos ao Contrato de Prestação de Serviços nº 91/94, datado de 13.12.94. VALOR: R$ 1.306,55 (um mil, trezentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos da TERRACAP, correndo à conta do ELEMENTO 349039 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA. SUBELEMENTO 17 – LOCAÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRITÓRIO, conforme Nota de Empenho nº 845, datada de 06.06.95. VIGÊNCIA: A partir da assinatura do instrumento contratual. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Conforme Tomada de Preços nº 05/94, homologada pela Diretoria em sua 1.616ª Sessão de 18.11.94, nos termos da Lei nº 8.666/93 e decisão da Diretoria Colegiada, em sua 1.668ª Sessão, de 02.06.95. DATA DE ASSINATURA: 23 de junho de 1995. Sujeitam-se as partes contratantes às normas da Lei nº 8.666/93 e às cláusulas contratuais previstas no instrumento acima referido. P/CONTRATANTE: JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS, OTAVIO DE CARVALHO FRANCO e LENY PEREIRA DA SILVA. P/CONTRATADA: CARLOS TADEU FURQUIM. TESTEMUNHAS: ALEXANDRE VASQUEZ SALGADO e FRANCISCA FERREIRA DE SENA OLIVEIRA.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 011/95 - P.PJU/CEB; COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA - CEB e a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT; Objeto: A coleta, o tratamento e a entrega, no Território Nacional, pela ECT, de objetos simples de correspondência em geral, com amparo no inciso VIII, do artigo 24 e inciso II, do artigo 57, todos da Lei nº 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94. Processo nº 093.000.355/95; Resolução da Diretoria da CEB nº 073/95, de 31.05.95. Data de Assinatura: 12.06.95; Valor: R$ 162.000,00 (Cento e sessenta e dois mil reais). Despesa de Publicação: CEB: Assinaturas: pela CEB: RUBEM FONSECA FILHO e HAROLDO FREITAS PIRES DE SABOIA e pela ECT: FERNANDO LEITE DE GODOY.

FRANCISCO JOSÉ DE CAMPOS AMARAL
Procurador Jurídico

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - CRA-DF E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEAC/DF

PARTES: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - CRA-DF e o SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEAC-DF entidades profissionais legalmente constituídas, previstas no Artigo 30, Inciso I, da Lei 8.666/93 e estabelecidas no Distrito Federal, representadas neste ato por seus respectivos Presidentes.

OBJETO: Visa o presente CONVÊNIO estabelecer condições e critérios para a assistência e cooperação técnica a ser prestada pelo Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal - SEAC-DF nos processos de recolhimento e registro dos Atestados de Capacitação Técnica das Empresas representadas pelo Sindicato em questão, assim como outros procedimentos e exigências contidos na Lei nº 8.666/93, e suas alterações, e legislação posterior a ela relacionada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - ATRIBUIÇÕES DAS PARTES

a) Compete ao CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - CRA-DF:
1. **O registro de empresas e responsáveis técnicos, representados pelos Setores de Asseio e Conservação, conforme procedimentos próprios, de acordo com as normas legais vigentes.**
2. **Emissão de declarações a respeito de atestados técnicos.**
3. **Envio ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal - SEAC-DF dos requerimentos referentes aos Atestados de Capacidade Técnica, previstos no Artigo 30º, da Lei nº 8.666/93.**
4. **Informe e envio ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal - SEAC-DF da relação de empresas registradas, ligadas à atividade de asseio e conservação.**
5. **Divulgar para as Empresas da categoria econômica de asseio e conservação, registradas no Conselho Regional de Administração, e aos órgãos públicos, os termos deste Convênio.**

b) Ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal - SEAC-DF cabe:
1. **Estabelecer normas e critérios, através de sua Comissão Técnica Profissional, para atender ao presente Convênio.**
2. **Colaborar com o Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA-DF, prestando informações sobre o setor e apoiando-o no relacionamento junto aos tomadores e prestadores de serviços e órgãos públicos.**
3. **Receber e analisar os requerimentos de registro de Atestados de Capacidade Técnica, e outros, relacionados com a legislação objeto deste Convênio, realizar diligências e emitir parecer sobre os Atestados de Capacidade Técnica.**
4. **Arcar com as despesas necessárias para a realização dessas atribuições que venham a ser previamente acordadas entre as partes.**
5. **Divulgar para as Empresas de sua categoria econômica e órgãos públicos, os termos deste Convênio.**
6. **Informar e enviar ao Conselho Regional de Administração a relação dos filiados ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal - SEAC/DF**

c) Ao Conselho Regional de Administração do Distrito Federal, ao Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal, em conjunto, compete:
- **★. Expedir correspondências, realizar campanhas, propagandas ou valer-se de qualquer outro meio de comunicação de caráter educativo, institucional, geral ou normativo, destinado à população, tomadores de serviços, empresas prestadoras ou trabalhadores do setor.**

CLÁUSULA SEGUNDA: Condições Gerais

a) que a empresa interessada apresente cópia autenticada do Contrato de Prestação de Serviços e das guias de recolhimento do INSS, compatíveis com o efetivo e prazos constantes do Atestado fornecido nos termos da Lei 8.212 e OS 083/93-INSS.

b) este Convênio será registrado em Cartório de títulos e documentos e publicado sob a forma de Extrato no Diário Oficial do Distrito Federal;

c) o presente Convênio não impedirá nem interferirá no trabalho fiscalizatório do exercício da profissão a que estabelece a Lei nº 4.769, de 09/09/1965 e demais regulamentações e legislação complementar;

d) a cada trimestre, em data a ser indicada em calendário anual, deverão o Conselho Regional de Administração do Distrito Federal - CRA/DF e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Distrito Federal - SEAC/DF, promover reunião devidamente registrada, para avaliação e melhorias a serem implementadas, tanto nas normas, como neste presente Convênio.

Este Convênio entrará em vigor na data de sua assinatura.e vigirá por prazo indeterminado, podendo ser aditado ou regulamentado pelas partes, bem como rescindido, por qualquer das partes, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias.

Por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente, na presença de duas testemunhas, para que surta os efeitos legais, elegendo o foro de Brasília para dirimir quaisquer dúvidas.

Brasília (DF), 21 de junho de 1995

MARCO ANTÔNIO DE BRITO CARVALHO
Presidente do CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - CRA-DF

LEONARDO MOREIRA PRUDENTE
Presidente do SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL - SEAC-DF

(DAR R$105,22)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS/SEG
RA X - ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO GUARÁ

PROCESSO Nº: 00.137.000453/95
CONVITE Nº: 011/95
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA PATRULHA MOTOMECANIZADA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A Comissão Permanente de Licitação, após analisar as propostas apresentadas no curso do processo licitatório supracitado , decide adotar o seguinte posicionamento:

I - DESCLASSIFICAR a proposta da empresa MAQUIALLIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, nos itens 16,38,39,44,45,51, 53 e 60 por não atender o disposto no Capítulo V, item 5.4, alínea b do edital de convocação;

II - CONSIDERAR vencedoras as propostas das empresas MAQUIALLIS COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, nos itens 17,22, 24,25,30,31,34,35,43,46,50,58,61,63,65,66,67 e 70; MAQUIPEÇAS AGROINDUSTRIAL LTDA, nos itens 01,02,03,05,06,08,09, 12, 13,18,19,21,26,27,28,29,33,36,40,41,42,44,45,47,48,49,51,52, 53,54,55,56,57,59,60,62,64,68,69,71,72 e 73; CASA PLANETA DE BRASÍLIA MÁQUINAS E FERRAGENS LTDA, nos itens 04,07,10,11,14, 15,16,20,23,32 e 37.

Guará-DF, 27 de junho de 1995.

VALMIR LEMOS DE OLIVEIRA
Presidente da CPL

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 003 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Analista de Administração Pública - Área Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Especialidade III, **(Ciência e Tecnologia)** - SEMATEC , Edital Normativo nº 178/91 - IDR, publicado no DODF nº 180 de 12.09.91, e Resultado Final nº 091, publicado no DODF nº 106 de 28.05.92, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	N O M E
11	MAURO NEVES JÚNIOR
13	RICARDO WAGNER CAETANO SOARES
14	JOEL SADI DUTRA NUNES
16	ALICE SETSUKO UCHIDA
26	JOSÉ CARLOS HALPERN DOHERTY

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 004 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Analista de Atividades Rodoviárias - Área Administração Geral - Especialidade I - **(Analista de Recursos Humanos)** , Edital Normativo nº 027/91 - IDR, publicado no DODF nº 031 de 15.02.91 , e de Resultado Final nº 198/91 - IDR, publicado no DODF nº 204 de 16.10.91, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	N O M E
3	MARIA BEATRIZ LIMA VIEIRA
5	CELINA QUADRADE DE MORAES
6	TERESA CHRISTINA PORTUGAL MARES GUIA
7	ALEXANDRE SAMPAIO ACEVEDO
8	SHIRLEY RAMOS PEREIRA BISPO
9	ROSINETE GONÇALVES DE MENDONÇA
10	ATILA VINICIUS DE CARVALHO PESSOA
11	MARCELO DE PAULA MASCARENHAS RIBEIRO
13	ANTONIO INÁCIO LEMOS VASCONCELOS
17	ELIANE BRAGA DE OLIVEIRA
18	MARTINA CLAIRE BRUN
29	TEREZINHA BARROS DA SILVA
32	VALCIR ALVES DA SILVA
36	ROSÂNGELA DE SOUZA LEÃO
42	LAURA DE BARROS LIMA
43	FÁBIO CIDREIRA CAMMAROTA
48	MARIA CLARA RABELO DE SOUZA
52	BERENICE MORAES DA SILVEIRA
54	ANGÉLICA ALVES SILVA
55	VIRGÍNIA ALVES SILVA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 005 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de **Analista de Finanças e Controle**, Edital Normativo nº 029/94 - IDR, publicado no DODF nº 051 de 16.03.94, e de Resultado Final nº 121/94-IDR, publicado no DODF nº 149 de 02.08.94, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	N O M E
131	ANTONIO CARLOS POMPILIO
132	VALÉRIA CAVALCANTE AMORIM
133	AGESISLAU LOPES COELHO
134	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA
135	MARIA CRISTINA GONÇALVES REIS

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 006 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de **Analista de Orçamento**, Edital Normativo nº 030/94 - IDR, publicado no DODF nº 051 de 16.03.94, e de Resultado Final nº 113/94 - IDR, publicado no DODF nº 143 de 25.07.94, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	N O M E
137	MARIA CONSUELO REZENDE NUNES
138	CLÁUDIA HELENA M. de SIQUEIRA LIMA
139	MARCELO CADETE DE A. LIMA
140	HÉLIO ARAÚJO FERREIRA
141	ADRIANE FREITAS O. COTIAS E SILVA
142	CLAUDIA DE SOUSA MOREIRA
143	CLAUDIA DA SILVA
144	EDILSON CARRUSCA DE OLIVEIRA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 007 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Analista de Administração Pública-

Área Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia - Especialidade II (**Meio Ambiente**) - SEMATEC, Edital Normativo nº 178/91 - IDR, publicado no DODF nº 180 de 12.09.91, e de Resultado Final nº 202/92 - IDR, publicado no DODF nº 201 de 02.10.92, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
13	RICARDO DE CASTRO DUTRA
19	LEONEL GRAÇA GENEROSO PEREIRA
29	ANTONIO MENEZES JÚNIOR
36	MOEMA PEREIRA ROCHA DE SÁ
42	ALESSANDRA SANTANA SOARES E BARROS
43	DENIZE DE FÁTIMA BORGATTO
48	CARMEN TEREZA AFONSO F. DE M. FLORENCI
56	CONSUELO FRANCO MARRA
57	FRANCISCO DE ASSIS SABINO DANTAS
58	EILOM SILBERMAN

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 008 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias - Área Administração Geral - Especialidade I - (**Portaria, Limpeza, Copa, Jardim**), Edital Normativo nº 072/91 - IDR, publicado no DODF nº 082 de 02.05.91 , e Editais de Resultado Final nº 250/91 - IDR, publicado no DODF nº de 06.12.91 e 009/94 - IDR, publicado no DODF nº de 13.01.94, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
15	MARIA DOMINGOS LEOCARDIO DE LIMA
21	MÔNICA ANDREA TORRES PEREIRA
23	MARIA DOLORES FARIAS ROCHA
28	ADRIANA DE LOURDES SILVA
29	ALDECILENE CERQUEIRA BARRETO
30	JOALEX MARCÍLIO AFONSO DE OLIVEIRA
31	MÁRCIA REGINA M. D. DA SILVA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 009 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Auxiliar de Administração Pública - Área Administração Geral, Especialidade II - (**Auxiliar Administrativo**), Edital Normativo nº 248/92 - IDR, publicado no DODF nº 233 de 17.11.92, e Edital de Resultado Final nº 060/94 - IDR, publicado no DODF nº 092 de 12.05.94, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
204	ANTONIO PEDRO FILHO MACÁRIO SILVA
205	VICTOR DA SILVA RODRIGUES
206	EVERALDO LIMA DE ANDRADE
207	EDSON BATISTA DE ARAUJO
208	ANDRÉA TERESA DE OLIVEIRA
209	FABIANO DE OLIVEIRA LAGO
210	CARLI RODRIGUES DOS SANTOS
211	RITA DE CÁSSIA ARAÚJO DA ROCHA
212	WILMA RAMOS SILVA
213	ADRIANO MELO DA SILVA
214	JEANE GONÇALVES BORGES
215	RICARDO LUÍS MOREIRA
216	JOÃO CARLOS DOS REIS
217	EDIMAR MARQUES DE OLIVEIRA IPIA
218	JORGE SOARES DE SOUZA
219	MARCIA DA SILVA LEMES
220	UBIRATA RAIMUNDO DE MORAES
221	SANTANA TEIXEIRA DA SILVA
222	ROSENILDA REZENDE DA SILVA
223	MARIA GORETTI DA ABADIA
224	IONI DE LIMA FÉLIX
225	SILVIA REGINA VIOLA DE CASTRO
226	ANTONIO VIANA DE SOUZA
227	ISABELA DE LIRA
228	ANDRÉA CHRISTINA GUSMÃO T. DE OLIVEIRA
229	MARCELA PIRES DA SILVA
230	VALÉRIA PEREIRA DE MACEDO
231	IOLANDA RODRIGUES DA COSTA ALVES
232	ILDECI MARQUES MONTEIRO PEREIRA
233	MARIA MADALENA CARVALHO FREITAS
234	NEY NOGUEIRA MOTA
235	MARIA ODILIA PAOLO CUNHA
236	JOSÉ NUNES GONÇALVES FILHO
237	KÁTIA GOMES BARROSO
238	ADINALVA APARECIDA DE SOUZA
239	FÁBIO RABELO DA SILVA
240	INÁCIA MARIA DE MEDEIROS
241	NELI PEREIRA SERVANO DE OLIVEIRA
242	ROBSON LUIZ MARTINS RODRIGUES
243	ALESSANDRA ZILLIG DE PAIVA
244	LINDOMAR FERREIRA BRITO
245	FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO
246	LILIAN MARLIETH DINIZ TAVARES

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 010 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Auxiliar de Atividades Rodoviárias - Área Tecnologia Rodoviária - Especialidade I - (**Auxiliar de Topografia**), Edital Normativo nº 072/91 - IDR, publicado no DODF nº 082 de 02.05.91, e Edital de Resultado Final nº 220/91 - IDR, publicado no DODF nº 215 de 31.10.91, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
13	VALDETE FROTA RODRIGUES FILHO
16	LAZARO ANTONIO EVANGELISTA FILHO
17	WALTER AIRES DE ALENCAR FILHO

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 011 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de **Fiscal de Concessões e Permissões**, Edital Normativo nº 228/91 - IDR, publicado no DODF nº 223 de 11.11.91, e Editais de Resultado Final nº 084/92 - IDR, publicado no DODF nº 105 de 27.05.92, e nº 298/92 - IDR, publicado no DODF nº 005 de 07.01.93, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
1	RICARDO RODRIGUES ALVES SANTOS
2	CLARA MARIA DO NASCIMENTO
9	ESTEVÃO CAPUTO DE OLIVEIRA
23	SÉRGIO SANTA RITA DE QUEIRÓZ
37	NIVAL CAMILO DE OLIVEIRA
49	FRANCISCO BALDUÍNO AGUIAR FILHO
75	LUIZ PAULO AZEVEDO BITTENCOURT
82	LUIZ PETRONIO NUNES AGUIAR
84	MÁRCIO GUILHERME OLIVEIRA DE SOUZA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 012 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias - Área Tecnologia Rodoviária, Especialidade IV - **(Motorista)** , Edital Normativo nº 102/91 - IDR, publicado no DODF nº 119 de 21.06.91, e Edital de Resultado Final nº 158/94 - IDR, publicado noDODF nº 198 de 13.10.94, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
67	ROBSON DA SILVA JORGE
67	LUSSON LUIZ C. DE FREITAS
75	SEBASTIÃO TEODORO RIBEIRO
76	GABRIEL DE SOUSA RIBEIRO
77	ROBERTO BRASIL DE LIMA
78	FRANCISCO MARIA FONTENELE
79	MANOEL ALVES DE OLIVEIRA
80	JOSÉ RIBEIRO MENDES
81	FRANCISCO PEREIRA DA COSTA
82	LÁZARO DA SILVA
83	JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO
84	CARLOS CÂNDIDO DA SILVA
85	JOÃO DE DEUS VASCONCELOS ALMEIDA
86	JOÃO BATISTA DOS REIS
87	ANTONIO VICENTE GOMES
88	JARISVALDO NUNES DE SOUZA
89	MAURÍCIO DIAS PEREIRA
90	JURANDYR ROSENDO DOS SANTOS
91	TADEU BATISTA DA SILVA
92	JUSTINO MOURA DE SOUSA
93	JOÃO CORREIA DA SILVA
94	RAIMUNDO GOMES DOS REIS
95	ZENON DE OLIVEIRA MATOS
96	CONCEIÇÃO ANTONIO PEREIRA
97	DAVID PEREIRA DOS SANTOS
98	JOÃO DA SILVA LIMA SOBRINHO
99	LEVAIR APARECIDO DA CRUZ
100	JÚLIO CÉSAR DUARTE DA SILVA
101	JOAQUIM LUIZ DE SOUSA
102	ADEMAR AVELINO NASCIMENTO
103	JOÃO MARTINS DE MOURA
104	EDMILSON BENTO DIAS

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 013 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias - Área Tecnologia Rodoviária , Especialidade IV - **(Desenhista)**, Edital Normativo nº 049/91 - IDR, publicado no DODF nº 057 de 25.03.91, e Edital de Resultado Final nº 221/91 - IDR, publicado no DODF nº 215 de 31.10.91, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
5	MARINA ALVES DE SOUSA
10	WILSON SOARES DA CONSOLAÇÃO

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 014/95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias - Área Administração Geral - Especialidade XIII - **(Eletricista de Rede, Telefonia)**, Edital Normativo nº 102/91 - IDR, publicado no DODF nº 119 de 21.06.91, e Edital de Resultado Final nº 006/92 - IDR, publicado no DODF nº 009 de 14.01.92, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
2	JORGE HENRIQUE PEREIRA DE SOUZA
4	EDSON DIVINO GOMES
5	EDIVALDO ALVES DIAS DA SILVA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 015 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias - Área Administração Geral, Especialidade X - **(Pedreiro)**, Edital Normativo nº 102/91 - IDR, publicado no DODF nº 119 de 21.06.91, e Edital de Resultado Final nº 006/92 - IDR, publicado no DODF nº 009 de 14.01.92, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
9	DELFINO GONÇALVES DA COSTA
10	EDVALDO BARBOSA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 016 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias - Área Administração Geral - Especialidade XVII - **(Marceneiro)**, Edital Normativo nº 102/91 - IDR, publicado no DODF nº 119 de 21.06.91 , e Edital de Resultado Final nº 006/92 - IDR, publicado no DODF nº de 14.01.92, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
6	VALDEVINO NUNES DAMASCENO
7	IVAN DANTAS SIQUEIRA
8	HUMBERTO MARTINS PÔRTO
9	SIMÃO LEOPOLDINO XAVIER DE SOUZA
10	FRANCISCO EMILIANO FREIRES
11	JOÃO MANOEL DE BRITO

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 017 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de **Fiscal de Posturas**, Edital Normativo nº 224/93 - IDR, publicado no DODF nº 237 de 25.11.93, e Edital de Resultado Final nº 026/94 - IDR, publicado no DODF nº 036 de 23.02.94 , para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação	NOME
164	LUIS CARLOS COSMO DE LIMA
165	JOSÉ RIBEIRO LUSTOSA
166	ELISETE SEBASTIANA FERNANDES
167	CARLOS AUGUSTO PEREIRA DA COSTA
168	FABIO MAURÍCIO ABRUNHOSA
169	RUTH BREMGARTRER ALENCAR
170	ELIZABETE MARIA GASPAROTTI DE OLIVEIRA
171	SERGIO MAURÍCIO DE OLIVEIRA CAVALCANTE
172	HENDERSON RIBEIRO CAMPELO
173	ANDRÉ LUIS DE ALMEIDA OLIVEIRA
174	DANIEL BRASILEIRO RAMALHO
175	JOÃO HENRIQUE SERRA AZUL JUNIOR

176 ALAN AMORIM DE SOUSA
177 MARCELO VICENTE DE SANTANA
178 JULIANO MAGALHÃES BARBOSA
179 JOANA GENY MEDEIROS COSTA
180 ERLON REYLS DA SILVA
181 MÁRCIO CEZAR COELHO SIMÃO
182 SIDNEY MARINEI GUEDES DE ALMEIDA
183 REGINA CELIA RODRIGUES
184 NAJLA DE ARAUJO PESSOA
185 ISABEL CRISTINA FIALHO ROCHA
186 FRANCINALDO OLIVEIRA CONCEIÇÃO

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 018 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Técnico de Atividades Rodoviárias - Tecnologia Rodoviária - Especialidade V - **(Operador de Máquinas)**, Edital Normativo nº 049/93 - IDR, publicado no DODF nº 069 de 05.04.93, e Edital de Resultado Final nº 170/93 - IDR, publicado no DODF nº 203 de 06.10.93 , para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação **NOME**

43 REINALDO SEBASTIÃO DA SILVA
44 JURACI DE SOUZA DE JESUS
45 DEOCRÉCIO FEITOSA DA SILVA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 019 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de **Fiscal de Obras**, Edital Normativo nº 224/93 - IDR, publicado no DODF nº 237 de 25.11.93 , e de Resultado Final nº 026/94 - IDR, publicado no DODF nº 036 de 23.02.94, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação **NOME**

147 DENISE PIERRE
148 MANOEL VILCE FONSECA
149 EMERSON BALDUINO DE MATOS
150 EDELVICES FELIPE DE OLIVEIRA NETO
151 HAMILTON NOLETO MOREIRA
152 PEQUEROBY VIDIGAL OLIVEIRA
153 EDIO ORTIGA FEDRIGO NETO
154 VAGNER DE SOUZA LUCIANO
155 ANDRÉ BELLO
156 EDUARDO PEREIRA
157 MARISOL SARAIVA LIMA
158 ANA PAULA DA CONCEIÇÃO PARANHOS
159 MARIA AURÉLIA DA SILVA
160 ISMAR BATISTA CARNEIRO JUNIOR
161 FLAVIA LIMA PEREIRA
162 ADMAR DOS SANTOS MENEZES
163 JULIANE YUY DOS SANTOS BERBER
164 MOISÉS DE CARVALHO LIMA
165 GILBERTO SOUZA SEMESATO
166 EDUARDO JORGE DE PAULA
167 MURILO ARAGÃO DE OLIVEIRA
168 EDILSON GONZAGA DE SOUZA
169 SORAIA BRAGA LOPES
170 ANTONIO DOUGLAS DA SILVA LÔBO
171 HERCULES BATISTA AIRES
172 JOSÉ ARÃO PEREIRA VALADARES
173 CRISTIANE VALE DE SOUSA
174 EDCLEI DA COSTA ALMEIDA
175 WELLINGTON RESENDE DE SANTANA
176 SEBASTIÃO IVANI ESTRELA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração
Convocação de Concursados
Edital Nº 020 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Analista de Administração Pública, - Área Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, Especialidade I, **(Divulgação e Tratamento da Informação Ambiental)** - SEMATEC, Edital Normativo nº 178/91 - IDR, publicado no DODF nº 180 de 12.09.91 e Edital de Resultado Final nº 091/92 - IDR, publicado no DODF nº 106 de 28.05.92 , para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação **NOME**

1 MARIA PERPÉTUA SILVA NASCIMENTO
5 MARIA REGINA JORGE SOARES
6 HELOÍZA DIAS DA SILVA

ANTONIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

Secretaria de Administração

Convocação de Concursados

Edital Nº 021 /95 - SEA

Ficam convocados os candidatos, relacionados a seguir, aprovados e classificados no Concurso Público para o cargo de Analista de Atividades Rodoviárias - Área Administração Geral - Especialidade I , **(Administrador/Economista)**, Edital Normativo nº 027/91 - IDR, publicado no DODF nº 031 de 15.02.91 , e Edital de Resultado Final nº 148/91, publicado no DODF nº 161 de 19.08.91, para comparecer pessoalmente, ou através de procurador legalmente constituído, no Auditório do Palácio do Buriti, dia 28/06/95, às 9:30 h., munidos dos seus documentos indicados no Edital Normativo do respectivo concurso, para tratarem de assuntos relativos a sua nomeação.

Classificação **NOME**

4 JARBAS UBIRATAN SALLES BRANDIZZI
5 LUIS ANTONIO DE LIMA
7 EDILAINE LOPES DE NORONHA GARDIM
9 ESAÚ MENDES SIRQUEIRA
10 JOHNNY MESSIAS GOMES
12 AGUINALDO GRACIANO DE SOUSA

ANTÔNIO CARLOS DE ANDRADE
Secretário de Administração

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL
DEx – CPL

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 050/95 – FEDF; Abertura: 17.07.95 às 10:00 horas; Objeto: Aquisição de concentrado, ração, adubo, inseticida, semente, vacina, etc; Grupos: 01.02, 01.05, 01.11, 07.01, 07.02, 12.01, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, e 23.02.
Tomada de Preços nº 051/95 – FEDF; Abertura: 17.07.95 às 15:00 horas; Objeto: Manutenção corretiva nos aparelhos de FAX, modelo UNIFAX 1000 e QUALIFAX 7220 XEROX; Grupo: 97.23.
Os respectivos editais poderão ser adquiridos mediante o pagamento de R$ 0,05 cada folha do edital e anexos, no edifício Sede da FEDF; SGAN 607, Projeção "D", sala 223 das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00 h até o dia 13.07.95.

Bsb, 26.06.95.

IVANA FERNANDES ALVES
Presidente/CPL

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público aos interessados do resultado do julgamento da Tomada de Preços nº 084/95.
Objeto: Prestação de Serviço mediante Contrato em Equipamentos de Informática.
Itens 01 a 04 – Sisco Sistemas e Computadores S/A.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à CPL/FHDF. No endereço constante no Edital ou pelo fone 226-8239 em horário comercial.

Brasília, 27 de junho de 1995.

TOMAZ ANTÔNIO M.D.R. DE SANTANA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 337/95

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, comunica aos interessados que foram revogados os itens 6,8 e 10 da licitação aberta na modalidade de Convite nº 337/95-Processo nº 061036037/95.

Brasília, 27 de junho de 1995

TOMAZ ANTONIO M. D. R. DE SANTANA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE REVOGAÇÃO
CONVITE Nº 360/95

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, comunica aos interessados que foi revogada a licitação referente ao convite nº 360/95 — Processo nº 061002199/95.

Brasília, 27 de junho de 1995.

TOMAZ A.M.D.R. DE SANTANA
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL-SES
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL-FHDF
DEPARTAMENTO DE RECURSOS MATERIAIS-DRM

Aviso de Dispensas de Licitação e de Inexigibilidades.

PROCESSO: 061.004588/93 MODALIDADE: Inexigibilidade
OBJETO: prestação de serviço de manutenção da iluminação interna do Parque de Apoio/FHDF.
VALOR TOTAL: R$ 725,73
FORNECEDOR: COMPANHIA ENERGÉTICA DE BRASÍLIA-CEB
FUNDAMENTO: artigo 24, inciso VII, Lei 8.666/93.
PROCESSO: 061.004512/95 MODALIDADE: Dispensa de Licitação
OBJETO: aquisição de ambu neonatal completo (reanimador manual neonatal)
QUANTIDADE: 03 V.UNIT.: R$ 55,20 V.TOTAL: R$ 165,60
FORNECEDOR: APARATUS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
FUNDAMENTO: artigo 24, inciso II, Lei 8.666/93
PROCESSO: 061.000888/95 MODALIDADE: Inexigibilidade
OBJETO: aquisição de lipase 4.000 UI + amilase 20.000UI + protease 25.000 UI.
QUANTIDADE: 11250 cs V.UNIT.: R$ 0,56 V.TOTAL: R$ 6.300,00
FORNECEDOR: ARCANJO REPRESENTAÇÃO COMERCIAL DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA
FUNDAMENTO: artigo 25, inciso I, Lei 8.666/93.
PROCESSO: 061.000057/95 MODALIDADE: Inexigibilidade
OBJETO: prestação de serviços de assinaturas do Diário Oficial da União e do Diário de Justiça, para o segundo semestre de 1995.
VALOR TOTAL: R$ 1.564,20
FORNECEDOR: IMPRENSA NACIONAL - IN.
FUNDAMENTO: artigo 24, inciso VIII, Lei 8.666/93

Brasília, 27 de junho de 1995.

JOELSON DONIZETTI DEVOTI
Departamento de Recursos Materiais
Diretor

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ACORDO REFERENTE AO CONTRATO Nº 033/91, CELEBRADO ENTRE A COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — CODEPLAN E A FIRMA UNISYS BRASIL LTDA. OBJETO: ALTERAR A RAZÃO SOCIAL A PARTIR DE 30/05/95, PARA UNISYS BRASIL LTDA, CONFORME A 69ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO DA SOCIEDADE. DATA DE ASSINATURA: 26/06/95. ASSINAM PELA CODEPLAN: JORGE HAROLDO MARTINS — DIRETOR-PRESIDENTE, ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA — DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO E FRANCISCO LUÍS PARISI — DIRETOR DE INFORMÁTICA. PELA CONTRATADA: MAURÍCIO DE ANDRADE SIMÕES — DIRETOR DE OPERAÇÕES EM MARKETING.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITARIA
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"AVISO DE REVOGAÇÃO"
TOMADA DE PREÇO Nº 012/94

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, comunica aos interessados que foi revogada a licitação referente a Tomada de Preços Nº 012/94 em epigrafe.

Brasilia, 27 de Junho de 1995
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRESIDENTE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AÇÃO COMUNITARIA
FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

"AVISO DE REVOGAÇÃO"
TOMADA DE PREÇO Nº 001/95

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, comunica aos interessados que foi revogada a licitação referente a Tomada de Preços Nº 001/95 em epigrafe.

Brasilia, 27 de Junho de 1995
LUIS CARLOS MARIANO DE ALMEIDA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PRESIDENTE

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB

AVISO DE REVOGAÇÃO

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB torna público que a Tomada de Preços nº TP-027/95-CAESB, foi revogada.

Brasília, 22 de junho de 1995.

A Comissão Permanente de Licitação

CAESB

SECRETARIA DE OBRAS

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA — TERRACAP

AVISO

Edital de Tomada de Preços nº 007/95 — TERRACAP, destinada A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MOTOMECANIZAÇÃO DESTINADOS A CONSERVAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 815 ha DE ACEIROS DE DIVERSOS PROJETOS DA PROFLORA S/A — EM LIQUIDAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com os Anexos I, II, III do Edital. Comunicamos às Empresas interessadas que a licitação, em epígrafe, será realizada às 15:00 (quinze horas) do dia 14 de julho de 1995 no auditório Engenheiro NID DUTRA D'AMORIM do Edifício Sede da TERRACAP, localizado no SAIN, BLOCO "F" (próximo ao Anexo do Palácio do Buriti). O Edital e seus Anexos estão à disposição dos interessados no endereço acima, no subsolo, sala 09, Fone: 225-46 .

Brasília-DF, 27 de julho de 1995

FRANCISCO DE ASSIS CORRÊIA DE ARAÚJO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO E CONVOCAÇÃO REFERENTE AO EDITAL NO. 09/95-IMÓVEIS

A Diretoria Colegiada da Companhia Imobiliária de Brasília-TERRACAP, em sua 1.673a. Sessão, realizada em 27.06.95, decidiu, com base no tópico 45, do Edital no. 09/95-Imóveis, homologar o resultado da licitação, objeto do referido Edital, conforme processo no. 111.001.347/95-2, proclamando-se vencedor o seguinte licitante: ITEM 02 - COLÉGIO INTEGRADO OBJETIVO LTDA SC - R$ 2.939.925,55. Na oportunidade convoca o licitante vencedor a comparecer dentro do prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da publicação deste, à Seção de Contratos da Divisão Jurídica, subsolo do Edifício Sede da TERRACAP, Bloco "F", Setor de Áreas Isoladas Norte - SAI/N, no horário das 08:00 às 11:45 e 14:00 às 16:30 horas, apresentando, no ato, a 4a. via da Proposta de Compra a fim de efetuar o pagamento do preço total ou o equivalente à entrada inicial, constante da referida Proposta. Esclarece na oportunidade, que o licitante vencedor supracitado, deverá, nos 15 (quinze) primeiros dias contados desta publicação, assinar no Cartório a Escritura de Compra e Venda, de conformidade com o contido no Tópico 45, do aludido Edital. Na ocasião, deverá o licitante vencedor, quando pessoa jurídica, apresentar no Cartório, cópia do Contrato Social, devidamente autenticada, com sua última alteração, se for o caso, o qual será encaminhado à TERRACAP, por intermédio do Cartório, nos termos do Tópico 45, do Edital. O não atendimento às citadas exigências, dentro dos prazos já estipulados importará no desfazimento do negócio, de acordo com as normas do Edital. O licitante não vencedor deverá comparecer à agência do BRB - Banco de Brasília S/A., onde efetuou o recolhimento da caução, munido da respectiva via de depósito, objetivando a sua devolução, conforme previsto no Tópico 13, Capítulo V, do Edital. Esclarece, ainda, aos interessados que, de acordo com o contido no Tópico 44 do Edital, não caberá recurso quanto à presente homologação.

Brasília, 27 de junho de 1 995.
JOSÉ ROBERTO BASSUL CAMPOS
Presidente

SECRETARIA DE OBRAS
NOVACAP
SERVIÇO DE CADASTRO E LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 033/95 - SECAL/PRES-MAT., PARA CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO DE ADVOGADOS OU SOCIEDADE DE ADVOGADOS ORGANIZADA NA FORMA DA LEI, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JUNTO A JUSTIÇA DO TRABALHO E INSTÂNCIAS SUPERIORES TRT/TST E STJ EM DEFESA DA NOVACAP.

Chamamos a atenção das firmas interessadas na licitação em tela, que a mesma foi **ADIADA** para o **dia 17 de julho de 1995, às 09:00 horas.** O Edital encontra-se a disposição dos interessados no Serviço de Cadastro e Licitação localizado no 1º andar do Edifício Sede da Companhia, situado no Setor de Áreas Públicas Lote "B", em Brasília - DF.

Brasília, 27 de junho de 1995.
AUGUSTO RAMOS DE OLIVEIRA
Serviço de Cadastro e
Licitação/Pres.

SECRETARIA DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS

AVISO DE ALTERAÇÃO E ADIAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº 016/95

O Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal - DER/DF, torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se à disposição dos mesmos, no Núcleo de Compras do DER/DF, localizado no SAIN, Bl. "C", alterações no anexo I do edital referente a Tomada de Preços supracitada.

Em virtude das alterações ocorridas, fica adiada a licitação para o dia 14.07.95, permanecendo inalterados o local, o horário e as demais condições do edital.

Brasília, 27 de junho 1995.
MARCELLO DUARTE MOREIRA DOS SANTOS
DIVISÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS
- Chefe -

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DF

E R R A T A

PROCESSO: No 55.000754/95
TOMADA DE PREÇOS No 017/95-CPL
-SUBITEM 2.1.8.i - fica eximido na totalidade.
-SUBITEM 2.1.ii
ONDE SE LÊ:
"INDICAÇÃO ... no subitem 2.1.8.i"
LEIA-SE:
"INDICAÇÃO ... no subitem 2.1.10.i"
-ITEM 3.4 alínea "f"
NOVA REDAÇÃO:
"Orçamento detalhado no qual conste os preços unitários e totais em algarismo e o preço global em algarismo e por extenso".

AS DEMAIS CONDIÇÕES CONTINUAM INALTERADAS.

Brasília-DF, 27 de junho de 1995

CLEBER VIEIRA ROCHA
Presidente da CPL

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA

AVISO Nº 11/95 - DAA/JZB

O CHEFE DA DIVISÃO DE APREENSÃO DE ANIMAIS, de acordo com o que determina o ítem IV, da Ordem de Servico de 21 de novembro de 1994, e em consonância com o Regimento do Jardim Zoológico de Brasília, aprovado pelo Decreto nº 16.053, de 07 de novembro de 1994, "AVISA" que se encontram apreendidos no Depósito em frente à Companhia de Polícia Militar Florestal/Candangolândia, situada à esquerda da estrada de acesso à cidade satélite do Núcleo Bandeirante/DF, animais de espécie Eqüina, sendo 06 (seis) éguas e 05 (cinco) cavalos, com diferentes marcas, que poderão ser retirados por seus legítimos proprietários dentro de 72 (setenta e duas) horas, a contar da publicação deste, mediante prova de identidade que poderá ser testemunhal. Expirado o prazo os animais serão considerados abandonados e propostos ao Diretor do Jardim Zoológico de Brasília, sua utilização ou alienação conforme o ítem VII e VIII da referida Ordem de Serviço.

Brasília-DF, 23 de junho de 1995.

CARLOS ALBERTO FERNANDES DE ALENCAR
Divisão de Apreensão de Animais
Chefe

SEIVA MINERAÇÃO LTDA

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a renovação da sua LICENÇA DE OPERAÇÃO por 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, para a atividade de lavra, beneficiamento de água mineral nas embalagens de 20,0L, 1,5L, 300ml, 500ml, no local denominado FONTE ARAPONGAS –GLEBA 02,lote 151,PICAG/DF, Brasília/DF.

(DAR R$ 12,07)

ÁGUA MINERAL SUPER-VIDA MINERAÇÃO LTDA

LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC licença de operação por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias para a atividade de lavra de água mineral nas embalagens 20 L, 1,5 L, 5 L, 300 mL, 500 mL, no local denominado Fazenda Super-Vida, Rod. DF 250 km 20, Núcleo Rural Santos Dumont, Planaltina-DF.

(DAR – R$ 12,08)

PATOS DIESEL LTDA
LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA de' OPERAÇÃO, para a atividade de RECAPAGEM DE PNEUS, no local QS 03 - RUA 450 LOTE 01 BLOCO B - AGUAS CLARAS - TAGUATINGA SUL - DF.
Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.
(DAR R$ 17,25)

PATOS DIESEL LTDA
LICENÇA DE OPERAÇÃO

Torna público que requereu ao IEMA/SEMATEC a LICENÇA de' OPERAÇÃO, para a atividade de POÇO TUBULAR PROFUNDO, no local QS 03 - RUA 450 LOTE 01 BLOCO B - AGUAS CLARAS TAGUATINGA SUL - DF.
Não foi determinado Estudo de Impacto Ambiental.
(DAR R$ 17,25)